ESPAÇO EM REVISTA

ISSN: 1519-7816 v.26 n.2, jul./dez. 2024



O periódico Espaço em Revista é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Geografia e do instituto de geografia da Universidade Federal de catalão.



REVISTA ELETRÔNICA (ISSN: 2965-5609)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Reitora
Roselma Lucchese

Instituto de Geografia, UFCAT
Diretora
Patrícia Francisca de Matos

Programa de Pós-Graduação em Geografia
Coordenador
João Donizete Lima

Espaço em Revista
Editor Chefe
Robson Alves dos Santos, Universidade Federal de Catalão, Brasil

Vice Editora Chefe
Cláudia Lúcia Costa, Universidade Federal de Catalão, Brasil.

Editores Assistentes

Douglas Gonsalves Fávero, Rede Municipal de Educação de Uberlândia-MG, Brasil Laira
Bruno Serafim dos Reis, UFU, Brasil
Tiago Amadeu Borges Diniz, UFCAT, Brasil

Conselho Editorial

Ana Paula Novais Pires Koga, UFCAT, Brasil
Carmem Lúcia Costa, UFCAT, Brasil
Estevane de Paula Pontes Mendes, UFCAT, Brasil
Patrícia Francisca Matos, UFCAT, Brasil
Thallita Isabela Silva Martins Nazar, UFCAT, Brasil

Revisores
Douglas Gonsalves Fávero, Rede Municipal de Educação de Uberlândia-MG, Brasil
Laira Cristina da Silva. UFU, Brasil
Tiago Amadeu Borges Diniz, UFCAT, Brasil

Conselho Científico
Abraão Levi dos Santos Mascarenhas, *Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará*
Alberto Pereira Lopes, *Universidade Federal do Tocantins*
Adriano R. de La Fuente, *Universidade Federal de Catalão*
Alik Timóteo Sousa, *Universidade Estadual de Goiás*
Ana Paula Novais Pires Koga, *Universidade Federal de Catalão*
André Carlos Silva, *Universidade Federal de Goiás*
Antonio Cezar Leal, *Universidade Estadual Paulista Presidente Prudente*
Beatriz Ribeiro Soares, *Universidade Federal de Uberlândia*
Beatriz Rodrigues Carrijo, *Universidade Estadual do Oeste do Paraná*
Carlos de Castro Neves Neto, *Universidade Estadual de São Paulo Presidente Prudente*
Carlossandro Carvalho de Albuquerque *Universidade do Estado do Amazonas*
Carlos Hiroo Saito, *Universidade de Brasília*
Carlos Roberto Lobada, *Universidade Federal de Uberlândia*
Carmem Lúcia Costa, *Universidade Federal de Catalão*
Cláudia do Carmo Rosa, *Universidade Estadual de Goiás*
Cláudia Lúcia da Costa, *Universidade Federal de Catalão*
Cássio Antunes de Oliveira, *Universidade Estadual de São Paulo Presidente Prudente*
Edir de Paiva Bueno, *Universidade Federal de Goiás*
Edna Maria Jucá Couto Amorin, *Universidade Estadual do Ceará*
Edson Vicente da Silva, *Universidade Federal do Ceará*

Elivelton da Silva Fonseca, *Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará*
Estevane de Paula Pontes Mendes, *Universidade Federal de Catalão*
Giancarla Salamoni, *Universidade Federal de Pelotas*
Gilmar Alves de Avelar, *Universidade Federal de Catalão*
Gislene Figueiredo Ortiz Porangaba, *Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho*
Glaúcio José Marafon, *Universidade do Estado do Rio de Janeiro*
Idelvone Mendes Ferreira, *Universidade Federal de Catalão*
Iêda Hortêncio Batista, *Universidade do Estado do Amazonas*
Izabella Peracini Peracini Bento, *Universidade Federal de Goiás*
João Cleps Júnior, *Universidade Federal de Uberlândia*
João Donizete Lima, *Universidade Federal de Catalão*
Joelma Cristina dos Santos, *Universidade Federal de Uberlândia*
Jose Falcão Sobrinho, *Universidade regional do Vale do Acaraú*
José Henrique Rodrigues Stacciarini, *Universidade Federal de Catalão*
Júlio César Suzuki, *Universidade de São Paulo*
Juniele Martins Silva, *Universidade Federal do Pampa*
Jussara dos Santos Rosendo, *Universidade Federal de Uberlândia*
Leonardo da Silva Soares, *Universidade Federal do Maranhão*
Lana Souza Cavalcanti, *Universidade Federal de Goiás*
Larissa de Pinho Aragão, *Universidade Federal do Ceará*
Luciano Zanetti Pessôa Candiotto, *Universidade Estadual do Oeste do Paraná*
Lucineide Mendes Pires, *Universidade Estadual de Goiás*
Magda Valeria Silva, *Universidade Federal de Catalão*
Marcelo Cervo Chelotti, *Universidade Federal de Uberlândia*
Marcelo Rodrigues Mendonça, *Universidade Federal de Goiás*
Marcos Mascarenhas Barbosa Rodrigues, *Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará*
Marcus Vinicius Mariano De Souza, *Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará*
Maria Imaculada Cavalcante, *Universidade Federal de Goiás*
Maria Rita Vidal, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Maria Erlan Inocêncio, *Universidade Estadual de Goiás*
Marise Vicente de Paula, *Universidade Estadual de Goiás*
Mercedes Castillo, Gidest, *Universidad Nacional de Colombia, Colombia*
Odelfa Rosa, *Universidade Federal de Catalão*
Patricia Francisca Matos, *Universidade Federal de Catalão*
Rafael de Ávila Rodrigues, *Universidade Federal de Catalão*
Renato Adriano Martins, *Universidade Estadual de Goiás*
Rodrigo Guimarães Carvalho, *Universidade Estadual do Rio Grande do Norte*
Ronaldo da Silva, *Universidade Federal de Catalão*
Roberto Barboza Castanho, *Universidade Federal de Uberlândia*
Robson Alves dos Santos, *Universidade Federal de Catalão*
Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol, *Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho*
Thallita Isabela Silva Martins Nazar, *Universidade Federal de Catalão*
Vera Lúcia Salazar Pessôa, *Universidade Federal de Goiás*
Valdivino Borges Lima, *Universidade Federal de Goiás*
Wagner Vinicius Amorim, *Universidade Estadual de São Paulo Presidente Prudente*

ISSN: 2965-5609
Qualis A4

ESPAÇO EM REVISTA

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e da Unidade Acadêmica
Instituto de Geografia da Universidade Federal de Catalão

V.26, n.2 jul./dez. 2024

Diagramação
Laira Cristina da Silva. UFU, Brasil
Douglas Gonsalves Fávero
Bruno Serafim dos Reis
Tiago Amadeu Borges Diniz

Editoração Eletrônica
Bruno Serafim dos Reis
Robson Alves dos Santos

Revisão
Douglas Gonsalves Fávero
Robson Alves dos Santos
Tiago Amadeu Borges Diniz

Foto da Capa
Natália de Paula Lopes
Serra da Canastra – Delfinópolis (MG), 2024

Arte da Capa
Bruno Serafim dos Reis

Universidade Federal de Catalão
Instituto de Geografia - IGEO
Programa de Pós-Graduação em Geografia Regional, Bloco A Sala 106
Campus Catalão, Avenida Lamartine Pinto de Avelar, 1.120, Setor Universitário
CEP 75704-020
Catalão – Goiás – Brasil

Contatos
E- mail:
espacoemrevista@ufcat.edu.br
Fone/Fax (64) 3441 5331
Endereço eletrônico
https://periodicos.ufcat.edu.br/espaco

Revista
Espaço em Revista
Catalão: UFCAT, 2024
Semestral
ISSN
(ISSN: 2965-5609)

Esta obra está licenciada com uma Licença CC BY 4.0 . Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

Os conceitos emitidos nos trabalhos são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es), não implicando, necessariamente, na concordância da Equipe Editorial

SUMÁRIO

EXPEDIENTE
Espaço em Revista.....1-7
Equipe Editorial

SEÇÃO DE ARTIGOS

1 **O TERRITÓRIO USADO PARA A ENTREGA DE ALIMENTOS DEMANDADOS POR APLICATIVOS NA CIDADE DO NATAL - RN** ..... p. 08-35
Iana Raquel Dantas de Oliveira, Diego Salomão Candido de Oliveira Salvador

2 **GEOGRAFIA E PLANEJAMENTO: por uma Geografia Crítica Aplicada**..... p. 36-54
Vitor Alfredo de Rezende Alves, Paulo Henrique Kingma Orlando

3 **CAMPONESES E DIREITOS HUMANOS: REFLEXÕES SOBRE AS ATIVIDADES MINERADORAS NO MUNICÍPIO DE CATALÃO (GO)** .....p. 55-71
Tiago Amadeu Borges Diniz

4 **ESTUDO DA FRAGILIDADE POTENCIAL E EMERGENTE DA BACIA HIDROGRÁFICA DO CÓRREGO SÃO JOSÉ EM ITUIUTABA – MG** ..... p. 72-89
Acacio Mariano Ferreira Neto, Jussara dos Santos Rosendo

5 **DESVENDANDO O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DA CHAPADA DIAMANTINA, BAHIA:** história, política e conservação ambiental ..... p. 90-111
André de Oliveira Alves, Tânia Cristina Azevedo

6 **DESIGUALDADE E PERSISTÊNCIA DA FOME COLETIVA NO BRASIL** ..... p. 112-124
Bruna Cristina Ferreira Alves, Gilmar Alves de Avelar

7 **MORTALIDADE INFANTIL: UMA ANÁLISE DOS ÚLTIMOS 20 ANOS DA REGIONAL DE SAÚDE CAMPOS DE CIMA DA SERRA/RS**.....p. 125-142
Érico Jonatan Oliveira de Lima

8 **A CANONICIDADE SOBRE A GEOGRAFIA FENOMENOLÓGICA DE ERIC DARDEL**..... p. 143-158
Everton Santos Lima

9 **COMPREENDENDO A DUBAI BRASILEIRA E A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO À LUZ DOS PROMOTORES IMOBILIÁRIOS, PROPRIETÁRIOS FUNDIÁRIOS E DO ESTADO** .....p. 160-177
João Pedro Stippe Schmitt, Vivian da Silva Celestino Reginato

10 **MÁRTIRES DA FÉ CATÓLICA E SEUS SIMBÓLICOS FEMINICÍDIOS**.....p. 178-201
João Pedro Stippe Schmitt, Vivian da Silva Celestino Reginato

11 **MOTIVAÇÕES E INCENTIVOS PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE EM ÁREAS PRIVADAS DO CARIRI E SERTÃO DOS INHAMUNS NO CEARÁ**.....p. 202-226
Andréa de Sousa Moreira, Jader de Oliveira Santos, Davis Pereira de Paula, Ilton Araújo Soares

12 **A CARTOGRAFIA TÁTIL NO ENSINO DE GEOGRAFIA: uma experiência na Escola Municipal Heleno Mariano de Freitas**.....p. 227-239
Kassia Raylene Sousa da Silva, Dionel Barbosa Ferreira Junior, Francisco Euler Caldas dos Santos

ESPAÇO EM REVISTA
ISSN: 1519-7816
https://periodicos.ufcat.edu.br/espaco

O TERRITÓRIO USADO PARA A ENTREGA DE ALIMENTOS DEMANDADOS POR APLICATIVOS NA CIDADE DO NATAL - RN

Iana Raquel Dantas de Oliveira[1]
Diego Salomão Candido de Oliveira Salvador[2]

Como citar: OLIVEIRA, Iana Raquel Dantas de; SALVADOR, Diego Salomão Candido de Oliveira. O território usado para a entrega de alimentos demandados por aplicativos na cidade do Natal - RN. **Espaço em Revista**, Catalão, v. 26, n. 2, p. 08–35, 2024. DOI: https://doi.org/10.70261/er.v26i2.74752. Disponível em: https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/espaco/article/view/74752

Esta obra está licenciada com uma Licença CC BY 4.0. Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

Recebido: 15/06/2024 | **Aceito:** 08/09/2024 | **Publicado:** 16/12/2024

Resumo

No período técnico-científico-informacional, as atividades econômicas são realizadas com os usos dos objetos técnicos determinados pelos agentes hegemônicos do mercado, fato que transforma a economia urbana por intermédio da capilarização social e territorial dos aplicativos digitais. Esses definem o capitalismo de plataforma, possibilitando os serviços de transporte de pessoas e de entrega de alimentos demandados por aplicativos. Tais serviços são desempenhados, sobretudo, por agentes não hegemônicos do mercado, no contexto da uberização do trabalho, no qual a exploração do trabalho é intensificada, os direitos trabalhistas são negligenciados ou flexibilizados, as jornadas de trabalho não têm limite máximo definido, não há garantia de remuneração e os riscos e custos fixos do trabalho são transferidos para a responsabilidade dos trabalhadores. Assim sendo, o território é usado de modo desigual e hierárquico. As empresas-aplicativo usam o território para a obtenção da mais-valia, ao contrário, os trabalhadores vinculados à essas empresas, usam o território com o intento da sobrevivência. Com esse entendimento, o objetivo da pesquisa é analisar os usos do território pelos agentes dos circuitos da economia urbana para a entrega de alimentos demandados por aplicativos na cidade do Natal - RN, no período técnico-científico-informacional. Para alcançar esse objetivo foram realizadas pesquisas bibliográfica, de dados estatísticos, documental e de campo. Os resultados alcançados sublinham a desigualdade do território usado e a intensificação da precarização do trabalho e da complementaridade dos circuitos da economia urbana, na perspectiva da subordinação da economia não hegemônica às intencionalidades do circuito superior.

Palavras-chave: Usos do território. Circuitos da economia urbana. Uberização do trabalho. Empresas-aplicativo. Natal.

THE TERRITORY USED FOR THE DELIVERY OF FOOD REQUESTED BY APPLICATIONS IN CIDADE DO NATAL - RN

Abstract

In the technical-scientific-informational period, economic activities are carried out using the right technical objects by hegemonic market agents, a fact that transforms the urban economy through the

[1] Mestra na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, (RN), Brasil
e-mail: iana.raquel@hotmail.com
[2] Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Caicó, (RN), Brasil
e-mail: diego.salomao.salvador@ufrn.br

social and territorial capillarization of digital applications. These define platform capitalism, enabling people transportation and food delivery services demanded by apps. Such services are performed, above all, by non-hegemonic market agents, in the context of the uberization of work, where labor exploitation is intensified, labor rights are neglected or made more flexible, working hours do not have a defined maximum limit, there is no wage guarantee and the risks and fixed costs of work are transferred to the responsibility of workers. Therefore, the territory is used in an unequal and hierarchical way. Application companies use the territory to obtain added value, on the contrary, workers linked to these companies use the territory with the intention of survival. With this understanding, the objective of the research is to analyze the uses of the territory by agents of urban economic circuits for the delivery of food demanded by applications in the city of Natal - RN, in the technical-scientific-informational period. For this objective, bibliographical, statistical, documentary and field research was carried out. The results achieved highlight the inequality of the territory used and the intensification of the precariousness of work and the complementarity of the circuits of the urban economy, from the perspective of the subordination of the non-hegemonic economy to the intentions of the higher circuit.

Keywords: uses of the territory. Circuits of the urban economy. Uberization of work. Application companies. Natal.

Introdução

No período atual, a tecnificação e a informatização estão presentes nas diferentes atividades da sociedade, modificando as relações sociais e impondo novas dinâmicas aos ramos da economia. Assim, no território brasileiro, há a expansão das ações dos agentes da economia urbana mediante atividades desenvolvidas com o uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC).

Entre esses agentes, destacam-se as empresas privadas de transportes por aplicativos, compreendidas por Tozi (2018, 2020, 2021) como grandes corporações que se apropriam dos aplicativos digitais e da informatização do território para poder se expandir.

Essas empresas são denominadas por Abílio (2020a) de empresas-aplicativo. Integram o circuito superior da economia urbana e possibilitam trocas mercantis por intermédio do uso da internet e de comandos algoritmos que determinam novas formas de controle, gerenciamento e organização do trabalho.

No território nacional, as ações dessas empresas ocorrem, sobretudo, nas grandes e médias cidades, devido a maior densidade do meio técnico-científico-informacional desses espaços. Tais ações realçam as transformações que alteram a dinâmica urbana em decorrência da emergência de novas atividades, cada vez mais desempenhadas pelos agentes do circuito inferior da economia mediante a banalização do acesso aos aplicativos digitais.

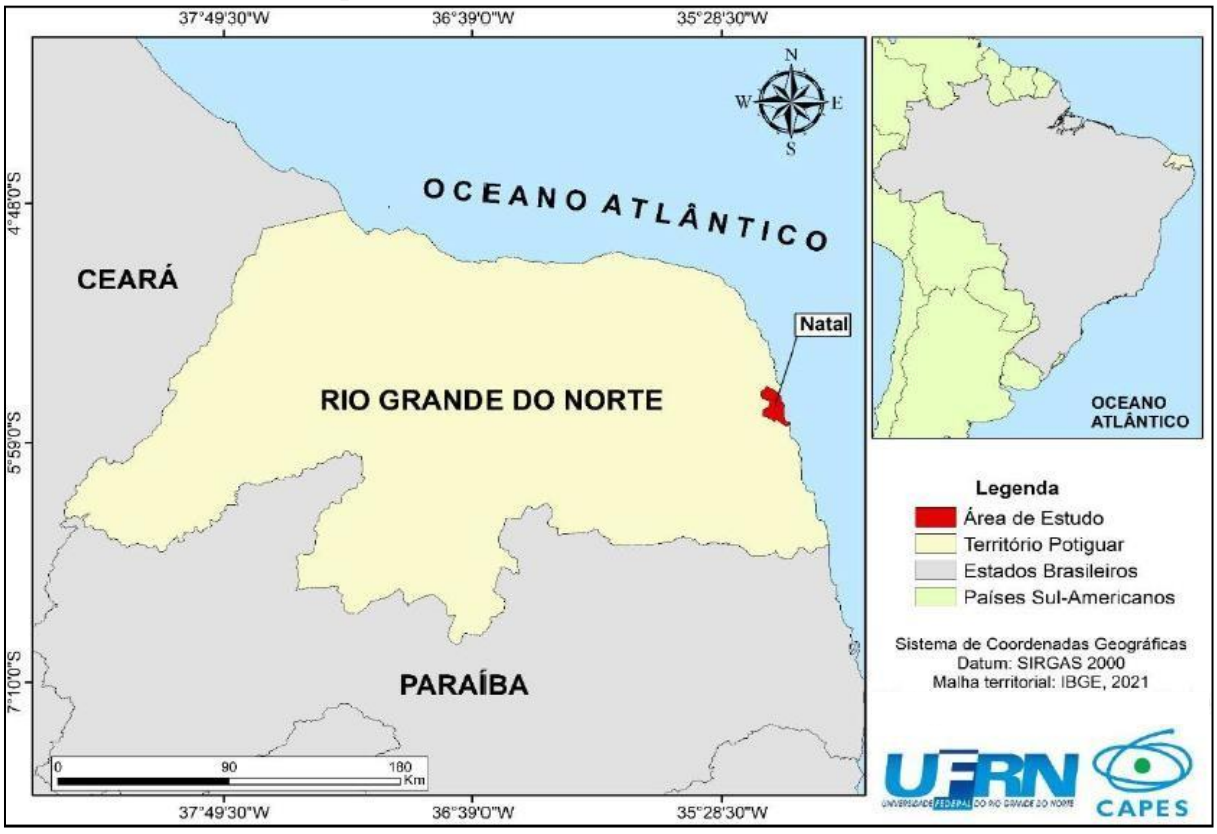
A expansão das empresas privadas de transportes por aplicativos traz à tona uma gama de trabalhos mediados por *smartphones*, com o uso pela economia não hegemônica

das plataformas de aplicativos. Nesse sentido, são implementadas formas renovadas de exploração do trabalho, com o gerenciamento e a organização do trabalho pelas empresas-aplicativo, na perspectiva da informalidade, flexibilidade e precarização das relações de trabalho.

Trata-se da uberização do trabalho, que é a exploração do trabalho pelo desencadeamento de serviços da era digital (Antunes, 2018). Destarte, tem-se um contingente expressivo de trabalhadores que prestam serviços para as empresas-aplicativo, com total ausência de garantias básicas.

Nesta pesquisa estudamos como o território é usado pelos agentes dos circuitos da economia urbana na entrega de alimentos demandados por aplicativos na cidade do Natal (mapa 1), no período técnico-científico-informacional[i].

Mapa 1 - Natal no território do Rio Grande do Norte



Fonte de dados: IBGE (2022).

O território usado possibilita "verificar a forma como a sociedade produz e se organiza pelo uso do território, seus objetos geográficos, hoje cada vez mais tecnificados, a partir das ações realizadas por sujeitos, em função de seus interesses" (Souza, 2019, p. 07).

Historicamente, a ciência geográfica se preocupou com a extensão do território. No entanto, hoje, a Geografia atribui importância a algo que vai além das distâncias: a existência humana. Nos dizeres de Silveira (2006, p. 81), a Geografia é uma ciência preocupada "com a existência e, ao mesmo tempo, uma indagação sobre os eventos, as possibilidades e a ação humana que se tornou capaz de criar uma extensão planetária".

Outrossim, as análises sobre o território, por muito tempo, privilegiaram as reflexões de cunho político e estratégico, negligenciando-se a interação dessa dimensão analítica com outros agentes sociais. O território usado é o território praticado, "prenhe das experiências daqueles que conquistam sua sobrevivência em ambientes hostis, antagônicos" (Ribeiro, 2005, p. 124). Um território feito de objetos e ações, sinônimo de espaço humano, isto é, de espaço habitado (Santos, 1996).

Compreendido como o espaço de todos os agentes sociais ou o espaço banal, o território usado apresenta as "marcas do trabalho humano, das relações de poder dos homens entre si e com o meio circundante" (Salvador, 2009, p. 112). Essas relações sociais de poder evidenciam dois modos de uso do território: os agentes hegemônicos do mercado usam o território como um recurso, para a exploração tendo em vista o lucro; os agentes não hegemônicos usam o território como um abrigo, para a reprodução social, como meio de sobrevivência.

As empresas-aplicativo usam o território como um recurso, com a realização de ações no sentido da exploração do território e do trabalho, mirando a maior obtenção de lucro. Os entregadores vinculados a essas empresas usam o território como um abrigo, com o desempenho de longas e intensas jornadas de trabalho, para a obtenção de renda.

A análise dos usos do território considerando as empresas-aplicativo destaca as dinâmicas renovadas da urbanização, as novas atividades viabilizadas pelos aplicativos em *smartphone*, a precarização do trabalho e os nexos entre os circuitos da economia urbana, considerando-se os novos sistemas técnicos.

Nesse sentido, o objetivo da pesquisa é analisar os usos do território pelos agentes hegemônicos e os não hegemônicos na entrega de alimentos demandados por aplicativos na cidade do Natal, no período técnico-científico-informacional.

Estudamos a cidade do Natal pelo fato de os serviços para a entrega por aplicativos expandirem nessa capital de unidade da federação do Brasil. Ademais, tal expansão explicita as relações de complementaridade, dependência e subordinação entre os circuitos da economia urbana.

Para alcançar o referido objetivo, realizamos no decorrer do ano de 2022 pesquisas bibliográfica, de dados estatísticos, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica foi sobre os conceitos de território usado, circuitos da economia urbana, período técnico-científico-informacional, empresas-aplicativo de entregas e uberização do trabalho. Essa pesquisa foi realizada em acervos virtuais de bibliotecas de teses e dissertações e de periódicos científicos qualificados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Além disso, investigamos o acervo físico das bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Assim, buscamos livros, teses, dissertações, monografias e artigos científicos que tratam dos conceitos e assuntos sublinhados.

Acessamos o acervo virtual do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - nos canais Cidades e SIDRA -, para coletarmos dados estatísticos referentes ao mercado de trabalho no Brasil, no Rio Grande do Norte e em Natal. Também acessamos as páginas na internet dos principais aplicativos dedicados à entrega de alimentos - iFood, Rappi e outros - para obtermos informações sobre as ações dessas empresas-aplicativo, detidamente, na cidade do Natal. Outrossim, realizamos pesquisa de matérias de jornais concernentes à temática das empresas-aplicativo no território brasileiro.

Ademais, realizamos pesquisa de campo para inquirir os trabalhadores que realizam entregas de alimentos por aplicativos, de modo a buscarmos entender os fatores que levam à emergência dessa atividade entre os agentes do circuito inferior da economia urbana em Natal.

Foram inquiridos 50 entregadores. Essa etapa da pesquisa ocorreu em três pontos da cidade - shopping Midway Mall, Natal Shopping e Praça Ecológica de Ponta Negra -, que são áreas onde os entregadores ficam concentrados. As conversas com os entregadores foram realizadas em diferentes horários do dia. Aconteceram tanto em horários de pico, das 11h às 13h e das 17h às 19h - que são os momentos que as demandas por entregas são maiores; quanto em horários normais, quando a demanda é mais baixa. Nos horários normais foi mais oportuna a realização das conversas, pois, geralmente, não havia interrupção das conversas pelo motivo de alguma chamada no aplicativo do entregador, diferentemente de quando as conversas eram realizadas nos horários de pico. Quando houve a interrupção na realização de uma conversa e não foi possível retomá-la, os dados dessa foram desconsiderados.

O território usado como recurso pelas empresas-aplicativo

No período técnico-científico-informacional, com a expansão do uso da internet, novos negócios são realizados, imbricados, sobretudo, com as tecnologias da informação e comunicação. É o caso das *foodtechs*, expressão atribuída à empresas que inovam no ramo de alimentos e cultura da alimentação. Destacam-se as empresas que criam os serviços de oferta de alimentos por intermédio de aplicativos digitais, utilizando-se, para o seu funcionamento, da internet, do big data e da inteligência artificial.

Dentre as inovações tecnológicas que essas empresas buscam implementar, sublinhamos o rápido e fácil contato entre os fornecedores de alimentos e os seus consumidores e a otimização dos serviços de entregas mediante o aperfeiçoamento da logística do circuito da produção alimentícia, desde a produção até o consumo final (Costa e Bezerra, 2022).

As empresas de *foodtechs* agem para a transição do comércio físico para o virtual, processo que causa o crescimento do comércio eletrônico (Li, Mirosa e Bremer, 2020). Conforme Costa e Bezerra (2022),

> (...) as foodtechs interligam-se com redes físicas, representadas pelos restaurantes que, por sua vez, se relacionam com os agricultores, feirantes e transportadores, congregando toda a rede agroalimentar. Na etapa do delivery para o consumidor final, essa rede é ampliada com a participação de uma legião de entregadores de comida (...). Dessa forma, é possível enxergar uma gama de inter-relações entre os mais diversos campos físicos, virtuais e suas conexões geográficas (Costa e Bezerra, 2022, p. 14).

A expansão dessas empresas causa a mudança na interação entre consumidores e fornecedores de alimentos. É possível que o consumidor realize o seu pedido *on-line*; o pedido é preparado e, depois, entregue no local que foi solicitado pelo consumidor, sem que haja o deslocamento desse até o estabelecimento comercial. Dessa forma, o consumidor é seduzido pela praticidade de adquirir produtos no conforto da sua casa. Esse é o principal fator que leva as pessoas a realizarem as compras *on-line*, seguido dos preços mais baixos e dos cupons de desconto disponibilizados por algumas empresas para baratear os produtos.

No Brasil, dentre as *foodtechs*, destacam-se as empresas-aplicativo iFood e Rappi, que detêm o maior mercado de entregas do país. Além dessas empresas, há a ascensão de empresas de âmbito local ou regional, cujas ações são importantes para a interiorização dos serviços de *delivery* no país. No Nordeste, especificamente, no Rio Grande do Norte, destaca-se a empresa Bee Delivery, originária da cidade de Mossoró - RN.

O iFood é uma empresa brasileira criada em 2011, originalmente chamada de Disk Cook. Inicialmente, a empresa recebia os pedidos dos clientes por meio de uma central telefônica e atuava apenas em São Paulo - SP. No entanto, desde a sua criação, a empresa passou a receber investimentos de diferentes empresas do ramo das tecnologias, sobretudo, daquelas de desenvolvimento de *hardware* e *software*. Assim, um ano após o seu início, foi lançado o *site* oficial do iFood e seu aplicativo para dispositivos móveis. A partir de então, as suas ações no mercado brasileiro são difundidas com densidade (Souza e Silva, 2021; Goboy, 2020).

Segundo Santos e Silveira ([2001] 2008), o exercício do poder no uso do território difere segundo a importância de cada empresa, isto é, quanto maior a importância de uma empresa, maior o poder de circulação, distribuição e consumo. Assim, maior a chance de "desempenhar um papel central na produção e no funcionamento do território e da economia" (Ibid, p. 295).

Pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) evidenciou que, em 2020, o iFood movimentou cerca de R$ 31,8 bilhões no Brasil, valor correspondente a 0,43% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Além disso, no mesmo ano, a empresa foi responsável por cerca de 730 mil postos de trabalho, o que equivaleu a 0,72% da população ocupada[ii].

De acordo com estudo divulgado pela Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL), em 2021, a totalidade do ramo de *food service* atingiu R$ 177 bilhões, com 20% desse valor oriundo do mercado de *delivery*, com o iFood responsável por 83% desse mercado, seguido por 13% da Uber Eats e 4% da Rappi[iii].

Em 2016, no Brasil, começou a agir outra empresa do ramo de entrega de alimentos por aplicativo: a Uber Eats. Essa é uma ramificação do serviço de transportes por aplicativo desenvolvido pela empresa Uber. A Uber concentra em sua plataforma uma multidão de motoristas que, ao desempenharem as suas atividades, "deram materialidade e visibilidade a uma nova forma de controle, gerenciamento e organização do trabalho" (Abílio, 2020a, p. 111), caracterizando o novo modo de exploração do trabalho: o trabalho uberizado.

Em um primeiro momento, a Uber Eats no Brasil se restringiu a algumas cidades localizadas no estado de São Paulo. Anos após o início da sua ação no país, a empresa expandiu para mais regiões, concentrando os seus serviços de entrega nas regiões Sudeste e Nordeste (Mello, 2020).

Até 2020, a Uber Eats agia em apenas 64 cidades do Brasil, com abrangência para todas as capitais do país. À época, o iFood agia em mais de 1.000 cidades do país. No entanto, durante a pandemia da Covid-19, a escala de ação da Uber Eats no Brasil foi ampliada para mais de 149 urbes, o que correspondeu a um aumento de 230%, segundo dados presentes no site da empresa.

Todavia, o crescimento da Uber Eats não foi suficiente para que a empresa enfrentasse problemas de competitividade. Enquanto a Uber Eats teve um aumento de 37% nos seus atendimentos durante os dois primeiros anos da pandemia da Covid-19, o iFood cresceu 172% no mesmo período.

Embora, no cenário global, o ramo da entrega de alimentos por aplicativos é vantajoso para a Uber, no Brasil, a empresa encontrou um contexto difícil para o desenvolvimento da sua escala de operação, sobretudo, porque a sua entrada no mercado de *delivery* no país ocorreu em tempo tardio, quando esse mercado já estava dominado pelo iFood. Assim sendo, em 6 de janeiro de 2022, a Uber anunciou uma "mudança de seu portfólio no Brasil, com o fim da opção Eats determinado para o dia 7 de março do mesmo ano, após cinco anos de operação" (Barbosa e Russo, 2023, p. 05).

O mercado competitivo entre as empresas do ramo de entrega de alimentos no Brasil não se restringe ao iFood e a Uber Eats. Outra empresa disputa o mercado e, diferentemente da Uber Eats, permanece em ação no território brasileiro. Essa empresa é a Rappi, de nacionalidade colombiana, fundada em 2015 e que opera em nove países da América Latina. A empresa desempenha em mais de 250 cidades, das quais mais de 150 são brasileiras, como a cidade do Natal (Mello, 2020; Rappi, 2023).

A Rappi começou a agir no território brasileiro em 2017. Assim como as outras empresas destacadas, ela é um aplicativo que conecta usuários, entregadores e serviços. Entretanto, o que a difere das demais é a oferta de entregar qualquer coisa e resolver tudo, em qualquer hora. No seu *site* afirma-se que

> por meio do aplicativo é possível acessar diferentes categorias, incluindo restaurantes, supermercados, bebidas, farmácias, e-commerce, viagens e serviços financeiros, entre outros. Para além das entregas tradicionais, os usuários podem receber produtos em menos de 10 minutos, bem como satisfazer desejos e conseguir favores, que são opções únicas do Rappi (Rappi, 2023).

Com a saída da Uber Eats do território brasileiro, a Rappi se apresentou como a maior concorrente do iFood. Contudo, mesmo após cinco anos da sua ação nesse território, a empresa não obteve os lucros esperados e, por mais que essa seja a segunda

maior plataforma de entregas na América Latina, não consegue competir a contento com o iFood[iv].

As ações da Rappi predominam em espaços com urbanização mais intensa, sobretudo, nas regiões Sudeste e Sul[v]. O iFood tem o seu desempenho difundindo para mais porções do território brasileiro, incluindo cidades interioranas e as regiões Centro-Oeste e Nordeste.

O território é ativo para a ação das empresas-aplicativo. Isso por quê a organização territorial é condição para que uma empresa se instale em determinado espaço, ou seja, as características técnicas, informacionais e de infraestrutura e a concentração populacional e de renda são fatores determinantes para que as empresas-aplicativo considerem o território como vantajoso para as suas ações.

Como capital do Rio Grande do Norte, a cidade do Natal apresenta tais características e, por isso, nos últimos anos, esse território foi configurado como base produtiva para o funcionamento do capital hegemônico, especificamente, das empresas-aplicativo de *delivery*. Nessa cidade, há três empresas-aplicativo que são destacadas no referido mercado: iFood, Rappi e Bee Delivery.

Santos *et al*. (2020) analisaram a dinâmica dos principais aplicativos de *delivery* na cidade do Natal, no ano de 2020. Esse estudo identificou a distribuição espacial dos aplicativos no território da cidade, no que se refere às empresas iFood, Uber Eats e Rappi. Apenas o aplicativo iFood cobria todo o território da cidade do Natal. As empresas Uber Eats e Rappi agiam apenas em alguns bairros da cidade, especialmente nos bairros das zonas administrativas Leste e Sul e em algumas áreas da zona Oeste. Os bairros da zona Norte não eram abrangidos pelas empresas.

Destarte, Santos *et al*. (2020) afirmam que havia uma "região plena de acesso aos aplicativos de delivery na cidade de Natal/RN, (...) constituída por bairros da zona administrativa leste e sul e por alguns bairros da zona oeste. Nessas localidades, temos os bairros com maior poder aquisitivo em renda mensal da cidade" (Ibid, p. 216).

A abrangência das empresas-aplicativo limitada, sobretudo, às zonas Leste e Sul de Natal é explicada pelo fato de essas áreas concentrarem os bairros de alta renda e uma gama de estabelecimentos comerciais, como bares, restaurantes, farmácias, lanchonetes, redes de *fast food* e *shoppings centers*. Tais áreas são vantajosas quanto a oferta e demanda do serviço de *delivery*, em decorrência do maior poder de compra das pessoas que aí residem.

A tabela 1 mostra os dados referentes a disparidade na distribuição de renda entre os bairros da cidade do Natal, com a evidência dos espaços onde os rendimentos salariais são mais altos.

Tabela 1 - Renda média mensal por bairros de Natal, em 2018

Região Norte - bairros	**Salários mínimos**
Igapó	2 a 4
Lagoa Azul	2 a 4
Nossa Senhora da Apresentação	2 a 4
Pajuçara	2 a 4
Potengi	2 a 4
Redinha	2 a 4
Salinas	Menos de 2
Região Sul - bairros	**Salários mínimos**
Capim Macio	Mais de 15
Candelária	11 a 15
Lagoa Nova	11 a 15
Pitimbu	8 a 11
Ponta Negra	8 a 11
Neópolis	6 a 8
Nova Descoberta	6 a 8
Região Leste - bairros	**Salários mínimos**
Barro Vermelho	Mais de 15
Petrópolis	Mais de 15
Tirol	Mais de 15
Areia Branca	11 a 15
Ribeira	11 a 15
Cidade Alta	8 a 11
Lagoa Seca	6 a 8
Alecrim	4 a 6
Praia do Meio	4 a 6
Rocas	4 a 6
Mãe Luíza	2 a 4
Santos Reis	2 a 4
Região Oeste - bairros	**Salários mínimos**
Nossa Senhora de Nazaré	4 a 6
Bom Pastor	2 a 4
Cidade da Esperança	2 a 4
Cidade Nova	2 a 4
Dix-Sept Rosado	2 a 4
Felipe Camarão	2 a 4
Nordeste	2 a 4
Planalto	2 a 4
Quintas	2 a 4
Guarapes	Menos de 2

Fonte: IBGE (2022).

Os bairros das zonas Sul e Leste são os que detêm os maiores salários mínimos, isto é, onde residem os agentes sociais com as maiores rendas, tendo-se em vista as melhores condições de serviços públicos e privados ofertados, de infraestrutura e lazer. A população que reside nesses bairros tem maior poder de compra, consequentemente, demanda por serviços diversos, dentre eles, o serviço de entregas por aplicativos.

Segundo Araújo (2017), a partir da década de 1980, as zonas Sul e Leste de Natal passaram a ser espaços aprazíveis para a reprodução do capital, com a configuração na cidade dos novos espaços de consumo e convivência, sobretudo, por intermédio do desenvolvimento de atividades comerciais e prestadoras de serviços.

> A economia terciária apresentou eventos significativos, que foram a implementação de hipermercados, a expansão dos supermercados e o surgimento dos shoppings centers; além do incremento dos serviços, com as atividades ligadas ao turismo, que passou a influenciar nos serviços de hospedagem, lazer e gastronomia (Araújo, 2017, p. 192).

No que se refere às atividades do ramo de alimentos, identificamos que tais zonas da cidade do Natal são caracterizadas por grandes investimentos do capital privado hegemônico. Observamos a presença de atividades do circuito superior da economia na Av. Engenheiro Roberto Freire, que é uma das mais importantes vias de circulação na cidade, tendo-se em vista o considerável fluxo cotidiano de pessoas, transportes, capitais e mercadorias. Essa via abrange os bairros de Ponta Negra e Capim Macio, que servem, sobretudo, para a reprodução do capital hegemônico.

Os capitais financeiro, imobiliário e do turismo também investem nas zonas Sul e Leste de Natal. O desenvolvimento de atividades gastronômicas, turísticas e afins atraem pessoas e capitais para esses espaços, fazendo-os cada vez mais valorizados. Na zona Leste da cidade está o maior *shopping* de Natal, o Midway Mall. Nesse, há constante fluxo de pessoas, mercadorias e capitais, com a ação de diversas empresas hegemônicas, como lojas de departamento, do vestuário, mobiliário e produtos eletrônicos.

Destarte, um entregador inquirido na pesquisa afirmou que

> a gente busca locais que tenham estabelecimentos que tenham alguma demanda, de preferência locais onde há muitos estabelecimentos, como aqui em Ponta Negra ou em Lagoa Nova. Não é vantajoso para nós realizar entregas na zona Norte. Lá têm poucos estabelecimentos comerciais, não é como aqui que têm shoppings, muitos restaurantes, bares. Por exemplo, a zona Norte, no iFood, depende praticamente do movimento do McDonald's. Lá só tem um McDonald's que abastece toda a zona Norte, então, a demanda toda se concentra lá. É um local estratégico para o entregador, mas muitos entregadores vão para lá para esperar pedidos, então, acaba não chegando tanto chamado no aplicativo para nós. Fora que lá as pessoas não costumam pedir muita comida por aplicativo como aqui na zona Sul. Acho que pela questão financeira, aqui, as pessoas têm mais condições de ficar pedindo delivery, tem muita gente riquinha morando em condomínio de luxo.

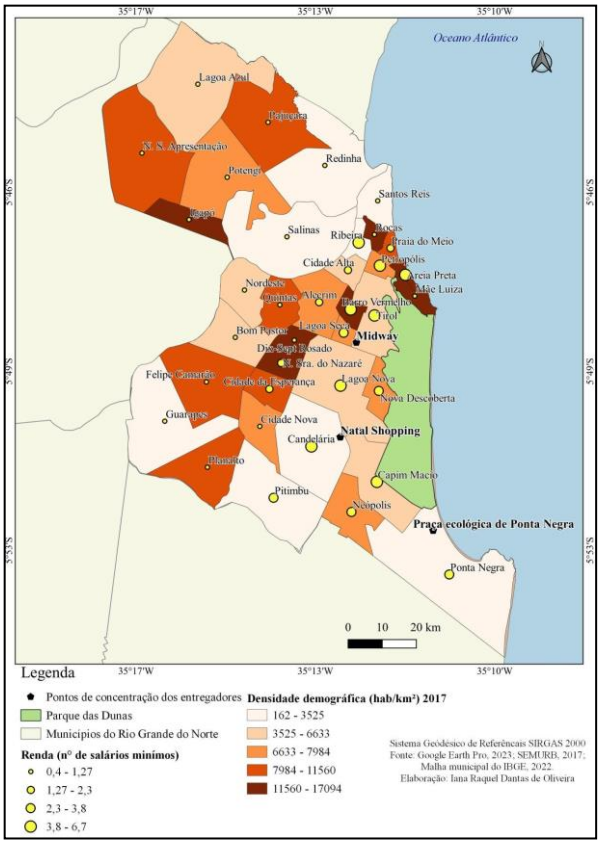
Do mesmo modo, outro entregador disse:

> eu moro em Pajuçara, na zona Norte, mas raramente faço entregas naquelas áreas. Sempre venho para a zona Sul, porque aqui o aplicativo toca muito mais. Aqui tem muitas lanchonetes, restaurantes, fora os shoppings. É tanto que eu sempre venho para o Midway ou para o Natal Shopping, esperar os pedidos. Meus colegas também. Aqui, é melhor para nós. Aqui, as pessoas pedem mais comida por aplicativo. Hoje em dia, é mais difícil os aplicativos tocarem, não é como anos atrás, porque, de uns tempos para cá, tem muito motoboy rodando pra esses aplicativos. Aí, as entregas ficaram mais difíceis, já que é muito motoboy para poucas entregas, mas, mesmo assim, aqui é o local que eu consigo fazer mais entregas. Por isso, sempre estou por aqui no Natal Shopping. A galera toda, olhe a quantidade de moto aqui fora! Você não vê tanto entregador porque a galera tá lá dentro [do shopping] pegando os pedidos ou já saíram para rodar.

No que se refere à escala de atuação nos bairros de Natal, as ações das empresas-aplicativo ocorrem, sobretudo, em Tirol, Capim Macio, Candelária e Ponta Negra. Nesses bairros, os equipamentos urbanos são diretamente decorrentes da modernização do território, com investimentos substanciais para atender as demandas do capital hegemônico. Assim, as atividades do circuito superior da economia urbana são destacadas nesses espaços, principalmente, no que se refere aos ramos da gastronomia, do lazer e do turismo, constituindo dinâmicas interessantes de fixos e fluxos.

Assim sendo, a presença dos entregadores de alimentos demandados por aplicativos ocorre em centros comerciais próximos dos referidos bairros e, portanto, pontos estratégicos para o atendimento dos pedidos da população aí residente. Esses pontos são: o Natal Shopping, localizado na Av. Salgado Filho, no bairro de Candelária; o *shopping* Midway Mall, localizado na Av. Nevaldo Rocha, no bairro do Tirol; e a Praça Ecológica, localizada no bairro de Ponta Negra (mapa 2).

Mapa 2 - Densidade demográfica e renda em salários-mínimos nos bairros de Natal e pontos de concentração dos entregadores vinculados às empresas-aplicativo



Fonte de dados: IBGE (2022).

O Natal Shopping conta com 47 estabelecimentos gastronômicos [vi], com a presença de restaurantes especializados em *fast food*, como o Burger King e o Mc Donald's, além de restaurantes avaliados positivamente na gastronomia natalense, como o Sal e Brasa e o Camarões.

Essa concentração de restaurantes em um único lugar é o fator que explica a presença dos entregadores ao lado do Natal Shopping, pois, a demanda de entregas de alimentos para esses restaurantes é considerável nos horários de almoço e jantar. Desse modo, os entregadores ficam próximos dos restaurantes para retirarem rapidamente os pedidos e realizarem as entregas.

A mesma dinâmica é a do Midway Mall, que é o principal *shopping* da cidade do Natal e um dos maiores do Nordeste brasileiro, contando com quase 300 lojas de diversos ramos econômicos. Dessas, 52 são do ramo da alimentação[vii], como Habib's, Giraffa's, Mc Donald's, Subway e KFC.

Em Natal, esses *shoppings* têm o poder de atrair os entregadores pelo fato de serem centros de distribuição e consumo de alimentos. São espaços com grande

quantidade de estabelecimentos do ramo alimentício, principalmente, os mais requisitados pelos clientes do *delivery*, como é o caso das grandes marcas de *fast food*, que criam uma persuasão de incentivo ao consumo, a exemplo do Mc Donald's.

Esses *shoppings* e os seus entornos são áreas de concentração de atividades econômicas do circuito superior e do circuito inferior da economia urbana. Dentro dos *shoppings*, existem as lojas do circuito superior, como a C&A, Riachuelo, Cacau Show, Lojas Americanas e Brooksfield, além das do ramo alimentício já realçadas. Ao redor dos *shoppings*, há os trabalhadores pobres que buscam a sobrevivência por intermédio da economia não hegemônica, como é o caso dos camelôs e dos entregadores de aplicativos.

É também espaço de concentração de entregadores em Natal a Praça Ecológica, localizada em Ponta Negra. Esse bairro destaca-se pela configuração territorial para o turismo e a gastronomia. É nele que estão localizados os principais hotéis e restaurantes da cidade, com a coexistência entre os circuitos da economia urbana, sobretudo, no que se refere ao ramo alimentício.

Além das atividades do circuito superior, Ponta Negra é configurada por enorme variedade de atividades comerciais da economia não hegemônica, como os micro e pequenos negócios de artesanato e vendedores ambulantes. Destarte, o bairro abriga tempos rápidos e hegemônicos e tempos lentos e não hegemônicos, em decorrência da modernização do território.

Os fixos e os fluxos existentes nos três espaços destacados em Natal evidenciam que a cidade é um espaço banal, onde os diferentes agentes sociais e as suas atividades coexistem, ou, em outras palavras, "o espaço urbano é dividido mas, ao mesmo tempo, compartilhado" (Silveira, 2010, p. 10).

Os entregadores de aplicativos integram a complexidade de atividades desenvolvidas na economia não hegemônica urbana. Eles contribuem com a dinâmica da cidade "materializando fluxos e reduzindo os constrangimentos das distâncias e entraves do trânsito urbano" (Oliveira, 2009, p. 173).

O território usado como abrigo pelos entregadores vinculados às empresas-aplicativo

O dinamismo econômico, sobretudo, das grandes cidades possibilita várias opções de trabalho e renda que pouco exigem do trabalhador no que se refere à escolaridade, especialização ou capital empregado (Montenegro, 2006). Trata-se das

atividades da economia não hegemônica que se complementam às atividades do circuito superior da economia urbana, no sentido da reprodução do capital para a geração de mais-valia para esse circuito.

As atividades do circuito superior da economia são fundamentadas na utilização das inovações tecnológicas, na organização burocrática e na necessidade de capital para funcionar. Em contrapartida, as atividades do circuito inferior são realizadas com o pilar do trabalho intensivo, sem a necessidade determinante do capital e da sofisticação de tecnologia. Desse modo, é característica desse circuito o desempenho do trabalho sem necessariamente haver qualificação profissional (Santos, [1979] 2018).

Os níveis de capital, tecnologia, organização e informação são variáveis que definem os circuitos da economia urbana. Assim sendo, identificamos as atividades dos entregadores vinculados às empresas-aplicativo e as caracterizamos considerando tais variáveis, com atenção para o uso do território.

Dos entregadores inquiridos, a maioria (96%) eram do gênero masculino, com apenas duas mulheres que desempenhavam tal função. Uma das entregadoras identificadas relatou ser solteira, dona de casa e mãe de duas crianças. Ela disse realizar entregas como forma de ter fonte de renda no momento em que os seus filhos estão na creche. Falou sobre a insegurança que é sair todos os dias para trabalhar nas ruas, correndo risco de ser assaltada e/ou de sofrer acidente no trânsito: “já vi colegas se acidentando. O meu medo é que aconteça algo comigo e meus filhos fiquem desamparados, mas eu preciso batalhar para conseguir alimentar eles. É tudo por eles”.

A outra entregadora inquirida disse sair todos os dias para realizar entregas com o marido e destacou ser essa a única fonte de renda do casal. Ademais, afirmou que “(...) nunca me imaginei trabalhando como entregadora. O meu marido já trabalhava antes mesmo da pandemia, mas eu tive que recorrer aos aplicativos na pandemia, quando fui demitida do consultório de odontologia que eu trabalhava como recepcionista há cinco anos. Confesso que no começo não foi fácil, principalmente porque cheguei a sofrer assédio de clientes, entregadores e até dos donos de alguns estabelecimentos”.

Na atividade de entrega de alimentos demandados por aplicativos, as mulheres trabalham tanto quanto os homens e sofrem com problemas comuns entre as mulheres: o machismo e o assédio de muitos homens. Problemas da sociedade brasileira, que reverberam em profissões cujas atividades são realizadas, na maioria, por homens, o que faz com que as condições de trabalho sejam mais precárias para o gênero feminino.

Mais da metade (52%) dos trabalhadores inquiridos na pesquisa tinha entre 20 e 29 anos, seguidos pelos que tinham entre 30 e 39 anos (20%). Abílio (2020b, p. 581) realça a ampliação da participação dos jovens no desempenho das atividades dos entregadores por aplicativos, com a afirmação que "trata-se não só da ampliação da participação dos jovens, mas de como esta tem relação íntima com o rebaixamento do valor da força de trabalho e a perda de uma identidade profissional e estável".

O desempenho laboral pelos jovens é cada vez mais precoce, com a supressão do tempo dedicado à escolarização para atender às necessidades e urgências da vida cotidiana. Tais agentes sociais anseiam um trabalho para fazerem a transição da juventude para a vida adulta, uma atividade que "(...) o indivíduo possa suprir a si ou a uma possível família dos recursos materiais necessários à sobrevivência" (Coelho e Aquino, 2009, p. 277). As empresas-aplicativo proporcionam à população jovem o atendimento desse anseio, sem grandes exigências para a vinculação aos respectivos aplicativos e o início do desenvolvimento do trabalho.

A maioria (60%) dos entregadores inquiridos se consideravam pardos, 26% se consideravam pretos, 10% se consideravam brancos e 4% amarelos. Esse dado coaduna com os resultados de pesquisas cujo indicativo é que o típico entregador de aplicativo é o homem negro, jovem e periférico, realidade que intensifica as desigualdades sociais e raciais historicamente construídas no Brasil (Aliança Byke, 2019).

Ademais, esse dado remete para o fato de o processo de precarização do trabalho no Brasil não ser homogêneo, mas sim assimétrico entre os trabalhadores negros e os brancos. Medeiros (2012, p. 120) afirma que "a primeira característica que distingue jovens no mercado de trabalho é a cor. Os negros no Brasil contemporâneo são ainda os mais vulneráveis. A desvantagem deles em face ao emprego é antiga". A inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho do Brasil ocorre de modo a reproduzir o capital hegemônico e as desigualdades sociais e raciais que caracterizam o país.

Menos da metade (40%) dos entregadores entrevistados tinha o Ensino Médio completo, uma quantidade significativa (34%) tinha apenas o Ensino Fundamental completo e 18% dos trabalhadores não haviam concluído o Ensino Médio. Apenas 4% tinham graduação (um em Administração, o outro em Designer Gráfico) e outros 4% ainda não haviam concluído o Ensino Superior (estavam tentando concluir a graduação em instituições particulares de ensino e trabalhavam como entregadores para custear o curso).

Goés, Firmino e Martins (2022) analisaram as atividades dos trabalhadores da *gig economy* do ramo de transportes no Brasil. Essa análise destacou que, dentre os subgrupos do referido ramo, compostos por motoristas de aplicativo, taxistas, mototaxistas e entregadores de moto, o grupo dos entregadores era o que os trabalhadores tinham as menores instruções, com a prevalência dos que haviam terminado apenas o Ensino Fundamental.

Quanto maior e melhor a escolaridade, maiores tendem a ser as oportunidades no mercado de trabalho. Os entregadores cadastram-se nos aplicativos de entregas principalmente por não encontrarem melhores oportunidades em um mercado de trabalho altamente seletivo. Assim, recorrem aos aplicativos por não ser exigido nenhum nível de qualificação para o trabalho.

De acordo com um dos entregadores inquiridos na pesquisa, ele havia buscado outras formas de trabalho, passando por muitas entrevistas, sem obter sucesso em nenhuma delas. Ainda segundo ele, nas entrevistas de emprego, sempre havia pessoas com maior nível de escolaridade que o dele, fato que o fazia perder as vagas disputadas. Assim sendo, as empresas-aplicativo apresentam-se como uma alternativa rápida para a entrada dos trabalhadores no mercado de trabalho, tendo-se em vista não serem necessárias entrevistas, escolaridade ou tempo de experiência para o cadastro nos aplicativos e o início do trabalho.

Acerca disso, Abílio (2020a, p. 118) assevera que

> para trabalhadores uberizados não há demissão, pois não há contratação. Não há vagas formalmente limitadas, não há processos seletivos, não há entrevistas ou envio de currículo. O motorista, o motofretista, o caminhoneiro, a empregada doméstica, o advogado, a manicure, o motoboy, o professor, o fisioterapeuta, entre tantos outros uberizados, não passarão por processos seletivos formais para trabalhar para/com as empresas-aplicativo: para ser, como elas propagam, um parceiro, basta aderir. A adesão implica preencher um cadastro, aceitar os termos de adesão de um contrato que não é um contrato de trabalho e cumprir requisitos mínimos.

Ao acessar os aplicativos de entregas e realizar o cadastro como entregador, é importante fazer um investimento econômico para a aquisição dos meios necessários para a realização do trabalho. Esses meios consistem em um *smartphone*, plano de internet móvel e um transporte. Dos trabalhadores inquiridos na pesquisa, 64% utilizava a motocicleta como o seu principal meio de trabalho e 36% a bicicleta.

Dos trabalhadores que realizavam as entregas com a utilização de bicicleta, poucos dispunham de bicicletas mais equipadas, com marcha, mais leves e aros maiores, características que fazem a pedalada mais confortável e poderiam conferir ao entregador a opção de pedalar com maior velocidade. A maioria utilizava a bicicleta tradicional, menos equipada, sem marcha, mais pesada, o que tornava a pedalada mais difícil, mais lenta, com maior esforço físico.

Um dos entregadores inquiridos afirmou:

> (...) queria muito poder trabalhar com uma moto, mas não tenho condições de comprar uma e não tenho CNH. Comecei fazendo entrega com uma bicicleta Monark, daquelas bem simples, que não tem macha, mas não aconselho para nenhum entregador fazer entrega com uma bicicleta que não seja equipada. Já cheguei a receber várias reclamações de pedidos que estavam demorando a chegar, mas porque esse tipo de bicicleta é muito pesada e têm ladeiras para subir. Já tive de subir a pé várias vezes, fazendo com que a entrega demorasse mais. Passava o dia inteiro pedalando e chegava em casa morto. Graças a Deus, eu consegui comprar uma bicicleta melhor, a diferença é enorme agora que estou com uma de marcha, porque faço a entrega em menos tempo e fico menos cansado. Mas, tudo o que eu queria era possuir uma moto.

Dos entregadores inquiridos na pesquisa, 82% tinham nas empresas-aplicativo a sua fonte de renda exclusiva e 18% deles usavam os aplicativos para complementar a sua renda. Os entregadores que trabalhavam com os aplicativos para complementar a renda, o faziam após encerrar o expediente em outra atividade. Assim, ligavam os aplicativos e estendiam a sua carga horária de trabalho por mais algumas horas. A complementação de renda era necessária, pois os trabalhadores alegavam que o rendimento mensal que ganhavam não era suficiente para arcar com as suas necessidades básicas.

As palavras de um dos entregadores entrevistados referem-se à essa realidade:

> eu comecei a trabalhar como entregador porque durante o dia eu trabalho como porteiro de uma escola. Ganho apenas um salário mínimo e pago todas as contas de casa. Assim, não estava dando para sobreviver. Eu ouvia os caras comentando que estavam ganhando uma grana boa com os aplicativos e resolvi testar. Deu certo. Mesmo trabalhando só à noite, com o dinheiro que ganho nas corridas dá para pagar algumas contas de casa.

Os entregadores que tinham nas empresas-aplicativo a única fonte de renda estavam à disposição dessas diuturnamente, engajados e disponíveis aos seus comandos.

A maioria (92%) dos interlocutores da pesquisa eram cadastrados no iFood, com apenas 8% que não tinham esse cadastro. Esses asseveraram que há tempos tentavam e não conseguiam a autorização para o cadastro no aplicativo. Um dos entrevistados declarou que já estava há mais de um ano tentando ter o seu cadastro aceito, mas que, por alguma razão que ele não sabia, o aplicativo não autorizava.

De acordo com Antunes e Filgueiras (2020, p. 67), as empresas-aplicativo

> determinam quem pode trabalhar. O fato de plataformas e aplicativos colocarem níveis variados de exigência na admissão não muda a realidade de que as decisões são tomadas segundo suas conveniências e seus interesses (estratégias). Os/as trabalhadores/as estão sempre sujeitos à aceitação do cadastro na plataforma para poder trabalhar.

A maioria (68%) dos entregadores entrevistados tinham cadastro em mais de um aplicativo e 32% realizavam as entregas apenas para o iFood. Destarte, mais da metade dos entregadores eram logados em mais de uma empresa-aplicativo, com o escopo de terem a possibilidade de receberem mais pedidos e ficarem menos tempo ociosos à espera de um pedido. Isso remete para a "ideia de liberdade e flexibilidade (trabalhar quando e onde quiser) propagada pelas empresas" (Antunes e Filgueiras, 2020, p. 66), pois, no cadastro em um aplicativo, não há a restrição que os entregadores sejam registrados em outros aplicativos. Outrossim, os entregadores podem decidir a duração e a distribuição das suas jornadas de trabalho, pelo fato de não haver garantia de remuneração (Abílio, 2020b).

Nas tabelas 2 e 3 são mostrados dados das condições de trabalho dos entregadores em Natal, no que se refere às horas trabalhadas e ao rendimento mensal.

Tabela 2 - Distribuição dos entregadores entrevistados, por horas trabalhadas

Quantidade de horas trabalhadas por dia	Quantidade de entregadores (total: 50)
Menos de 8 horas	10%
Entre 8 e 10 horas	26%
Entre 10 e 12 horas	52%
Mais de 12 horas	12%

Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Tabela 3 - Distribuição dos entregadores entrevistados, por rendimento médio mensal

Rendimento médio mensal	Percentagem de entregadores (total: 50)
Menos de R$ 1.000	2%
Entre R$ 1.000 e R$ 1.500	18%
Entre R$ 1.500 e R$ 2.000	46%
Entre R$ 2.000 e R$ 2.500	20%
Mais de R$ 2.500	14%

Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Os dados mostrados na tabela 2 remetem para o trabalho intensivo que é realizado pelos entregadores de alimentos demandados por aplicativos, pois mais da metade (52%) dos entrevistados afirmaram ter jornada de trabalho entre 10 e 12 horas diárias e 90% dos trabalhadores laboravam mais de 8 horas diárias.

O trabalho intensivo é uma consequência da transferência da administração do tempo de trabalho, das empresas-aplicativo para os entregadores. A mão de obra do trabalhador uberizado é "utilizada na exata medida das demandas do mercado" (Abílio, 2020a, p. 112), ou seja, o trabalhador é remunerado por mercadoria entregue. Não há remuneração pelo tempo esperado pelos chamados, nem qualquer garantia de remuneração pré-estabelecida. Destarte, o rendimento do trabalhador depende da quantidade de entregas que ele realizar no dia. Por isso, o entregador "inicia sua jornada sem ter qualquer garantia sobre qual será sua carga de trabalho, sua remuneração e o tempo de trabalho necessário para obtê-la" (Abílio, 2020b, p. 116).

Os valores pagos aos entregadores variam de cada empresa e de fatores como a distância da entrega em quilômetros. Do mesmo modo, os preços de cada entrega são alterados a depender de promoções, estratégia usada pelas empresas para atrair clientes, mas que tornam os rendimentos dos entregadores ainda mais incertos e precários. Assim sendo, quanto menor a tarifa paga ao entregador, mais horas de trabalho são necessárias para que ele receba, no final do dia, um rendimento que garanta a sua sobrevivência (Antunes e Filgueiras, 2020).

Na tabela 3 mostra-se que a remuneração mensal da maioria (46%) dos entregadores entrevistados era entre R$ 1.500,00 e R$ 2.500,00. Com essa remuneração, os entregadores mantinham as suas necessidades alimentares e de vestimentas e as dos seus familiares, faziam a manutenção do meio de transporte utilizado nas entregas e providenciavam o funcionamento do equipamento de celular conectado à internet utilizado para as comunicações com as empresas-aplicativo.

A maioria (48%) dos entregadores inquiridos na pesquisa trabalhavam todos os dias, sem folga. Isso ocorria porque, apesar de o entregador ter o controle dos dias da semana e horários que ele liga o aplicativo, ele não tem o controle dos rendimentos, devido ao fato de as empresas-aplicativo determinarem os mecanismos que fazem o trabalho mais intenso, como "metas, bonificações, participações nos lucros e resultados, que possibilitam delegar ao trabalhador o gerenciamento da sua própria produtividade" (Abílio, 2020b, p. 114).

Um dos entregadores entrevistados afirmou que não sabia mais o que era passar um final de semana em casa com a família, pois, nos finais de semana, há mais bonificações em decorrência das altas demandas. Assim, esses trabalhadores optam por laborar todos os dias, inclusive, naqueles que, segundo eles, são os mais rentáveis. Assim sendo, os entregadores acabam por se subordinar aos comandos das empresas-aplicativo, como reféns das imposições dessas na esteira da ideia do "se parar, não ganha".

A maioria (56%) dos inquiridos na pesquisa realizavam pausas, mas não desligavam os aplicativos, fato que, a depender de alguma demanda, poderia interromper a alimentação realizada pelo trabalhador. Também havia trabalhadores (32%) que não realizavam pausas para alimentação e mantinham os aplicativos ligados constantemente. A minoria (12%) dos trabalhadores entrevistados realizavam pausas e, nessas, desligavam os aplicativos, a fim de se alimentarem com tranquilidade. Tais dados indicam que no contexto da uberização do trabalho, a totalidade do tempo é considerada pelos trabalhadores como um trabalho potencial, a ponto de eles negligenciarem a necessidade de se alimentarem para privilegiarem as demandas das empresas-aplicativo.

A prerrogativa de os trabalhadores laborarem quando e onde quiserem é, na verdade, a transferência de riscos e custos inerentes ao trabalho de entregador vinculado às empresas-aplicativo. A falta de garantia de remuneração e os custos fixos com o trabalho (combustível, manutenção dos instrumentos de trabalho, aluguel da moto) são aspectos que impõem aos entregadores longas jornadas de trabalho. Tal situação de vulnerabilidade socioeconômica favorece a gestão e o controle do trabalho pelas empresas (Antunes e Filgueiras, 2020).

Ademais, os trabalhadores assumem os riscos da atividade desenvolvida, que, no caso dos entregadores vinculados às empresas-aplicativo, são graves, por abrangerem o trânsito e os roubos de motos ou *smartphones*. Destarte, 68% dos inquiridos na pesquisa já haviam sofrido acidente e/ou roubo.

O trabalhador uberizado realiza permanentemente estratégias de sobrevivência, em busca de mais trabalho, mais remuneração e otimização do tempo. Tais ações caracterizam o autogerenciamento subordinado (Abílio, 2020a), pois são submetidas ao controle algorítmico determinado pelas empresas-aplicativo.

Preocupante é que essas estratégias envolvem comportamentos que colocam não só os trabalhadores em risco, mas também outras pessoas, como é o caso de imprudências no trânsito. Com o objetivo de reduzir o tempo de cada entrega, muitos

entregadores trafegam nas vias da cidade em alta velocidade, fazem ultrapassagens perigosas e não obedecem ao sinal vermelho.

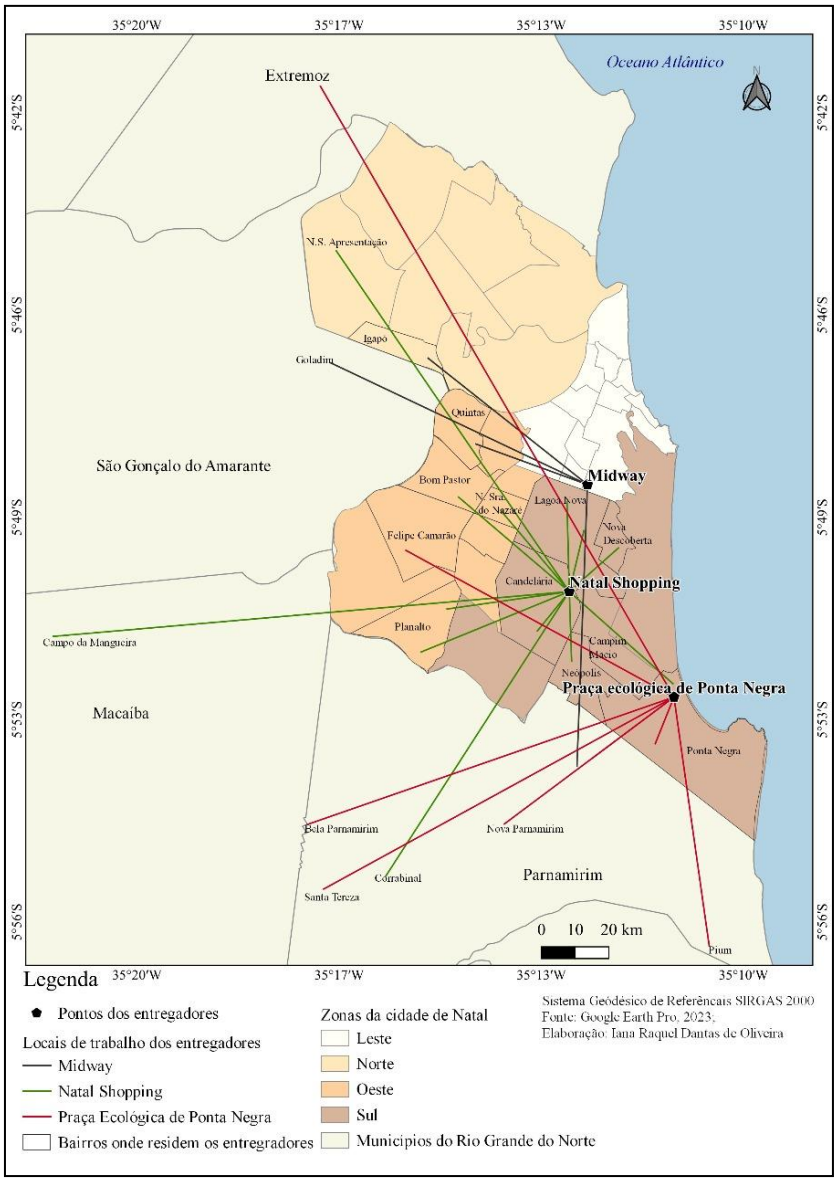
Dos entregadores entrevistados, 78% disseram que não contribuíam com nenhum regime de previdência, não tinham nenhuma seguridade em caso de acidente e nenhum horizonte de aposentadoria. Esse dado não justifica, mas explica os riscos aos quais os entregadores se submetem diariamente no trânsito da cidade, pois trabalham sem nenhuma garantia ou direito, como férias, 13º salário ou o direito de faltar ao trabalho por motivo de doença. Caso ocorra algo que impossibilite o trabalhador de laborar, os seus rendimentos são zerados.

No que tange à essa situação de trabalho, um entregador inquirido na pesquisa afirmou o seguinte:

> no começo, eu entrei para fazer entrega achando que não ia ter nenhum patrão pra mandar eu fazer as coisas, que eu ia decidir o dia que ia trabalhar, o tempo, qual a rota eu ia aceitar (risada). Eu estava me achando o meu próprio patrão, mas aí eu vi que as coisas não são assim. Você tem que fazer o que o aplicativo manda você fazer, senão você é bloqueado por ter infringindo alguma lei. Então, eu me considero um empregado que não tem direito nenhum.

No mapa 3 são representados os deslocamentos cotidianos realizados pelos entregadores, das cidades da Região Metropolitana de Natal onde eles residem - Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante e Extremoz - para os seus locais de trabalho, onde ficam à espera dos pedidos realizados por intermédio dos aplicativos.

Mapa 3: Deslocamento cotidiano dos entregadores das suas cidades de residência - na Região Metropolitana de Natal - para os seus espaços de trabalho - na capital potiguar



Fonte de dados: Pesquisa de campo, 2022.

A distância entre as cidades onde os trabalhadores residem - na Região Metropolitana de Natal - e os seus locais de trabalho - em Natal - é considerável, sobretudo, se o trabalhador se deslocar de bicicleta. Tal fato levou um trabalhador que utilizava bicicleta a dormir na rua, para não ter que fazer o percurso de volta para a sua casa após trabalhar durante todo o dia nas proximidades do Natal Shopping.

Considerações finais

A análise dos usos do território pelos agentes dos circuitos da economia urbana para a entrega de alimentos demandados por aplicativos evidencia a desigualdade social,

econômica e territorial que caracteriza a cidade, detidamente, a cidade do Natal, com realce para a situação precária dos trabalhadores pobres.

As variáveis-chave do período técnico-científico-informacional fazem com que os circuitos da economia urbana sejam cada vez mais complementares, no sentido da subordinação da economia não hegemônica ao circuito superior.

As empresas-aplicativo determinam as atividades por intermédio do controle, gerenciamento e organização algorítmica, com a fábula de que o trabalhador é um autogerente, porém, na realidade, providenciando-se a exploração do trabalho de modo intenso, conforme a inovação capitalista da uberização das relações de trabalho.

As empresas-aplicativo decorrem do capitalismo de plataforma [viii], para a oligopolização do mercado e do território com foco na exploração do trabalho para a obtenção da mais-valia. O território é planejado e configurado pelo Estado conforme os interesses dessas empresas, apresentando-se como importante fator produtivo para que as ações empresariais desenvolvam as suas estratégias e atinjam a finalidade, que é o lucro.

A atividade dos entregadores é cronometrada com exatidão por intermédio dos *softwares* e *smartphones*. É possível mapear e controlar os entregadores, no que se refere ao tempo que levam para entregar cada pedido, as rotas que eles rejeitam e a duração das suas jornadas de trabalho. Assim, eles recebem, constantemente, comandos automatizados das empresas-aplicativo.

O sistema técnico do período técnico-científico-informacional é cada vez mais utilizado pelos desiguais agentes sociais e banalizado nos usos do território. O trabalho e o cotidiano das pessoas são tecnificados, com realce para os acessos aos aplicativos. Os agentes hegemônicos do mercado aproveitam tal tecnificação para subordinarem de modo ampliado os agentes da economia não hegemônica.

No caso das empresas-aplicativo, lançam mão do controle algorítmico para submeterem os entregadores à longas e exaustivas jornadas de trabalho, sem descanso, correndo risco no trânsito e tendo que assumir todos os custos fixos para a realização do trabalho. São trabalhadores que produzem o máximo no menor tempo, fato que causa o comportamento de imprudência no trânsito e falta de esperança com a sociedade.

Desse modo, milhares de trabalhadores buscam a sobrevivência cotidianamente, disponíveis e engajados às intencionalidades das empresas-aplicativo, sem definição de remuneração e duração da jornada de trabalho, como também sem quaisquer garantias de direitos do trabalhador.

Os entregadores de alimentos demandados por aplicativos usam o território como abrigo para as suas sobrevivências, com estratégias que viabilizam a maior produtividade mediante a intensificação da precarização das próprias situações de labor. Eles trabalham nos finais de semana e feriados, na chuva e com jornadas de trabalho de mais de 8 (oito) horas por dia, tendo em vista rendimentos que lhes permitam suprir as necessidades básicas por alimentos e vestimentas, inclusive, de familiares.

A compreensão da uberização do trabalho implementada pelas empresas-aplicativo deve ter caráter denunciativo, pois, diariamente, os entregadores arriscam vidas no trânsito para alcançarem remunerações irrisórias, com cansaço físico e psíquico, sob controle e gestão automatizada. A vulnerabilidade desses trabalhadores é tão intensa que inviabiliza, na maioria das vezes, a resistência e a luta por melhores condições de trabalho e de vida. É urgente que o Estado e a sociedade enxerguem tal situação e apoiem a sua transformação, com o desmantelamento do trabalho uberizado e a emergência da produção para o mercado socialmente necessário.

---

[i] De acordo com Santos (1997), o período técnico-científico-informacional é o estágio atual da Globalização, iniciado após a Segunda Guerra Mundial e intensificado nos anos de 1970. É caracterizado pela profunda interação entre técnica, ciência e informação, nas ações humanas. Nesse período, o espaço geográfico pode ser considerado como meio técnico-científico-informacional, que é a resposta geográfica ao processo de Globalização. Tal denominação é atribuída ao espaço devido a ele conter, cada vez mais, as variáveis da técnica, da ciência e da informação.

[ii] FIPE. **Pesquisa da Fipe revela que iFood responde por R$ 32 bi do PIB nacional em 2020**. Disponível em: https://news.ifood.com.br/pesquisa-da-fipe-revela-que-ifood-responde-por-32-bi-do-pib-nacional/. Acesso em: 15 jul. 2023.

[iii] ABRASEL. **iFood ficou tão grande que afeta concorrência e clientes, dizem analistas**. Disponível em: https://abrasel.com.br/noticias/noticias/ifood-ficou-tao-grande-que-afeta-concorrencia-e-clientes-dizem-analistas/. Acesso em: 15 jul. 2023.

[iv] ABRASEL. **Saiba como é o plano de expansão da Rappi e o que o seu negócio tem a ver com isso**. Disponível em: https://abrasel.com.br/noticias/noticias/saiba-como-e-o-plano-de-expansao-darappi-e-o-que-o-seu-negocio-tem-a-ver-com-isso/. Acesso em: 16 jul. 2023.

[v] Até 2020, 85 das cidades que eram atendidas pela Rappi eram da região Sudeste, metade dessas eram do estado de São Paulo (Mello, 2020).

[vi] Disponível em: https://www.natalshopping.com.br/alimentacao. Acesso em: 22 jul. 2023.

[vii] Disponível em: https://www.midwaymall.com.br/lojas. Acesso em: 18 jan. 2022.

[viii] Srniceck (2017) considera o atual estágio da acumulação do capital como "capitalismo de plataforma", tendo em vista a centralidade das ações no uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC). Nesse estágio, as relações de produção, extração de valor, intermediação do trabalho e circulação de mercadorias ocorrem por intermédio das novas tecnologias, sobretudo, das plataformas de aplicativos.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, L. C. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? **Estudos Avançados**, 34 (98), p.111-126, 2020a.

ABÍLIO, L. C. Uberização: gerenciamento e controle do trabalhador just-in-time. In:

ANTUNES, R. (Org.) **Uberização**: trabalho digital e Indústria 4.0. São Paulo: Boitempo, 2020b.

ALIANÇA BIKE. **Pesquisa de perfil de entregadores ciclistas de aplicativo**. São Paulo: Aliança Bike, 2019.

ANTUNES, R. ; FILGUEIRAS, V. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARAÚJO, J. C. **A natureza da centralidade urbana em Natal**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal.

BARBOSA, S. D. ; RUSSO, E. Da Uber Eats ao cornershop: o reposicionamento da Uber no mercado brasileiro. **GVcasos**, v. 13, n. 1, p. 1-8, jan./jun. 2023.

COELHO, R. N. ; AQUINO, C. A. B. Inserção laboral, juventude e precarização. **Psicologia Política**, v. 9, n. 18, p. 275-289, jul./dez. 2009.

COSTA, A. M. ; BEZERRA, J. E. Expansão territorial das foodtechs no Brasil no contexto da pandemia de Covid-19. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 44, v. 4, p. 9-33, set./dez. 2022.

GODOY, L. A. G. **Empresas de aplicativo delivery, meio técnico-científico informacional e neoliberalismo no Brasil**: suas manifestações na cidade de São Paulo. 2020. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia) -Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

GOÉS, G. ; FIRMINO, A. ; MARTINS, F. Painel da Gig Economy no setor de transportes do Brasil: quem, onde, quantos e quanto ganham. **Carta de Conjuntura**, n. 55, 2° trimestre de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA)**: território - Natal. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/territorio#/N6/2408102. Acesso em: 06 abr. 2022.

LI, C. ; MIROSA, M. ; BREMER, P. Revisão de plataformas de entrega de comida online e seus impactos na sustentabilidade. **Sustentabilidade**, v. 12, n. 14, p. 5528, 2020.

MEDEIROS, M. S. F. Desemprego juvenil: assimetria entre negros e brancos no mercado de trabalho na sociedade brasileira. **Latitude**, v. 6, n. 1, p. 105-129, 2012.

MELLO, M. B. S. **"Você tem fome de quê?"**: análise da distribuição espacial dos principais aplicativos de delivery no Brasil. 2020. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói.

MONTENEGRO, M. R. **O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da Globalização**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) -Universidade de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA, E. L. **Divisão do trabalho e circuitos da economia urbana em Londrina-PR**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

RIBEIRO, A. C. T. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA: POR UMA GEOGRAFIA LATINO-AMERICANA: DO LABIRINTO DA SOLIDÃO AO ESPAÇO DA SOLIDARIEDADE. **Anais...** São Paulo, 2005.

SALVADOR, D. S. C. O. O território usado e o uso atual do território do Agreste Potiguar. **Holos**, v. 2, p. 110-131, 2009.

SANTOS, M. ; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, [2001] 2008.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: EDUSP, [1979] 2018.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. et al. O papel ativo da Geografia: um manifesto. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, **Anais...** Florianópolis, 2000.

SILVEIRA, M. L. Da pobreza estrutural à resistência: pensando os circuitos da economia urbana. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS: CRISE, PRÁXIS E

AUTONOMIA: ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA E DE ESPERANÇAS, **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2010.

SILVEIRA, M. L. O espaço geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial.

GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, n. 19, p. 81-91, 2006.

SOUZA, M. A. A. Território usado, rugosidades e patrimônio cultural: ensaio geográfico sobre o espaço banal. **Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades**, v. 2, n. 4, p. 1-17, out. 2019.

SOUZA, N. S. F. ; SILVA, S. C. Globalização, psicosfera e economia urbana: um estudo da ação da plataforma iFood. In: XIV ENANPEGE - ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, **Anais...** 2021.

SRNICEK, N. **Platform capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2016.

TOZI, F. As novas tecnologias da informação como suporte à ação territorial das empresas de transporte por aplicativo no Brasil. In: ZAAR, M. ; CAPEL, H. (Org.) **Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista**. Barcelona: Universidad de Barcelona/Geocrítica, 2018. p. 172-187.

TOZI, F. Da nuvem ao território nacional: uma periodização das empresas de transporte por aplicativo no Brasil. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, v. 24, n. 3, p. 487-507, 2020.

TOZI, F. Plataformas digitais de transporte e uso algoritmo do território brasileiro. In: XIV ENANPEGE, **Anais...** João Pessoa, 2021.

ESPAÇO EM REVISTA
ISSN: 1519-7816
https://periodicos.ufcat.edu.br/espaco

GEOGRAFIA E PLANEJAMENTO: por uma Geografia Crítica Aplicada

Vitor Alfredo de Rezende Alves[1]
Paulo Henrique Kingma Orlando [2]

Como citar: ALVES, Vitor Alfredo de Rezende; ORLANDO, Paulo Henrique Kingma. GEOGRAFIA E PLANEJAMENTO:: por uma Geografia Crítica Aplicada. **Espaço em Revista**, Catalão, v. 26, n. 2, 2024. DOI: https://doi.org/10.70261/er.v26i2.74652. Disponível em: https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/espaco/article/view/74652

Esta obra está licenciada com uma Licença CC BY 4.0 . Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

Recebido: 12/04/2024 | **Aceito:** 12/08/2024 | **Publicado:** 16/12/2024

Resumo
O presente estudo é uma pesquisa teórica e bibliográfica que busca analisar como se deu o processo de fragmentação teoria-prática na Geografia, bem como a relação desse processo com outras fragmentações, como a divisão Física e Humana. Destaca-se a importância de uma Geografia Crítica no planejamento, entendendo que a visão de relação sociedade-natureza da Ciência Geográfica é um aspecto importante para uma prática de organização espacial integrada e autonomista. Entende-se que o planejamento é um dos lugares por excelência da Geografia, numa preocupação de superação da dicotomia teoria-prática. O quadro que aqui se deseja levantar é que uma visão compartimentada mantém na Geografia complexas contradições internas, buscando dar destaque ao aspecto teórico-prático para entender o papel da Ciência Geográfica no planejamento. Assim, o artigo foi dividido em três tópicos. No primeiro serão discutidas algumas das fragmentações da Geografia, com destaque para a dicotomia teoria-prática. No segundo pretende-se trazer o papel da Geografia no planejamento. No terceiro, buscar-se-á apresentar concepções de planejamento para além do tradicional, um outro planejamento, integrado e autonomista.

Palavras-chave: Geografia. Fragmentações. Planejamento. Integração.

GEOGRAPHY AND PLANNING: Towards an Applied Critical Geography

Abstract
This study is a theoretical and bibliographical research that aims to analyze the process of theory-practice fragmentation in Geography, as well as the relationship of this process with other fragmentations, such as the division between Physical and Human Geography. The importance of Critical Geography in planning is highlighted, understanding that the perspective on the society-nature relationship in Geographic Science is an important aspect for a practice of integrated and autonomous spatial organization. Planning is understood as one of the quintessential areas of Geography, with a focus on overcoming the theory-practice dichotomy. The picture that this study aims to present is that a compartmentalized vision maintains complex internal contradictions within Geography, seeking to emphasize the theoretical-practical aspect to understand the role of Geographic Science in planning. Thus, the article is divided into three sections. The first will discuss some of the fragmentations in Geography, with emphasis on the theory-practice dichotomy. The second section intends to highlight

[1] Doutorando em Geografia na Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG), Brasil
E-mail: vitor_rezende2012@hotmail.com
[2] Professor doutor em Geografia na Universidade Federal de Catalão, Catalão (GO), Brasil
E-mail: phorlando@yahoo.com.br

the role of Geography in planning. The third will aim to present planning concepts that go beyond the traditional, focusing on an integrated and autonomous planning approach.

Keywords: Geography. Fragmentations. Planning. Integration.

Introdução

A relação da Geografia com o Estado e com o modo de produção capitalista foi uma das características marcantes dessa ciência desde a sua constituição. O caráter descritivo e inventariante das pesquisas realizadas pela Ciência Geográfica foi tomado de forma utilitarista. Assim, a descrição e o trabalho no planejamento estratégico colocavam o geógrafo em uma posição importante.

O Movimento de Renovação da Geografia a partir da década de 1970 trouxe críticas profundas a esse utilitarismo e a relação da Geografia com o Estado, destacando a importância de a Geografia ser crítica a realidade contraditória que organiza a sociedade. Tal característica foi necessária tendo em vista que a utilidade do conhecimento geográfico servia a propósitos muitas vezes predatórios. A Geografia nesse momento também se mostrava mais preocupada com sua estruturação e sua epistemologia, buscando avançar sob o ponto de vista teórico, tendo em vista o passado mais aplicado.

Tal situação, no entanto, provocou um afastamento da Geografia, e sobretudo dessa Geografia Crítica das práticas de planejamento, como apontam diversos autores como Mendonça (1989) e Sales (1993). Esse afastamento soma-se a marcada fragmentação existente entre Geografia Física e Geografia Humana, que nas palavras de Hissa (1998) tem a primeira se aproximando da prática e a segunda da teoria.

Nesse sentido que o objetivo do presente artigo é analisar como se deu esse processo de fragmentação teoria-prática na Geografia bem como a relação desse movimento com outras fragmentações, como a Física e Humana. Se trata de uma pesquisa teórica e bibliográfica, que busca em diversos autores elementos que discutem perspectivas acerca do problema apresentado.

Entende-se aqui importância de uma Geografia Crítica no planejamento, entendendo que a visão de relação sociedade-natureza da Ciência Geográfica é um aspecto importante para uma prática de organização espacial integrada e autonomista. Entende-se que o planejamento é um dos lugares por excelência da Geografia numa preocupação de superação da dicotomia teoria-prática. O quadro que se deseja levantar é que essa visão compartimentada mantém na Geografia complexas contradições internas, buscando dar

destaque ao aspecto teórico-prático para entender o papel da ciência Geográfica no planejamento.

Assim, o artigo foi dividido em três tópicos. No primeiro, serão discutidas as fragmentações da Geografia, com destaque para a dicotomia teoria-prática. No segundo pretende-se trazer o papel da Geografia no planejamento. No terceiro, buscar-se-á apresentar concepções de planejamento para além do tradicional, um outro planejamento, integrado e autonomista. Por fim, é necessário pontuar que tal artigo é parte de dissertação de mestrado defendida em 2020.

As fragmentações da Geografia: a dicotomia teoria *versus* prática

A Geografia historicamente se constituiu como uma ciência da relação sociedade-natureza, e preocupada, assim, com a organização e ordenamento espacial. Atrelada aos interesses do Estado, ela desenvolveu importantes ações de planejamento, sobretudo a partir das chamadas Sociedades de Geografia.

Aquela Geografia de base descritiva do passado foi importante instrumento para o planejamento e servia a interesses estatais, chamado por Lacoste (2011) de Geografia dos estados-maiores, uma Geografia preocupada com descrições e comparações, e que não tocava nas contradições do espaço. Tanto a Geografia Tradicional quanto a Neopositivista entravam nessa situação, a segunda com uma roupagem mais tecnicista.

Constituindo-se associada ao reconhecimento do território, a Geografia manteve-se próxima às necessidades do Estado, que atrelado ao modo de produção tinha interesse na espoliação da natureza e da classe trabalhadora, servindo, assim, a um projeto ideológico. Desse modo, as ciências de maneira geral, e, especialmente, a Geografia, tiveram importante participação ao,

> [...] promover o desenvolvimento do 'conhecimento' sobre a natureza para atender os interesses econômicos vigentes e o de 'dominação' como forma de se legitimar a apropriação e utilização intensiva da natureza e dos respectivos meios de produção. (CASSETI, 2009, p. 22, grifos do autor).

Ela foi de acordo com Moreira (2011) se constituindo em uma Geografia fragmentada em dois grandes campos: a Geografia Humana e a Geografia Física. Tal aspecto sempre acarretou problemas ao seu desenvolvimento, sendo um ponto que ainda se mantém na atualidade. Entretanto, a ciência geográfica passa na década de 1970 pelo Movimento de Renovação, compondo uma crítica em torno daquele utilitarismo da Geografia que servia a

ordem hegemônica. Esse movimento foi um marco importante porque se contrapôs ao caráter utilitarista das geografias Tradicional e Neopositivista, àquela Geografia que servia aos interesses dos estados-maiores.

Mas o Movimento, embora revolucionário sobre os rumos da Geografia (mormente com relação ao avanço epistemológico), não conseguiu superar todos os problemas desta ciência, persistindo aqueles relativos às fragmentações que a afligem, especialmente a dicotomia teoria-prática, além de dar nova conotação à dicotomia Geografia Física *versus* Humana.

Autores como Mendonça (1989), Sales (1993), e Clemente (2007) apontam que houve um problema na constituição da Geografia Crítica. Os autores analisam que o avanço do Movimento de Renovação passa a rotular alguns ramos como a Geografia Física, a Cartografia e o Planejamento como domínio do utilitarismo, relacionadas àquela Geografia a qual se contrapunha.

Para Sales (1993) passou-se a haver uma relação tensa entre Geografia Crítica e Geografia Física, o que mantinha a fragmentação e as dicotomias. A autora entende que para superar o utilitarismo, bem como resolver a dificuldade de tratar elementos físicos e humanos ao mesmo tempo, excluiu-se a Geografia Física da reformulação crítica da ciência geográfica. Assim, para a autora essa escolha acabou,

> [...] resultando no alijamento dos estudos de natureza física do âmbito de Geografia Crítica, sob o argumento da sua desimportância social e política e, principalmente, sob a suposta existência de compromisso apriorístico do pesquisador da área para com a sociedade de classes [...] (SALES, 1993, p. 2).

Essa fragmentação fez as dicotomias na Geografia adquirirem um aprofundamento das características ideológicas. E é nesse momento que se acirra uma outra dicotomia, entre uma Geografia Aplicada e uma Geografia Crítica, uma "Geografia a serviço e outra contra o capital", e se a Geografia agora renovada busca desvendar as máscaras sociais, para fazer alusão a Ruy Moreira, ela se afasta das intervenções práticas, "porque essas servem ao capital".

É importante entender que as fragmentações têm efeitos mútuos, até porque provém do mesmo motor. Constituiu-se de maneira geral uma Geografia Física tida como ramo da prática e a Geografia Humana como teoria (MENDONÇA, 1989). Ou seja, entender a fragmentação teoria-prática está diretamente relacionada a separação física e humana. Essa divisão ideológica aumentou o fosso de separação já existente, o que de maneira geral fez se

estabelecer duas ou mais geografias, do ponto de vista da forma de proceder cientificamente. Assim sendo,

> [...] os argumentos que têm sido articulados sobre essa fragmentação declaram que a geografia humana, nos últimos quarenta anos, no que se refere à análise dos padrões espaciais das atividades humanas, não tem tido a necessidade básica de contextualizar-se em referência aos aspectos naturais do ambiente. Com isso, em muitos estudos, o ambiente físico acaba desempenhando um papel negligente para o entendimento da natureza dos padrões da atividade humana e seu controle. Da mesma forma, os geógrafos físicos também começaram a estudar os fenômenos espaciais sem a referência das atividades humanas, somente pela explanação da dinâmica física dos elementos físico-naturais causais, sem qualquer menção às atividades e importância para os humanos. Outro aspecto que caracteriza tal desunião refere-se aos próprios embasamentos para as pesquisas, com os geógrafos físicos estando mais ligados às ciências físico-exatas e os humanos mais ligados às ciências sociais. (GOMES; VITTE, 2012, p. 136).

Entende-se assim, que o Movimento de Renovação privilegiou a Geografia Humana. É o que aponta Mendonça (1989, p. 11) ao dizer que a "[...] a maior parte dessas produções são de autoria de geógrafos ligados principalmente à parte humana/social da geografia, registrando uma tendência a tratar a geografia física de maneira muito superficial [...]". A Geografia, pois, ataca sua própria condição enquanto ciência, julgando agora ser apenas ciência do homem, e enquanto ciência total avança muito pouco. Faz-se uma Geografia Física com pouca preocupação teórica e uma Geografia Humana com pouca preocupação prática.

Num conjunto maior, essa dicotomia também se une a outras, como à Licenciatura e Bacharelado, formando conjuntos de aproximações que raramente se tocam, uma linha licenciatura-teoria-humana, e outra linha bacharelado-prática-física, ou seja, a própria estrutura de formação alimenta a máquina da fragmentação, não somente da maneira de se entender a Geografia, mas da própria carga de conhecimento que cada um desses campos adquire durante a formação. Desse modo, fazer Geografia passa a ser uma batalha contra a maré. Produz-se,

> [...] 'o geógrafo cientista', distinto do 'geógrafo não-cientista'. Outra interpretação derivada: haveria uma geografia científica, distinta de uma geografia não-científica. A geografia não-científica seria aquela 'voltada' para o ensino? O que dizer dos professores em sala de aula? Haveria um ensino 'não-científico' da geografia? O que significa ser científico? E, mais adiante, como haver profissionais do ensino distantes da pesquisa? [...] (HISSA, 1998, p. 35).

Ou seja, não obstante tenha avançado frente aos eventos precedentes, o Movimento de Renovação não conseguiu superar o problema elementar da Geografia, a dicotomia Física e Humana, e talvez o tenha acirrado, somando-o a outros, o que, no entanto, não diminui a sua importância e contribuição para todo o arcabouço teórico-metodológico dessa ciência.

Entende-se, contudo, que esse não é um problema somente da Geografia, ele faz parte de um movimento de constituição da visão de mundo fragmentária que caracteriza a sociedade e a ciência moderna, mas que nela desenvolveu profundas contradições. O quadro que aqui se deseja levantar é que essa visão compartimentada mantém na Geografia complexas contradições internas, buscando dar destaque ao aspecto teórico-prático para entender o papel da ciência Geográfica no planejamento.

Importante contribuição, nesse aspecto, torna-se a obra de Hissa (1998), o autor chama atenção para uma separação entre puro e aplicado, que se reflete na Geografia. "[...] O puro seria o suposto território de teóricos; o aplicado, por sua vez, seria o domínio daqueles que fazem, dos mais práticos: dos que assim se consideram – livres da abstração teórica." (HISSA, 1998, p. 33). A prática geográfica a partir dessa visão é dicotômica, capaz de enxergar "[...] de um lado o conhecimento sobre o 'mundo', de outro o planejamento do 'mundo' [...]" (*Ibidem*, p. 33). Assim, se constitui uma Geografia retalhada.

Souza (1992) também aborda a cisma que foi criada em torno do planejamento durante o Movimento de Renovação, na ideia criada de que agindo de tal maneira, a Geografia estaria contribuindo com a manutenção do *status quo*, promovendo mero reformismo sem trazer críticas a estrutura do modo de produção.

Obviamente que as preocupações com o utilitarismo do planejamento não são uma ideia descabida, afinal ele tem sido feito exatamente dessa forma. Quando Carvalho e Santos (1960) falam sobre a importância de uma Geografia Aplicada, chamam atenção também para os riscos. A Geografia não deve ser meramente tecnicista, como muitas vezes é.

> [...] a preocupação com o uso de todo o conhecimento gerado deve ser uma constante na reflexão daqueles que necessitam oferecer respostas válidas aos vários problemas que a sociedade enfrenta. Assim, a geografia e os geógrafos como cientistas devem tornar-se cada vez mais preocupados com tais questões. (GUIDUGLI, 1980, p. 1 apud HISSA, 1998, p. 35).

Mas, o planejamento continua sendo feito de forma contraditória sem a participação da Geografia, ou por uma Geografia sem crítica. O planejamento sem a interferência de uma visão de mundo ampla (que a Geografia pode emprestar) é predatória sobre o meio e sobre a sociedade. Historicamente se constituiu essas formas contraditórias de planejamento,

permitindo que apenas áreas tidas como técnicas planejem, como se a predação, espoliação, a desigualdade fossem a única maneira de se planejar.

A Geografia avançou em muitos aspectos, mas perdeu a capacidade de intervenção. Negando e abandonando o planejamento, ela critica, mas não propõe alternativas viáveis. É preciso progredir para além da crítica e com a crítica. Isso pressupõe uma mudança tanto dos que seguiram pelo campo do conhecimento físico quanto humano.

Pode-se, assim, pensar na utilidade social da Geografia atual e ver o quanto perdeu-se espaço profissional com essa negação. Basta olhar a representatividade de geógrafos no CONFEA (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e outras áreas. As cadeiras são reduzidas, concursos públicos raramente (ou nunca) ofertam vagas diretamente para geógrafos, ou seja, isto indica que outros profissionais estão desempenhando tarefas tradicionalmente ligadas a Geografia. O geógrafo que apenas denuncia e não propõe, não consegue se efetivar nas políticas de planejamento.

Até mesmo no ensino, a Geografia tem sido ameaçada. No campo da educação, há décadas se denuncia o caráter apenas memorizador da Geografia. Num contexto de internet e de acesso fácil a informação, a Geografia retalhada se torna mais do mesmo ao aluno. Daí que se pode perguntar se estão realmente tomando o lugar da Geografia, ou as contradições internas têm proporcionado isso.

Para Souza (1992, p. 11) a Geografia restringiu-se a denúncia passando a se recusar "[...] a mergulhar na realidade e a valorizar pequenos-grandes problemas sem perder de vista os verdadeiros grandes [...]". Isso acaba por tornar incompleta a tarefa do geógrafo, e pode explicar um pouco da perda de espaço profissional. É evidente que essa, como qualquer fragmentação, é vazia quando submetida a uma análise mais minuciosa. Porque toda aplicação pressupõe uma teoria e toda teoria procura ser aplicada. Dessa maneira, essa confusão afasta a prática de uma abstração mais refinada, e torna a teoria mais distante da realidade.

A fragmentação confunde. Não existem Geografia Física e Humana, bem como não existem Geografia Pura e Aplicada, existe Geografia, enquanto estudo da relação sociedade-natureza, e como conhecimento produzido pelo homem, deve ser para o homem, tanto em explicação quanto em aplicação. A quem interessa esse conhecimento e essa aplicação depende do objetivo, de quando é formulado e por quem. Afinal, "[...] a ciência é, também, o uso que se faz dela." (DUARTE, 2007, p. 36).

A mudança perpassa por avançar para além e com a crítica, propor intervenções, e é crucial afastar ou dirimir as dicotomias. Entende-se, nesse sentido, que um dos passos a serem dados está relacionado ao retorno da importância do planejamento na Geografia, aceitando que esta área de atuação é um dos locais por excelência da ciência geográfica que pode muito contribuir na sua execução, tanto por deter as condições essenciais de conhecimento do espaço quanto de como sua apropriação pode ser feita de forma menos predatória.

Geografia e planejamento

O ato de planejar, de organização do espaço, é uma atividade feita pela humanidade desde a antiguidade, embora seja um aspecto que ganha corpo durante o século XX. Assim, o planejamento não é algo restrito a uma disciplina ou um campo específico do conhecimento. De maneira geral "[...] podemos definir planejamento como o conjunto de medidas tomadas para que sejam atingidos os objetivos desejados, tendo em vista os recursos disponíveis e os fatores externos que podem influir nesse processo [...]" (DUARTE, 2007, p. 22). Segundo Santos (2004) o planejamento,

> [...] é um processo contínuo que envolve a coleta, organização e análise sistematizadas das informações, por meio de procedimentos e métodos, para chegar a decisões ou a escolhas acerca das melhores alternativas para o aproveitamento dos recursos disponíveis [...] (SANTOS, 2004, p. 24).

Há, assim, diversos conhecimentos necessários, e por consequências, diversos profissionais que devem integrar um projeto de planejamento que seja adequado a complexidade das questões a serem resolvidas. Sendo assim, qual seria a especificidade do geógrafo nesse trabalho?

A natureza do conhecimento geográfico, a essência da Geografia, é estudar a relação sociedade-natureza. De tal forma, sua especificidade é trabalhar com essa inter-relação em sua configuração na produção do espaço geográfico, este, produto histórico da relação sociedade-natureza "[...] natureza modificada pelo homem através do seu trabalho [...]" (SANTOS, 2012, p. 150).

Assim sendo, a Geografia deve trabalhar sob o viés da totalidade, ou seja, compreender a realidade como um todo, dinâmico e relacional. Conforme Gomes (2007, p. 84) "[...] a busca da visão de totalidade deve ser a nossa constante meta, tendo em vista que só por intermédio dela é que superamos nossas deficiências a-científicas no âmbito do empirismo e do subjetivismo".

Há toda uma discussão de método que influencia na dificuldade da unidade na Geografia, porque se desenvolveram métodos em ciências humanas, métodos em exatas e ciências naturais. Por isso Lave; Wilson; Barron (2019) assinalam que é necessária uma revisão na maneira de tratar o método para construir essa Geografia. Portanto,

> [...] os métodos de estudar a história da sociedade não necessitam diferir essencialmente dos que se utilizam para estudar a natureza, evidenciando os ensinamentos de Marx (1955) de que 'no futuro, a ciência natural absorverá a ciência humana do mesmo modo que a ciência humana absorverá a ciência natural: se converterão em uma só disciplina'. (CASSETI, 2009, p. 56, grifos do autor).

Para Orlando (2013, p. 94) "[...] primeira e segunda natureza seriam tão somente momentos distintos de uma única natureza, não havendo, portanto, separação homem-natureza, e sim uma interação dialética [...]". Como conceber então uma Geografia Física e uma Geografia Humana? Entende-se, no entanto, que aqui há uma dialética. Essa é a perspectiva do método, da visão de relação sociedade-natureza. Ao mesmo tempo, "[...] o fato de se considerar que natureza e história se unem numa totalidade não significa que se estabeleça uma completa indiferenciação entre ambas". (CASSETI, 2009, p. 75).

Sociedade e natureza não são unidades separadas, mas são regidos por movimentos diferentes, cientificamente há que se construir uma maneira de compreender a complexidade de ambos, sem fragmentar a realidade. Logo, ainda que a visão seja de totalidade, não se quer dizer que sociedade e natureza seguem os mesmos padrões, os procedimentos utilizados podem e muitas vezes devem ser diferentes, mas só podem ser apreendidos na totalidade.

A ciência geográfica tem, portanto, a possibilidade de gerar uma análise concisa dos diferentes aspectos que envolvem o planejamento, tendo em vista que as políticas tradicionais estão eivadas de pragmatismo e fragmentação, que não compreendem a complexa realidade dos componentes do espaço. A compreensão de totalidade que a Geografia pode desempenhar a faz aparecer, nesse sentido, como ponte para superar a dissociada visão de mundo e por consequência dos projetos de planejamento. No entanto, o afastamento da Geografia do planejamento e suas dicotomias internas a deixam estagnada no desempenho de tal papel.

A realidade pede, antes de mais nada uma Geografia una. Para cumprir seu papel ela tem que ter teoria clara, pensar a totalidade, crítica, aplicada. Uma Geografia que supere sua fragmentação para conter soluções fragmentárias. A Geografia só tem o seu lugar quando preserva aquilo que a constitui enquanto tal, ou seja, a relação sociedade-natureza. Se não há uma clareza do que é a Geografia, como aplica-la? E assim se perde espaço.

A primeira questão requer trazer a Geografia Física para uma análise crítica, ao mesmo tempo que proposição à Geografia Humana, o que na prática implica esquecer esses adjetivos para voltar a falar apenas em Geografia. O abandono da parte física numa perspectiva crítica de Geografia não constitui avanço e sim retrocesso, porque são processos que se constituem na realidade, e são base do conhecimento geográfico.

Aquilo que se denomina Geografia Física faz parte da essência da Geografia. É necessário considerar que "[...] as paisagens terrestres, antes de terem sofrido a interferências cultural do homem, representaram heranças fisiográficas e ecológicas [...]" (AB' SABER, 1969, p. 263). A Geografia deve ser una, e também passível de aplicação. Como frisa Ab'Saber (Ibid. p. 261) "[...] não há dúvidas que o grande interesse prático e imediato da ciência geográfica, deriva do seu potencial de aplicabilidade em termos de interesse humano e social [...]". A Geografia precisa avançar em ambos, tanto em teoria quanto em prática, mas se atrasa por essas dicotomias internas.

Carvalho e Santos (1960) vêm chamar atenção para uma Geografia aplicada, abordando a peculiaridade da Geografia, de associação Física-Humana. Para os autores "[...] uma ciência puramente acadêmica é uma ciência amputada [...]" (CARVALHO; SANTOS, 1960, p. 17). De tal maneira, há o entendimento de que a completa realização da Geografia e de qualquer ciência somente se dá a partir da relação teoria-prática.

Tanto Carvalho e Santos (1960) quanto Ab´Saber (1969) destacam o papel da Geografia no planejamento, e o cabedal que ela possui para desempenhar tal função. A Geografia tem que se dispor a emprestar sua visão de "síntese" na construção de um outro planejamento. Para tal é necessário quebrar falsas máximas que foram criadas: planejar não é necessariamente utilitarista, depende de como é feito. Tem que se parar de temer a proposição, e não se trata de tornar a Geografia utilitarista, mas capaz de intervir. Para o Ab´Saber (1969), uma Geografia para o planejamento deve significar um outro planejamento.

Lave; Wilson; Barron (2019) trazem uma abordagem interessante nesse sentido, falam de uma Geografia Física Crítica (GFC), justamente para romper com a falsa máxima de que Geografia Física e Geografia Crítica não se coadunam. Os autores trazem vários exemplos de trabalhos com esse viés integrador, além de aplicáveis. Chamam a atenção para a necessidade de estudos "físicos" que se preocupem com a crítica da realidade, até porque fazem parte do objeto de estudo, sem esquecer a dinâmica da primeira natureza por trás. Acredita-se, no entanto, que se pode avançar mais, falar apenas em Geografia.

Faz-se necessário olhar para os clássicos. A Geografia dos clássicos, até mesmo pelo contexto permitia uma visão holística da realidade. Ao longo do processo de constituição da

ciência e, particularmente da Geografia, é que as dicotomias aparecem e são radicalizadas (MOREIRA, 2011). Historicamente, também sempre se buscou o caminho de volta para sua unidade, como foi a tentativa da Geografia das Civilizações, mas enfrentou dificuldades de se manter una, haja visto não ser essa uma tarefa simples, ainda mais na conjuntura de fragmentação generalizada que se instala na sociedade desde o paradigma newtoniano-cartesiano, e especialmente, do Positivismo (*Ibidem*).

Um dos principais aspectos que foram perdidos foi capacidade de descrição dos clássicos, como ilustra Moreira (2011). É evidente que a mera descrição também gera problemas, porque se vive num mundo que se apresenta complexo e total, e criticável, mas é um fator que merece ser preservado. A Geografia nos clássicos, sobretudo em Humboldt e Ritter, pode ser ponte para quebra das dicotomias.

A Geografia do passado era mais descritiva, e tinha uma capacidade talvez maior de aplicação, mas era extremamente restrita e ligada ao Estado, logo, tendia a ser tradicional em seus projetos. Mas, essa não é única forma de "fazer Geografia", e atualmente há cada vez mais possibilidades de torná-la diferente, desde que não se jogue fora "a criança com a água da bacia". Fazer Geografia sempre significou uma análise espacial para o homem, e conforme Santos (2007) aponta, ela sempre esteve a serviço de uma proposição frente a complexidade da organização da sociedade. Tanto que para o autor,

> [...] a Geografia não nasce como um conhecimento resultante da reunião de um conjunto de sábios ou, mesmo, de uma outra obra que qualquer um deles poderia ter escrito. Trata-se, de fato, de certo tipo de comportamento associado diretamente à nossas necessidades de sobrevivência. (SANTOS, 2007, p. 2).

Se voltar à essência, a Geografia pode contribuir para novas formas no planejamento, resgatando a visão de unidade que constitui a realidade. Sob esse aspecto Casseti (2009, p. 28) destaca que "[...] ao tratar das questões ambientais, a Geografia permite a aproximação do homem com a natureza, rompendo a visão dicotômica e afirmando a unidade dialética". Ou seja, é uma ressignificação do que geralmente é feito.

Ao mesmo tempo deve-se valorizar a crítica em relação a forma como o espaço geográfico é produzido na sociedade capitalista, a fim de não perder aquilo que se acumulou durante o Movimento de Renovação, de denunciar as desigualdades sociais, onde os detentores dos meios de produção, através da superestrutura controlam, subjugam e exploram a força de trabalho que sustenta a infraestrutura do modo de produção. Essa é a relação homem-homem, que constitui o espaço na relação sociedade-natureza.

O processo de renovação em direção a uma Geografia Nova, recorrendo a Milton Santos, não deve ser o abandono da intervenção na realidade, ou de uma Geografia propositiva, de relegar a segundo plano o conhecimento da natureza e do ato de planejar, implica sim, ressignificar, de forma que, juntos realizem o propósito geográfico de contribuir para a sociedade da melhor maneira possível.

É necessário destacar, com base em Souza (2005) que há um planejamento conservador, modernista, mas pode haver um planejamento autonomista, um planejamento que considere as desigualdades sociais, a preservação do meio e as necessidades da sociedade, enfim, que entenda a realidade além de uma mera análise técnica, mas também política e histórica, das conjunturas e necessidades a partir do instrumental teórico-metodologia da Geografia.

Como qualquer prática espacial, não há neutralidade no planejamento, ele "[...] é aquilo que se faz dele [...]" (SOUZA, 2011, p. 85). Um outro planejamento pode ser, de tal forma, uma contraposição. Conforme Hissa (1998),

> [...] sendo o planejamento em si, uma atividade em que se faz necessária uma abordagem holística, uma ciência como a Geografia, ciência da relação sociedade-natureza, tem suma importância, levando em conta a sua capacidade de síntese ou a sua privilegiada visão de conjunto. (HISSA, 1998, p. 9).

A proposição se aproxima, dessa forma, da concepção de Gomes (2007) quando aponta que "[...] a ciência geográfica deve fornecer a sua contribuição no sentido de apresentar o melhor ordenamento do espaço – definido como produtivo e social – que se depreende das relações dos homens no processo de produção e da vida em sociedade" (GOMES, 2007, p. 107).

Embora, o ato de planejar tenha servido historicamente à manutenção do *status quo*, o planejamento não é, absolutamente, antagônico à uma visão progressista de sociedade. Porém, uma falsa dicotomia criada pela ciência moderna, com reflexos na materialização da Geografia Pura e Aplicada (HISSA, 1998).

É necessário, então, destacar o tipo de planejamento que se propõe, como um planejamento que visa o melhor uso possível. O planejamento visa um fim, portanto é carregado de intencionalidade. De tal forma, planejar serve tanto para a manutenção do *status quo* como para sua contestação. A Geografia historicamente serviu para a primeira, o caminho, porém, não é nos afastar, e sim caminhar no sentido da segunda, e ser mais do que críticos, propositivos.

Há que se dizer que nada do que foi dito pressupõe soluções novas, sempre houveram geógrafos e outros profissionais que trabalharam nessa perspectiva, mas sob o ponto de vista de uma tendência geral, ainda são ações minoritárias, pois é uma orientação ligada à visão de mundo fragmentária que comanda a totalidade social.

Ocorrem muitas mudanças na sociedade contemporânea que clamam pela necessidade de uma mudança na ciência, que quebraram a supremacia e o saber absoluto do Positivismo, e que pedem uma Geografia efetivamente nova. A física quântica, a globalização, as tecnologias da informação, o mundo mudou, se apresenta de forma mais clara, na própria realidade como totalidade, assim, não pode ser a ciência a fragmentá-lo.

Toda a perspectiva apresentada faz parte de uma Geografia que ainda se mantém ligada à modernidade e ao pensamento fragmentário. O momento atual é possibilidade de contestação, que ao mesmo tempo é permeado por um risco de aprofundamento dessa questão, por isso a importância de voltar a totalidade. Cabe agora, apresentar o conjunto de concepções que buscam constituir essa nova forma de produzir o espaço, sobretudo relacionada ao planejamento das cidades. De um passado de fragmentação e desarticulação, surgem as tentativas de implantação de planejamentos integrados.

Espaço integrado: por um planejamento urbano-ambiental, integrado e autonomista

As formas tradicionais de planejamento já vêm sendo contestadas em todo o mundo. A partir da constatação de que modelos tradicionais não só não resolvem os problemas, mas, muitas vezes acentuam e criam novos, foram sendo produzidas novas proposições para a gestão das cidades que modifiquem a lógica de oposição sociedade-natureza, ainda que minimamente.

Souza (1992) tem preocupações salutares para a discussão proposta, com relação ao que chama de fragmentação do saber-planejamento. Para o autor supracitado não é somente a prática, mas também a própria palavra vem fragmentada, tanto na adjetivação, quanto na escala – planejamento urbano, ambiental, regional, local. A Geografia tem seu papel na mudança dessa concepção, pois numa realidade comandada por planos marcadamente setoriais, caberia ao geógrafo integrar diferentes visões. Entretanto, como abordado, a ciência geográfica antes deve superar sua fragmentação e sua recente aversão pelo planejamento.

Torna-se uma contradição, assim, compreender o planejamento desarticulado, no caso, ambiental e urbano dissociadamente. Ainda mais em Geografia, já que na prática, além de inadequado "[...] é impossível desenvolver um estudo apenas de geografia física ou de

geografia humana. Precisamos sim, desenvolver um estudo geográfico [...]" (VITTE, 2011, p. 23). Prefere-se adotar o conceito de planejamento integrado, entendendo, natureza e sociedade como uma relação dinâmica de produção e reprodução, nas diferentes escalas. O espaço nessa abordagem se torna relacional. Como nos orienta Santos (2014),

> [...] o movimento que estamos tentando explicitar nos leva a admitir que o espaço total, que escapa à nossa apreensão empírica e vem ao nosso espirito sobretudo como conceito, é que constitui o real, enquanto as frações do espaço, que nos aprecem tanto mais concretas quando menores, é que constituem o abstrato. (SANTOS, 2014, p. 31).

É evidente que existem escalas e adjetivações no planejamento, sejam locais, regionais, nacionais, ambientais, urbanísticos. O que não se pode é fazê-los como se fossem entidades totalmente desconexas. Souza (1992) fala em diferentes integrações necessárias, de escala, sociedade-natureza, entre rural e urbano, entre planejador e sujeito. A primeira constatação é de que sempre há um planejamento, mas ele é quase sempre setorial, segregador, e também higienista e fragmentário. A visão de mundo constituída faz o desenvolvimento ter conotação apenas econômica, por isso é falho para a grande maioria da população e para uma perspectiva sustentável.

A lógica a ser buscada atualmente propõe pensar planejamentos integrados para a superação da lógica de planejamentos setoriais, como apontam Souza (2011), Rezende; Miguez; Veról (2013), entre outros autores. Isso significa uma abordagem interdisciplinar que pense os problemas sob o ponto de vista da totalidade. E a Geografia tem papel importante nesse aspecto.

No caso brasileiro já existem, mecanismos legais que buscam orientar o ordenamento do espaço urbano, com destaque para o Estatuto das cidades, Lei Federal Nº 10.257/01, que "estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental". Destaca-se o inciso IV que demonstra a preocupação em relação ao crescimento da cidade e os recursos do meio: "planejamento do desenvolvimento das cidades: cujo objetivo é o de evitar corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente." (BRASIL, 2001).

A partir dessas diretrizes, associada a Lei Federal Nº 6.766/79 que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, os municípios constroem seu plano diretor e estabelecem regras para o uso e ocupação, que determinam quais atividades e sob quais parâmetros poderão ser

utilizados em cada área da cidade. Tais avanços podem contribuir para pensar os problemas atuais.

Souza (2005) aponta os avanços importantes do Estatuto das Cidades, dentre eles o IPTU progressivo, a outorga onerosa do direito de construir e o Plano Diretor. Esses mecanismos contribuem para uma organização espacial do espaço urbano, sendo ponte para coibir a especulação imobiliária. Destaca ainda a importância de um planejamento mais autonomista (*Ibid*., 2011).

Para o autor, uma reforma urbana de fato é mais do que física, é uma reforma social. Seria, pois, necessário focar em três pontos: coibir a especulação imobiliária; reduzir a disparidade sócio-econômico-espacial; democratizar o planejamento e a gestão. Ou seja, a construção de uma cidade sustentável está diretamente relacionada as desigualdades na relação homem-homem. Nessa concepção, somente se dá o "[...] autêntico processo de desenvolvimento sócio-espacial quando se constata uma melhoria da qualidade de vida e um aumento da justiça social." (SOUZA, 2011, p. 61).

O Estatuto das Cidades destaca dois dispositivos nesse sentido, os conselhos de participação popular e o orçamento participativo, que basicamente são formas de dar espaço para a população participar das decisões, afinal "[...] o planejamento deve superar o senso comum, mas sem jamais ignorar os saberes locais." (Ibidem, p. 37). Esses cuidados fazem-se necessários para que o planejamento não seja mercadófilo, gerador de segregação e gentrificação.

A questão é que os planejamentos têm que se adequar as necessidades reais, não ser meramente proposições técnicas, entendendo como Hissa (1988) que ciência e política sempre terão relação. Gonçalves (2016, p. 123) chama atenção no mesmo sentido ao dizer que "[...] é preciso que fique claro que a solução dos problemas ambientais não é de natureza técnica, mas de uma opção político-cultural".

A singularidade das diferentes localidades também se torna aspecto importante a ser considerado no planejamento. As mazelas das cidades perpassam, assim, pela maneira como elas se constituíram, tanto do ponto de vista prático, quanto da lógica que orienta essas formações espaciais. Desse modo, torna-se um problema a transposição de planejamentos, como a prática de utilizar cópias de outros lugares do mundo para a realidade brasileira. Esse processo também ocorre internamente, transpondo projetos de uma localidade para outra. Por vezes o planejamento de cidades médias acaba por ser cópia de cidades maiores (SOUZA, 2011).

Tal prática torna problemático o planejamento, já que cada área é um enfoque escalar restrito da totalidade, ela possui características próprias, portanto, é necessário que o planejamento trabalhe em cima da realidade específica, afinal "[...] o espaço é [...] um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares." (SANTOS, 2012, p. 153).

Entende-se que há uma dialética entre o geral e o particular, e aqui está a necessidade de uma dialética totalidade e lugar, levantada por Santos (2005). A realidade deve dizer como a ciência é feita, cada local é peculiar, pela teia de relações especificas (ou não), pelo movimento do sujeito e das relações sociais, mas compõem a totalidade. Para Santos (2006, p. 2013) "[...] cada lugar é, à sua maneira, o mundo [...] mas, também, cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais".

Assim, numa mescla de proposições a partir de uma dialética do espaço, a Geografia, tem que se preocupar em propor um planejamento integrado, autonomista, da totalidade, mas adequado às especificidades, enfim, fazer a relação sociedade-natureza e teoria-prática, ser crítica e propositiva. O espaço desarticulado, setorial, tem que se tornar espaço integrado.

Considerações Finais

A superação das fragmentações na Geografia (humana x física e teórica x prática), bem como o apontamento das contribuições da Geografia para um planejamento integrado e autonomista são os aspectos que caracterizam o presente trabalho. É necessário reforçar que a preocupação com o utilitarismo é salutar para a Geografia. Nesse sentido o movimento que traz a Geografia Crítica se constituiu como importante processo para proporcionar a discussão de temas que antes eram deixados a margem pela Ciência Geográfica.

Contudo, é preciso pontuar que a negação (ou pelo menos uma dificuldade de aceitação) do planejamento por um viés mais crítico retira um campo importante para o trabalho do geógrafo, e ainda acentua as fragmentações Física e Humana. É importante pontuar que as dicotomias Física e Humana, teoria e prática, são provenientes da mesma lógica de fragmentação que caracteriza a sociedade ocidental moderna.

O planejamento tem extrema importância na discussão desses pontos na Geografia, porque da mesma forma que se construíram configurações contraditórias sobre uma lógica também contraditória, um planejamento concebido numa visão de contestação pode contribuir para uma outra cidade, um outro campo, outra sociedade. Toda prática espacial é intencional e

o planejamento continua sendo feito de forma contraditória sem a participação mais ampla da Geografia.

É preciso superar os planejamentos setoriais em direção aos planejamentos integrados, e a Geografia tem papel importante nesse movimento, devendo para isso ser ativa, propositiva e crítica, assim como continuar a renovar a si mesma e ajudar a renovar a forma de planejar e as concepções de mundo.

A especificidade do geógrafo, o que diferencia essa área do conhecimento dentro de outras áreas do planejamento é justamente a capacidade de uma relação sociedade-natureza. A realidade pede, antes de mais nada, uma Geografia una, geral e local, física e humana, teórica e prática.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz Nacib. **Geografia e planejamento**. [s.l]: Revista de História, 1969.

BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Subchefia de assuntos jurídicos da Presidência da República**. Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 29 jul. 2017.

CARVALHO, Anna; SANTOS, Milton. **A Geografia Aplicada**. Salvador: Publicações da Universidade da Bahia, 1960.

CASSETI, Valter. **Contra a correnteza**. [S.l]: 2009. Disponível em: <https://www.funape.org.br/contracorrenteza/>. Acesso em: 27 nov. 2017.

CLEMENTE, Evandro César. **Questões teórico-metodológicas da Geografia no limiar do século XXI**: a questão da problemática na dicotomia Geografia Física x Geografia Humana. Presidente Prudente: Revista Formação, 2007. 3 p. Disponível em: < http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/691/716>. Acesso em: 21 dez. 2017.

DUARTE, Fábio**. Planejamento urbano**. Curitiba: Ibpex, 2007.

GOMES, Rodrigo Dutra; VITTE, Antônio Carlos. **Geografia**: sobre sua unidade e fragmentação. São Paulo: Terra Livre, 2012. Disponível em: < http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/448>. Acesso em: 13 out. 2017.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto: 2016.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **Geografia e planejamento**: entre o puro e o aplicado. Belo Horizonte: Geonomos, 1998.

GOMES, Horieste. **Reflexões sobre a teoria e crítica em geografia**. Goiânia: UCG, 2007.

LACOSTE, Yves. **A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papirus, 2011.

LAVE, Rebecca; WILSON, Mattew W.; BARRON, Elizabeth S. **Intervenção**: Geografia Física Crítica. Rio de Janeiro: Espaço Aberto, 2019.

MENDONÇA, Francisco. **Geografia Física**: Ciência Humana? São Paulo: Contexto, 1989.

MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro**: as matrizes clássicas originárias. São Paulo: Contexto, 2011.

ORLANDO, Paulo Henrique Kingma. **A natureza na perspectiva da produção capitalista**: o cenário da exploração dos recursos naturais na atualidade. Catalão: Emblemas, 2013.

REZENDE, Osvaldo Moura; MIGUEZ, Marcelo Gomes; VERÓL, Aline Pires. **Manejo de águas urbanas e sua relação com o desenvolvimento urbano em bases sustentáveis integradas**: estudo de caso dos rios Pilar-Calombé, em Duque de Caxias/RJ. [s.l]: Revista Brasileira de Recursos Hídricos, 2013.

SALES, Vanda Caludino. **Geografia Crítica e Geografia Física**: para além das dicotomias. Mérida: IV Encuentro de Geográfos de America Latina, 1993.

SANTOS, Douglas. **O que é Geografia**? [s.l]: 2007. Disponível em: <https://www.ebah.com.br/content/ABAAAfflwAD/que-geografia-douglas-santos>. Acesso em: 01 fev. 2018.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: EDUSP, 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. São Paulo: EDUSP, 2012.

SANTOS, Rosely Ferreira. **Planejamento ambiental**: teoria e prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004. 184 p.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2 Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica aos planejamentos e à gestão urbana. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **Planejamento integrado de desenvolvimento**: natureza, validade e limites. São Paulo: Terra Livre, 1992.

VITTE, Antônio Carlos. **Por uma geografia híbrida**: ensaios sobre os mundos, as naturezas e as culturas. Curitiba: CRV, 2011.

CC BY

ESPAÇO EM REVISTA
ISSN: 1519-7816
https://periodicos.ufcat.edu.br/espaco

CAMPONESES E DIREITOS HUMANOS: reflexões sobre as atividades mineradoras no município de Catalão (GO)

Tiago Amadeu Borges Diniz[1]

Como citar: DINIZ, Tiago Amadeu Borges. CAMPONESES E DIREITOS HUMANOS: reflexões sobre as atividades mineradoras no município de Catalão (GO). **Espaço em Revista**, Catalão, v. 26, n. 2, p. 55–71, 2024. DOI: https://doi.org/10.70261/er.v26i2.74881 . Disponível em: https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/espaco/article/view/74881

Esta obra está licenciada com uma Licença CC BY 4.0 . Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

Recebido: 29/11/2024 | **Aceito:** 02/12/2024 | **Publicado:** 16/12/2024

Resumo

A mineração em Catalão (GO) emerge como uma atividade econômica central, mas controversa, caracterizada por impactos significativos sobre a população camponesa e sobre o meio ambiente. Este estudo analisa os efeitos da mineração na região, impulsionada por avanços tecnológicos e interesses geopolíticos e econômicos sobre os camponeses. O Complexo Mineroquímico de Catalão-Ouvidor, símbolo desse desenvolvimento, trouxe consigo consequências adversas para a superfície terrestre, o subsolo e as comunidades rurais e urbanas próximas. O artigo adota a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Camponeses como referência para entender essas populações, cuja subsistência e modo de vida estão profundamente conectados à terra. A pesquisa bibliográfica revela um panorama complexo de violações de direitos humanos documentadas em teses, dissertações e artigos que evidenciam a relação conflituosa entre os interesses das empresas mineradoras, o Estado e os direitos das comunidades camponesas. A primeira seção do estudo examina os dilemas éticos e práticos da mineração em Catalão, destacando os conflitos entre os interesses do capital e os direitos das comunidades locais. A segunda seção se concentra nos direitos humanos dos povos camponeses, enfatizando a responsabilidade das empresas e do Estado na promoção de condições de vida dignas e na mitigação dos impactos socioambientais negativos. Conclui-se que a mineração em Catalão não apenas transformou o cenário econômico e ambiental da região, mas também exacerbou desigualdades sociais e comprometeu os direitos fundamentais das comunidades camponesas. O estudo aponta para a posição omissa do Estado brasileiro frente à situação.

Palavras-chave: Mineração. Direitos Humanos. Conflitos Socioambientais.

PEASANTS AND HUMAN RIGHTS: REFLECTIONS ON MINING ACTIVITIES IN THE MUNICIPALITY OF CATALÃO (GO)

Abstract

Mining in Catalão (GO) emerges as a central yet controversial economic activity, characterized by significant impacts on peasant populations and the environment. This study examines the effects of phosphate mining in the region, driven by technological advancements and geopolitical and economic interests concerning peasants. The Catalão-Ouvidor Mining-Chemical Complex, emblematic of this development, has brought adverse consequences to land surface, subsurface, and nearby rural and urban communities. The article adopts the UN Declaration on the Rights of Peasants as a reference to understand these populations, whose livelihoods and way of life are deeply connected to the land.

[1] UFCAT, Catalão, GO, Brasil, e-mail: tiagodiniz039@gmail.com

Bibliographic research reveals a complex landscape of human rights violations documented in theses, dissertations, and articles, highlighting the contentious relationship between mining companies' interests, the state, and the rights of peasant communities. The first section of the study examines the ethical and practical dilemmas of mining in Catalão, emphasizing conflicts between capital interests and local community rights. The second section focuses on the human rights of peasant peoples, underscoring the responsibility of companies and the state in promoting dignified living conditions and mitigating negative socio-environmental impacts. It is concluded that mining in Catalão has not only transformed the economic and environmental landscape of the region but also exacerbated social inequalities and compromised the fundamental rights of peasant communities. The study points to the Brazilian state's neglectful stance in addressing the situation.

Key words: Mining. Human Rights. Socio-Environmental Conflicts.

Introdução

A mineração é uma das atividades econômicas mais degradantes para os territórios nos quais se instala. Nesse sentido, o presente trabalho tem o objetivo de refletir sobre as atividades mineradoras em Catalão (GO) e seus impactos sobre a população camponesa à luz dos direitos humanos.

As décadas de 19970, 1980 e 1990 foram transformadoras para o capitalismo. Não diferentemente, para Catalão também foram. De um contexto de quase inutilidade produtiva, o Cerrado se tornou um dos biomas mais produtivos através do avanço tecnológico para fertilização e melhoramento e também da implementação das atividades mineradoras. Ambos estão intrinsecamente ligados, uma vez que a exploração de fosfato nesta região passou a servir aos interesses geopolíticos do Estado e aos interesses do capital nacional e internacional focados no aumento da produtividade e numa agricultura moderna.

A formação do Complexo Mineroquímico de Catalão-Ouvidor implicou - e ainda implica - numa série de efeitos perversos contra a superfície terrestre, o subsolo e as pessoas que ocupam as áreas rurais e urbanas próximas. Neste estudo, busca-se refletir sobre os impactos sobre as populações camponesas, entendendo estes, segundo a "Declaração da ONU sobre os Direitos dos Camponeses e Outras Pessoas que Trabalham nas Áreas Rurais", como

> toda pessoa que se envolve ou procure se envolver, seja de maneira individual ou em associação com outras ou como comunidade, na produção agrícola em pequena escala para subsistência ou comercialização, ou a utilização em grande medida, mas não exclusivamente, da mão de obra dos membros de sua família ou de seu lugar e a outras doramas não monetárias de organização de trabalho, que tenham vínculo especial de dependência e apego a terra (Nações Unidas, 2018, art. 1º).

Para tanto, utiliza-se como técnica investigativa a pesquisa bibliográfica ao realizar um levantamento de teses, dissertações e artigos produzidos que relacionem a mineração em Catalão com violações de direitos humanos consagrados em tratados e acordos internacionais.

O artigo se divide em duas seções, sendo a primeira é dedicada a reflexões acerca da mineração em Catalão, seus impactos e os conflitos entre o interesse do capital e dos camponeses. Numa segunda seção, são debatidas questões relativas aos direitos humanos dos povos campesinos, evidenciando a relação entre as empresas e o Estado no cumprimento e garantia das condições dignas de vida a estes sujeitos.

Mineração em Catalão-GO

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2024), Catalão surgiu a partir de um pouso de bandeirantes, que chegaram à região por volta de 1722, acompanhando a comitiva de Bartolomeu Bueno da Silva, o "Anhanguera", que veio a Goiás em busca de ouro. Um dos capelães desta comitiva, Frei Antônio, um espanhol natural da Catalunha e apelidado de "O Catalão", decidiu, junto com três companheiros, criar um ponto de pouso na Fazenda dos Casados, localizada às margens do Córrego do Almoço.

Eles foram motivados pela qualidade do solo, a amenidade do clima e, principalmente, pela necessidade de reabastecer a expedição quando retornasse à região. Em 20 de agosto de 1859, Catalão foi legalmente constituída como cidade. No entanto, devido à falta de meios de transporte e comunicação, ficou isolada dos grandes centros de decisão da época, resultando em um processo de desenvolvimento lento e prolongado (Silva, 2015).

Azevedo e Bezerra (2020), Silva (2015) e Silva e Mendonça *[s.d.]* indicam que algumas transformações ocorridas na segunda metade do Século XX foram estruturantes no processo de formação da Catalão contemporânea. A década de 1960 marca a chegada da rodovia BR-50 que liga a nova capital Brasília a municípios estratégicos do Sudeste do país, tornando Catalão um importante ponto da malha rodoviária nacional. Além disso, na década seguinte, a cidade e sua vizinha Ouvidor recebem unidades mineradoras que vão marcar um novo estágio de desenvolvimento, crescimento e geração de empregos.

A mineração desempenhou um papel crucial no processo de formação espacial, política e econômica do Brasil, sendo igualmente relevante no Estado de Goiás. Segundo Gonçalves (2016), estabelecer uma periodização ajuda a compreender as diversas fases de integração dos territórios do Cerrado ao capitalismo nacional e global. Essas mudanças revelam diferentes formas de modernização territorial, que se manifestam de maneiras

distintas, refletindo um processo desigual impulsionado pela expansão capitalista (Reis, 2023).

Durante a Ditadura iniciada em 1964, as políticas de planejamento, como os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), criaram um ambiente favorável ao Estado desenvolvimentista. Essa fase priorizou grandes projetos destinados a promover a industrialização do território nacional (Silva, 2018). Esse período foi marcado pela reestruturação produtiva do capital e por uma geopolítica de exploração do Cerrado, dessa forma, terra, água e subsolo se tornaram componentes essenciais na inserção sistemática do capital nacional e transnacional (Reis, 2023).

Até a década de 1970, o Cerrado era visto como uma área sem potencial produtivo devido aos seus solos ácidos, o que desencorajava investimentos agrícolas. Com a introdução de corretivos pela indústria mineral e química, os solos começaram a receber esses insumos para aumentar a produtividade e permitir uma agricultura moderna (Pires, 2000 *apud* Reis, 2023). Esse desenvolvimento impulsionou investimentos e a implantação de empreendimentos para a exploração de minérios como calcário e fosfato, culminando na formação do Complexo Mineroquímico de Catalão-Ouvidor. A exploração de fosfato nesta região passou a servir aos interesses geopolíticos do Estado e aos interesses do capital nacional e internacional (Reis, 2023).

Portanto, a indústria mineral em Catalão (GO) esteve diretamente ligada à modernização capitalista da agricultura. O êxodo rural resultante do ciclo de expropriação modernizadora nas décadas de 1970/80 foi fundamental para a constituição da reserva de mão de obra necessária para o trabalho industrial urbano em Catalão (Azevedo; Bezerra, 2020).

Mineração, imperialismo e subordinação

A mineração no Brasil reflete séculos de subordinação e imposições do imperialismo internacional, além de uma constante agressão ao meio ambiente e às condições de trabalho. Essa relação de subordinação ao imperialismo internacional é evidente, pois as empresas que operam no setor minerário são majoritariamente transnacionais e se instalam em países pobres enquanto expropriam populações, controlam terras, água e subsolo, e geram conflitos de classe que afetam sistematicamente os territórios de vida coletiva de populações locais, como camponeses, indígenas e quilombolas (Gonçalves, 2016).

Portanto, ao abordar a mineração, não estamos nos limitando apenas ao uso e à apropriação dos minérios, considerando sua rigidez locacional (Sciliar, 1999 *apud* Reis, 2023), mas sim considerando todo o conjunto sistêmico que compõe a atividade. A concessão de lavra envolve mais do que a extração em si, pois requer diversos elementos, como água, remoção do solo superficial, alteração da paisagem, força física dos trabalhadores, uso de energia, entre outros. Trata-se de um processo contínuo que ocorre ao longo de toda a lavra e não apenas na abertura do empreendimento, o que faz com que a mineração possua uma geograficidade temporal e espacial na apropriação e utilização desses elementos (Reis, 2023).

A apropriação desses recursos revela que o capital mineral opera e promove uma lógica de domínio global das relações socioeconômicas. Dessa forma, recursos naturais e humanos são utilizados como meio de expansão capitalista. No Brasil, praticamente todos os municípios têm algum tipo de exploração mineral, seja em grande, média ou pequena escala. Segundo a Agência Nacional de Mineração (ANM), são 2.635 municípios mineradores que recebem a Contribuição Financeira por Exploração de Recursos Minerais (CFEM), um tributo pago pelas empresas mineradoras (Reis, 2023).

A exploração mineral no Brasil e no mundo é um processo diversificado, no qual há variações e semelhanças, mas cada país apresenta suas próprias peculiaridades, sem deixar de estar intrinsecamente ligada ao capitalismo contemporâneo. A mercantilização de recursos naturais, como terra, água, ar, luz solar e minérios, é central nas novas fronteiras de acumulação do capital global (Gonçalves, 2016).

O Estado de Goiás reflete essa dinâmica de exploração de seu subsolo e territórios. No estado, o setor mineral é variado e representa o segundo maior componente do PIB goiano, ficando atrás apenas da agropecuária (IMB, 2020), sendo as empresas transnacionais e nacionais que operam no território goiano, explorando seus recursos subterrâneos.

Um extenso processo histórico em termos institucionais, econômicos e socioespaciais tem se desenrolado desde as décadas de 1970, quando as primeiras atividades de exploração mineral na região começaram, até os dias atuais. Modernização capitalista, monopolização, internacionalização, privatização, impactos ambientais destrutivos e expansão da apropriação de terras e do subsolo são algumas das marcas das transformações enfrentadas pela atividade ao longo dessas décadas (Azevedo; Bezerra, 2020).

Entretanto, é na década de 1990, com o fortalecimento das políticas neoliberais e o crescimento dos esforços sistemáticos de privatização das empresas estatais de mineração que o cenário mais perverso se forma. A Goiasfértil foi privatizada em 1992, enquanto a

Companhia Vale do Rio Doce, atualmente Vale S.A, foi privatizada em 1996, exemplificando esse processo. Fundada em 1970, a Goiasfértil desempenhou um papel fundamental na criação do modelo de grandes projetos neoextrativistas no território goiano. A exploração mineral em Catalão é dominada principalmente pelas corporações internacionais monopolistas Mosaic Fertilizantes (EUA) e China Molybdenum - CMOC (China) (Reis, 2023).

Cerrado em disputa: desenvolvimento para quem?

A discussão sobre o desenvolvimento através da exploração mineral levanta questões fundamentais sobre o que realmente constitui o desenvolvimento e para quem ele ocorre. A maior permeabilidade de grandes empresas transnacionais em um número crescente de países altera significativamente a relação dos próprios Estados com tais atores. Como demonstrando, fala-se aqui de empresas e conglomerados com suntuosas movimentações financeiras, capazes de determinar o desenvolvimento ou completo definhamento de regiões inteiras. A situação se dá em função do grande poderio para criação de empregos e consequente geração de renda e consumo.

Entretanto, o Discurso do Desenvolvimento pela Mineração (DDM) é construído sobre uma perspectiva discursiva que legitima a atividade mineradora, criando uma narrativa distorcida de desenvolvimento. Coelho (2015) *apud* Fonseca, Reis e Matos (2019) descreve esse discurso como centrado na retórica da geração de empregos, na arrecadação de receitas através de impostos e, consequentemente, na promoção do desenvolvimento socioeconômico. Segundo essa visão, a mineração é apresentada como uma solução abrangente para toda a sociedade, não apenas para uma parte dela, posicionando-se como uma resposta à pobreza.

Dessa forma, ao prometerem a geração de emprego e aumento de renda da população, por exemplo, tais empresas conseguem deixar passar despercebido aos olhos de muitos o desmonte de direitos sociais a partir do lobby praticado dentro das instituições democráticas e aproximação entre as esferas pública e privada (Roland et al, 2018). A ênfase na criação de empregos reflete a preocupação central de uma população que teme o desemprego, o que justifica, para muitos, a continuidade da atividade mineradora apesar de seus impactos conhecidos (Fonseca; Reis; Matos, 2019).

Para Furtado (1978) *apud* Fonseca, Reis e Matos (2019), a distinção entre desenvolvimento e progresso reside no fato de que o desenvolvimento se refere a um conceito mais amplo e econômico, enquanto o progresso implica numa proposta de reconciliação social

entre forças antagônicas. Portanto, qualquer discussão sobre desenvolvimento e o discurso em torno do desenvolvimento pela mineração deve ser realizada com cautela, considerando qual tipo de desenvolvimento está sendo discutido.

De certo modo, esse processo de expansão pode ser entendido como um método de territorialização, uma forma de apropriação de um espaço que antes possuía significados próprios, mas que, com a chegada das mineradoras, passa a adquirir uma nova configuração, gerando antagonismos com os que já habitavam o local. Enquanto para as mineradoras esse território representa um objeto de acumulação e desenvolvimento de capital, para os camponeses vizinhos, o território camponês possui valores e significados distintos (Fonseca; Reis; Matos, 2019).

Em Catalão e Ouvidor, a exploração de fosfato está presente desde os anos 1970 e tem exacerbado conflitos por terra e água em comunidades camponesas ao longo das décadas (Gonçalves, 2016). Nessas localidades goianas, a abertura de minas a céu aberto, a construção de pilhas de estéril e barragens de rejeitos resultaram na expropriação de dezenas de famílias camponesas e continuam representando uma ameaça constante de expulsão (Fonseca; Reis; Matos, 2019).

Nos territórios do Cerrado, a disputa por terra, água e subsolo (minérios) está no centro dos conflitos frente às novas fronteiras de privatização dos bens comuns naturais. Nestes territórios ocorre o que o geógrafo David Harvey (2014) chama de "novos cercamentos", onde os recursos naturais anteriormente considerados bens gratuitos são transformados em mercadorias que impulsionam o "ecossistema global do capital". Desde os anos 1970, observa-se um crescimento econômico acelerado nos territórios do Cerrado, o que tem incentivado a concentração fundiária, a extinção de espécies, a urbanização, o surgimento de novos milionários e o *hidrocídio*. Nesse sentido, Gonçalves (2022) entende que a devastação sistemática da vegetação do Cerrado, cujas raízes profundas são cruciais para o sistema hidrológico do bioma, compromete as águas subterrâneas e leva à destruição das bacias hidrográficas. Isto se mostra real uma vez que

> O estudo desenvolvido na área da microbacia do Córrego Fundo (GO) mostrou que algumas das amostras de águas analisadas não estão em conformidade com o padrão estabelecido pela Resolução Conama 357/05 artigo 15. Os resultados das amostras de água, em sua maioria, demonstram uma correlação direta dos minerais presentes nas amostras de água com a litologia e geologia local e estão concernentes com as atividades antrópicas desenvolvidas na área, indicando acelerado processo de alteração da paisagem. Os resultados obtidos evidenciaram que a qualidade da água da

> microbacia do Córrego Fundo, em função da geologia da área, não atende ao padrão estabelecido pelo Conama 357/05, para os elementos de P, Al, Mn, Fe, Pb, N e Ba, portanto, é necessário continuar o seu monitoramento por um período maior para definir a caracterização da qualidade da mesma, bem como o seu enquadramento na Resolução do Conama (Peres; Coelho; Ferreira, 2009, p. 84).

Diante desse cenário de antagonismo entre a indústria mineradora e os camponeses, ambos coabitando e atribuindo significados distintos ao mesmo território, a disputa territorial é delineada por um modelo de supremacia do desenvolvimento, apoiado pelo Estado e centrado na acumulação de capital e no capitalismo (Fonseca; Reis; Matos, 2019). Segundo Santos (2003), essa acumulação passou por três fases: inicialmente pela imposição da força, seguida pelo desenvolvimento de monopólios e aumento da concentração de capital, e, finalmente, pela gestão e planejamento da pobreza.

Após a chegada das mineradoras, observa-se uma diminuição no acesso à água e problemas significativos, como o ruído constante dos caminhões e a presença de partículas de poeira provenientes dos depósitos de estéril, que afetam diretamente as condições de vida das populações que vivem nas comunidades como Macaúba, Chapadão, Taquara, Coqueiros, Morro Agudo e Mata Preta, nos municípios de Catalão e Ouvidor (Fonseca; Reis; Matos, 2019; Azevedo; Bezerra, 2020).

Nas comunidades camponesas, as nascentes de água são vistas como recursos que excedem o controle de uma única família; são consideradas como bens comuns de uma coletividade local, regida por normas específicas de uso e apropriação. Essa característica distingue nitidamente o campesinato de sociedades mais integradas: em um contexto global onde a água é cada vez mais tratada como uma "mercadoria escassa" e um elemento central nos negócios hídricos, o uso coletivo suscita reflexões sobre regulação, compartilhamento e normativas para o acesso a esses recursos (Galizoni; Ribeiro, 2013).

Dessa forma, o processo que converte o território do Cerrado em uma região agrária, urbana e exportadora não apenas facilita o aumento das taxas de degradação ambiental, mas também integra a economia ao mercado internacional de commodities e promove a apropriação de recursos fundamentais como terra, água e minérios (Gonçalves, 2022).

Assim, a Geografia brasileira, especialmente a Geografia Agrária, tem se empenhado em interpretar a mineração como um tema vivo e dinâmico, presente no centro dos conflitos e suscitando análises fundamentais de geógrafos, ativistas, militantes, trabalhadores e autoridades municipais, estaduais e federais (Reis, 2023).

Estado, empresas e direitos humanos dos camponeses

O conceito de "arquétipo de camponês" é uma construção pré-concebida e uma mistificação que, segundo Shanin (1980) *apud* Castro (2023), não corresponde a uma realidade específica e imediata, pois aqueles rotulados como camponeses são diversos e ricos em suas particularidades. A categoria de camponês, conforme discutido por Castro (2019), serve como uma síntese do pertencimento que pessoas e comunidades atribuem a si mesmas, considerando os diversos lados e mecanismos presentes nas disputas. Isso evita generalizações conceituais que poderiam levar a definições excessivamente rígidas e simplificadoras.

Comparado ao contexto europeu, o termo "campesinato" é de uso mais recente e complexo no Brasil. Sua adoção começou nos anos 1950, associada politicamente às reivindicações de grupos e partidos de esquerda em favor dos "campesinos". Nesse sentido, no Brasil, o termo tende a corresponder mais a uma categoria política do que a uma categoria científica (Castro, 2023).

Olhando especificamente para o Direito, as grandes declarações jurídicas históricas mantiveram silêncios significativos em relação a certas categorias sociais, como a do campesinato. Esse silêncio persistiu mesmo com a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948. Em geral, documentos jurídicos clássicos não enfatizaram de forma explícita o campesinato, apesar da presença de camponeses, sob diversas terminologias locais, que existiram e continuam a existir em seus contextos sociais e históricos variados (Castro, 2023).

Os direitos humanos constituem um conjunto essencial e indispensável de direitos que garantem uma vida pautada na liberdade, igualdade e dignidade (Ramos, 2017). Piovesan (2018) pontua que a ampla formalização dos direitos humanos no cenário internacional é um processo de criação normativa que começa após a Segunda Guerra Mundial, tendo como base um compromisso moral e político que buscou fornecer uma resposta jurídica às atrocidades e horrores do totalitarismo no poder.

Com a transformação dos direitos humanos em uma questão global, surgiu a ideia central de que os Estados têm obrigações em relação à comunidade internacional como um todo. Para ilustrar, podemos citar a célebre decisão da Corte Internacional de Justiça de 1970, no caso *Barcelona Traction*, que reconhece essas obrigações como fundamentais para uma ordem pública internacional orientada por um interesse geral que vai além dos interesses

particulares dos Estados soberanos. Nesse sentido, Ramos (2017) pontua que os direitos humanos se sustentam na universalidade - reconhecimento de que os direitos humanos são direitos de todos - e na essencialidade - dotados de valores indispensáveis e que todos devem protegê-los.

Assim, de forma geral, o campesinato se constitui historicamente como um sujeito coletivo que mobiliza populações rurais e vocaliza o direito de acesso à terra. Essa dimensão foi reconhecida internacionalmente na "Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e Outras Pessoas que Trabalham nas Áreas Rurais", de 2018 (Castro, 2023).

Tradicionalmente, o Direito Internacional se limita aos Estados enquanto sendo este o detentor de direitos e obrigações internacionalmente, mas, a visão se expandiu para as Organizações Internacionais e indivíduos a partir da universalização dos direitos humanos e necessidade de proteção de tais direitos (Moreira, 2020; Fachin *et al*, 2016). As corporações transnacionais, enquanto agentes econômicos, teoricamente estão sujeitas à lei de um país e à jurisdição de seus tribunais. As empresas transnacionais não possuem, por si só, uma personalidade individual distinta capaz de responsabilizá-las no plano internacional. Isso significa, portanto, que essas entidades só podem ser responsabilizadas por suas ações de maneira difusa, explorando assim os interesses divergentes dos vários países nos quais operam (CETIM, 2005).

Na declaração sobre o direito ao desenvolvimento, entre outras premissas, reconhece-se que este é um processo abrangente, englobando aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos, visando à contínua melhoria do bem-estar de toda a população mediante sua participação ativa, livre e significativa, além da distribuição equitativa dos benefícios gerados. No entanto, em um contexto histórico capitalista, fundamentado na acumulação de capital, surge a indagação sobre que tipo de desenvolvimento o Estado pode realmente fomentar e administrar. Este paradigma muitas vezes prioriza o crescimento econômico quantitativo em detrimento de preocupações mais profundas com questões sociais e ambientais, suscitando questionamentos sobre a sustentabilidade e a justiça a longo prazo (Pereira; Becker; Wildhagen, 2013).

O conflito desenvolvimentista se apresenta como uma questão estrutural complexa e de difícil resolução quando diferentes formas de uso para um mesmo território são estabelecidas em bases divergentes. Isso acontece quando o valor prático atribuído pelas comunidades tradicionais ao espaço entra em conflito com o valor econômico imposto por novos exploradores do território (Becker, 2009). Neste contexto, a intervenção do Estado se

torna crucial não apenas para assegurar o suprimento e o aproveitamento das condições naturais como fatores essenciais para a produção capitalista, mas também para lidar com as demandas de grupos sociais e classes que defendem outros usos desses recursos naturais (Pereira; Becker; Wildhagen, 2013).

A análise de Harvey (2004) sobre o imperialismo capitalista destaca sua natureza contraditória, envolvendo a fusão da política estatal com a expansão imperial baseada no controle territorial e na exploração de recursos naturais para objetivos políticos, econômicos e militares. Ele descreve o imperialismo como um processo difuso que prioriza o domínio e a utilização do capital ao longo do espaço e do tempo. Essas dinâmicas têm fomentado novas análises, especialmente no Brasil a partir dos anos 2000, em conexão direta com o aprofundamento das estruturas de capitalismo dependente e do colonialismo interno. Esse contexto viu o surgimento de um projeto *neodesenvolvimentista* focado na ampliação do capital através da política territorial centrada na extração de riquezas naturais e na formação de mercados de ativos (Azevedo; Bezerra, 2020).

A partir das privatizações no setor de mineração, tornou-se evidente a estratégia de fragmentação do processo de negociação, desconsiderando as comunidades e suas possibilidades de negociação coletiva, incluindo o reassentamento das pessoas afetadas. Nesse contexto, também se destacaram os novos métodos das empresas, incluindo práticas de suas contratadas, que contribuíram para acirrar os conflitos entre as famílias. Isso envolveu a disseminação de informações falsas sobre as condições e direitos das comunidades tradicionais, invasões de áreas devidamente cercadas, intimidações e ameaças contra os moradores (Pereira; Becker; Wildhagen, 2013). Nesse sentido,

> Foram sistematizadas informações retratando situações indicativas de violação dos seguintes direitos: 1) Direito à informação e à participação; 2) Direito à liberdade de reunião, associação e expressão; 3) Direito ao trabalho e a um padrão digno de vida; 4) Direito à moradia adequada; 5) Direito à educação; 6) Direito a um ambiente saudável e à saúde; 7) Direito à justa negociação, tratamento isonômico, conforme critérios transparentes e coletivamente acordados; 8) Direito de ir e vir; 9) Direito às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim com ao acesso e preservação de bens culturais, materiais e imateriais; 10) Direito dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais; 11) Direito de grupos vulneráveis à proteção especial; 12) Direito de acesso à justiça e a razoável duração do processo judicial; 13) Direito de proteção à família e a laços de solidariedade social ou comunitária; 14) Direito à melhoria contínua das condições de vida (Pereira; Becker; Wildhagen, 2013, p. 136).

Portanto, a apropriação do território pelo empreendimento de mineração impõe desafios significativos às comunidades locais. A recusa das empresas mineradoras em reconhecer muitos moradores como afetados ressalta como se configura o contexto social local: os deslocados fisicamente são reassentados, porém enfrentam problemas como inadequações nas construções, descumprimento de cláusulas acordadas e ameaças de novos reassentamentos devido à expansão contínua da mineração na região. Isso resulta em deslocamentos econômicos, com a interrupção ou eliminação das suas atividades produtivas (Pereira; Becker; Wildhagen, 2013).

Nesse cenário, emerge o debate sobre os direitos humanos dos povos campesinos. Os direitos humanos têm sido uma preocupação global desde a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948. No entanto, foi apenas recentemente que se reconheceu que a proteção dos direitos e liberdades fundamentais não é exclusivamente responsabilidade dos Estados. O lançamento dos princípios "Proteger, Respeitar e Remediar" pela ONU em 2008 foi fundamental para impulsionar o debate sobre os papéis e responsabilidades das empresas em relação aos direitos humanos (Scabin, 2022).

Dado seu caráter não obrigatório, as violações seguem sendo reportadas pelo mundo. Todavia, os princípios, enquanto *soft law*, não devem ser descartados na discussão, uma vez que podem formar a base para a construção de novos referenciais além de poder orientar e embasar as decisões de Estados e Organizações Internacionais perante a temática (Olsen; Pamplona, 2019).

O debate sobre direitos humanos abrange uma ampla gama de aspectos. Em linhas gerais, os direitos civis e políticos estão relacionados à segurança física e abordam questões que vão desde a proibição da tortura até a liberdade de expressão. Já os direitos econômicos, sociais e culturais englobam garantias como moradia, acesso a serviços de saúde e o direito à vida familiar, entre outros. Além desses, há direitos humanos que, embora não estejam explicitamente consagrados na legislação internacional, podem ser considerados implícitos nos demais, como o direito à água e à alimentação (Milanez; Santos; Pinto, 2016).

No contexto das empresas mineradoras, que frequentemente são associadas à violação de direitos civis, a maneira como o setor aborda essas questões pode apresentar várias facetas. Em resposta, muitas dessas empresas têm proposto uma série de acordos voluntários, visando teoricamente evitar associações negativas. No entanto, esses arranjos têm sido amplamente criticados. Em relação ao segundo grupo de violações, especialmente aquelas ligadas aos direitos econômicos e ao desenvolvimento, as empresas têm utilizado seus programas de

Responsabilidade Social Corporativa (RSC) como uma possível resposta. No entanto, os resultados dessas iniciativas têm sido frequentemente questionados, sugerindo que podem ser mais estratégias retóricas do que soluções efetivas (Milanez; Santos; Pinto, 2016).

Siqueira (2021) aponta, além disso, para uma preocupação com imagem e marca da empresa. Nesse sentido, é perceptível que os temas relacionados ao meio ambiente e direitos humanos possuem um apelo popular e estão no campo de observância da opinião pública. Portanto, mais do que questões tecnicamente jurídicas e políticas, quando falamos das iniciativas voluntárias de conformidade de empresas com os direitos humanos, falamos de aspectos marqueteiros. A própria Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) afirma também que, ao considerar os temas que envolvem os direitos humanos a médio e longo prazo, as empresas têm uma probabilidade maior de evitar controvérsias, melhorar a percepção de marca por parte dos clientes, e atrair e manter seus funcionários de forma mais eficaz (OCDE, 2020).

Assim, a implementação de instrumentos voluntários, embora possa representar avanços formais, parece não ser eficaz o bastante para prevenir a violação concreta dos direitos humanos. Esta discussão sobre as violações é aprofundada na comparação entre o discurso das empresas e as demandas dos movimentos sociais (Milanez; Santos; Pinto, 2016).

As lutas camponesas continuam a representar, em um contexto mais amplo das lutas sociais, a busca por terra, direitos e democracia, já que possuir terra ainda é visto como sinônimo de poder, incluindo poder político e econômico. No Brasil, o campesinato não possui um estatuto jurídico formal como sujeito de direito, apesar de mobilizar agendas e movimentos sociais no campo. Nos últimos governos, como os de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022), não houve adesão à "Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e Outras Pessoas que Trabalham nas Áreas Rurais" de 2018 (Castro, 2023).

O Brasil foi o único país da América Latina a não votar favoravelmente ao texto, enfatizando que o documento teria apenas caráter voluntário, apesar de ter sido aprovado por 33 países (Castro, 2023). O governo brasileiro chegou a solicitar a remoção de parágrafos que tratavam de direitos humanos e considerou delicado o trecho que reconhecia os camponeses como sujeitos de direito à terra, individual ou coletivamente, inclusive o direito de acesso e uso da terra para alcançar um padrão de vida adequado, viver em segurança, paz e dignidade (Nações Unidas, 2018).

Considerações finais

Nota-se, em destaque, como a mineração em Catalão não apenas transformou o cenário econômico e ambiental da região, mas também exacerbou os conflitos territoriais e a desigualdade social. A chegada das empresas mineradoras, e junto delas os processos de modernização do capital a partir das privatizações, não só monopolizou recursos naturais como terra e água, mas também impôs mudanças drásticas no estilo de vida das comunidades camponesas locais. A expropriação de terras, a contaminação ambiental e a escassez de recursos hídricos foram algumas das consequências diretas enfrentadas pelas populações rurais.

Além disso, a discussão nos evidencia como o discurso do desenvolvimento pela mineração frequentemente ignora ou minimiza os impactos negativos sobre os direitos humanos das populações locais. Tais empresas podem frequentemente promover a atividade mineradora como uma solução para o desenvolvimento econômico, destacando a criação de empregos e o aumento da arrecadação fiscal, enquanto negligenciam os direitos à terra, à água e ao ambiente saudável das comunidades afetadas.

A partir de uma abordagem que considera os direitos humanos dos camponeses, à luz da "Declaração da ONU sobre os Direitos dos Camponeses e Outras Pessoas que Trabalham nas Áreas Rurais", evidenciou como essas comunidades são frequentemente marginalizadas e suas vozes subjugadas diante dos interesses corporativos e estatais. A falta de proteção adequada e a responsabilização das empresas por violações de direitos humanos são desafios significativos enfrentados pelas populações camponesas em Catalão. Tal fragilização se dá pelo desinteresse do Estado brasileiro na proteção desses povos, o que evidencia a cooptação do Estado - que deveria proteger sua população - pelo poder do capital internacional.

Por fim, é crucial ressaltar que a aplicação de ações mitigatórias e voluntárias por porte das empresas, ou seja, as ações de responsabilidade social, não são suficientes para resolução dos conflitos ou, sequer, para sua redução. As ações voluntárias das corporações tendem a estar muito mais vinculadas a estratégias de marca, marketing e imagem, do que com o compromisso social de assegurar dignidade àqueles que vivem próximo das áreas de mineração. Portanto, é clara a posição omissa do Estado que se coloca muito mais ao lado destas empresas do que dos camponeses, uma vez que, no que se refere aos direitos humanos, opta por não se vincular às normas que tentam garantir a dignidade e a proteção necessária.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, L. M. C.; BEZERRA, J. E. "TERRA A VISTA!": APROPRIAÇÃO DE TERRAS E RECURSOS TERRITORIAIS PELAS MINERADORAS MULTINACIONAIS NO MUNICÍPIO DE CATALÃO (GO). **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, *[S. l.]*, v. 21, n. 2, p. 122–148, 2020. DOI: 10.33026/peg.v21i2.7544. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/7544. Acesso em: 14 jul. 2024.

BECKER, L. C. **Tradição e modernidade**: o desafio da sustentabilidade do desenvolvimento na Estrada Real. 2009. Tese (Doutorado). IUPERJ, Rio de Janeiro. CASTRO, Luís Felipe Perdigão de. Campesinato. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, [S.L.], v. 10, n. 2, p. 105-133, 5 maio 2023. Revista Brasileira de Sociologia do Direito. http://dx.doi.org/10.21910/rbsd.v10i2.686.

CASTRO, Luís Felipe Perdigão de. **Conflitos por terra no Brasil e na Colômbia**: mecanismos de apropriação privada e os camponeses como sujeitos coletivos de direito. Tese (Ciências Sociais)–Departamento de Estudos Latin-Americanos, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

CETIM (Genebra). Diretor do Cetim. **TRANSNATIONAL CORPORATIONS AND HUMAN RIGHTS**. Genebra: Imprimerie Du Lion, 2005. 79 p. Disponível em: https://www.cetim.ch/wp-content/uploads/Transnational-corporation-and-human-rights.pdf. Acesso em: 25 out. 2023.

FONSECA, Nathanne Karita Gonçalves da; REIS, Bruno Serafim dos; MATOS, Patricia Francisca de. **Territórios em Disputa**: territorialização das mineradoras em catalão (go) e os impactos para os camponeses. In: SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOGRAFIA, 4., 2019, Catalão, 2019. v. 16, p. 1-16. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Bruno-Reis-12/publication/344335616_TERRITORIOS_EM_DISPUTA_TERRITORIALIZACAO_DAS_MINERADORAS_EM_CATALAO_GO_E_OS_IMPACTOS_PARA_OS_CAMPONESES/links/5f69714292851c14bc8ded6e/TERRITORIOS-EM-DISPUTA-TERRITORIALIZACAO-DAS-MINERADORAS-EM-CATALAO-GO-E-OS-IMPACTOS-PARA-OS-CAMPONESES.pdf. Acesso em: 14 jul. 2024.

GALIZONI, F. M.; RIBEIRO, E. M. Água, terra e família: uma etnografia dos recursos hídricos nas comunidades camponesas da Mantiqueira mineira. **Revista da UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 68–93, 2016. DOI: 10.35699/2316-770X.2013.2691. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/2691. Acesso em: 14 jul. 2024.

GONÇALVES, R. F.G.; **No horizonte, a exaustão**: disputas pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de mineração em Goiás. 504f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2016.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. Tradução Jefferson Camargo. São Paulo. Martins Fontes selo Martins. 2014

IBGE. **Histórico do município**. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/catalao/panorama . Acesso em: 14 jul. 2024.
MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P. dos; PINTO, R. G. Mineração e violações de direitos humanos: uma abordagem construcionista. **Homa Publica - Revista Internacional de Derechos Humanos y Empresas**, Juiz de Fora, Brasil, v. 1, n. 1, p. e:007, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/HOMA/article/view/30456. Acesso em: 14 jul. 2024.

MOREIRA, A. C. T. As transnacionais e a ampliação dos sujeitos de Direito Internacional. **Homa Publica - Revista Internacional de Derechos Humanos y Empresas**, Juiz de Fora, Brasil, v. 4, n. 1, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/HOMA/article/view/30499. Acesso em: 17 jun. 2023.

OLSEN, Ana Carolina Lopes; PAMPLONA, Danielle Anne. VIOLAÇÕES A DIREITOS HUMANOS POR EMPRESAS TRANSNACIONAIS NA AMÉRICA LATINA: perspectivas de responsabilização. **Revista Direitos Humanos e Democracia**, [S.L.], v. 7, n. 13, p. 129-151, 13 set. 2019. Editora Unijui. http://dx.doi.org/10.21527/2317-5389.2019.13.129-151.
ONU. **Declaración de los Derechos Campesinos e de Otras Personas que Trabajam en Zonas Rurales**. Enero 2018. Disponível em https://undocs.org/pdf?symbol=es/A/RES/73/165. Acesso em: 20jun. 2020.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - OCDE. **ESG Investing**: Practices, Progress and Challenges. 2020. Disponível em: https://www.oecd.org/finance/ESG-Investing-Practices-Progress-Challenges.pdf. Acesso em 18 out. 2023.

PEREIRA, Denise de Castro; BECKER, Luzia Costa; WILDHAGEN, Raquel Oliveira. COMUNIDADES ATINGIDAS POR MINERAÇÃO E VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: cenários em conceição do mato dentro. **Revista Ética e Filosofia Política**, Juiz de Fora, v. 1, n. 16, p. 124-150, 08 ago. 2018. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/eticaefilosofia/article/view/17706. Acesso em: 14 jul. 2024.

PERES, Verônica Nogueira; COELHO, Luciana Melo; FERREIRA, Idelvone Mendes. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA SUPERFICIAL DA MICROBACIA DO CÓRREGO FUNDO - CATALÃO (GO). **Revista de Ciências Ambientais**, Canoas, v. 3, n. 2, p. 67-85, 2009.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e Justiça Internacional**: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. 581 p.
RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. 1089 p.

REIS, Bruno Serafim dos. **AS FRONTEIRAS DO NEOEXTRATIVISMO EM CATALÃO (GO)**: da territorialização do capital aos conflitos socioterritoriais. 2023. 217 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/37333/1/FronteirasNeoextrativismoCatal%c3%a3o.pdf. Acesso em: 14 jul. 2024.

ROLAND, Manoela Carneiro et al. Desafios e perspectivas para a construção de um instrumento jurídico vinculante em direitos humanos e empresas. **Revista Direito Gv**, [S.L.], v. 14, n. 2, p. 393-417, ago. 2018. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/2317-6172201817.

SANTOS, Milton. **Economia espacial**: críticas e alternativas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SCABIN, Flávia. **A VISÃO DAS EMPRESAS DE MINERAÇÃO ACERCA DO SEU PAPEL EM RELAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS**: uma leitura a partir dos seus relatórios de sustentabilidade e de sua política de direitos humanos. 2022. 226 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração de Empresas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2022. Disponível em: https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/52dfe080-e0aa-4d6a-bfb2-6d1f83fda163/content. Acesso em: 14 jul. 2024.

SILVA, Kelly Cristina da; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **Mulher e Trabalho**: uma análise geográfica a partir do trabalho nas mineroquímicas em Catalão/GO. Disponível em: http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaeconomica/12.pdf. Acesso em 14 jul. 2024.

SILVA, Magda Valéria da. **TRABALHO DE CAMPO NO ESPAÇO URBANO DE CATALÃO/GOIÁS:** uma proposta pedagógica. In: 8 ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE GEOGRAFIA. 2015, Catalão. Catalão. 2015. p. 1-20. Disponível em: https://www.falaprofessor2015.agb.org.br/resources/anais/5/1441765172_ARQUIVO_TRABALHODECAMPONOESPACOURBANODECATALAOGOIAS.pdf. Acesso em: 14 jul. 2024.

SIQUEIRA, Camilla Lacerda. **GOVERNANÇA CORPORATIVA E FATOR ESG COMO MEIOS PARA O IMPACTO SOCIAL E AMBIENTAL NO SETOR EMPRESARIAL**. 2021. 62 f. TCC (Doutorado) - Curso de Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais, Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/236432. Acesso em: 20 jun. 2023.

SOUSA, Antonio Eusebio. "A CHEGADA DO ESTRANHO": mineração, conflitos socioterritoriais e resistência a partir das comunidades camponesas no município de curral novo ⁚ pi. **Pegada - A Revista da Geografia do Trabalho**, [S.L.], v. 22, n. 1, p. 160-181, 20 jul. 2021. Pegada Eletronica. http://dx.doi.org/10.33026/peg.v22i1.8069.

ESPAÇO EM REVISTA
ISSN: 1519-7816
https://periodicos.ufcat.edu.br/espaco

ESTUDO DA FRAGILIDADE POTENCIAL E EMERGENTE DA BACIA HIDROGRÁFICA DO CÓRREGO SÃO JOSÉ EM ITUIUTABA – MG

Acacio Mariano Ferreira Neto[1]
Jussara dos Santos Rosendo[2]

Como citar: MARIANO, Acacio; ROSENDO, Jussara dos Santos. Estudo da fragilidade potencial e emergente da Bacia Hidrográfica do Córrego são José em Ituiutaba – MG. Espaço em Revista, Catalão, v. 26, n. 2, p. 72–89, 2024. DOI: https://doi.org/10.70261/er.v26i2.74543 Disponível em: https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/espaco/article/view/74543

Esta obra está licenciada com uma Licença CC BY 4.0. Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

Recebido: 28/03/2024 | **Aceito:** 03/08/2024 | **Publicado:** 16/12/2024

Resumo

Os problemas de origem hidrológica, como inundações, enchentes e alagamentos, são impactos ambientais comumente observados em ambientes urbanos, esses problemas podem ser ocasionados por diversos fatores, sendo o principal deles o mal ordenamento do processo de urbanização. A pesquisa teve como principal objetivo analisar a fragilidade potencial e emergente da Bacia Hidrográfica do Córrego São José em Ituiutaba-MG. Para a análise das fragilidades potencial e emergente da Bacia, os fatores: elevação, declividade, tipo de solo e uso e ocupação da terra foram classificados de acordo com diferentes classes, conforme metodologia proposta por Ross (1994) e adaptada por Deina (2017), e a cada uma dessas classes foram atribuídos pesos, considerando o grau de proteção que suas características oferecem ao solo. Esses pesos variaram de 1 a 5, sendo que quanto maior esse número, menor a proteção oferecida. O que indicou uma predominância de áreas de baixa fragilidade, com exceção de uma pequena parte no baixo curso que apresentou grau alto (10,3 %) e muito alto (2,4 %). A fragilidade emergente, por sua vez, apresentou áreas que demandam um pouco mais de preocupação, sendo os locais onde há ocupação urbana, basicamente todos apresentando grau alto ou muito alto, representando 39,2 e 14,5 % da área total respectivamente.

Palavras chave: Impactos ambientais. Alagamentos. Bacia hidrográfica. Fragilidade. Urbanização**.**

STUDY OF POTENTIAL AND EMERGING FRAGILITY OF THE SÃO JOSÉ STREAM HYDROGRAPHIC BASIN IN ITUIUTABA – MG

Abstract

Problems of hydrological origin, such as floods, inundation and overflow, are environmental impacts commonly observed in urban environments, these problems can be caused by several factors, the main one being the poor ordering of the urbanization process. This research had as main goal to analyze the environmental fragility of the São José Stream Basin in Ituiutaba-MG. For the analysis of the potential and emerging weaknesses of the Basin, the factors: elevation, slope, soil type and land use and occupation were classified according to different classes, according to the methodology proposed by Ross (1994) and adapted by Deina (2017) , and weights were assigned to each of these classes, considering the degree of protection that their characteristics offer to the soil. These weights ranged from 1 to 5, and the higher this number, the lower the protection offered. This indicated a

[1] Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, MG, Brasil, e-mail: aneto.mariano@gmail.com
[2] Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, MG, Brasil, e-mail: jussara.rosendo@ufu.br

predominance of areas of low fragility, with the exception of a small part in the low course that presented a high degree (10.3%) and very high degree (2.4%). Emerging fragility, in turn, presented areas that demand a little more concern, being the places where there is urban occupation, basically all presenting a high or very high degree, representing 39.2 and 14.5% of the total area, respectively.

Keywords: Environmental impacts. Flooding. Stream basin. Fragility. Urbanization.

Nos últimos anos, o mundo testemunhou um notável crescimento populacional, acompanhado por um aumento significativo na demanda por recursos essenciais e infraestrutura. No entanto, esse crescimento exponencial não veio sem consequências, uma vez que a busca desenfreada por acumulação de capital muitas vezes ignorou a finitude dos recursos naturais e também a necessidade de uma organização espacial e ocupação planejada das cidades.

Entre as décadas de 1960 e 1980 houve um súbito crescimento da população humana, de acordo com Francisco [201-], durante a década de 1960 a população mundial era de 3 milhões de pessoas, alcançando o número de 5 milhões nos anos 1980, ou seja, o crescimento médio populacional nesse período foi de aproximadamente 2% ao ano, atualmente essa taxa anual gira em torno de 1,2%. Atrelado a esse fenômeno de crescimento populacional está também o crescimento da necessidade de produção de alimentos e recursos básicos necessários à sobrevivência e bem-estar, como a água e energia elétrica por exemplo.

No Brasil, esse aumento populacional se intensificou entre a segunda metade do século XX e o início do século XXI, onde a população passou de 41 milhões de habitantes em 1940 para pouco mais de 210 milhões em 2019, segundo estimativas do IBGE, ou seja, nesse período de 7 décadas a população brasileira cresceu mais de 500%.

Esse crescimento populacional, tanto no território brasileiro quanto mundial, está diretamente relacionado à tendência de crescimento da busca pela acumulação de capital sem considerar que os recursos naturais são em sua maioria esgotáveis. Graças a esses e outros fatores, os índices de desmatamento estão cada vez mais elevados, dando lugar, na maior parte dos casos, à agricultura baseada em *commodities* voltada à exportação e à pecuária extensiva.

Esses prejuízos ao meio ambiente atingem a sociedade tanto direta quanto indiretamente e uma das faces mais explícitas desse processo é a urbanização de maneira mal/não ordenada, na qual se ocupa locais susceptíveis a eventos naturais, como alagamentos, inundações e deslizamentos, por isso segundo Ross (1994), é cada vez mais urgente que se faça inserções antrópicas que levem em consideração, além da cautela no manejo dos recursos, a fragilidade dos ecossistemas e dos ambientes naturais. Assim, para a realização de

um ZEE ou mesmo para a construção de uma pesquisa científica, deve-se partir da adoção de uma metodologia de trabalho baseada na compreensão da dinâmica do ambiente natural como um "sistema integrado".

Os casos de eventos hidrológicos críticos têm se intensificado no Brasil nas últimas décadas, as consequências desses acontecimentos variam desde prejuízos econômicos até perda de vidas humanas, um dos fatores intensificadores desses eventos, é visto como o aumento cada vez mais crescente do processo de urbanização que na grande maioria das vezes acontece de forma mal planejada.

Na maior parte dos casos o planejamento de maneira incorreta ou incompleta por parte dos órgãos públicos, aliado à má distribuição de renda e outros fatores sociais, fazem com que as populações menos favorecidas economicamente, por falta de opção e/ou de condições financeiras, sejam forçadas a ocupar áreas de risco como planícies de inundação e áreas de encostas impróprias a moradia, intensificando ainda mais esses riscos. Essas planícies de inundação, por natureza, em determinados períodos temporais, mais precisamente em eventos de precipitação extrema, são como o próprio nome diz, passíveis de inundação, o que é potencializado pela impermeabilização do solo nas vertentes e a falta ou ineficiência de uma rede de drenagem pluvial.

No Brasil, apesar das discussões acerca do tema estarem cada vez mais em pauta e um moderno conjunto de leis estarem em vigência visando a proteção e manutenção saudável do ambiente, têm-se percebido uma lamentável ineficácia nas ações com o mesmo objetivo, por isso muitas áreas que deveriam ser preservadas para uma manutenção equilibrada do ambiente, contribuindo para garantir a disponibilidade de recursos naturais essenciais para a humanidade, acabam sendo apropriadas inadequadamente pelo homem (FONSECA, 2017).

Têm-se observado um aumento nos casos de eventos relacionados às precipitações no município de Ituiutaba-MG, a mídia local a cada ano tem aumentado o número de matérias publicadas a respeito de prejuízos causados por esses eventos. Partindo desse pressuposto, o principal objetivo deste trabalho foi analisar a fragilidade potencial e emergente da bacia Hidrográfica do Córrego São José em Ituiutaba-MG, considerando suas características físicas e modificações antrópicas.

Metodologia

Para a análise das fragilidades potencial e emergente da Bacia do Córrego São José, os fatores: elevação, declividade, tipo de solo e uso e ocupação da terra foram classificados

em diferentes classes, conforme metodologia proposta por Ross (1994) e adaptada por Deina (2017), e a cada uma dessas classes foram atribuídos pesos, de acordo com o grau de proteção que suas características oferecem ao solo. Esses pesos podem variar de 1 a 5, sendo que quanto maior esse número, menor a proteção oferecida.

Essa adaptação foi escolhida para nortear este trabalho, devido aos dados encontrados por Deina (2017) para a Bacia do Rio Jucu serem semelhantes aos apontados para a Bacia do Córrego São José, e, portanto, serem metodologicamente compatíveis.

Sendo assim, para a confecção do mapa hipsométrico, foi utilizado o MDE Alos de 12,5 m de resolução espacial. Os valores de elevação foram reclassificados através do comando *r.reclass* do complemento GRASS GIS, instalado no Qgis 2.18.24, em 3 classes com os seguintes pesos propostos por Ross (1994) e adaptados por Deina (2017):

Elevação de 0 a 10m = peso 5;
Elevação de 10 a 60m = peso 3;
Elevações maiores ou iguais a 60 metros = peso 1.

Os dados de declividade também foram extraídos do MDE Alos e reclassificados através da ferramenta *r.reclass* com os seguintes pesos e classes propostas por Ross (1994) e adaptadas por Deina (2017).

Declividades abaixo de 6 % = peso 1;
Declividades 6 a 12 % = peso 2;
Declividades 12 a 20 % = peso 3;
Declividades 20 a 30 % = peso 4;
Declividades acima de 30 % = peso 5.

Para o levantamento dos tipos de solo na área de estudo, foi utilizado o trabalho de Calderano Filho et al. (2015), onde de acordo com os autores, na área da bacia em estudo existe a presença de dois tipos de solo: Latossolo vermelho-escuro e Latossolo roxo. De acordo com a metodologia proposta por Ross (1994) ambos possuem o mesmo grau de proteção (muito alto), portanto, esse fator não ofereceu distinção na metodologia e por isso recebeu peso 1. O cruzamento dos dados para a elaboração da carta de fragilidade potencial foi feito através da seguinte equação matemática proposta por Deina (2017):

$$FP = (DC + SO + HP)/3$$

Sendo:
FP = Fragilidade Potencial;
DC = Declividade;
SO = Solo;

HP = Hipsometria.

O cálculo da equação foi realizado através da ferramenta "Calculadora raster" do Qgis. O último passo foi reclassificar os valores obtidos em 5 classes de fragilidade emergente, para isso, a elas foram também atribuídos pesos. A fragilidade potencial foi ponderada da seguinte forma, de acordo com Ross (1994):

Muito Baixa = peso 1;
Baixa = peso 2;
Média = peso 3;
Alta = peso 4;
Muito Alta = peso 5.

Para a classificação de uso e ocupação da terra foram utilizadas as bandas espectrais do sensor PAN, do satélite CBERS 4, com data de passagem em 09 de setembro de 2018, na escala de 1:25.000. As bandas espectrais deste sensor possuem resolução espacial de 10 metros, sendo utilizada neste trabalho a composição colorida em falsa cor R4G3B2, sendo as bandas 4,3 e 2 referentes às faixas espectrais do infravermelho próximo (0,77 a 0,89um), vermelho (0,63 a 0,69um) e verde 0,52 a 0,59um), respectivamente. A metodologia aplicada foi a de classificação manual com interpretação das imagens em tela de computador.

Na área da bacia foram identificadas as seguintes classes: vegetação remanescente; cultura de cana de açúcar; cultura de seringueiras; pastagem e área urbanizada. Na tabela de atributos foi criado um campo com os seguintes pesos para essas classes:

Vegetação remanescente (peso 1);
Áreas de cultivo e pastagem (peso 3);
Área urbana (peso 5),

Esses pesos foram escolhidos de acordo com o grau de proteção que cada uso oferece ao solo, considera-se que a vegetação remanescente oferece uma proteção muito alta e os ambientes urbanizados oferecem proteção muito baixa, devido a serem ambientes fortemente modificados. Portanto, essas classes receberam pesos 1 e 5, respectivamente. As áreas de cultivo em geral e as pastagens, de acordo com Ross (1994), oferecem uma proteção média ao solo, deste modo receberam peso 3. A ausência dos pesos 2 e 4 é explicada por não haverem na bacia, usos definidos por Ross (1994) com grau de proteção "alto" e "baixo", que seriam, no caso, valores intermediários.

Em seguida, o arquivo vetorial proveniente da classificação foi convertido em um arquivo matricial através da ferramenta rasterizar do Qgis, convertendo todos os pesos atribuídos anteriormente em valores de pixel.

Por fim, nesta etapa foi calculada a fragilidade emergente da bacia, utilizando os mesmos recursos, porém incluindo o raster do uso e ocupação da terra. Tal procedimento é representado pela seguinte expressão adaptada de Ross (1994) por Deina (2017):

$$FE = (FP + UO) /2$$

Onde:
FE = fragilidade emergente;
FP = fragilidade potencial;
UO = uso e ocupação da terra.

A metodologia adotada para a análise das fragilidades potencial e emergente da Bacia do Córrego São José também enfatiza a importância de uma abordagem multidisciplinar. Ao combinar dados de elevação, declividade, tipo de solo e uso e ocupação da terra, essa abordagem permite uma compreensão mais completa e detalhada da dinâmica ambiental da região.

Resultados e discussão

Para a análise das fragilidades potencial e emergente da Bacia do Córrego São José, os fatores: elevação, declividade, tipo de solo e uso e ocupação da terra foram classificados em diferentes classes, conforme metodologia proposta por Ross (1994) e adaptada por Deina e Coelho (2017), e a cada uma dessas classes foram atribuídos pesos, de acordo com o grau de proteção que suas características oferecem ao solo. Esses pesos podem variar de 1 a 5, sendo que quanto maior esse número, menor a proteção oferecida.

A análise das fragilidades da Bacia do Córrego São José é essencial para compreender como proteger os recursos naturais e reduzir os impactos negativos. Ao combinarmos diferentes métodos e considerarmos todos os aspectos do ambiente, como um sistema integrado, podemos obter informações valiosas para promover práticas sustentáveis.

Declividade

Em um estudo de Fragilidade Potencial e Emergente, o levantamento geomorfológico e a análise das formas de relevo são indispensáveis. De acordo com Ross (1994), o tipo de análise depende da escala de trabalho, sendo necessário para estudos com escala média e pequena (1:50.000, 1:100.000, 1:250.000, etc.), os padrões e formas de relevo associados aos seus índices de dissecação, todavia, para pesquisas em que é necessário maior

nível de detalhamento (1:1.000, 1:5.000, 1:10.000, etc.), como no caso deste estudo, devem ser empregadas classes de declividade, nas quais, o MDE é reclassificado atribuindo-se pesos de 1 a 5 de acordo com grau de proteção oferecido ao solo (Tabela 1).

Tabela 1 - Pesos atribuídos às classes de elevação

Classe	Declividade (%)
1	0 - 6
2	6 - 12
3	12 - 20
4	20 - 30
5	>30

Fonte: Ross (1994)

No caso da Bacia do Córrego São José, foram encontradas áreas com declividade de até aproximadamente 13 %, portanto o peso máximo atribuído às classes foi 3, como pode ser observado na tabela 2:

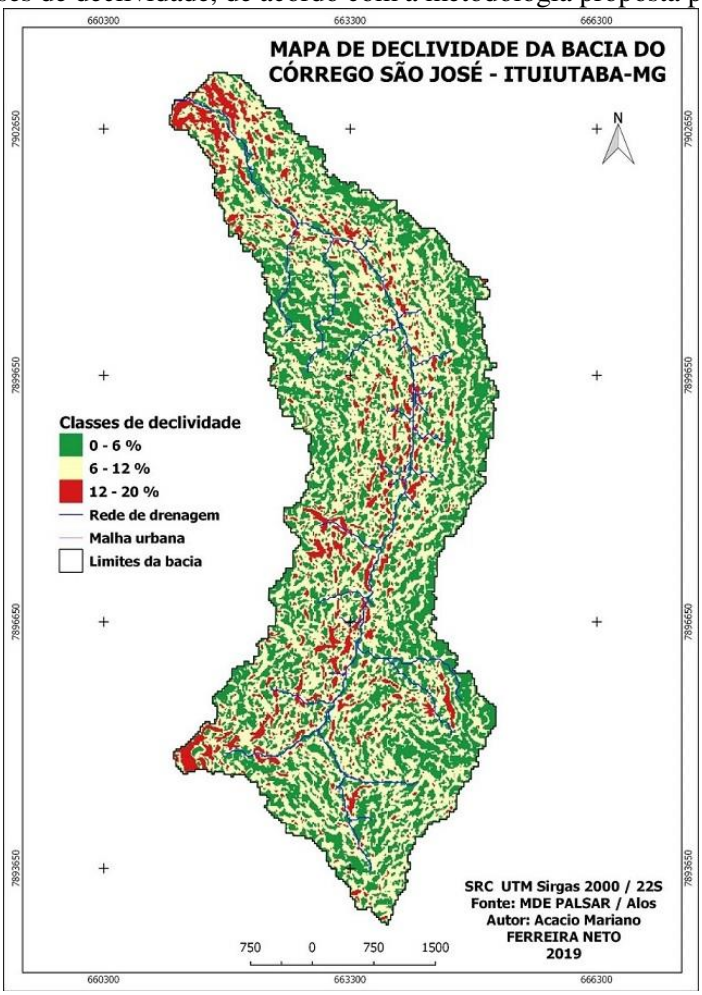
Tabela 2 - Classes de declividade da Bacia do Córrego São José de acordo com a metodologia proposta por Ross (1994)

Classe	Declividade (%)	Área (ha)	Área relativa (%)
1	0 - 6	983,68	47,42
2	6 - 12	976,32	47,06
3	12 - 20	114,49	5,52

Fonte: Ross (1994)

Pode-se observar no mapa de declividade, adaptado e reclassificado de acordo com as classes propostas por Ross (1994), que as áreas com maior fragilidade estão localizadas nas cotas altimétricas mais baixas, com destaque para o baixo curso do córrego, próximo ao ponto exutório da bacia (Mapa 1).

Mapa 1 - Classes de declividade, de acordo com a metodologia proposta por Ross (1994)



Fonte: Ross (1994); MDE Alos / Palsar. Org.: O autor (2020).

Elevação

A Bacia do Córrego São José possui uma amplitude altimétrica de 133 m, medindo 653 m em sua cota mais elevada, enquanto que sua foz está localizada a 520 m de elevação. É importante dizer que a área da bacia em que estão localizadas as cotas altimétricas mais baixas é exatamente onde está localizada a área urbana, ou seja, a alta taxa de impermeabilização do solo está situada exatamente onde há naturalmente maior probabilidade de ocorrência de inundações.

As classes de fragilidade propostas por Ross (1994), são organizadas inversamente proporcionais às cotas altimétricas, sendo os valores mais baixos de elevação classificadas com fragilidade mais alta e vice-e-versa (tabela 3).

Tabela 3 - Pesos atribuídos às classes de elevação

Elevação com relação ao ponto exutório (m)	Classe (Valor)
0 - 10	1
10 - 60	3
> 60	5

Fonte: Ross (1994)

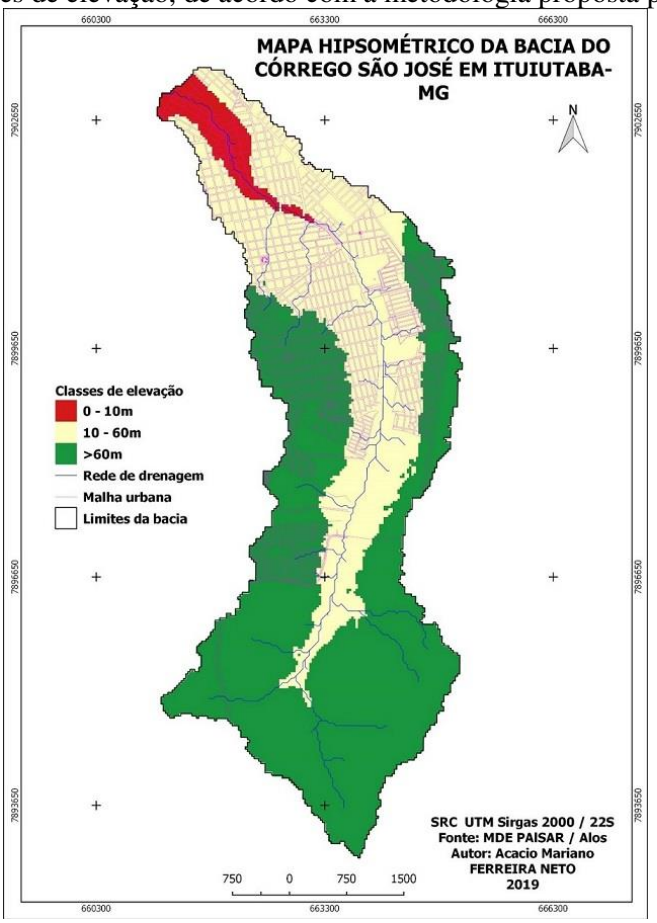
Analisando o resultado da classificação proposta por Ross (1994) para os dados hipsométricos, podemos destacar a predominância de áreas de baixa fragilidade (Tabela 4), destaca-se mais uma vez que as áreas com fragilidade mais alta se encontram sobrepostas à área urbana (Mapa 2).

Tabela 4 - Classes de declividade da Bacia do Córrego São José de acordo com a metodologia proposta por Ross (1994)

Classe	Área (ha)	Área Relativa (%)
1	1280,13	57,82
2	843,13	38,08
3	90,84	4,10

Fonte: Ross (1994)

Mapa 2 - Classes de elevação, de acordo com a metodologia proposta por Ross (1994)



Fonte: MDE Alos/Palsar; Ross (1994). Org.: O autor (2019).

Pedologia

O fator solo é outra variável a ser considerada na análise da fragilidade potencial e emergente de um determinado ambiente, os critérios pedológicos a serem analisados são suas características de textura, estrutura, plasticidade, grau de coesão das partículas e profundidade/espessura dos horizontes superficiais e subsuperficiais (Ross, 1994). Ainda de acordo com Ross (1994), tais características estão diretamente relacionadas com o relevo, a litologia, o clima, e também com os elementos motores da pedogênese e dos fatores determinantes das características físicas e químicas do solo.

Ross (1994) definiu a fragilidade/erodibilidade de acordo com o escoamento superficial difuso e concentrado, os agrupando da seguinte maneira:

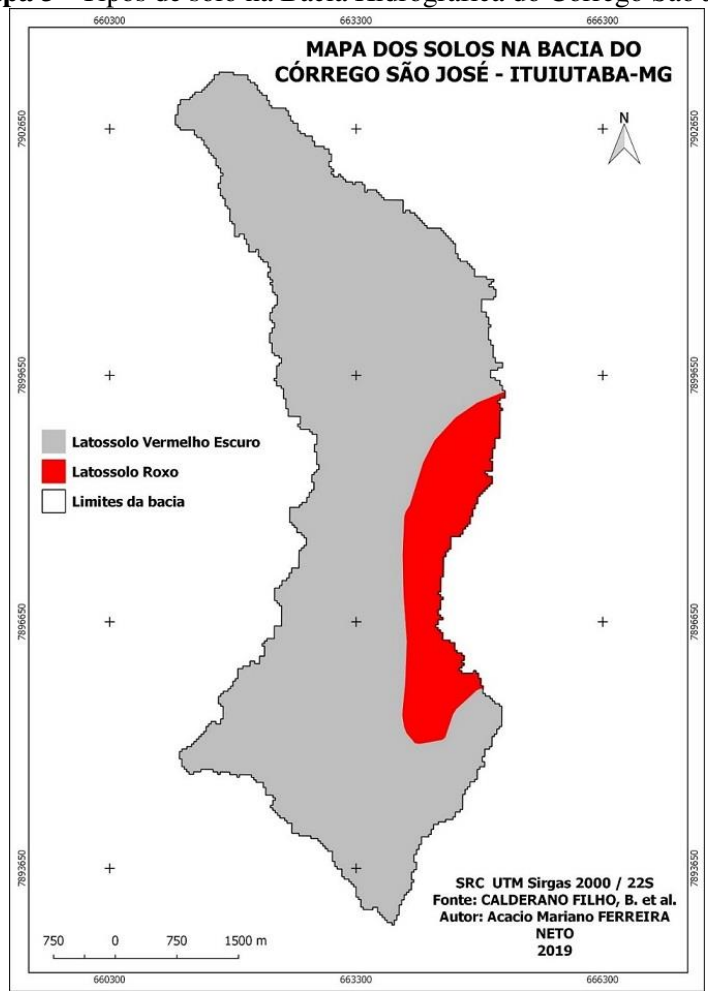
Tabela 5 - Classes de fragilidade do solo de acordo com Ross (1994)

Classes de Fragilidade	Classes de Solo	Peso
Muito baixa	Latossolo roxo, latossolo vermelho escuro e vermelho amarelo de textura argilosa.	1
Baixa	Latossolo amarelo e vermelho amarelo textura média/argilosa.	2
Média	Latossolo vermelho amarelo, terra roxa, terra bruna, podzólico vermelho amarelo textura média/argilosa.	3
Alta	Podzólico vermelho amarelo textura média/arenosa, cambissolos.	4
Muito alta	Podzolizados com cascalho, litólicos e areias quartzozas.	5

Fonte: adaptado de Ross (1994).

Na Bacia do Córrego São José, de acordo com Calderano Filho et al. (2015), o Latossolo Vermelho Escuro é predominante (87,7 %). Sendo uma pequena fração de 12,3 %, classificada como Latossolo Roxo (Mapa 3). Considerando que ambos os tipos de solo encontrados na área de estudo, de acordo com Ross (1994), são classificados como fragilidade "muito baixa", toda a área da bacia recebeu peso 1.

Mapa 3 - Tipos de solo na Bacia Hidrográfica do Córrego São José



Fonte: Calderano Filho (2015). Org.: O autor (2019).

Fragilidade emergente

Os dados de declividade, hipsometria e solo, foram submetidos à equação FP=(DC+SO+HP)/3, dando origem à carta de Fragilidade Potencial (Mapa 4), na qual procurou-se compreender as interações dinâmicas que atuam sobre o sistema natural da bacia e assim reconhecer as limitações presentes para uso do solo, bem como as alternativas para sua ocupação, visando minimizar os impactos ambientais e a qualidade de vida da população (Pachechenik et al. 2013).

Os resultados da equação foram reclassificados de acordo com 5 níveis de fragilidade potencial: muito baixa, baixa, média, alta e muito alta, como pode ser observado na tabela 6:

Tabela 6 - Classes de fragilidade potencial na Bacia Hidrográfica do Córrego São José

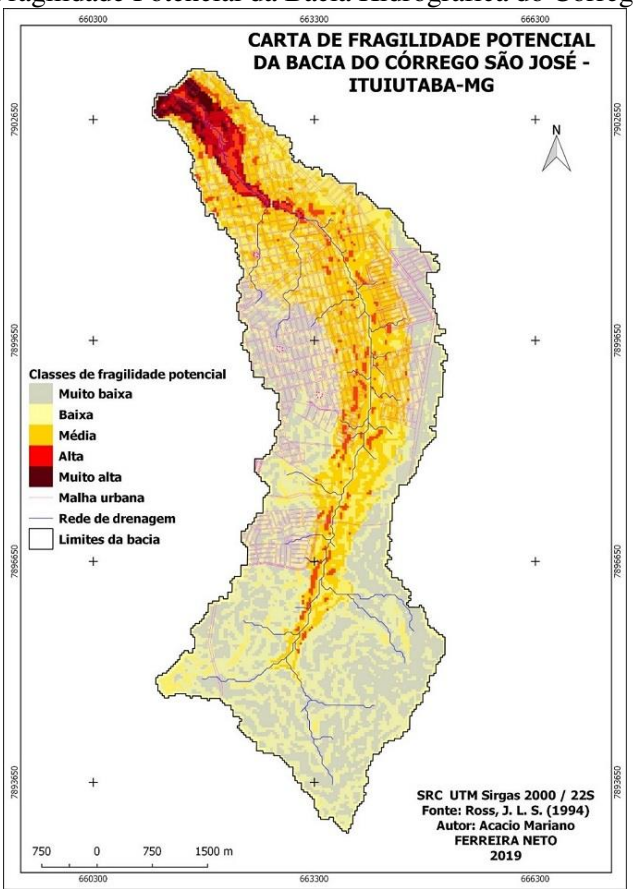
Classe	Área (%)
Muito baixa	39,46
Baixa	7,19
Média	40,59
Alta	10,3
Muito alta	2,46

Fonte: Ross (1994)

De acordo com as características naturais da bacia, é possível observar que os maiores índices de fragilidade de toda área de estudo, estão concentrados no baixo curso do córrego, tendo suas classes de fragilidade variando entre alta e muito alta, essa região é caracterizada por áreas de baixa elevação, e por conter, em alguns pontos, as maiores declividades da bacia.

No médio curso da bacia, nota-se um equilíbrio entre as classes de fragilidade muito baixa, baixa e média, sendo associadas às áreas com elevação média e declividade moderada. Por fim, em seu alto curso, onde as taxas de elevação são maiores, a bacia apresenta uma diminuição de áreas com fragilidade média, o que implica consequentemente no aumento das taxas de fragilidade baixa e muito baixa.

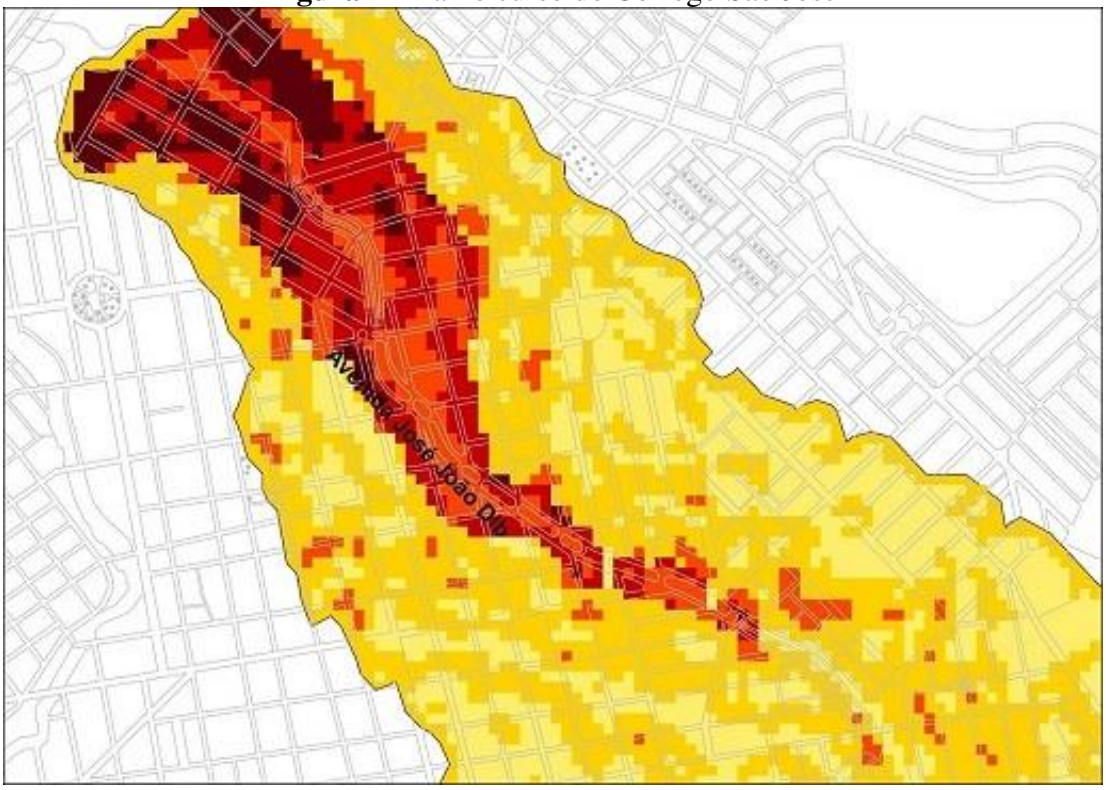
Mapa 4 - Fragilidade Potencial da Bacia Hidrográfica do Córrego São José



Fonte: Ross (1994), mapeamentos feitos pelo autor. Org.: O autor (2019).

A Avenida José João Dib acompanha o fundo de vale ao longo de todo o baixo curso do Córrego São José (Figura 1), fato esse que, em conjunto com a alta taxa de impermeabilização do solo nesse local, tende a agravar os problemas de alagamento.

Figura 1 - Baixo curso do Córrego São José

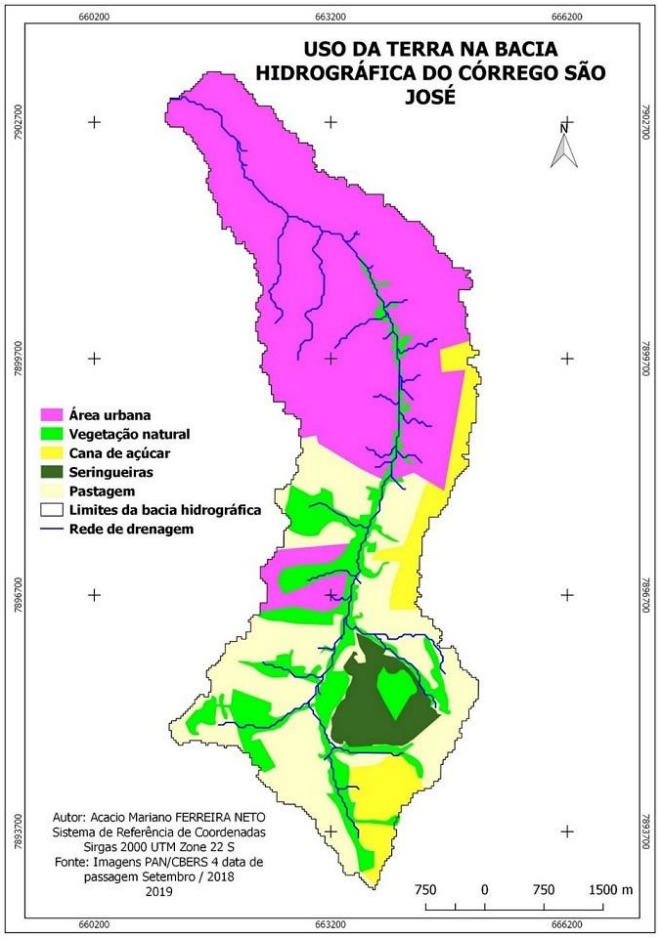


Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento, Mapeamento feito pelo autor. Org.: O autor (2019).

Para a elaboração da carta de fragilidade emergente, além de considerar os elementos físicos, foram acrescentados à equação também os dados de uso e ocupação da terra. O mapa de fragilidade emergente sintetiza e representa as áreas em que o tipo de ocupação da terra potencializa ou não a fragilidade natural do ambiente, face às condições do solo e declividade. (PERIÇATO; SOUZA, 2019)

Na área de estudo foram identificadas 5 classes de uso e ocupação da terra, sendo elas: vegetação natural; cultura de cana de açúcar; cultura de seringueiras; pastagem e área urbanizada (Tabela 7).

Mapa 5 - Mapa de uso e ocupação da terra na Bacia Hidrográfica do Córrego São José



Fonte: CBERS 4. Org.: O autor (2019).

Tabela 7 - Classes de uso da terra na Bacia do Córrego São José

Classe	Área (ha)	Área relativa (%)
Área urbana	1.045,82	47,72
Cana	171,3	7,82
Seringueira	121,29	5,53
Pastagem	555,97	25,37
Vegetação natural	297,33	13,57
Total	2.191,71	100

Fonte: Classificação manual feita pelo autor.

Os valores resultantes da equação FE = (FP +UO) /2, foram reorganizados em 5 classes de fragilidade emergente, como proposto por Ross (1994): muito baixa, baixa, média, alta e muito alta (Tabela 8). A espacialização dos resultados e organização das classes de fragilidade emergente podem ser observadas no mapa 6.

Tabela 8 - Classes de fragilidade emergente na Bacia do Córrego São José

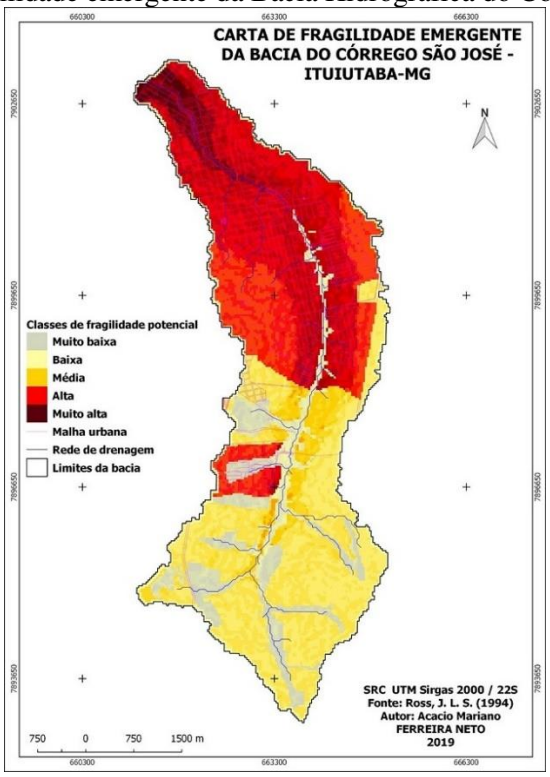
Classe	Área (%)
Muito baixa	13,5
Baixa	15,2
Média	17,95
Alta	39,2
Muito alta	14,15

Fonte: Ross (1994)

Analisando as classes de fragilidade emergente representadas no Mapa 6, pode-se observar que, no geral, as áreas que apresentam as maiores taxas de fragilidade são os espaços urbanos, que se concentram no baixo e médio curso do córrego, tendo apenas uma pequena porção localizada no alto curso. Somadas, as classes de fragilidade alta e extremamente alta, representam mais da metade do total da bacia (53,35 %), o que pode representar um risco futuro à população desses locais. Essas áreas, além de estarem relacionadas ao ambiente antropizado instável, também sofrem influências das baixas elevações e do aspecto geomorfológico predominantemente ondulado.

Praticamente toda a área urbanizada da bacia está classificada como fragilidade alta. O fundo de vale, onde está localizada a Avenida José João Dib, principal foco de alagamentos da bacia, possui majoritariamente fragilidade extremamente alta.

Mapa 6 - Fragilidade emergente da Bacia Hidrográfica do Córrego São José



Fonte: Ross (1994). Org.: O autor (2019).

O alto curso do córrego, no geral, possui fragilidade extremamente baixa, com exceção de uma pequena parte no oeste da bacia, onde se localiza o loteamento Nova Ituiutaba, um bairro residencial parcialmente habitado, que possui fragilidade média/alta. Por se tratar de um bairro do projeto Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal, parte das residências ainda não foram entregues aos proprietários e a maior parte dos lotes ainda não estão impermeabilizados.

Considerações finais

A Bacia do Córrego São José foi palco do princípio do processo de ocupação antrópica, do que, algum tempo mais tarde, se tornaria a cidade de Ituiutaba. Naquele local, nas primeiras décadas do século XIX, surgiu a primeira aglomeração de casas. A partir dali e ao longo do tempo, a ocupação do espaço se expandiu, descaracterizando o que antes era natural e alterando assim fatores diversos, como por exemplo a dinâmica hidrológica da bacia, o que, com o passar dos anos e com a evolução dessa ocupação, passou a causar transtornos à população.

No que se refere às características naturais da bacia, a análise de sua fragilidade potencial revelou uma baixa propensão a enchentes e inundações, somente no baixo curso, próximo à foz do Córrego São José, apresentou algumas áreas com fragilidade alta (10,3%) e extremamente alta (2,4%). No entanto, quando se passou a considerar o fator antrópico e foram inseridos à equação os dados de uso e ocupação da terra, determinou-se para a bacia a sua fragilidade emergente, sendo constatado então que as áreas com fragilidade alta e muito alta, subiram para 39 e 9,8% respectivamente.

REFERÊNCIAS

CALDERANO FILHO, B., et al. "**Solos do município de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais**." CONGRESSO BRASILEIRO DE CIENCIA DO SOLO, 27., 1999, Brasília, DF.[Ciência do solo e qualidade de vida: anais].[Planaltina: Embrapa Cerrados, 1999.

CAMPANHARO, W. A. Diagnostico físico da bacia do rio Santa Maria do Doce-ES. 2010. 66 f. Monografia (Graduação) – Departamento de Engenharia Florestal, Universidade Federal do Espírito Santo, Jerônimo Monteiro, ES.

DEINA, M. A.; COELHO, A. L. N. **Fragilidade Emergente a Inundações na Bacia Hidrográfica do Rio Jucu/ES**. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO

REMOTO, 18. (SBSR), 2017, Santos. **Anais...**São José dos Campos: INPE, 2017. p. 150-157. Disponível em: <http://urlib.net/8JMKD3MGP6W34M/3PS43FS>. Acesso em 18 set 2019.

DE OLIVEIRA, A; FERREIRA, B. M; RIBEIRO, E. G. P. **Geotecnologias com apoio de indices morfométricos para a caracterização da bacia hidrográfica do rio peixe-boi, nordeste paraense.**

FONSECA, R. G.; SANTOS, J. C. Os recentes processos migratórios em Ituituaba (MG) e a inserção das agroindústrias canavieiras. **Caderno Prudentino de Geografia**.

FRANCISCO, W. C. **O crescimento populacional no mundo**; Brasil Escola. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/geografia/o-crescimento-populacional-no-mundo.htm. Acesso em 10 de maio de 2020.

GUERRA, A. J. T. **Geomorfologia Urbana**. In: José Fernando Coura. (Org.). Geologia na Gestão do Município. Minas Gerais: SINGEO MG, 2006, v. 1, p. 165-167.

HOGAN, D. J.; CUNHA, J. M. P. da; CARMO, R. L. do; OLIVEIRA, A. A. B. de. Urbanização e Vulnerabilidade sócio-ambiental: O caso de Campinas. In: HOGAN, D. J.; BAENINGER, R.; CUNHA, J. M. P. da; CARMO, R. L. do (Org.). **Migração e ambiente nas aglomerações urbanas**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2001. p. 395-418.

PACHECHENIK, Paulo Eugênio et al**. Fragilidade Potencial e Emergente na Bacia do Rio das Pedras, Guarapuava, PR-Brasil**. Caminhos de Geografia, v. 14, n. 47, 2013.

PERIÇATO, P. J; DE SOUZA, M. L. **O estudo da fragilidade potencial e emergente na bacia hidrográfica do rio das Antas, Noroeste do Paraná.** Caderno de Geografia, v. 29, n. 59, p. 1064-1082, 2019.

ESPAÇO EM REVISTA
ISSN: 1519-7816
https://periodicos.ufcat.edu.br/espaco

DESVENDANDO O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DA CHAPADA DIAMANTINA, BAHIA: história, política e conservação ambiental

André de Oliveira Alves[1]
Tânia Cristina Azevedo[2]

Como citar: ALVES, André de Oliveira; AZEVEDO, Tânia Cristina. DESVENDANDO O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DA CHAPADA DIAMANTINA, BAHIA: história, política e conservação ambiental . **Espaço em Revista**, Catalão, v. 26, n. 2, p. 90–111, DOI: https://doi.org/10.70261/er.v26i2.74802 Disponível em: https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/espaco/article/view/74802

Esta obra está licenciada com uma Licença CC BY 4.0 . Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

Recebido: 02/10/2024 | **Aceito:** 08/11/2024 | **Publicado:** 16/12/2024

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo destacar as estratégias de conservação ambiental adotadas no Território de Identidade da Chapada Diamantina (TICD), localizado no estado da Bahia, Brasil. Especificamente, pretende abordar os aspectos de proteção das áreas prioritárias, com vistas a estabelecer abordagens eficazes para salvaguardar as áreas do TICD. Quanto aos procedimentos metodológicos, são utilizados a pesquisa bibliográfica e a análise documental. A escolha deste universo de pesquisa fundamenta-se na diversidade de ecossistemas naturais presentes na região, reconhecidos mundialmente. A pesquisa revelou que o contexto histórico do TICD é marcado por uma sucessão de eventos lineares, impulsionados pela intensa atividade mineradora e pecuária, além da influência política dos coronéis. Paralelamente, ocorreu um planejamento territorial que dividiu a região em territórios distintos. Essa evolução histórica resultou na implementação de diretrizes e normativas ambientais, como as Unidades de Conservação, visando a conservação de áreas de grande relevância. Contudo, esses elementos deixaram um legado nas dinâmicas econômicas, políticas e sociais locais, moldando o cenário atual do TICD.

Palavras-chave: Conservação ambiental. Unidades de Conservação. Legislação ambiental. Chapada Diamantina. Bahia.

UNVEILING THE TERRITORY OF IDENTITY OF CHAPADA DIAMANTINA, BAHIA: history, politics and environmental conservation

Abstract

This research aims to highlight the environmental conservation strategies adopted in the Chapada Diamantina Identity Territory (TICD), located in the state of Bahia, Brazil. Specifically, it intends to address the protection aspects of priority areas, with a view to establishing effective approaches to safeguard the ITCD areas. As for the methodological procedures, bibliographic research and documentary analysis are used. The choice of this research universe is based on the diversity of natural ecosystems present in the region, recognized worldwide. The research revealed that the historical context of the TICD is marked by a succession of linear events, driven by the intense mining and cattle ranching activity, in addition to the political influence of the colonels. At the same time, there was

[1] Mestrando em Planejamento Territorial pela Universidade Estadual de Feira de Santana (BA), Brasil
e-mail: andreoliveira94@outlook.com
[2] Professora Titular na Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, Bahia (BA), Brasil
e-mail: tcazevedo@uefs.br

territorial planning that divided the region into distinct territories. This historical evolution resulted in the implementation of environmental guidelines and regulations, such as Conservation Units, aiming at the conservation of areas of great relevance. However, these elements have left a legacy in local economic, political and social dynamics, shaping the current scenario of the TICD.

Keywords: Environmental conservation. Conservation Units. Environmental legislation. Chapada Diamantina. Bahia.

Introdução

As Unidades de Conservação (UC), especialmente as Áreas de Proteção Ambiental (APAs), como parte integrante do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), são regidas por princípios orientadores que desempenham um papel crucial na conservação ambiental (Brasil, 2000). Esses princípios, tais como conservação, uso sustentável, participação social, planejamento e ordenamento do território, monitoramento e avaliação, fornecem diretrizes para garantir a efetividade das ações de conservação (IBAMA, 2001). O foco nesses aspectos fortalece a gestão das APAs, promovendo a participação da sociedade civil, a sustentabilidade das atividades e a proteção do patrimônio natural. Esses princípios são fundamentais para assegurar a proteção ambiental e a conservação da biodiversidade em longo prazo, buscando um equilíbrio entre o desenvolvimento humano e a proteção dos recursos naturais.

Considerando a importância das áreas protegidas para a conservação do meio ambiente, especialmente no Território de Identidade da Chapada Diamantina (TICD), Bahia, Brasil, uma região de destaque mundial em termos de aspectos naturais (Lucena, 2022; Teixeira *et al*., 2024), surge a necessidade de investigar as estratégias de proteção ambiental adotadas localmente. Frente a essa asserção, este estudo tem como objetivo destacar as estratégias concebidas no âmbito do TICD visando a conservação das áreas prioritárias. Para tanto, definem-se enquanto objetivos específicos: i) realizar uma análise aprofundada dos elementos históricos e geográficos que moldaram o TICD, incluindo investigação do processo de ocupação e suas dimensões políticas; ii) avaliar as políticas territoriais que se desdobraram no TICD ao longo do tempo; e iii) analisar os regulamentos e diretrizes estabelecidos pelo poder público para a proteção ambiental das UCs, com foco nas APAs no referido território.

O estudo se justifica na medida que, investiga as políticas territoriais, regulamentos e diretrizes estabelecidos para a conservação ambiental das UCs, com foco nas APAs, torna-se relevante para compreensão de como as estratégias são implementadas e como contribuem para a conservação do meio ambiente. Além disso, o estudo visa contribuir para o conhecimento acadêmico e para a formulação de políticas públicas voltadas para a gestão

ambiental, fornecendo informações que possam subsidiar a tomada de decisões eficazes no que diz respeito à conservação das áreas prioritárias no TICD e em outras regiões com características semelhantes.

Para tanto, no que diz respeito aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa é classificada como descritiva e exploratória, com o uso dos procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica e análise documental, de abordagem qualitativa. A pesquisa bibliográfica é realizada por meio de consultas a trabalhos na base de dados do Google Acadêmico. Para a seleção, foram adotados critérios específicos, abrangendo palavras-chave como Território de Identidade da Chapada Diamantina, Unidades de Conservação, Áreas de Proteção Ambiental, Políticas territoriais, Regulamentações ambientais, Ocupação da Chapada Diamantina, Conflitos políticos, Desenvolvimento territorial, Planejamento territorial e Conservação ambiental, com um lapso temporal definido entre os anos 2001 e 2024. Após a leitura e classificação das obras, tomou-se a decisão de incluí-las ou descartá-las, conforme a aderência ao escopo do estudo. Para a pesquisa, foram selecionadas sete dissertações, cinco teses, três artigos, um livro, uma monografia e um trabalho de conclusão de curso de especialização. Além disso, foi realizada uma análise documental de dispositivos legais e regulatórios relacionados às principais políticas e legislações ambientais, bem como de dados institucionais pertinentes à área de estudo. Isso incluiu sete decretos, dois planos, duas leis, uma proposição, uma recomendação e um roteiro metodológico — ambos publicados no período de 1978 a 2023.

Este estudo está dividido em quatro seções distintas, cada uma contribuindo para uma compreensão abrangente da proposta em questão. Além desta introdução, onde foi feira a caracterização do tema, apresentado a questão-problema, definidos os objetivos e delineada a metodologia, a segunda seção compreende uma análise aprofundada dos elementos históricos e geográficos que moldaram o TICD, incluindo uma investigação profunda do contexto que envolve o processo de ocupação e as dimensões políticas que a definem. Outrossim, oferece uma minuciosa avaliação das políticas territoriais que se desdobraram nesse território ao longo do tempo. A terceira seção se dedica à análise detalhada dos aspectos relacionados às UCs no âmbito do TICD. Nesta seção, daremos especial ênfase nos regulamentos e diretrizes estabelecidos pelo poder público para a proteção ambiental das UCs, com enfoque nas APAs no referido território. Por fim, a quarta e última seção, apresentam-se as considerações finais do estudo, com os principais achados e contribuições, além de recomendações para a condução de futuros estudos.

Aspectos históricos e geográficos do TICD

O TICD está localizado na região Centro-Oeste do estado da Bahia, caracterizado pelo clima semiárido e solos rasos e pedregosos típicos da Caatinga. O território é composto por 24 municípios, sendo eles: Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iramaia, Iraquara, Itaetê, Jussiape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga e Wagner, com população total de 383.853 habitantes e com área abrangendo 32.664 Km², correspondendo a 5,7% da área total do estado da Bahia (IBGE, 2022). A seguir, na figura 1, apresenta-se os municípios pertencentes ao TICD e suas respectivas populações.

Figura 1 – Municípios e suas respectivas populações no Território de Identidade da Chapada Diamantina.



Fonte: SEI BAHIA (2022).

O TICD possui particularidades em relação a sua história e a divisão espacial, as quais estão intrinsecamente conectadas ao contexto das UCs e às políticas e regulamentações destinadas à conservação ambiental no contexto das APAs (Santos, 2014). Portanto, esta seção visa fornecer uma análise abrangente do TICD. Esse exame abarca a exploração dos aspectos históricos e geográficos, uma investigação aprofundada do contexto que engloba o processo de ocupação e as complexidades políticas que o caracterizam, bem como uma minuciosa avaliação das políticas territoriais que foram implementadas nesse território.

Origens da Chapada Diamantina

Durante os primeiros quatro séculos de ocupação no estado da Bahia, houve um processo de evolução lento e gradual. No entanto, a história da ocupação da Chapada Diamantina não ocorreu de forma linear e registros precisos são escassos. Há indícios de que a ocupação efetiva da região começou com a mineração e a descoberta de ouro e diamantes (Giudice, 2011). Essa tese é sustentada por Guanaes (2001), ao considerar que a Chapada Diamantina foi desbravada e colonizada por garimpeiros em busca de ouro e diamantes, que criaram as primeiras trilhas na região.

Conquanto, a exploração de ouro e diamantes apareça como o causador do povoamento na região, há outros pontos de vista sobre a questão. Nesse viés, Santos (2014, p. 89) argumenta que a ocupação socioeconômica da Chapada Diamantina começou no início do século XVIII devido à expansão da pecuária no vale do São Francisco e às descobertas de ouro nas nascentes dos rios de Contas, Paramirim e Itapicuru, com várias expedições em busca de ouro, pedras preciosas e índios para escravização. Como notado, os estudos indicam que a exploração de pedras preciosas foi a principal responsável pelo povoamento da área, enquanto a criação animal teve um papel secundário.

No decorrer do período de exploração diamantífera na região, emergiram conflitos acirrados entre os coronéis, marcados pela busca pelo domínio político e pela apropriação das riquezas oriundas do garimpo. Como observa Santos (2014, p. 89), "deixando consequências até os dias de hoje, em diversos setores sociais advindos de uma política paternalista e clientelista".

Nessa mesma linha de raciocínio, Cruz (2009, p. 2) salienta que:

> Através das históricas lutas entre coronéis rivais criaram-se os primeiros partidos políticos da região. Partidos que se mantêm presos às mesmas dinâmicas antidemocráticas sob as quais foram criados, originando assim os duelos e facções que se rivalizam pelo poder até os dias atuais. Essas rivalidades conferem peculiaridade à democracia da região, uma vez que o fenômeno do mandonismo subsiste com força, subjugando a população aos ditames daqueles que se encontram no poder. As contradições e lutas se interpõem: ora vive-se um intenso burburinho de participação, ora vive-se o terror da não expressão. Dentro desta atmosfera de abandono e dominação, os desafios para o futuro requerem negociação com os diversos poderes existentes para abrir espaço a presença humana nos espaços povoados por frágeis estruturas naturais.

Contudo, conforme a análise de Santos (2014), resquícios da ostentação e do domínio político dos coronéis persistem nos municípios da Chapada Diamantina até os dias atuais. O autor ressalta que as contendas políticas entre diferentes grupos continuam a exercer

forte influência nas eleições municipais, marcadas por intensas disputas pelo controle e poder local. Lamentavelmente, esses embates muitas vezes são impulsionados por desentendimentos pessoais, divergências partidárias e conflitos ideológicos, comprometendo a viabilidade e execução de projetos que poderiam trazer benefícios à população.

Com o passar do tempo, no contexto dessa conjuntura, a Chapada Diamantina passou por alterações em sua configuração espacial, introduzindo os territórios de identidade. O próximo subtópico abordará detalhadamente esse processo de transformação.

Elementos da área geográfica "Território de Identidade"

O estado da Bahia adota a divisão de seu espaço físico em territórios. Para uma melhor compreensão, é relevante definir o conceito de "território", descrever os elementos que o compõem e mencionar os instrumentos concebidos para tornar o planejamento territorial eficaz.

Conforme destacado por Santos (2020, p. 51), "o território pode ser entendido como o chão da população, ou seja, sua identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que se pertence". Corroborando, Pereira (2022) compreende que o território corresponde a uma formação socioeconômica respectiva, junção do modo de produção com as relações sociais inseridas em arcabouços jurídico-normativos específicos por região e país.

O território pode ser igualmente definido como uma extensão geográfica com limites claramente estabelecidos, sujeita a uma governança de natureza política. Segundo a perspectiva de Vicente (2022), o conceito de território envolve uma abordagem profundamente política e econômica em relação à ocupação do espaço, sendo intrinsecamente ligado à noção de poder. Esse poder pode ser representado tanto pelo governo e instituições estatais, quanto pelas grandes empresas, que frequentemente expandem sua influência por vastas áreas, muitas vezes ultrapassando fronteiras políticas estabelecidas.

No Brasil, a abordagem centrada na divisão espacial com ênfase nos territórios foi introduzida durante o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), no período de 2003 a 2010. Isso aconteceu no contexto da Política de Desenvolvimento Territorial Rural, que resultou na implementação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PNDSTR) (Santos, 2023). O principal objetivo dessa iniciativa era promover o desenvolvimento rural, adotando a designação

"territórios rurais" como base para a delimitação das áreas de atuação da política (Costa, 2023).

No estado da Bahia, durante o governo de Jaques Wagner (2007-2014), também do Partido dos Trabalhadores (PT), em sua primeira gestão, foram criados os chamados "Territórios de Identidade" (Flores, 2015; Pinto, 2023). Isso ocorreu como parte de uma estratégia alinhada com o governo federal e promovendo princípios que enfatizavam a participação popular e a governança. Em essência, essa iniciativa teve como objetivo estabelecer recortes territoriais baseados em critérios que englobavam aspectos ambientais, econômicos, culturais e outros, ao mesmo tempo em que reconhecia as populações como grupos sociais relativamente distintos (Santos, 2020). Dessa maneira, esses grupos passaram a apresentar identidades próprias, coesão social, características culturais específicas, e laços territoriais peculiares.

Num primeiro momento, foram definidos 26 Territórios de Identidade na Bahia; atualmente, esse número foi ampliado para 27 (Macêdo, 2020). Conforme apontado por Guimarães (2023), essa abordagem de desenvolvimento tem como objetivo primordial promover uma gestão territorial integrada que leve em consideração as características distintas de cada município e as potencialidades da região como um todo. Essa estratégia visa catalisar o desenvolvimento sustentável, harmonizando os aspectos econômicos, sociais e ambientais, almejando a melhoria significativa da qualidade de vida da população local.

A partir de 2015, no decorrer do segundo mandato do então governador Jaques Vagner, testemunhou-se uma notável expansão no escopo de atuação de instituições estratégicas, tais como a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), a Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (BAHIATER), os Núcleos Territoriais de Educação (NTE) — anteriormente denominados Diretorias Regionais de Educação (DIREC) — e os Núcleos Territoriais de Saúde (NTS), anteriormente identificados como Diretorias Regionais de Saúde (DIRES). Essas entidades passaram a desempenhar suas atividades sob uma perspectiva territorial mais abrangente (Santos, 2018).

Segundo Santos (2018), a Bahia foi pioneira ao instituir a rede estadual de territórios, formalmente reconhecida como Coordenação Estadual dos Territórios de Identidade da Bahia (CET). A autora destaca que essa coordenação era constituída por nove membros, eleitos como representantes dos Colegiados Territoriais, e desempenhavam funções cruciais, como coordenação política, representação e negociação, fundamentais para a efetiva implementação de políticas públicas em nível territorial.

Nesse contexto, diversas instâncias e ferramentas foram concebidas para facilitar a implementação e o debate da política territorial. Destaca-se o papel crucial do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CEDETER) e outros espaços de referência, que atuam como importantes fóruns para discussões e monitoramento da política de desenvolvimento territorial do estado (Santos, 2018). O CEDETER, estabelecido pelo decreto nº 12.354 de 23 de dezembro de 2010, é um órgão consultivo e de assessoramento vinculado à Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN) (Rocha, 2012). Sua missão central consiste em fornecer subsídios para a formulação de propostas de políticas públicas e estratégias voltadas ao desenvolvimento territorial sustentável e solidário na Bahia (Santos, 2018).

No âmbito desse cenário, os CODETERs, como espaços de discussão e participação social, constituem-se com a representação tanto do setor público quanto da sociedade civil, estando presentes nos Territórios de Identidade da Bahia, desempenhando um papel essencial, sua função primordial é estimular o diálogo local sobre as ações e projetos voltados ao desenvolvimento territorial sustentável e solidário (Santos, 2018). Dessa forma, contribuem significativamente para a concretização das competências delineadas nas políticas territoriais estabelecidas.

Além de tudo, é crucial ressaltar o papel significativo desempenhado pelo Comitê de Acompanhamento do Plano Plurianual (CAPPA), um órgão composto por onze representantes da sociedade civil eleitos para integrar o CEDETER. Sua função primordial consiste em monitorar a execução do Plano Plurianual, atuando como mediador no diálogo entre a sociedade e o Estado (Santos, 2018).

Conforme enfatizado por Santos (2018), entre os instrumentos fundamentais para a concretização da Política de Desenvolvimento Territorial, destaca-se o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDS). O PTDS visa apresentar uma visão abrangente do território, abordando suas características distintivas, do mesmo feito que aspectos socioeconômicos e ambientais relevantes. Ademais, engloba as demandas prioritárias por projetos e políticas públicas que são essenciais para impulsionar o desenvolvimento do território (Oliveira, 2018).

Nesse cenário, a participação ativa da sociedade civil, em colaboração com o poder público, desempenha um papel crucial no processo de planejamento territorial, especialmente na formulação e implementação de políticas voltadas para a proteção ambiental. Diante desse contexto mais amplo, a próxima seção deste estudo se dedicará à análise das APAs no TICD, investigando as regulamentações governamentais que norteiam a conservação ambiental nessa

específica área geográfica. Este exame detalhado permitirá compreender como as políticas e diretrizes se manifestam na prática, promovendo a conservação dos recursos naturais e contribuindo para a sustentabilidade ambiental nessa área específica.

Legislação ambiental para a proteção de áreas relevantes no território de identidade da chapada diamantina

As áreas protegidas que abrangem o TICD, bem como em todo o estado da Bahia, encontram seu embasamento legal nas disposições da Lei Federal nº 9.985/2000, a qual estabeleceu o SNUC, e na Lei Estadual nº 10.431/2006, que criou a Política Estadual de Meio Ambiente e Proteção à Biodiversidade (PEMA) e o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC).

Destaca-se que o SNUC é amplamente reconhecido como um dos marcos mais significativos no âmbito da preservação e conservação ambiental no Brasil. Dentre seus vários méritos, o SNUC se destaca por categorizar as UCs e estabelecer diretrizes legais que orientam a proteção das áreas preservadas (Brasil, 2000). Já a PEMA e o SEUC, tem como missão contribuir para a preservação e conservação da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território estadual (Bahia, 2006). O quadro 1 mostra esses regulatórios e os aspectos relevantes relacionados a cada um.

Quadro 1 – Regulatórios que embasam as áreas protegidas do Território de Identidade da Chapada Diamantina.

Regulatório	Aspectos relevantes
Lei Federal nº 9.985/2000	A Lei Federal nº 9.985/2000 trouxe implicações tanto no âmbito conceitual quanto normativo. Por meio do artigo 2º, definiu o conceito legal de UCs, sendo definido como: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Brasil, 2000). Do ponto de vista normativo, a Lei desempenhou um papel na organização das numerosas regulamentações que se aplicam às diversas categorias de manejo, além de estabelecer critérios e normas para a criação e administração das áreas protegidas, abrangendo tanto as de âmbito federal, estadual quanto municipal (Schenini; Costa; Casarin, 2004).
Lei Estadual nº 10.431/2006	A Lei nº 10.431, em seu Artigo 2º, incisos V, VI e VII, enfatiza a importância do acesso da comunidade à educação e à informação ambiental, promovendo a conscientização e o envolvimento nas questões ambientais. No Artigo 4º, inciso VII, a lei incentiva e apoia a organização de entidades da sociedade civil, especialmente a participação dos povos e comunidades tradicionais, fortalecendo assim a participação ativa e representativa nas questões ambientais. Além disso, o Artigo 62º garante a participação da sociedade civil nas conferências estaduais de meio ambiente, promovendo a colaboração na definição de políticas e diretrizes ambientais.

Fonte: Fonte: Autoria própria, 2024.

À vista disso, o SNUC, em nível federal, e a PEMA e o SEUC, em nível estadual, constituem marcos regulatórios que visam assegurar a proteção do meio ambiente e a promoção do uso sustentável dos recursos naturais, garantindo, assim, a conservação da biodiversidade e a manutenção do equilíbrio ecológico nessas regiões.

Nesse contexto, esta seção tem o propósito de realizar uma análise dos elementos correlatos à preservação e conservação ambiental do TICD. No decorrer deste segmento, atribuiremos uma atenção especial às UCs, aprofundando a exploração das regulamentações e diretrizes governamentais que foram estabelecidas com a finalidade de garantir a preservação e conservação ambiental nas áreas protegidas.

As Unidades de Conservação no Território de identidade da Chapada Diamantina

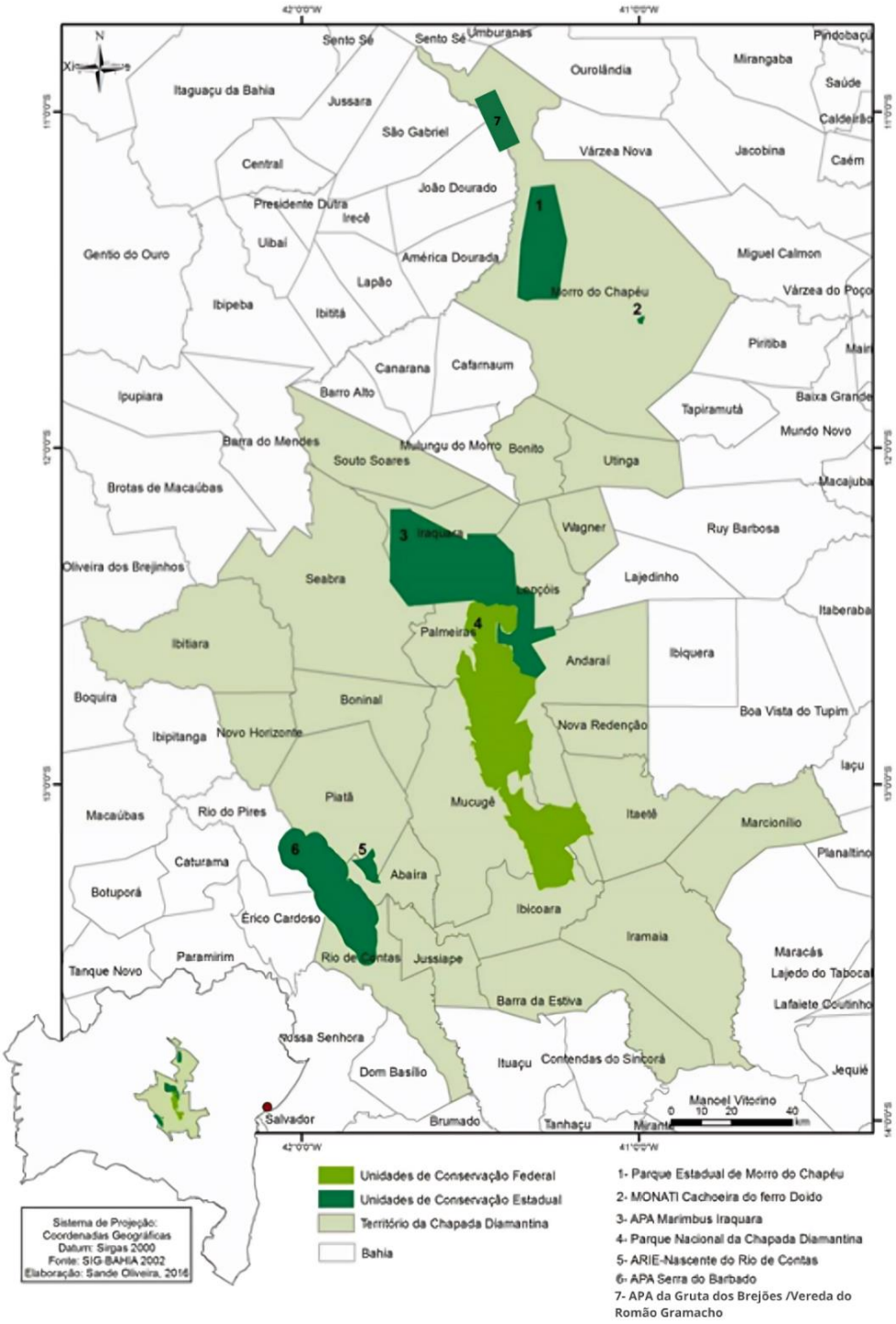
Segundo Lucena (2022), a Chapada Diamantina destaca-se por sua complexidade geológica, biológica e antrópica, evidenciando um relevo antigo desgastado, chapadões sedimentares, vales profundos e uma variada gama de ecossistemas, que vão de matas exuberantes a cerrado e caatinga. Além de sua riqueza natural, a região é um testemunho histórico com cidades coloniais e garimpos abandonados, reflexo da busca por riquezas minerais (Teixeira *et al.*, 2024).

A história da Chapada Diamantina narra a busca por ouro e diamante, resultando em prosperidade efêmera (Lucena, 2022). Atualmente, muitos lugarejos conservam sua atmosfera do passado, sendo palco de uma renovação cultural e econômica impulsionada pelo ecoturismo. A área proporciona uma combinação única de atrações, incluindo montanhas cênicas, rios cristalinos, grutas e cavernas com pinturas rupestres, evidenciando uma ocupação humana que remonta a mais de dez mil anos (Lucena, 2022).

Contudo, mesmo com sua beleza natural destacada, a Chapada Diamantina enfrenta desafios ambientais comuns a outras regiões de significativa importância para a biodiversidade. Estes desafios abrangem questões como desmatamento, incêndios florestais, extração ilegal de areia, regularização fundiária, caça predatória e invasões de terras (Bahia, 2012). Esses conflitos ambientais não apenas comprometem a integridade dos ecossistemas presentes no TICD, mas também representam ameaças significativas à diversidade biológica e aos serviços ecossistêmicos essenciais oferecidos por essa região. O enfrentamento efetivo desses desafios requer abordagens integradas e medidas coordenadas para promover a conservação e o manejo sustentável desses recursos naturais.

Dessa maneira, as UCs emergem como estratégias fundamentais com o propósito de catalisar a conservação e a sustentabilidade dos recursos naturais. O TICD abraça a presença de sete UCs, distribuídas nos âmbitos federal e estadual. A figura 4 mostra a distribuição das UCs das esferas federal e estadual no TICD.

Figura 2 – Distribuição das Áreas Naturais Protegidas das esferas federal e estadual no Território de Identidade da Chapada Diamantina.



Fonte: SIG BAHIA (2002).

Além destas UCs, existem algumas de domínio municipal, constituindo uma rede de proteção ambiental abrangente. No entanto, não é nossa intenção detalhar essas informações neste trabalho. Essas áreas designadas, em essência, desempenham um papel imprescindível na defesa da biodiversidade, na preservação e conservação de ecossistemas singulares e na garantia dos serviços ecossistêmicos essenciais tanto para a comunidade local quanto para a saúde ambiental em uma escala mais ampla.

Destacando-se como a única área sob jurisdição federal, o Parque Nacional da Chapada Diamantina foi estabelecido pelo Decreto Federal nº 91.655, de 1978 (Brasil, 1978), pertencente aos municípios de Lençóis, Palmeiras, Andaraí, Mucugê, Ibicoara e Itaetê, ocupando juntos, uma extensão imponente de 152.141 hectares (Brasil, 2005). O Plano de Manejo do Parque Nacional da Chapada Diamantina foi estabelecido em 2007, e delineia claramente os objetivos desta UC, sendo a proteção dos ecossistemas remanescentes da Serra do Sincorá e a asseguração da preservação de seus recursos naturais (Brasil, 2007) os principais pilares que norteiam suas ações e políticas de gestão.

Ao adentrar os detalhes do Parque Nacional da Chapada Diamantina, percebe-se que sua criação não apenas atende à necessidade de preservação da Serra do Sincorá, mas também se destina a propiciar um ambiente propício para a pesquisa científica, o turismo sustentável e a educação ambiental. Essa abordagem multifacetada reforça a visão holística por trás da concepção das UCs no TICD, onde a conservação não é um mero ato de preservação, mas sim um meio de integração harmoniosa entre a natureza e as atividades humanas.

No contexto estadual, destacam-se importantes UCs, tais como a APA Gruta dos Brejões/Vereda do Romão Gramacho, a APA Serra do Barbado, a APA Marimbus/Iraquara, o Monumento Natural Cachoeira do Ferro Doido, o Parque Estadual de Morro do Chapéu, e a Área de Relevante Interesse Ecológico.

A APA Gruta dos Brejões/Vereda do Romão Gramacho, foi instituída por meio do Decreto Estadual n. 32.487 de 1985, abrangendo uma extensão significativa de 11.900 hectares, englobando porções dos municípios de Morro do Chapéu, João Dourado e São Gabriel, sendo os dois últimos integrantes do Território de Identidade de Irecê (Bahia, 1985). O decreto de criação da APA é explícito em seus objetivos, direcionando-se para a conservação e proteção de elementos distintivos da região. De acordo com o documento: “conservar e proteger as formações geológicas notáveis, as cavidades naturais subterrâneas, seus espeleotemas, animais cavernícolas associados e as águas subterrâneas do Rio Jacaré, assim como proteger os sítios arqueológicos e paleontológicos existentes na APA” (Bahia,

1985). Assim sendo, essa APA representa uma iniciativa expressiva no contexto da conservação ambiental estadual, reconhecendo e preservando elementos geológicos únicos, ecossistemas subterrâneos e patrimônios arqueológicos e paleontológicos de grande importância.

A APA Serra do Barbado, formalizada mediante o Decreto Estadual n° 2.183/1993, se estende por porções dos municípios de Rio de Contas, Abaíra, Piatã, Rio do Pires, Érico Cardoso e Jussiape, abrangendo uma extensão de 63.652 hectares (Bahia, 1993a). O decreto de sua criação menciona os aspectos naturais que merecem conservação, apresentando justificativas para a escolha da categoria de UC:

> [...] considerando que a Serra do Barbado é uma área montanhosa, com elevação de até 2033 m, com a presença de vegetação, formada por matas com fauna/flora de elevado valor ambiental e científico, além da existência de grandes ambientes com formação de campos gerais;
> considerando que a Serra do Barbado é o ponto culminante do Estado; considerando que a região, por suas características naturais de apreciável valor cênico, favorece o desenvolvimento do turismo ecológico, compatível com as exigências para o desenvolvimento sustentado da região;
> considerando, por fim, que, na forma da legislação vigente, a APA constitui o tipo de unidade de conservação mais adequada, à disposição do Poder Público, para o ordenamento das atividades econômicas, sociais e humanas no interior das áreas de interesse relevante para proteção ambiental (Bahia, 1993a).

Nesse sentido, pode-se considerar que a APA Serra do Barbado é mais do que uma mera delimitação geográfica sob proteção, se tornando um compromisso com a conservação da biodiversidade, a valorização de ecossistemas singulares e a promoção de práticas sustentáveis que beneficiam tanto o meio ambiente quanto as comunidades locais. A justificativa detalhada no decreto de criação destaca não apenas a importância intrínseca da região, tal qual o entendimento de que a preservação ambiental está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento equitativo e responsável.

A área em análise é a APA Marimbus/Iraquara, situada na Chapada Diamantina, BA, estabelecida pelo Decreto Estadual nº 2.216 de 14 de junho de 1993 (Bahia, 1993b). Ela abrange uma extensão de 125.400 hectares e inclui os municípios de Andaraí, Iraquara, Lençóis, Palmeiras e Seabra

Por sua vez, a APA Marimbus/Iraquara, criada sob a regulamentação do Decreto Estadual n° 2.216 de 1993, abrange uma extensão de 125.400 hectares e inclui os municípios de Andaraí, Iraquara, Lençóis, Palmeiras e Seabra (Bahia, 1993b). Nesta área protegida, destaca-se a presença significativa de formações geológicas, que incluem diversas grutas, e os cursos d'água subterrâneos, elementos que coletivamente representam um valioso patrimônio

ambiental (Bahia, 2012). Assim, a criação dessa APA pode significar o comprometimento em preservar e manter a integridade desses elementos, reconhecendo não apenas sua importância intrínseca para a biodiversidade local, mas também sua contribuição para a qualidade ambiental da região.

O Monumento Natural da Cachoeira do Ferro Doido, promulgado pelo Decreto Estadual n° 7.412 de 1998, está localizado no Município de Morro do Chapéu, abrangendo uma área de aproximadamente 400 hectares (Bahia, 1998a). Este local notável, conforme as informações detalhadas no Relatório 2 dos estudos básicos do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social e Regularização Fundiária do Estado da Bahia (PLANEHAB), destaca-se como um verdadeiro tesouro de recursos naturais, evidenciando uma diversidade biológica singular, incluindo:

> O Monumento apresenta formações vegetacionais constituídas por florestas estacionais, campos rupestres e cerrado, sendo um atributo natural marcante na formação da biodiversidade. É muito comum espécies de orquídeas, bromélias, melastomatáceas e malphighiáceas. A fauna apresenta algumas espécies ameaçadas de extinção, além da ocorrência do Colibri dourado, que é uma espécie endêmica na região (Bahia, 2012, p. 111).

Diante dessa riqueza biológica, a criação da área protegida foi respaldada por objetivos claramente definidos:

> Tendo como objetivo principal a conservação deste acidente geográfico, além da rara beleza paisagística da região, com seu amplo vale de vegetação preservada em seus 400 hectares. Na mesma época, junto a esta UC, também foi criado o Parque Estadual Morro do Chapéu com as mesmas finalidades de conservação e preservação do ambiente local (Bahia, 2012, p. 111).

A proteção desse Monumento Natural não apenas salvaguarda um ambiente de excepcional valor ecológico, mas também reconhece a necessidade crítica de preservar áreas que abrigam não apenas biodiversidade única, bem como apresentam um cenário paisagístico de beleza incomparável.

Outra área protegida de notável importância situada no município de Morro do Chapéu é o Parque Estadual de Morro do Chapéu. A criação dessa UC foi oficializada pelo Estado por meio do Decreto Estadual n° 7.413, datado de 1998, e abrange uma extensão territorial de aproximadamente 46.000 hectares, situada integralmente no Município de Morro do Chapéu (Bahia, 1998b). O PLANEHAB destaca diversos aspectos naturais que conferem destaque a essa localidade, incluindo:

> Os atributos naturais se caracterizam pela presença bem diversificada da fauna, da flora, formações geológicas e sítios arqueológicos com pinturas rupestres. O grau de conservação ambiental do Parque é ressaltado pela presença de felinos de grande porte. A vegetação predominante da área corresponde ao bioma Caatinga, também são encontradas tipologias bastante raras na região, como as dunas. Apresenta áreas com vegetação arbustiva/herbáceas, formando verdadeiros jardins naturais sobre os afloramentos rochosos. Outra tipologia destacada é a presença de orquídeas, bromélias e cactáceas (Bahia, 2012, p. 104).

Sendo assim, diante dessas áreas prioritárias, foi estabelecida a iniciativa com o propósito fundamental de proteger e preservar os recursos naturais, envolvendo cuidadoso planejamento da atividade econômica e do desenvolvimento turístico. Essa abordagem visa garantir que tais empreendimentos ocorram de maneira sustentável, atentando-se para a prevenção de danos ao meio ambiente e, simultaneamente, promovendo a melhoria da qualidade de vida das populações locais (Bahia, 2012).

Por fim, destaca-se a Área de Relevante Interesse Ecológico Nascente do Rio de Contas, estabelecida por meio do Decreto Estadual nº 7.968, de 2001. Com uma extensão de 4.771 hectares nos municípios de Abaíra e Piatã (Bahia, 2001), essa área é marcada pela presença das nascentes de um rio com potencial hídrico de significativa importância para 63 municípios integrantes da Bacia do Rio de Contas, a maior bacia hidrográfica de um rio inteiramente estadual (Bahia, 2012).

A vegetação da Área de Relevante Interesse Ecológico Nascente do Rio de Contas é diversificada, apresentando extensas áreas de campo rupestre, campo cerrado com formações herbáceas e arbustivas, ilhas de florestas estacionais e caatinga em bom estado de conservação, com uma riqueza vegetal abriga não apenas espécies comuns, como plantas endêmicas e raras, totalizando 115 pertencentes às famílias Eriocaulácea, Orquidaceae e Velloziacea (Bahia, 2012).

A criação dessa área teve como objetivo primordial contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais, quem nem para a salvaguarda de paisagens naturais pouco alteradas e de notável beleza cênica (Bahia, 2012). Dessa forma, o seu papel crucial na manutenção do equilíbrio hídrico e na promoção da biodiversidade destaca-se como um elemento essencial para a sustentabilidade ambiental da região.

As UCs no TICD, em conjunto, englobam uma extensão total de cerca de 258.765 hectares. Dessa forma, as áreas protegidas não apenas desempenham um papel crucial como barreira de proteção contra atividades prejudiciais ao meio ambiente, mas também se configura como um instrumento estratégico para fomentar práticas de manejo sustentável. Ao

delinear limites e restrições específicas, essas UCs visam garantir a preservação dos recursos naturais, assegurando que a exploração deles esteja alinhada com princípios de sustentabilidade, respeitando os conhecimentos tradicionais indígenas.

Ademais, além destas UCs, existem algumas de domínio municipal, constituindo uma rede de proteção ambiental abrangente. Essas áreas designadas, em essência, desempenham um papel imprescindível na defesa da biodiversidade, na preservação de ecossistemas singulares e na garantia dos serviços ecossistêmicos essenciais tanto para a comunidade local quanto para a saúde ambiental em uma escala mais ampla.

Adicionamento, é fundamental ressaltar que há um esforço conjunto da sociedade civil, defensores do meio ambiente e autoridades públicas visando a criação de uma nova área protegida da categoria de Refúgio de Vida Silvestre na Chapada Diamantina, denominada Serra da Chapadinha. De acordo com a Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento da Bahia (SIHS), essa região abriga áreas de recarga hídrica de suma importância para o estado da Bahia, sendo vital para o abastecimento do Rio Una, afluente do Rio Paraguaçu, responsável por mais de 60% do fornecimento de água para a Região Metropolitana de Salvador (SIHS, 2016). Contudo, a ameaça iminente da atividade mineradora na área suscita preocupações, dado que essa prática pode resultar em danos ao meio ambiente, impactando diretamente os afluentes e a flora local (Menegassi, 2023).

Nesse contexto, as manifestações populares têm tido repercussões políticas. Em maio de 2023, o deputado Hilton Coelho (Psol) propôs à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) a criação do Refúgio de Vida Silvestre da Serra da Chapadinha, direcionada ao governador Jerônimo Rodrigues. Essa proposta enfatiza a importância da região como uma das áreas de recarga hídrica, responsável pelo abastecimento de água de 80 municípios na Bahia, incluindo Salvador (ALBA, 2023). Além disso, em agosto de 2023, o Ministério Público Federal (MPF) emitiu uma recomendação ao governo da Bahia para a criação da ANP, visando proteger os modos de vida das comunidades tradicionais locais e preservar os valiosos recursos naturais da região (MPF, 2023).

Considerando a relevância das UCs do TICD para a proteção dos aspectos naturais presentes em sua extensão territorial, é essencial sistematizar as principais informações sobre essas áreas. Nesse contexto, o Quadro 2 apresenta uma organização detalhada das principais informações relativas a cada área protegida nas esferas federal e estadual do TICD.

Quadro 2 – Sistematização das informações sobre as áreas protegidas do Território de Identidade da Chapada Diamantina, incluindo Legislação, categoria de Unidade de Conservação e nome, municípios envolvidos e suas especificidades.

Legislação	Categoria de UC e nome	Municípios	Área	Especificidades
Decreto Federal nº 91.655/1978	Parque Nacional da Chapada Diamantina	Lençóis, Palmeiras, Andaraí, Mucugê, Ibicoara e Itaetê	152.141 hectares	Visa atender à preservação da Serra do Sincorá e promove a pesquisa científica, o turismo sustentável e a educação ambiental.
Decreto Estadual nº 32.487/1985	APA Gruta dos Brejões/Vereda do Romão Gramacho	Morro do Chapéu, João Dourado e São Gabriel	11.900 hectares	Conservar e proteger as formações geológicas, cavidades naturais, espeleotemas, animais cavernícolas, águas subterrâneas do Rio Jacaré, e os sítios arqueológicos e paleontológicos da APA.
Decreto Estadual n° 2.183/1993	APA Serra do Barbado	Rio de Contas, Abaíra, Piatã, Rio do Pires, Érico Cardoso e Jussiape	63.652 hectares	A Serra do Barbado, ponto mais alto do estado, destaca-se pelo valor ambiental e científico de sua fauna e flora, favorecendo o turismo ecológico e o desenvolvimento sustentável.
Decreto Estadual n° 2.216/1993	APA Marimbus/Iraquara	Andaraí, Iraquara, Lençóis, Palmeiras e Seabra	125.400 hectares	A área protegida destaca-se por suas formações geológicas, incluindo diversas grutas e cursos d'água subterrâneos, que juntos formam um valioso patrimônio ambiental.
Decreto Estadual n° 7.412/1998	Monumento Natural da Cachoeira do Ferro Doido	Morro do Chapéu	400 hectares	O Monumento possui formações vegetacionais como florestas estacionais, campos rupestres e cerrado, destacando-se pela sua biodiversidade. É comum encontrar espécies de orquídeas, bromélias, melastomatáceas e malpighiáceas. A fauna inclui espécies ameaçadas de extinção e o Colibri dourado, uma espécie endêmica da região.
Decreto Estadual n° 7.413/1998	Parque Estadual de Morro do Chapéu	Morro do Chapéu	46.000 hectares	Os atributos naturais incluem uma fauna e flora diversificadas, formações geológicas e sítios arqueológicos com pinturas rupestres. A conservação ambiental é evidenciada pela presença de grandes felinos. Predomina o bioma Caatinga, com raras dunas, vegetação arbustiva e herbácea sobre afloramentos rochosos, além de orquídeas, bromélias e cactáceas.
Decreto Estadual nº 7.968/2001	Área de Relevante Interesse Ecológico Nascente do Rio de Contas	Abaíra e Piatã	4.771 hectares	A Área de Relevante Interesse Ecológico Nascente do Rio de Contas possui vegetação diversificada, incluindo campos rupestres, cerrado, florestas estacionais e caatinga bem conservada. Abriga 115 espécies vegetais, incluindo plantas endêmicas e raras das famílias Eriocaulácea, Orquidaceae e Velloziacea.

Fonte: Fonte: Autoria própria, 2024.

Como notado, as UCs no âmbito do TICD desempenham um papel crucial na salvaguarda de áreas essenciais para a fauna e a flora, desempenhando um papel significativo na manutenção dos ciclos naturais e na preservação. Assim, as áreas protegidas funcionam como refúgios seguros para espécies ameaçadas e endêmicas, fomentando a resiliência dos ecossistemas perante as pressões ambientais globais.

Considerações finais

Este artigo consiste em uma abordagem panorâmica, que destacou as estratégias concebidas no âmbito do TICD com o propósito de salvaguardar as áreas prioritárias. Para isso, explorou-se não apenas os aspectos históricos e geográficos relevantes, mas também o processo de ocupação humana e as normativas estabelecidas com o intuito de promover a preservação ambiental.

Durante a condução do estudo, observou-se que o contexto histórico do TICD é caracterizado por uma sequência de eventos lineares, que incluem a ocupação impulsionada pela mineração e pela pecuária, bem como a influência política dos coronéis. Frisa-se que esses elementos deixaram marcas profundas nas dinâmicas econômicas, políticas e sociais locais, que perduram até os dias atuais.

No que concerne a criação dos Territórios de Identidade, esta iniciativa representa um marco na gestão territorial da Bahia, promovendo uma abordagem integrada e participativa para o desenvolvimento sustentável. A partir de instrumentos como o PTDS e os Conselhos Territoriais, buscou-se promover a inclusão social e a valorização da identidade local. No entanto, apesar dos avanços na governança territorial, ainda existem desafios a serem enfrentados. As disputas políticas locais, as desigualdades sociais e as pressões sobre o meio ambiente representam limitações importantes que demandam atenção contínua.

Já em relação a criação das UCs no TICD, esta atuação demarca a importância crucial das áreas protegidas na preservação da rica biodiversidade, na promoção do turismo sustentável, na salvaguarda dos recursos hídricos e de outros serviços ecossistêmicos oferecidos por essa região emblemática. Assim, as ações realizadas localmente desempenham um papel preponderante tanto estrategicamente quanto em termos de gestão.

Para além deste estudo, há diversas oportunidades para pesquisas futuras que podem contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre o TICD e para o aprimoramento das políticas de desenvolvimento territorial e ambiental na região. Algumas dessas perspectivas incluem: estudos sobre os impactos das políticas territoriais na qualidade de vida das

populações locais, incluindo análises de indicadores socioeconômicos e ambientais; estudos comparativos com outros Territórios de Identidade da Bahia e com outras regiões do Brasil, visando identificar lições aprendidas e boas práticas em gestão territorial e ambiental; e, avaliações da eficácia dos instrumentos de gestão territorial, como os Conselhos Territoriais e os PTDS, na promoção do desenvolvimento sustentável. Essas perspectivas de pesquisa podem contribuir para o aprimoramento das políticas públicas e para a promoção do desenvolvimento sustentável no TICD e em outras regiões semelhantes.

REFERÊNCIAS

ALBA - Assembleia Legislativa da Bahia. **Hilton defende criação da Unidade de Conservação da Serra da Chapadinha.** Salvador: Notícias, 2023. Disponível em: https://www.al.ba.gov.br/midia-center/noticias/57125 Acesso em: 14 nov. 2023.

BAHIA. **Decreto Estadual nº 32.487**. Declara como de interesse para a Proteção Ambiental a área de terras que indica, nos municípios de Morro do Chapéu, São Gabriel e João Dourado, no Estado da Bahia. Diário Oficial do Estado, Salvador, 13 nov. 1985.

BAHIA. **Decreto nº 2183/1993** – Criação da APA Serra do Barbado. 1993a.

BAHIA. **Decreto nº 7.412 de 17 de agosto de 1998**. Cria o Monumento Natural da Cachoeira do Ferro Doido e dá outras providências. 1998a.

BAHIA. **Decreto nº 7.413 de 17 de agosto de 1998**. Cria o Parque Estadual Morro do Chapéu e dá outras providências. 1998b.

BAHIA. **Decreto Estadual nº 2216** de 14 de junho de 1993. Cria a Área de Proteção Ambiental Marimbus/Iraquara, nos Municípios de Lençóis, Iraquara, Palmeiras e Seabra, e dá outras providências. Governo do Estado da Bahia, 1993b. Disponível em: http://www.inema.ba.gov.br/wp-content/uploads/2011/09/DECRETO-N%C2%BA-2215-DE-14-DE-JUNHO-DE-1993-Prote%C3%A7%C3%A3o-Ambiental-de-Cara%C3%ADva.pdf Acesso em: 16 maio 2023.

BAHIA. **Decreto Estadual 7.968 de 05 de junho de 2001**. Cria a Área Estadual de Relevante Interesse Ecológico - Nascentes do Rio de Contas e dá outras providências. Disponível em: < http://governoba.jusbrasil.com.br/legislacao/78174/decreto-7968-01 Acesso em: 11 nov. 2023.

BAHIA. **Lei Estadual n. 10.431, de 20 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia e dá outras providências. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 2006. Disponível em: http://www.al.ba.gov.br/ Acesso em: 06 nov. 2023.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. **Elaboração do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social e Regularização Fundiária do Estado da Bahia (PLANEHAB).** Relatório 2, volume II, julho, 2012.

BRASIL. **Decreto n° 91.655,** de 17 de setembro de 1978. Cria o Parque Nacional da Chapada da Diamantina. 1978. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/d91655.htm. Acesso em: 11 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. 2000.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Diversidade Biológica e Conservação da Floresta Atlântica ao norte do Rio São Francisco**. *In*. Kátia Cavalcanti Pôrto, Jarcilene S. de Almeida-Cortez, Marcelo Tabarelli (Orgs.). Brasília, DF. Biodiversidade. 363 p. 2005.

BRASIL. **Plano de manejo do Parque Nacional Da Chapada Diamantina**. Brasília, 2007. 506 p.

COSTA, M. A. **Diálogos para uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano:** desafios do financiamento urbano e da governança interfederativa. Rio de Janeiro: IPEA, 2023.

CRUZ, M. T. S. **Desafios da Sustentabilidade em Contextos de Pobreza**: estudo sobre a Chapada Diamantina. *In*: The 6th International Conference on Innovation and Managemente (ICIM 2009), 2009, São Paulo. The 6th International Conference on Innovation and Managemente (ICIM 2009), 2009.

FLORES, C. D. **Territórios de Identidade na Bahia:** Saúde, Educação, Cultura e Meio Ambiente frente à Dinâmica Territorial. 2015. 162f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2015.

GIUDICE, D. S. **Geodiversidade e Lógicas Territoriais na Chapada Diamantina – Bahia.** Orientador: Rosemeri Melo e Souza. 2011. 301 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2011. Disponível em: https://ri.ufs.br/handle/riufs/12471 Acesso em: 27 jul. 2023.

GUANAES, S. A. **Nas trilhas dos garimpeiros de serra:** garimpo e turismo em áreas naturais na Chapada Diamantina - BA. 2001. 213 f. Dissertação (Mestrado Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2001. Disponível em: https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/397188 Acesso em: 27 jul. 2023.

GUIMARÃES, J. S. **Agricultura familiar e as tecnologias sociais no território do sertão produtivo**: análise exploratória com foco no desenvolvimento rural. 2023. 129f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Roteiro Metodológico para Gestão de Área de Proteção Ambiental APA.** Diretoria de Unidades de Conservação e Vida Silvestre. Brasília: Ed. IBAMA, 2001.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**, 2022. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/ Acesso em: 30 jun. 2023.
LUCENA, H. **Interações socioambientais relevantes nas Unidades de Conservação da Chapada Diamantina.** 2022. 111 f. Monografia (Licenciatura em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/48693/1/TCC%20Humbero%20Santos%20de%20Lucena.pdf Acesso em: 17 ago. 2023.

MACÊDO, Ramon Novaes. Uma breve análise dos Planos Pluri Anuais Participativos da Bahia PPA´S-P 2008-2011 e 2012-2015 como ferramenta de participação social. **Revista Científica do Sertão Baiano**, v. 1, n. 1, p. 22-31, 2020.

MENEGASSI, D. Contra mineração, movimento luta para proteger a Serra da Chapadinha. **((o))eco.** 12 jul. 2023. Disponível em: https://oeco.org.br/reportagens/contra-mineracao-movimento-luta-para-proteger-a-serra-da-chapadinha/ Acesso em: 18 jul. 2024.

MPF – Ministério Público Federal. **Proteção a comunidades tradicionais: MPF recomenda ao governo da Bahia criação da Unidade de Conservação da Serra da Chapadinha.** Salvador: Assessoria de Comunicação Ministério Público Federal na Bahia. 2023. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/ba/sala-de-imprensa/noticias-ba/protecao-a-comunidades-tradicionais-mpf-recomenda-ao-governo-da-bahia-criacao-da-unidade-de-conservacao-da-serra-da-chapadinha Disponível em: 14 out. 2023.

OLIVEIRA, R. R. D. **A política de desenvolvimento territorial sustentável no Território do Sisal.** 2018. 60 f. TCC (Especialização em Gestão Pública) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2018. Disponível em: https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1005/1/2018_mono_rudineyoliveira.pdf Acesso em: 14 nov. 2023.

PEREIRA, W. G. **desafios dos planos municipais de educação no território da região metropolitana de Belo Horizonte/Minas Gerais (2014- 2019).** 2022. 84 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) -- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2022.

PINTO, J. P. **O desenvolvimento das políticas culturais do subúrbio ferroviário da cidade do Salvador – BA**: um olhar para o centro cultural plataforma. 2023. 145f. Tese (Doutorado em Políticas Sociais e Cidadania) – Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2023.

ROCHA, Luiz Carlos. **Políticas públicas de esporte e lazer na Bahia**: um estudo analítico do Território Litoral Norte e Agreste Baiano. Orientador: Augusto César Rios Leiro. 2012 289 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2012. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/14570/1/TESE%20Fiinal.pdf Acesso em: 14 nov. 2023.

SANTOS, A. C. M. **O conhecimento jurídico como um instrumento de fortalecimento institucional das associações rurais:** construindo uma cartilha de orientação jurídica. 2020. 201 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2020.

SANTOS, C. N. **Desafios da participação das mulheres no sindicalismo rural no território Chapada Diamantina:** elaboração de guia orientador com foco nas políticas públicas e no trabalho. 2018. 110 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana - BA, 2018. Disponível em: http://tede2.uefs.br:8080/bitstream/tede/866/2/TCC%20cristiane%20vers%C3%A3o%20final%20em%2016.01.2019.pdf Acesso em: 27 jul. 2023.

SANTOS, C. A. V. **Reforma Agrária e Desenvolvimento Territorial Sustentável**: os Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana (Brasil). 2023. 359f. Tese (Doutorado em Desarrollo Local y Cooperación Internaciona) - Universitat de València, UV, Espanha, 2023.

SANTOS, C. S. **A Chapada Diamantina:** uma experiência arlequiniana de desenvolvimento territorial no Brasil. 2014. 159f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Gestão Social) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/18389/1/Santos,%20Claudilson%20Souza%20dos.pdf Acesso em: 27 jul. 2023.

SCHENINI, P. C.; COSTA, A. M.; CASARIN, V. W. **Unidades de Conservação**: Aspectos Históricos e sua Evolução. *In:* Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário, SC, 7p. 2004. Disponível em: http://www.ambiente.sp.gov.br/wpcontent/uploads/cea/PedroCarlosS.pdf. Acesso em: 16 out. 2023.

SIHS - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA E SANEAMENTO. **Plano de Abastecimento de Água da Região Metropolitana de Salvador, Santo Amaro e Saubara – PARMS**: estudo básicos. Salvador, f. 1, t. 2, fev. 2016. Disponível em: http://www.sihs.ba.gov.br/arquivos/File/Vol2cap1.pdf Acesso em: 17 jul. 2024.

TEIXEIRA, J. V. B. C. *et al*. OS (DES) CAMINHOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS NA CHAPADA DIAMANTINA (BAHIA). **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 1, n. 1, 2024.

VICENTE, F. J. **O Paraguai e a busca de um caminho para o mar:** Repercussões territoriais decorrentes de sua condição de Estado mediterrâneo. 2022. 398f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

ESPAÇO EM REVISTA
ISSN: 1519-7816
https://periodicos.ufcat.edu.br/espaco

DESIGUALDADE E PERSISTÊNCIA DA FOME COLETIVA NO BRASIL

Bruna Cristina Ferreira Alves [1]
Gilmar Alves de Avelar [2]

Como citar: ALVES, Bruna Cristina Ferreira; AVELAR, Gilmar Alves de. DESIGUALDADE E PERSISTÊNCIA DA FOME COLETIVA NO BRASIL. **Espaço em Revista**, Catalão, v. 26, n. 2, p. 112–124, 2024. DOI: https://doi.org/10.70261/er.v26i2.74777 Disponível em: https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/espaco/article/view/74777

Esta obra está licenciada com uma Licença CC BY 4.0 . Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

Recebido: 08/11/2024 | **Aceito:** 02/12/2024 | **Publicado:** 16/12/2024

Resumo

A pandemia no Brasil amplia a condição de fome que já se apresentava alarmante antes mesmo da crise do novo coronavírus como consequência dos ataques que a classe trabalhadora tem sofrido nos anos anteriores, especialmente no âmbito das políticas de proteção social. O presente artigo objetiva discutir a fome coletiva no Brasil, a partir dos resultados do I e II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da COVID-19 no Brasil. O artigo inicia com a contextualização do trabalho desenvolvido pela Rede Brasileira de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) para posteriormente apresentar alguns dados mais gerais, os quais demonstram a realidade da fome no Brasil. Em seguida, adentramos especificamente nos resultados do I e do II inquérito, que demonstram de várias formas a presença da fome nos domicílios brasileiros. A metodologia empregada na realização deste trabalho foi a análise de conteúdo e revisão de literatura. Ao relacionar os resultados, é possível entender que o aumento de mais de 14 milhões de brasileiros em condição de fome é o resultado perverso do aprofundamento da desigualdade social proveniente do desmantelamento de políticas públicas.

Palavras-chave: Geografia. Fome. Insegurança Alimentar. Políticas Públicas.

INEQUALITY AND THE PERSISTENCE OF COLLECTIVE HUNGER IN BRAZIL

Abstract

The pandemic in Brazil has exacerbated the hunger situation that was already alarming even before the novel coronavirus crisis as a consequence of the attacks that the working class has suffered in previous years, especially in the context of social protection policies. This article aims to discuss collective hunger in Brazil, based on the results of the I and II National Survey on Food Insecurity in the Context of COVID-19 in Brazil. The article begins by contextualizing the work developed by the Brazilian Network for Food and Nutrition Sovereignty and Security (Rede PENSSAN) and then presents some more general data, which demonstrate the reality of hunger in Brazil. Next, we specifically delve into the results of the I and II surveys, which demonstrate in various ways the presence of hunger in Brazilian households. The methodology used in carrying out this work was content analysis and

[1] Mestranda na Universidade Federal de Catalão, Catalão, Goiás (GO), Brasil
e-mail: bruna.cristina.ferreira.alves@gmail.com
[2] Professor doutor na Universidade Federal de Catalão, Catalão, Goiás (GO), Brasil
e-mail: g.avelar@uol.com.br

literature review. By relating the results, it is possible to understand that the increase of more than 14 million Brazilians in a situation of hunger is the perverse result of the deepening of social inequality resulting from the dismantling of public policies.

Keywords: Geography. Hunger. Food Insecurity. Public Policies.

Introdução

Este artigo tem como objetivo discutir a persistência da fome coletiva no Brasil, como resultado do aprofundamento da desigualdade social no país. Para essa tarefa utilizaremos as informações contidas nos inquéritos sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da COVID-19, publicados pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN) no ano de 2021 e 2022. Além disso, serão utilizadas informações do relatório intitulado "O Estado de Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo (SOFI)", publicado no dia 12 de Julho de 2023 pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

A metodologia empregada neste trabalho envolveu a revisão de literatura, análise de conteúdo e uma seleção qualitativa dos resultados dos inquéritos. A análise qualitativa dos conteúdos permitiu uma compreensão aprofundada das nuances e especificidades do tema, ao passo que a avaliação dos dados numéricos forneceu uma base sólida para entender a dimensão e o impacto do problema estudado. Esse método permitiu combinar a riqueza das abordagens qualitativas com a precisão das análises quantitativas, proporcionando uma visão abrangente e crítica sobre a situação da fome no Brasil.

A rede PENSSAN foi organizada no âmbito de conferências e seminários nacionais sobre Segurança Alimentar e Nutricional desde 2012, a aprovação e formalização da rede ocorreu no III Encontro Nacional de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, que ocorreu em Curitiba/PR no ano de 2017. Os principais objetivos visam a ampliação do debate sobre segurança alimentar e nutricional no Brasil, a partir da formulação de inquéritos que possibilitem conhecer detalhadamente essa realidade, para proposição de caminhos que levam à superação da fome.

O I inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil foi publicado no ano de 2021, teve como objetivo monitorar a situação de Segurança e Insegurança alimentar no contexto da pandemia da covid-19. O II inquérito foi publicado no ano de 2022 e tem como objetivo o monitoramento dos níveis de segurança alimentar no país com vistas à atualização dos dados sobre insegurança alimentar.

Dividimos a exposição em duas partes. A primeira analisa os dados do I inquérito

realizado pela rede PENSSAN, bem como os dados do relatório da FAO. A segunda parte analisa os dados do II inquérito.

Análise do I inquérito sobre insegurança alimentar no contexto da Covid-19 no Brasil

Em 2023, uma matéria publicada no site do Ministério do Desenvolvimento Social, Assistência Social, Família e Combate à Fome, alerta que, segundo o Relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a insegurança alimentar no Brasil agravou nos últimos três anos.

A insegurança alimentar no Brasil é dividida em três escalas de análise: leve, moderada e grave. Na primeira condição, leve, diminui a qualidade das refeições e dos alimentos; na segunda, moderada, a diminuição da quantidade e na terceira, grave, é reconhecido como estado de fome, pois a qualidade e quantidade ficam comprometidas, indicando que essas pessoas convivem cotidianamente com o fato de não saber quando conseguirá se alimentar.

O relatório da FAO identificou que no Brasil existem 70,3 milhões de pessoas na condição de insegurança alimentar moderada. No caso da insegurança alimentar grave, o relatório mostra que 21,1 milhões de brasileiros enfrentaram essa realidade em 2022.

O Ministério do Desenvolvimento Social, Assistência Social e Combate à Fome (MDS) informa que o maior avanço no enfrentamento da fome no país foi consolidado durante os anos de 2003 a 2013, cuja redução dos indicadores de fome foi de 82%, possibilitando a saída do Brasil do mapa da fome da FAO no ano de 2014. Com relação a essa alteração dos indicadores, podemos citar a criação de estratégias implementadas em 1999, com a instituição da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) que reúne ações de governos municipais e estaduais no combate à fome.

A partir disso, nota-se uma alteração na forma de tratamento do problema da fome no país, bem como uma mudança da percepção sobre as causas e consequências dos problemas gerados pela fome. Neste contexto de combate a fome potencializada pelo Estado brasileiro outra ação importante foi a criação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em 2004. Através dele, torna-se possível a estruturação de uma rede integrada de proteção e promoção social, relacionando as políticas de assistência social, de segurança alimentar e nutricional. São ferramentas para execução de ações a serviço da saúde da população, além disso, funcionam como uma rede de acolhimento para atender as pessoas mais pobres afetadas pelo flagelo da fome.

Outro elemento importante no processo de combate à fome no país são as políticas públicas voltadas à agricultura familiar iniciada com a criação do Ministério de Desenvolvimento Agrário instituído no ano 2000 (MDA), cujo objetivo seria de planejar e implementar políticas para o desenvolvimento rural através do fortalecimento da agricultura familiar.

A criação de programas de combate à fome no decorrer dos anos de 2003 a 2006 foram fundamentais no Brasil. Dentre eles, podemos citar o "Fome Zero", o "Programa de Aquisição de Alimentos" (PAA) e a criação de restaurantes e cozinhas populares para acesso a refeições de qualidade a baixos custos.

Estas políticas com seus programas fortaleceram o enfrentamento à condição da fome e miséria generalizada no país, configurando sistemas de proteção social que, entretanto, com a implementação de medidas econômicas neoliberais dos últimos anos, condicionaram a deterioração da qualidade de vida e o aumento da fome da população brasileira, agravadas durante crise sanitária da COVID-19.

Para o economista Marcelo Álvares de Lima Depieri as políticas neoliberais são alterações nas diretrizes econômicas que apostam na austeridade fiscal, impulsionando uma agenda de cortes e contenções de recursos que

> "[...] afetam diretamente a capacidade de investimento do Estado, mais importante elemento para geração da renda e indução do crescimento. Ambas as reformas, trabalhista e previdenciária, carregam a tendência de valorização do capital em detrimento do trabalho, extinguindo direitos daqueles que vivem de salários, fragilizando a renda e o bem-estar de milhões de brasileiros" (Depieri, 2020 p. 135).

A famigerada emenda constitucional 95 [teto dos gastos] foi aprovada no final de 2016 e exprime fortemente a conjuntura econômica a qual o Brasil se coloca. A nova regulamentação fiscal impõe ao Estado limitação de gastos com necessidades primarias como saúde, educação, trabalho, moradia, por um período de 20 anos. A partir disso, o congelamento das despesas primárias obriga que a cada ano o Estado reduza os investimentos nos segmentos de proteção social e da vida cotidiana da população. Essa agenda de cortes provoca o agravamento das desigualdades sociais e com a chegada da pandemia a situação torna-se ainda pior.

O primeiro Inquérito coletou dados de 2.180 casas das regiões Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste, nas áreas rural e urbana. A pesquisa realizou-se em 128 municípios das grandes regiões do país dividida pelos 26 estados e o Distrito Federal, percorrendo ao todo 287 setores censitários.

Como resultado da pesquisa, o primeiro inquérito mostra que três meses antes da coleta de dados, 94 milhões de brasileiros (44,8%) da população mantinham uma vida dentro dos parâmetros de segurança alimentar, enquanto 116 milhões de pessoas (55,2%) estavam sob condições de insegurança alimentar. Entre esses estavam sob insegurança moderada (11,5%) e em insegurança grave (0,9%), contabilizando um total de 19,1 milhão de pessoas.

Segundo o inquérito os resultados das edições da Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio (PNAD) dos anos de 2004, 2009 e 2013 são importantes para entendermos o avanço do país quanto a redução dos índices de insegurança alimentar e fundamentalmente os impactos de diferentes realidades quanto ao acesso dos alimentos. No entanto a prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave, saltou de 18,3% para 20,6 entre 2015 e 2019.

> "Já os dados da POF 2017-2018 mostram o oposto, isto é, houve redução da Segurança Alimentar e Insegurança Alimentar que voltou para os níveis de 2004 (cerca de 60% dos domicílios), com o aumento correspondente da IA, sobretudo, a IA grave, que indica ocorrência de fome (Penssan, 2021 p.15)."

Os números apresentados representam também o processo econômico e político o qual o Brasil está inserido e que se agrava ainda mais com a crise sanitária da COVID-19 quando impacta diretamente na questão de renda, salário e trabalho de toda população. No entanto as maiores porcentagens de famílias em condições de trabalho informal, perda de trabalho e dificuldade de manutenção da renda mensal estão presentes nas regiões Norte e Nordeste.

> "As regiões Nordeste e Sul/Sudeste concentravam, cada uma, mais de 7 milhões de pessoas convivendo com a fome. As demais regiões apresentaram números bem menores, mas que representam proporções relevantes de sua população. Por exemplo, a região Norte tem 7,5% dos habitantes do Brasil, mas abriga 14,9% do total daqueles (as) que passam fome (Penssan, 2021 p. 36)."

As desigualdades regionais podem ser expressas através da condição de acesso aos alimentos, mas alinhada a isso outras condições nesse contexto da pandemia são ainda mais precarizadas, como o acesso a água e o endividamento das famílias no contexto de desemprego. O primeiro inquérito expõe que a segurança alimentar no Norte não ultrapassou 50% e no Nordeste os 30%. Estas desigualdades regionais juntam-se as de outra natureza, socioeconômicas que impactam a nível nacional, mas também em seu interior.

É nesse contexto de aprofundamento da desigualdade social e ataque ao Direito Humano a Alimentação (DHAA) imposta através de políticas fiscais desde 2015 que aumentam a deterioração do mercado de trabalho, a extrema pobreza e consequentemente a

CC BY

fome, que em 2018 atingia 10,3 milhões de pessoas no Brasil e no ano de 2020 passa a ser de 19,1 milhões.

Análise do II inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil

O segundo inquérito coletou dados no período de novembro de 2021 a abril de 2022, foram visitados 12.745 domicílios, abrangendo 577 municípios em todas as macrorregiões brasileiras. A pesquisa ocorreu tanto na área urbana, quanto rural e demonstra que o aumento dos níveis de insegurança alimentar no país, está fortemente atrelado ao desmantelamento de políticas públicas que visam a promoção da segurança alimentar e nutricional. Entre as políticas extintas destaca o programa de aquisição de alimentos (PAA) e do Programa Bolsa Família (PBF):

> "Nesse cenário de desmonte das políticas públicas, direta ou indiretamente voltadas à proteção e à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), deve-se destacar, em 2021, a extinção do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Bolsa Família (PBF), substituídos pelos programas Alimenta Brasil e Auxílio Brasil, respectivamente, reconhecidos por analistas sobre o tema como frágeis em suas concepções e objetivos, além de limitados na abrangência populacional. Estima-se que apenas metade dos 100 milhões de pessoas antes atendidas pelo PBF e pelo Auxílio Emergencial permaneceu com acesso ao Auxílio Brasil. Ademais, sobressai, neste período da pandemia, a má gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (Penssan, 2022 p.23)."

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), um dos programas e de maior orçamento do país, com a suspensão das atividades escolares no período da pandemia, teve seus recursos reduzidos e isso muito impactou na realidade de crianças e jovens que dependem desse tipo de programa para conseguir realizar ao menos uma refeição completa e saudável diariamente.

> "O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE é, sem sombra de dúvidas, a mais exitosa e abrangente política pública de SAN em vigor no Brasil. Criado em meados dos anos de 1950 e reformulado diversas vezes desde então, o PNAE oferece hoje refeições para mais de 40 milhões de estudantes. Com o início da pandemia e o cancelamento das aulas em todo o país, essa enorme população de beneficiários passou a não usufruir diariamente da alimentação escolar, muitas delas em situação de grave vulnerabilidade, incluindo quilombolas, indígenas, dentre outros (Sipione, 2020 p. 11)."

Mesmo com a efetivação do repasse financeiro dos programas de transferência de

renda, como o Auxílio Emergencial e o Auxílio Brasil, os resultados da pesquisa são assustadores, pois indica que em 2022 tínhamos 125,2 milhões de pessoas em insegurança alimentar e mais de 33 milhões em situação de fome no Brasil. Se observarmos, de um lado, os índices de porcentagem da área rural em relação ao urbano, nota-se índices de insegurança grave bastante altos, chegando a 18%. De outro lado, o quantitativo de pessoas em insegurança grave na cidade chega a mais de 27 milhões de pessoas passando fome como demonstra na (tabela I).

Tabela I - Distribuição percentual de domicílios por condição de SA/IA e número de pessoas sob condições de SA/IA segundo a localização rural e urbana no Brasil em 2021/2022

	Domicílios (%)				Moradores (por mil habitantes)			
Brasil e localização dos domicílios	SA	IA Leve	IA Moderada	IA Grave	SA	IA Leve	IA Moderada	IA Grave
	2021/2022				2021/2022			
Brasil	41,3	28,0	15,2	15,5	88.160	59.667	32.387	33.103
Urbano	42,2	27,9	14,9	15,0	77.158	51.031	27.212	27.405
Rural	36,2	28,3	16,9	18,6	11.032	8.635	5.165	5.681

Fonte: VigiSAN Inquérito SA/IA - Covid-19, Brasil, 2022 p.38. Org: ALVES, B. C. F. (2024)

Nota-se que a insegurança alimentar leve no país ultrapassa os 50 milhões de pessoas, 27% localizada nas zonas urbanas e 28% no campo. Todavia em número de habitantes as zonas urbanas abrigam maior contingente de subnutridos e mais de 27 milhões de famintos. Na zona rural brasileira é expressão mais severa a insegurança alimentar moderada e grave atinge 38% dos domicílios de agricultores familiares. Segundo o inquérito seis a cada dez habitantes da área rural apresentam algum grau de insegurança alimentar.

Com o desmantelamento das políticas de subsistência e de produção de alimentos a fome é violência política. Nesse contexto que o Movimento Sem Terra (MST) se organizou no ano de 2020 para combater a fome no contexto de crise sanitária através de uma agenda nacional construída pela Frente Nacional contra a Fome e a Sede. São essas estratégias criadas para o enfrentamento da miséria no campo e na cidade quando a atuação do estado ataca os direitos sociais, fundamentalmente o direito humano alimentação.

Para o economista Abramovay (1985) o ponto importante quanto a questão agrícola e alimentar no Brasil é sobretudo que os famintos atualmente vivem no mundo de fartura. Abramovay nos ensina que mesmo diante do alto grau de avanço econômico, a persistência desse dilema deve continuar a atentar contra a população, pois

fundamentalmente a questão do acesso aos recursos necessários à produção alimentar são efetivados desigualmente, a concentração fundiária é fundamental no processo de avanço dos índices fome, em contraste com os de diminuição da vulnerabilidade socioeconômica.

> "No Brasil, a desigualdade social – enraizada em sua história de profunda concentração de terra e renda – promoveu misérias e inacessibilidade a direitos humanos básicos – dentre estes, à alimentação. A acentuada desigualdade de sua estrutura fundiária é um permanente aspecto da injustiça social no Brasil, e tem papel crucial no sustento de um modelo de desenvolvimento excludente, que situa o Brasil como um dos países de maior desigualdade no mundo (Gomes, 2013 p. 18)."

Percebe-se que a desigualdade social pode ser entendida a partir de múltiplas variáveis, desde a questão da renda, o acesso à água potável, a moradia, a educação entre outras questões básicas da vida no campo ou na cidade. No âmbito da divisão regional nota-se que a região Norte e Nordeste mantém os piores índices de renda *per capita*, consequentemente a prevalência da fome em grande parte dessas populações.

A tabela II mostra a dimensão dessas desigualdades regionais. Nota-se que na região Sudeste a prevalência de segurança alimentar chega a 45,4% e a região Sul nessa mesma posição chega à prevalência de 51,8%. Quando olhamos as regiões norte e nordeste a relação se inverte, pois, o acesso pleno aos alimentos é baixo fazendo com que a insegurança grave e moderada seja bem maior que nas outras regiões.

Tabela ll - Distribuição percentual dos níveis de Segurança e Insegurança Alimentar (Leve, Moderada e Grave) no Brasil por macrorregiões 2022

Região	**Segurança alimentar**	**Insegurança Alimentar Leve**	**Insegurança Alimentar Moderada**	**Insegurança Alimentar Grave**
Brasil	41,3%	28,0%	15,2%	15,5%
Norte	28,4%	26,4%	19,5%	25,7%
Nordeste	32,0%	29,6%	17,4%	21,0%
Centro-oeste	40,5%	31,1%	15,5%	12,9%
Sudeste	45,4%	27,2%	14,3%	13,1%
Sul	51,8%	26,5%	11,8%	9,9%

Fonte: VigiSAN Inquérito SA/IA - Covid-19, Brasil, 2022 p.40. Org.: ALVES, B. C. F. (2024).

Por mais desenvolvido que possa ser o Brasil notamos ainda que esse avanço é diferentemente vivenciado pelo seu povo. Se analisarmos o decorrer da formação sócio-histórica do país perceberemos que as desigualdades regionais são marcantes, os dados do II

inquérito demonstram uma diferença entre os níveis de insegurança alimentar e de segurança alimentar, mantendo tanto o norte quanto o nordeste em uma linha tênue entre fome e segurança alimentar, o estudo afirma que nessas regiões a fome atinge 4 a cada 10 famílias, diante disso afirma-se a magnitude da privação a qual a população do norte e nordeste foram submetidas.

> "É manifesto e de grande magnitude o aumento da insuficiência de alimentos nos lares brasileiros entre 2018 e 2021/2022, em todas as macrorregiões. Entretanto, como um espelho da desigualdade no Brasil, essa evolução negativa da IA moderada ou grave ocorre com mais intensidade nas regiões Norte e Nordeste, com prevalências em 2021/2022, de 45,2% e 38,4%, respectivamente (Penssan, 2022 p. 75)."

Esta é também mais uma das formas de analisarmos as desigualdades sociais no Brasil, compreendendo que a fome nesse contexto pode ser vista como uma arma de dominação, à medida que priva boa parte da população de um direito básico à sobrevivência. A comida numa economia capitalista torna-se mais uma mercadoria, e por isso o tamanho da refeição das pessoas não dependerá do vazio de seu estômago, mas do volume de seu bolso (Abramovay, 1985. p.55).

Josué de Castro (1908-1973) pioneiro nos estudos sobre a fome no Brasil em meados do XX já indicava caminhos possíveis para uma economia nacional que enfrentasse a fome, por isso:

> "Pregava a necessidade de um plano sistematizado de política alimentar, do incremento a produção e a produtividade das espécies alimentícias, de uma política agraria que combatesse o latifundiarismo e conservasse melhor nossos recursos renováveis, através de uma adequada utilização do solo. Recomendava a atualização da legislação, permitindo ao agricultor o acesso à terra através da desapropriação dos imóveis improdutivos; o aproveitamento das áreas circunvizinhas aos grandes centros urbanos para frutas, legumes e verduras (que não resistiriam a transportes a longas distancias por não dispormos de recursos de refrigeração); a mecanização racional e intensiva a partir do conhecimento dos tipos de solo e das espécies a serem plantadas (Campos, 2011. p,230)."

Isso porque entendia que sem reorganização total das forças produtivas camponesas, a qual possibilitasse ao agricultor plantar, não teríamos condições para erradicação da fome e de melhor aproveitamento energético em relação à diversidade de alimentos, como por exemplo contido nas frutas, legumes e verduras. Ele nos indica que a produção deve ser orientada primeiro pelo consumo interno, garantido alimento para todo povo brasileiro e posteriormente a regulação nutricional e acessível, por fim a produção se voltaria a exportação de alimentos para cooperação internacional pela alimentação.

Infelizmente a realidade no Brasil continua a tornar a cada dia mais viva as ideias de Josué de Castro, através dos últimos dados apresentados o que nos é evidenciado para além do agravamento da insegurança alimentar ocasionado pelo desmonte de políticas e programas de combate à fome, um marco dessa reorganização econômico social foi a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional 95, conhecida como PEC da morte (PEC 241/2016) o modelo estabelece uma política fiscal de congelamento de gastos pelo estado obrigando-o a gastar menos com as necessidades primordiais como saúde, moradia, alimentação, educação entre outras despesas.

Nesse sentido o estado submete a economia primária a uma estagnação orçamentária deixando de atuar para redução da pobreza, ao contrário torna-se instrumento para intensificação da acumulação de riquezas. Outro marco importante nesse contexto do desmantelamento do sistema de proteção social foi a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) em 2019, o órgão criado em 1993, com o dever de criar políticas e programas no campo da segurança alimentar e nutricional a partir do monitoramento contínuo dos índices. Junte-se a isso atitudes e discursos governamentais que reafirmam um falso dilema entre economia e saúde.

Acredita-se que o fator fundamental da persistência da fome no Brasil na atualidade é decorrente do modo de funcionamento económico e político representado pela lógica neoliberal, esse modelo apesar de adentrar ao país no final do século XX tem cada vez mais se fortalecido a partir dos planos de privatizações e a precarização do trabalho desse modo o estado brasileiro é suprimido pelos interesses econômicos das elites.

A fome como um dos horizontes da desigualdade social pode até se diferenciar em relação às regiões, a cidade e o campo e entre outras variações, no entanto a raiz do problema encontra-se nesse modelo de economia burguesa, e diante disso o trabalhador no Brasil sofre as duras penalidades da exploração seja ela pelo trabalho, seja ela pela fome e sobre isso o segundo Visisan, (2022, p,88) afirma que:

> "Os indicadores de pobreza e fome no Brasil, se consideradas quase duas décadas de avaliação, parecem expressar um mosaico em que todos esses elementos, a partir de 2016, interagem para negar os direitos de cidadania à maioria da população, além de múltiplos testemunhos de despreparo de governos e da tecnocracia responsável por responder às crescentes demandas sociais."

A negação desses direitos tem relação direta com o desemprego, a dificuldade de escoamento da produção agrícola familiar, com a dificuldade de acesso à moradia, transporte, e a adoção de planos governamentais que intensificam a concentração de

renda e fundiária, precarizando a educação e as condições de saúde, elevando os níveis de insegurança alimentar. São carências sociais históricas que com a chegada da crise sanitária da Covid-19 ampliou com a perca de empregos e renda, bem como de uma diminuição da ação do Estado na erradicação da fome contribuindo para que aumentasse dos famintos, sendo 14 milhões de pessoas nesta condição entre os anos de 2021 e 2022.

Considerações finais

O presente artigo compreende que uma das formas de se analisar o problema da fome é localizá-la como uma das expressões da pobreza, consequências da desigualdade social, ou seja, a fome com relação ao modelo social-econômico brasileiro. E os dados contidos no I e II inquérito nacional evidenciam o crescimento dos níveis de insegurança alimentar, seja ela leve, grave ou moderada.

Por si só os números não podem garantir o fim da fome, mas possibilitam a sistematização de ideias contextualizadas ao sistema político e econômico do Brasil tornando-se ferramenta de pesquisa sobre o fenômeno da fome. Contextualizar os dados da rede PENSSAN em relação ao projeto econômico do Brasil a partir do ano de 2016 expresso através do desmonte já mencionado anteriormente.

A permanência e agravamento da pobreza está relacionada primeiramente à questão da renda, pois como já dito convivemos em uma sociedade cujo principal mediador do acesso a objetos e lugares é o dinheiro, então a renda principalmente do trabalho assalariado no campo e na cidade constitui a forma como a maioria da população acessa os alimentos.

Diante disso, chama atenção a prevalência de insegurança alimentar moderada, leve e/ou grave em domicílios onde a renda per capita é de meio até um salário mínimo per capita como exposto no II inquérito. Isto nos leva a entender o desmonte das leis trabalhistas como fator determinante no agravamento da pobreza brasileira, assim como a reflexão de que o mínimo garantido através do salário não tem sido o suficiente.

Notadamente que essa condição garante um manejo muito restrito do orçamento daquelas famílias mais pobres e como o acesso ao mercado de trabalho ocorre de maneira desigual as diferenças nos índices de insegurança se diferenciam conforme a renda sobre isso o segundo inquérito dimensiona que mesmo onde a renda da família fosse superior ao salário-mínimo nós temos 9% dos domicílios em insegurança moderada ou grave.

O Brasil por organizar-se politicamente sob a ótica do neoliberalismo flexibilizou as

CC BY

relações de trabalho através do ataque aos direitos trabalhistas, pelo desmantelamento de políticas de ajuste salarial e a partir disso abriu caminhos para lógica do trabalho informal. Esse funcionamento é em grande medida responsável pela permanência da fome coletiva tal qual conhecemos, assim como o latifúndio organizado sob a lógica do agronegócio são também ordenamentos econômico e sociais de produção da fome no país, expresso pelas imposições de custos absurdos a pequena produção e especialmente a agricultura familiar.

Outra dimensão sobre a permanência da fome pode ser identificada pela desigualdade étnico-raciais, nesse caso o racismo contra pessoas de pele/cor preta e parda também pode ser identificado como elemento produtor de fome, já que determina quais espaço a população negra deve ocupar, fundamentalmente no mercado de trabalho, e esse lugar no mercado determina também a cesta de alimentos a qual ela vai ter direito e o mesmo vale para as desigualdades entre gênero.

Como produto desse modelo produtivo a concentração de renda, o discurso de oposição entre cidade e campo, a precarização do trabalho, o sucesso do sistema agroexportador e o capital financeiro constituem como produtores da degradação humana de grupos pertencentes às classes mais baixas, fundamentalmente a de trabalhadores/res. Degradação quem tem papel fundamental de mantê-las vulneráveis aos processos de exploração e expropriação.

Não se trata apenas de uma questão da distribuição da fome no território brasileiro, pois como já dito o que interessa ao mercado de alimentos essencialmente não é “matar a fome”, mas sim o lucro, portanto compreender a fome como um problema de ordem estrutural e estruturante da sociedade capitalista impele não apenas reformas, mas sim reinvindicações de transformações de ordem estrutural para uma possível superação da fome no Brasil.

REFERÊNCIAS

BORTOLETTO, Catarina, ROCHA, dos Santos Lucas; BARBANT, Junior. **Cúpula dos Sistemas Alimentares da ONU:** críticas, polêmicas e a posição brasileira. 2021. Disponível: https://opeb.org/2021/10/04/cupula-dos-sistemas-alimentares-da-onu-criticas-polemicas-e-a-posicao-brasileira. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Fome no Brasil piorou nos últimos três anos, mostra o relatório da FAO**, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/fome-no-brasil-piorou-nos-ultimos-tres-anos-mostra-relatorio-da-fao. Acesso em: 21 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção

Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. 1. ed., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

CAMPOS, Rui Ribeiro de. **Breve Histórico do Pensamento Geográfico Brasileiro nos Séculos XIX e XX**. Jundiaí, 2011. Editora Paco.

GOMES, Renata Mainenti. **Reforma agrária e segurança alimentar no Brasil**: reflexões no contexto das políticas públicas sociais. 2013.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo história e implicações**. São Paulo, 2008 edição, Loyola.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: Diário de uma Favelada. São Paulo: Ática, 1995. 173p.

MALUF, Renato S. (org.). **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. 2021. Disponível em: https://olheparaafome.com.br/. Acesso em: 03 dez. 2024.

SIPIONI, Marcelo Eliseu *et al*. **Máscaras cobrem o rosto, a fome desmascara o resto:** COVID-19 e o enfrentamento à fome no Brasil. 2020.

ESPAÇO EM REVISTA
ISSN: 1519-7816
https://periodicos.ufcat.edu.br/espaco

MORTALIDADE INFANTIL: UMA ANÁLISE DOS ÚLTIMOS 20 ANOS DA REGIONAL DE SAÚDE CAMPOS DE CIMA DA SERRA/RS

Érico Jonatan Oliveira de Lima[1]

Como citar: LIMA, Érico Jonatan Oliveira de. MORTALIDADE INFANTIL: uma análise dos últimos 20 anos da Regional de Saúde Campos de Cima da Serra/RS. **Espaço em Revista**, Catalão, v. 26, n. 2, p. 125–142, 2024. DOI: https://doi.org/10.70261/er.v26i2.74676 Disponível em: https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/espaco/article/view/74676

Esta obra está licenciada com uma Licença CC BY 4.0. Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

Recebido: 13/01/2024 | **Aceito:** 08/11/2024 | **Publicado:** 16/12/2024

Resumo

A mortalidade infantil é um indicador fundamental da eficácia dos sistemas de saúde e das condições de vida em uma determinada região. Nesse contexto, este estudo teve como objetivo analisar as tendências da mortalidade infantil na Regional de Saúde Campos de Cima da Serra nos últimos 20 anos, destacando as principais causas de óbitos e os impactos das políticas de saúde. No tocante à metodologia, a pesquisa utiliza dados históricos de taxas de mortalidade infantil fornecidos por fontes como o DATASUS, IBGE e FEE, além de informações sobre políticas públicas e intervenções regionais. A abordagem metodológica envolve a análise quantitativa dos dados, a criação de gráficos e tabelas para visualizar as tendências e a comparação com o cenário estadual e nacional. Os resultados mostram uma redução geral nas taxas de mortalidade infantil ao longo das duas décadas, refletindo melhorias significativas nos cuidados de saúde e nas condições socioeconômicas. Em conclusão, embora tenha havido progressos na redução da mortalidade infantil na Regional de Saúde Campos de Cima da Serra, a persistência de taxas elevadas em certos municípios sugere a necessidade de um foco contínuo e adaptado para garantir que todos os segmentos da população se beneficiem igualmente das melhorias em saúde.

Palavras-chave: Desigualdades sociais. Políticas regionais. Óbitos neonatais.

INFANT MORTALITY: AN ANALYSIS OF THE LAST 20 YEARS IN THE CAMPOS DE CIMA DA SERRA/RS REGIONAL HEALTH CENTER

Abstract

Infant mortality is a fundamental indicator of the effectiveness of health systems and living conditions in a given region. In this context, this study aimed to analyze the trends in infant mortality in the Campos de Cima da Serra Health Region over the past 20 years, highlighting the main causes of death and the impacts of health policies. Regarding methodology, the research uses historical data on infant mortality rates from sources such as DATASUS, IBGE, and FEE, as well as information on public policies and regional interventions. The methodological approach involves quantitative data analysis, the creation of graphs and tables to visualize trends, and comparisons with state and national scenarios. The results show an overall reduction in infant mortality rates over the two decades, reflecting significant improvements in healthcare and socioeconomic conditions. In conclusion, although there has been progress in reducing infant mortality in the Campos de Cima da Serra Health

[1] UFFS, Erechim, RS, Brasil, e-mail: ericojonatan77@gmail.com

Region, the persistence of high rates in certain municipalities suggests the need for continued and tailored efforts to ensure that all segments of the population equally benefit from health improvements.

Keywords: Social inequalities. Regional policies. Neonatal deaths.

Introdução

A mortalidade infantil é um indicador essencial da saúde pública e do desenvolvimento socioeconômico de uma região. Ela representa o número de óbitos de crianças menores de cinco anos em um determinado período e reflete diretamente a qualidade dos cuidados de saúde, as condições socioeconômicas e o ambiente em que as crianças vivem. Esse índice é amplamente utilizado para avaliar o impacto das políticas de saúde, a eficácia dos sistemas de cuidado infantil e as desigualdades existentes entre diferentes regiões e grupos populacionais (Rintzel et al., 2018).

Nos últimos 20 anos, a mortalidade infantil tem sido objeto de intensas políticas públicas e intervenções em saúde globalmente, com o objetivo de reduzir a incidência de mortes infantis e melhorar a qualidade de vida das crianças. Avanços na medicina, melhorias na infraestrutura de saúde, e programas de vacinação têm contribuído significativamente para a redução das taxas de mortalidade infantil em muitas regiões. No entanto, as desigualdades regionais persistem, e a análise das taxas de mortalidade infantil oferece uma visão clara sobre onde os esforços de saúde pública precisam ser direcionados (Costa, 2021).

A Regional de Saúde Campos de Cima da Serra, localizada no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, apresenta características socioeconômicas e demográficas distintas que podem influenciar as taxas de mortalidade infantil. Com uma população composta por áreas rurais e urbanas, as condições de saúde e acesso aos serviços médicos variam consideravelmente. A análise das taxas de mortalidade infantil nesta região ao longo dos últimos 20 anos permite identificar padrões e tendências que são fundamentais para entender os desafios específicos enfrentados pela população local (Bertê et al., 2016).

Os dados históricos sobre mortalidade infantil revelam a eficácia das intervenções de saúde pública e ajudam a identificar áreas que ainda necessitam de melhorias. Políticas de saúde, como programas de vacinação, acesso a cuidados pré-natais e pós-natais, e campanhas de conscientização sobre práticas de saúde infantil, desempenham um papel fundamental na redução da mortalidade infantil. A revisão das taxas de mortalidade ao longo das últimas duas décadas pode evidenciar o impacto dessas políticas e destacar a necessidade de estratégias adicionais para enfrentar os desafios persistentes (Rupp et al., 2023).

Além de avaliar o impacto das políticas de saúde, a análise das taxas de mortalidade infantil também deve considerar fatores socioeconômicos e ambientais. A pobreza, a educação, e as condições de vida têm uma influência significativa sobre a saúde das crianças. Em muitas regiões, as desigualdades socioeconômicas podem levar a um acesso desigual aos cuidados de saúde e a condições de vida inadequadas, contribuindo para taxas mais altas de mortalidade infantil. Identificar e abordar essas desigualdades é essencial para melhorar a saúde infantil de forma equitativa.

Este estudo tem como objetivo analisar as tendências da mortalidade infantil na Regional de Saúde Campos de Cima da Serra nos últimos 20 anos, destacando as principais causas de óbitos e os impactos das políticas de saúde. Ao fazer isso, pretende-se contribuir para uma compreensão mais profunda das dinâmicas regionais e oferecer recomendações para a formulação de políticas e ações que possam reduzir as taxas de mortalidade e promover a saúde e o bem-estar das crianças na região.

A justificativa para a realização desta análise está na necessidade de uma abordagem específica para uma região que possui características próprias, diferentes das encontradas em áreas mais urbanizadas. A mortalidade infantil pode variar amplamente entre áreas rurais e urbanas, e entender esses padrões regionais é fundamental para o desenvolvimento de estratégias de saúde adaptadas às necessidades locais. Este estudo pretende preencher a lacuna existente na literatura sobre a mortalidade infantil em regiões com características semelhantes às da Campos de Cima da Serra.

Além disso, a pesquisa contribuirá para a formulação de políticas públicas mais eficazes ao fornecer dados atualizados sobre a mortalidade infantil. Com uma análise detalhada dos fatores associados e das intervenções realizadas, o estudo ajudará a direcionar recursos e esforços para as áreas que ainda enfrentam desafios significativos. A compreensão desses fatores permitirá a elaboração de estratégias de saúde pública mais eficazes e específicas para a região. A análise dos dados de mortalidade infantil ao longo de duas décadas também oferece uma perspectiva sobre o impacto das mudanças nas condições de saúde e nas políticas públicas. As variações nas taxas podem refletir tanto os avanços quanto as lacunas nos cuidados de saúde materno-infantil. Avaliar essas tendências ajuda a identificar áreas que precisam de mais atenção e recursos, promovendo a melhoria contínua das condições de saúde para as crianças na região.

Metodologia

Para a realização deste estudo, adotou-se uma abordagem metodológica abrangente e detalhada. A pesquisa utilizou uma combinação de métodos quantitativos e qualitativos para garantir uma análise completa e precisa dos dados disponíveis. Além da coleta de dados quantitativos, a pesquisa também envolveu uma extensa revisão de literatura, incluindo artigos científicos, capítulos de livros, dissertações e materiais técnicos produzidos por instituições públicas federais e estaduais. Esse levantamento de informações foi essencial para contextualizar a análise e proporcionar uma base teórica sólida. A revisão abrangente permitiu identificar lacunas na literatura existente e compreender melhor o panorama atual da mortalidade infantil na região estudada.

Inicialmente, foram coletados dados secundários de fontes oficiais, como o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), que fornece informações sobre taxas de mortalidade infantil, causas de óbito e dados demográficos. A análise abrangeu um período de 20 anos, permitindo a identificação de tendências e variações nas taxas de mortalidade infantil ao longo do tempo. Esses dados foram desagregados por ano, município e faixa etária para uma análise mais detalhada.

Complementarmente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) forneceu os números atualizados da população das cidades que compõem o COREDE da região, possibilitando uma análise mais precisa em relação à adequação dos serviços de saúde oferecidos à população residente. Além dos dados do DATASUS e do IBGE, foram incluídos dados da Fundação de Economia e Estatística (FEE), que disponibilizou informações sobre o coeficiente de mortalidade infantil nas dez cidades da região. Esses dados foram fundamentais para uma compreensão mais aprofundada das variações nas taxas de mortalidade infantil e para avaliar a eficácia das políticas e serviços de saúde em cada município.

A partir desses dados, foram produzidos tabelas, gráficos e mapas para visualizar e analisar as informações de maneira clara e acessível. O programa Philcarto e o QGIS foram utilizados para a criação dos mapas temáticos, permitindo uma representação geoespacial das taxas de mortalidade infantil e facilitando a identificação de padrões regionais e discrepâncias entre os diferentes municípios.

Essas ferramentas de visualização ajudaram a destacar as áreas com maiores índices de mortalidade infantil e a avaliar se os serviços de saúde estão atendendo adequadamente às necessidades da população. A análise dos dados quantitativos, combinada com as

representações gráficas e espaciais, proporcionou uma visão abrangente sobre a situação da mortalidade infantil na região.

O uso dessas diversas fontes de dados e ferramentas analíticas permitiu uma investigação detalhada e multidimensional da mortalidade infantil. A integração das informações quantitativas com as representações visuais contribuiu para uma compreensão mais completa dos fatores que influenciam as taxas de mortalidade e das possíveis lacunas nos serviços de saúde.

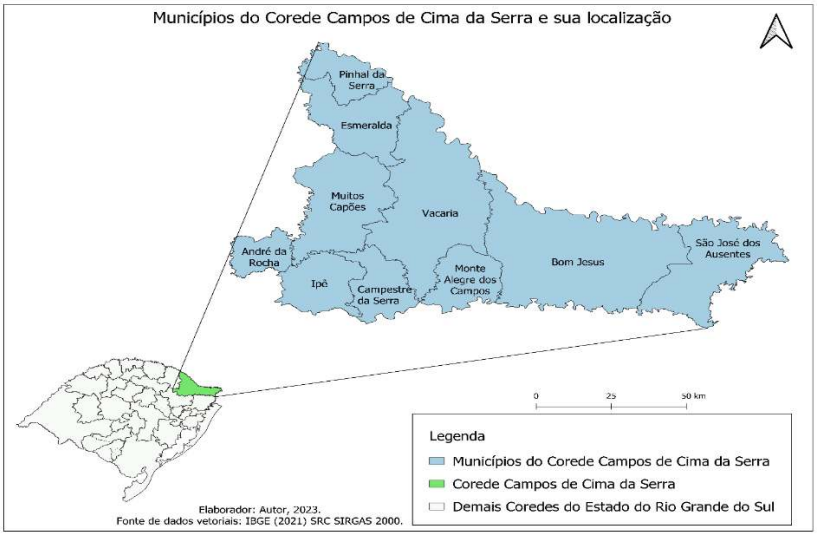
Resultados e discussões

A Região de Campos de Cima da Serra está localizada no nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Situada em uma área montanhosa e de relevo acidentado, a região faz fronteira com o Estado de Santa Catarina e é conhecida por seu clima subtropical e paisagens naturais impressionantes. A geografia da região, caracterizada por vales e planaltos, influencia diretamente suas atividades econômicas, predominantemente voltadas para a agricultura e pecuária (Bertê et al., 2016).

A região de Campos de Cima da Serra é marcada por um perfil demográfico variado, com uma população que vive em áreas urbanas e rurais. As áreas rurais, em particular, enfrentam desafios específicos relacionados ao acesso aos serviços de saúde, como distâncias maiores até os centros de atendimento e limitações na disponibilidade de profissionais de saúde especializados. Esse cenário pode impactar diretamente os índices de saúde, incluindo a mortalidade infantil, e exige estratégias de saúde pública adaptadas às necessidades locais (Fee, 2021).

A Figura 01 abaixo oferece uma representação visual da Região de Campos de Cima da Serra, localizada no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

Figura 1 - Localização da Região estudada



Fonte: IBGE, 2021. Org.: O autor (2023).

As desigualdades socioeconômicas, conforme discutido anteriormente, têm um impacto direto na saúde e, por consequência, na qualidade de vida das pessoas. De acordo com a Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul (SESRS, 2022), as condições socioeconômicas e a infraestrutura ambiental podem influenciar o acesso a recursos de qualidade para a saúde materna e infantil. Assim, é essencial analisar o desenvolvimento econômico da região por meio do PIB per capita das dez cidades de Campos de Cima da Serra, conforme apresentado na Tabela 1 abaixo:

Tabela 1 - Dados sobre o desenvolvimento econômico das cidades do COREDE Campos de Cima da Serra

Municípios	PIB per capita (2020)	Expectativa de vida ao nascer (2010)
André da Rocha	65. 980,12	75,19
Bom Jesus	34.524,22	74,89
Campestre da Serra	41.472,21	78,13
Esmeralda	65.686,13	74,64
Ipê	28.787,99	74,88
Monte Alegre dos Campos	25.720,61	74,29
Muitos Capões	228.470,49	77,39
Pinhal da Serra	111.781,67	75,1
São José dos Ausentes	32.774,28	73,05
Vacaria	38.182,03	75,25

Fonte: Fundação de Economia e Estatística – FEE, 2020-2010. Org.: O autor (2024).

Ao analisar a Tabela 1, observa-se que Monte Alegre dos Campos apresentou o pior PIB per capita da região, com R$ 25.720,61, e o terceiro maior coeficiente de mortalidade infantil, que foi de 25,64. Por outro lado, Campestre da Serra, que possui o maior coeficiente de mortalidade infantil, de 37,04, ocupa a sexta posição em termos de PIB per capita, com R$ 41.472,21. Bom Jesus, com o quinto maior coeficiente de mortalidade infantil, está na quarta posição em PIB per capita, com R$ 34.524,22. Vacaria, que tem a maior população da região e o terceiro maior coeficiente de mortalidade infantil (17,68), está na quinta posição em PIB per capita, com R$ 38.182,03.

Isso demonstra que Monte Alegre dos Campos obteve o pior resultado em desenvolvimento econômico em 2020, enquanto outras cidades com taxas de mortalidade igualmente preocupantes apresentam melhores indicadores econômicos. A discrepância sugere que fatores além do desenvolvimento econômico influenciam as taxas de mortalidade infantil. Pode-se, conforme as ideias de Rupp et al., (2023) que a infraestrutura de saúde, a qualidade dos serviços médicos e o acesso a cuidados especializados são fatores contribuintes na definição desses índices.

Os municípios com os melhores PIBs per capita na Regional de Saúde são Muitos Capões, com R$ 228.470,49, e Pinhal da Serra, com R$ 111.781,67. Apesar de Muitos Capões ter o maior PIB per capita em 2020, o coeficiente de mortalidade infantil na cidade foi o segundo mais alto da região em 2021. Esta discrepância sugere que, apesar do avanço econômico, a área da saúde pode não ter recebido a mesma atenção que outras áreas de desenvolvimento econômico e social. Em relação à expectativa de vida ao nascer, o menor índice foi registrado em São José dos Ausentes, com 73,05 anos, enquanto os demais municípios apresentaram expectativas de vida variando entre 74 e 78 anos.

A taxa de mortalidade infantil na Região de Campos de Cima da Serra representa uma das principais preocupações para a saúde pública, com indicadores alarmantes em várias áreas. Entre as preocupações destacam-se a mortalidade infantil em menores de cinco anos, o número de consultas pré-natais por nascidos vivos, a taxa de mortalidade por causas evitáveis, e a proporção de óbitos por causas mal definidas, conforme relatado pela Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional (2015). Esses dados evidenciam a necessidade de ações mais eficazes para abordar e reduzir essas taxas preocupantes.

Além disso, existem preocupações específicas em algumas cidades dentro do COREDE, como Bom Jesus, Campestre da Serra, Monte Alegre dos Campos, Muitos Capões e Vacaria. A Tabela 2, abaixo, fornece detalhes sobre essas áreas, destacando as localidades

que enfrentam os maiores desafios em relação aos indicadores de mortalidade infantil e saúde pública. Essas informações sublinham a necessidade de intervenções direcionadas para melhorar as condições de saúde e reduzir as taxas de mortalidade na região.

Tabela 2 - Dados sobre o coeficiente de mortalidade infantil (COREDE Campos de Cima da Serra)

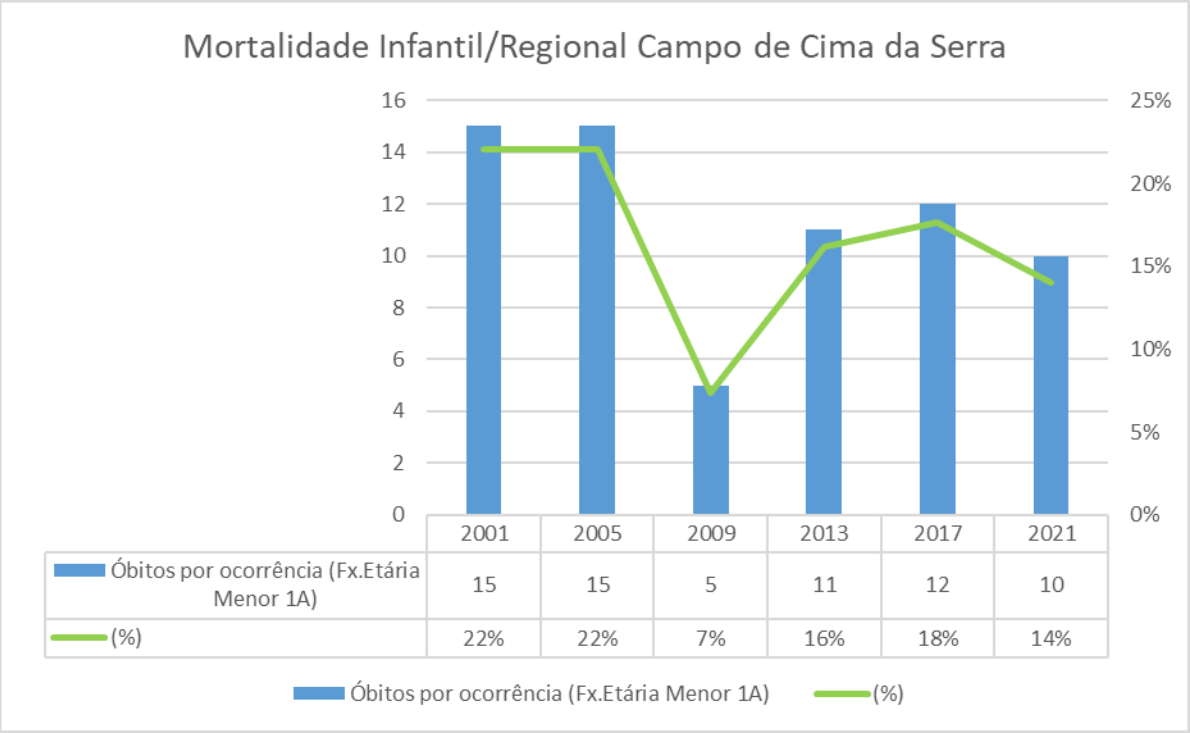
Municípios	População (2022)	Coeficiente de Mortalidade Infantil por mil nascidos vivos (2021)
André da Rocha	1.135	0,00
Bom Jesus	11.202	11,76
Campestre da Serra	3.242	37,04
Esmeralda	3.195	0,00
Ipê	5.399	0,00
Monte Alegre dos Campos	3.180	25,64
Muitos Capões	2.879	35,71
Pinhal da Serra	2.248	0,00
São José dos Ausentes	4.172	0,00
Vacaria	64.197	17,68

Fonte: IBGE censo 2022, FEE 2021 e 2010. Org.: O autor (2024).

Conforme apresentado na Tabela 2, os cinco municípios mencionados anteriormente destacam-se pelos maiores índices de óbitos de crianças menores de um ano, indicando condições de saúde mais precárias para os pequenos nessa faixa etária. O caso mais preocupante é o de Campestre da Serra, que, apesar de ter uma população de apenas 3.242 habitantes, lidera o ranking de óbitos infantis abaixo de um ano. Esse cenário levanta questões importantes sobre o que está ocorrendo neste município específico.

Seguindo essa linha de raciocínio, a análise dos últimos 20 anos mostra variações significativas na taxa de mortalidade, com períodos de altos e baixos a cada intervalo de cinco anos. Esses dados evidenciam flutuações nas taxas de mortalidade infantil ao longo das décadas, refletindo as mudanças nas condições de saúde pública e nas políticas implementadas na região conforme evidenciada no Gráfico 1 abaixo.

Gráfico 1 - Mortalidade Infantil na Regional de Saúde Campo de Cima da Serra (2001 – 2021)



Fonte: DATASUS, 2001-2021. Org.: O autor (2024).

No Gráfico 1, observa-se que os anos de 2001 e 2005 apresentaram o mesmo número de óbitos infantis. Em 2005, Vacaria registrou 12 óbitos por si só (Ministério da Saúde, 2005). Em 2009, houve uma redução significativa na taxa de mortalidade infantil na região, com apenas 5 óbitos registrados, o que corresponde a 7% do total de 68 óbitos ocorridos ao longo dos últimos 20 anos. No entanto, entre 2013 e 2017, a taxa de mortalidade infantil aumentou, com índices de 16% e 18%, respectivamente. Em 2021, houve uma leve diminuição na taxa, com 10 óbitos registrados, dos quais 9 ocorreram em Vacaria (Brasil, Ministério da Saúde, 2021). Este dado sugere que Vacaria precisa de uma atenção maior das autoridades estaduais para enfrentar os desafios na redução da mortalidade infantil.

O Plano Estratégico Participativo de Desenvolvimento Regional do COREDE Campos de Cima da Serra foi criado e lançado em 2015**.** Este plano foi desenvolvido para orientar as ações e estratégias de desenvolvimento da região de Campos de Cima da Serra até o ano de 2030. O objetivo principal é promover um crescimento sustentável e equilibrado, atendendo às necessidades específicas da região e envolvendo a participação ativa da comunidade local no processo de planejamento e implementação (Corede, 2017).

Um dos aspectos essenciais abordados pelo plano é a melhoria das condições de vida e a promoção da saúde, que estão diretamente relacionadas à mortalidade infantil. A implementação de estratégias voltadas para a saúde pública, como a melhoria da infraestrutura

de saúde, o aumento do acesso a serviços médicos e a promoção de ações preventivas, são fundamentais para reduzir as taxas de mortalidade infantil na região (Corede, 2017).

Entre as ações propostas no plano estão o fortalecimento das redes de atenção à saúde materno-infantil e o aprimoramento dos serviços de pré-natal e neonatal. Essas iniciativas têm um impacto direto na mortalidade infantil, pois garantem que as gestantes e os recém-nascidos recebam cuidados adequados e tempestivos. O plano destaca a necessidade de capacitar profissionais de saúde e melhorar a qualidade dos serviços prestados, o que é fundamental para a redução de complicações e mortalidade entre crianças menores de um ano.

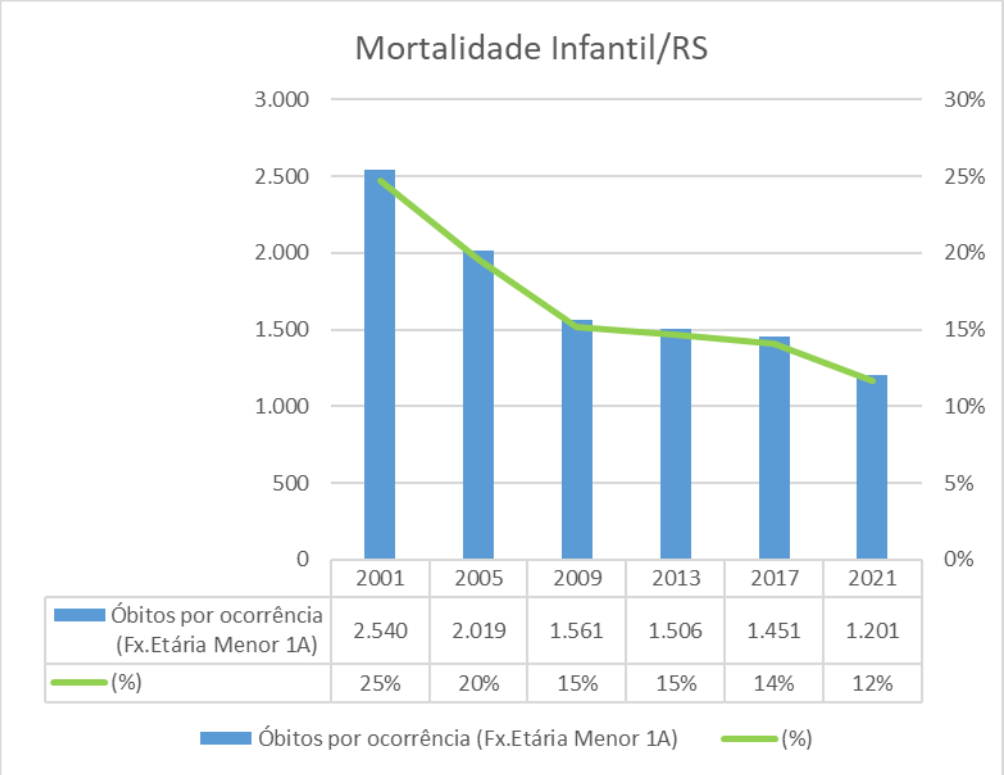
Além das melhorias na saúde, o plano aborda questões socioeconômicas que afetam a mortalidade infantil, como o acesso à educação e à infraestrutura básica. Ao promover o desenvolvimento econômico e a melhoria das condições de vida, o plano busca criar um ambiente mais favorável à saúde infantil. A redução das desigualdades socioeconômicas e o aumento do PIB per capita nas cidades da região contribuem para melhores condições de saúde e, consequentemente, para a diminuição das taxas de mortalidade infantil.

Neste contexto, é fundamental analisar os dados da taxa de mortalidade infantil do Estado do Rio Grande do Sul, a fim de obter uma compreensão mais abrangente da situação em uma escala maior. Interpretar essas informações permite direcionar as ações de intervenção para as regiões e cidades com os maiores índices de mortalidade infantil, como evidenciado anteriormente em Vacaria. Essa abordagem ajuda a focar os esforços onde são mais necessários e a implementar estratégias eficazes para reduzir as taxas de mortalidade infantil nas áreas mais críticas.

No contexto estadual, o Rio Grande do Sul tem mostrado progressos substanciais na redução da mortalidade infantil, com uma queda contínua nas taxas ao longo dos anos. Este progresso é resultado de esforços conjuntos para fortalecer a infraestrutura de saúde, melhorar o acesso a serviços médicos e promover campanhas de saúde pública. Entretanto, a Regional de Campos de Cima da Serra ainda enfrenta desafios significativos que refletem desigualdades regionais e socioeconômicas persistentes.

Entre 1990 e 2007, o Brasil observou uma redução anual de 4,8% na taxa de mortalidade infantil. No Estado do Rio Grande do Sul, ao longo dos últimos 20 anos, também se verifica um declínio nas taxas de mortalidade infantil em crianças com menos de um ano de idade, conforme ilustrado no Gráfico 2. A análise dos dados em intervalos de cinco anos indica que as políticas e ações implementadas pelo Estado têm contribuído de maneira significativa para a diminuição dessas taxas.

Gráfico 2 - Mortalidade infantil no Rio Grande do Sul (2001-2021)



Fonte: DATASUS, 2001-2021. Org.: O autor (2024).

A análise do Gráfico 2 revela uma notável redução na taxa de mortalidade infantil a partir de 2005. Esse declínio pode ser diretamente associado às ações implementadas pelo Programa "Viva a Criança", cuja gestão começou em 2003. A coincidência temporal entre o início do programa e a diminuição das taxas de mortalidade infantil sugere que as intervenções promovidas pelo programa tiveram um impacto positivo e significativo na melhoria dos indicadores de saúde infantil.

O programa "Viva a Criança" teve um impacto positivo na melhoria dos indicadores de saúde infantil ao longo das últimas três décadas. Vinculado à Secretaria Estadual da Saúde, esse programa foi criado com o objetivo de reduzir a mortalidade infantil em 35%, conforme estabelecido por Cerentini (2009). Ao focar em políticas públicas específicas e intervenções direcionadas, o "Viva a Criança" contribuiu significativamente para enfrentar o problema da mortalidade infantil, implementando estratégias de prevenção e cuidados que impactaram positivamente a saúde das crianças na região.

Ademais, os dados desses últimos 20 anos, conforme visto no Gráfico 2, representaram 10.278 óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade. Em 2001, o maior

índice deste recorte temporal registrou 2.540 óbitos, correspondendo aproximadamente 25% do total de óbitos em duas décadas.

Observa-se também que, nos anos de 2009, 2013 e 2017, as taxas de mortalidade infantil apresentaram pouca variação. No entanto, em 2021, houve uma redução significativa no número de óbitos de crianças menores de um ano, totalizando 1.201 mortes, o que representa aproximadamente 12% do total de óbitos registrados ao longo dos últimos 20 anos. Esses números refletem uma redução importante na mortalidade infantil.

Acerca desse contexto, Rintzel et al., (2018) destaca que durante a década de 2000 a 2010, a Região Sul experimentou uma diminuição constante nas taxas de mortalidade infantil, resultado de esforços contínuos para melhorar a qualidade dos serviços de saúde e aumentar a cobertura de vacinas e tratamentos preventivos. A integração de programas de saúde materno-infantil, a capacitação de profissionais de saúde e a promoção de práticas de saúde pública foram cruciais para alcançar esses resultados positivos.

Os óbitos registrados ao longo desse período foram atribuídos a uma variedade de causas, conforme detalhado na Tabela 3 abaixo, incluindo infecções e doenças virais. Essa diversidade de causas sublinha a importância de estratégias abrangentes de saúde pública para abordar as múltiplas condições que afetam a saúde infantil.

Tabela 3 - causa de Mortalidade Infantil (2021) na faixa etária: Menor 1 ano

Causa de Mortalidade Infantil no Rio Grande do Sul	Número de óbitos	%
Algumas afecções originadas no período perinatal	699	40,1%
Neoplasias (tumores)	6	0,3%
Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns trans. Imunitários	5	0,3%
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	7	0,4%
Doenças do sistema nervoso	10	0,6%
Doenças do aparelho circulatório	9	0,5%
Doenças do aparelho respiratório	20	1,1%
Doenças do aparelho digestivo	5	0,3%
Doenças do aparelho geniturinário	3	0,2%
Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	328	18,8%
Transtornos do aparelho digestivo do feto ou do recém-nascido	46	2,6%
Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório	22	1,3%
Causas externas de morbidade e mortalidade	50	2,9%
Outras doenças bacterianas	8	0,4%
Infecções de transmissão predominantemente sexual	16	0,9%
Tratamento de Trans. Relacionados c/ a Duração da Gest. e c/ o Crescimento Fetal	58	3,3%
Transtornos respiratórios e cardiovasculares específicos do período perinatal	167	9,6%
Infecções específicas do período perinatal	87	5%
Transtornos hemorrágicos e hematológicos do feto e do recém-nascido	24	1,4%
Malformações congênitas do aparelho circulatório	111	6,4%
Malformações congênitas do aparelho urinário	22	1,3%
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	36	2,1%
Quedas	3	0,2%
	Total: 1.742	

Fonte: DATASUS,2021. Org.: O autor (2024).

A Tabela 3 apresenta que no ano de 2021 os maiores casos de mortalidade infantil com menos de 1 ano de idade ocorrem por "Algumas afecções originadas no período perinatal", representando 40,1% do total de 1.742 óbitos em todo Estado, isso revela a falta de acompanhamento no período do pré-natal ou a falta de materiais técnicos de qualidade. As ações de intervenção dos programas precisam atuar de forma estratégica para evitar a falta deste acompanhamento. Para isso, é importante que façam avaliações dos serviços de saúde

para existir uma assistência obstétrica adequada, como também avaliar a qualidade de vida, principalmente das pessoas de baixa renda.

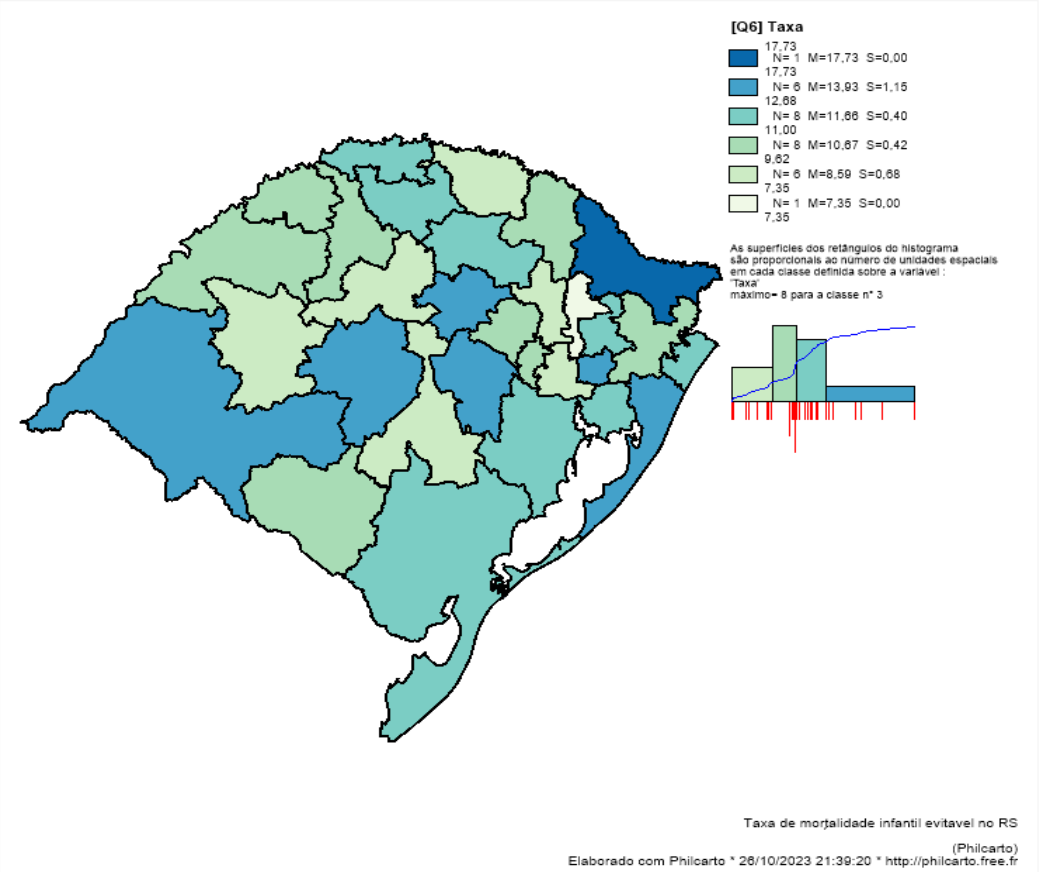
O segundo maior fator contribuidor para as mortes infantis foram as "Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas", com 328 óbitos, representando 18,8% do total de falecimentos. Este tipo de malformação pode estar associado ao uso excessivo de drogas durante a gravidez, o que prejudica o desenvolvimento fetal. De acordo com Silva et al. (2023), essas malformações também estão relacionadas às condições socioeconômicas e étnico-raciais, sendo fatores que podem promover a persistência e a recorrência de determinados tipos de malformações.

Em terceiro lugar na tabela estão os "Transtornos respiratórios e cardiovasculares específicos do período perinatal", com 167 óbitos, correspondendo a 9,6% do total de mortes. O quarto fator são as "Malformações congênitas do aparelho circulatório", que resultaram em 111 óbitos, representando 6,4% do total anual. As demais causas de morte variam entre 0,2% e 5%. Esses dados evidenciam a necessidade urgente de os planos de ação dos Estados e municípios focarem na melhoria da assistência pré-natal. Além disso, é essencial reconhecer que as desigualdades socioeconômicas são fatores determinantes que contribuem significativamente para essas taxas de mortalidade infantil.

A fim de obter uma visão abrangente da situação da mortalidade infantil, é essencial analisar os dados referentes a todas as Regiões de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul para o ano de 2022. Esses dados fornecem uma perspectiva detalhada das taxas de mortalidade infantil em diferentes regiões, permitindo identificar quais áreas enfrentam os maiores desafios. A interpretação desses dados é fundamental para direcionar as estratégias de intervenção e recursos, assegurando que as ações sejam eficazes e atendam às necessidades específicas de cada região. Dessa forma, é possível focar os esforços nas áreas com maiores índices de mortalidade e implementar políticas de saúde direcionadas que visem a redução desses índices e a melhoria das condições de vida das crianças na região.

Os dados de mortalidade infantil para todas as Regiões de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul em 2022 estão representados na Figura 2 abaixo.

Figura 2 - Dados de mortalidade infantil de todas as regiões de saúde/RS (2022)



Fonte: DATASUS, 2022. Org.: O autor (2023).

De acordo com a Figura 2, a Regional de Saúde ou COREDE Campos de Cima da Serra (R24)[2] possui a maior taxa de mortalidade infantil evitável, com 17,73, superando o último dado de coeficiente de mortalidade infantil da FEE em 2021, agravando ainda mais este caso na região. A segunda maior taxa de mortalidade infantil é observada nas seguintes regiões: Fronteira Oeste (R3), situada no sul do oeste do Estado; Verdes Campos (R1), localizada na região central; Vale do Rio Pardo (R28), também no centro do Estado; Região do Botucaraí (R19), central; Vale dos Sinos (R7), no centro-leste; e Bons Ventos (R5), no leste do Estado. Todas essas regiões apresentam uma taxa de 13,93 óbitos por mil nascidos vivos.

Em seguida a terceira posição é ocupada principalmente pelas regiões noroeste, oeste, leste e no centro da região apresentando uma taxa de 11,66, a quarta e quinta posição

[2] A Secretária da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul classificou todas as Regiões de Saúde em números cardinais de R1 (Regional de Saúde 1) até R30. Tais classificações podem ser conferidas pelo mapa de Regiões de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: https://saude.rs.gov.br/upload/arquivos/202211/17103225-mapa-rs-regioes-de-saude-04-08-22.pdf. Outras informações das regionais também podem ser consultadas diretamente do site da SESRS, https://saude.rs.gov.br/ageplan-regionalizacao.

com uma taxa 10,16 e 8,59 estão dispersas no noroeste, sul, e no leste, a última posição mostrando a menor taxa com 7,35 é ocupada pela região de saúde Uva e vale (R26).

Além disso, apresenta-se os dados do neonatal tendo uma maior taxa com 8, de recém nascidos ocupados pelas Regiões Caminhos das águas (R15), Rota da Produção (R20), Região do Planalto (R17), Caxias e Hortências (R23), Belas Praias (R4), Capital / Vale do Gravataí (R10), Cabonífera / Costa Doce (R9), Região Sul (R21), Região das Araucárias (R18), Vale do Paranhana Costa da Serra (R6), Vale da Luz (R30), Vales e Montanhas (R29), Região da Diversidade (R13), Fronteira Noroeste (R3), Sete Povos das Missões (R11) e a Região Pampa (R22). Já as menores taxas, com apenas 1% de neonatal, estão nas Regiões Uva e Vale (R26) e em Campos de Cima da Serra (R24).

Em resposta a esses índices elevados, o Estado do Rio Grande do Sul tem implementado políticas de saúde para combater a mortalidade infantil em todas as regiões. Um exemplo é a política de saúde Criança/Divisão, que está em vigor desde março de 2021. Esta política tem como objetivo reunir representantes de cada município para discutir casos de óbitos infantis e fetais, promovendo um diálogo contínuo e a formulação de estratégias para reduzir as taxas de mortalidade (Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, 2022).

Os encontros são semanais, são 36 municípios e 203 participantes, entre eles estão representantes dos setores de saúde, como a Divisão de Atenção Primária em Saúde, a Política de Saúde da Mulher, Primeira Infância Melhor, o CRS, e também, dos serviços locais que tem o histórico dos casos de óbitos (Secretária Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, 2022). Além disso, a SESRS (2022) conta como uma ação estratégica o Comitê Estadual de Prevenção e Enfrentamento da Mortalidade Materna e Infantil – CEPEMMIF, criado pelo decreto Estadual n.º 55.994 de 14 de julho de 2021, cujo propósito é analisar de uma forma aprofundada esta problemática de mortalidade infantil, pensando principalmente, em soluções apropriadas para todos.

Considerações Finais

A análise da mortalidade infantil na Regional de Saúde Campos de Cima da Serra/RS ao longo dos últimos 20 anos revela um panorama complexo e desafiador. Embora tenha havido uma redução geral nas taxas de mortalidade infantil tanto no Brasil quanto no Estado do Rio Grande do Sul, a região Campos de Cima da Serra ainda enfrenta desafios significativos. A persistência de altos índices de mortalidade infantil em algumas cidades destaca a necessidade de um foco contínuo e aprofundado nas questões locais de saúde.

Os dados demonstram que as principais causas de óbitos infantis na região incluem doenças infecciosas e virais, além de deficiências nos serviços de saúde. Esta diversidade de causas aponta para a necessidade de intervenções mais específicas e adaptadas às realidades locais. A análise das taxas e das causas de mortalidade infantil revela que, apesar dos avanços nas políticas públicas e nas melhorias na infraestrutura de saúde, ainda existem lacunas significativas que precisam ser abordadas.

O Programa "Viva a Criança" e outras iniciativas estaduais têm desempenhado um papel crucial na redução das taxas de mortalidade infantil. No entanto, as taxas elevadas em cidades específicas indicam que as políticas de saúde devem ser ajustadas e ampliadas para atender melhor às necessidades das áreas mais afetadas. A implementação de estratégias direcionadas, como a melhoria do acesso a cuidados pré-natais e a capacitação de profissionais de saúde, é essencial para continuar a reduzir as taxas de mortalidade infantil.

Além disso, a análise dos dados econômicos das cidades da região sugere uma relação entre baixos indicadores econômicos e altas taxas de mortalidade infantil. As condições socioeconômicas adversas podem exacerbar as desigualdades no acesso a cuidados de saúde e contribuir para taxas mais elevadas de mortalidade infantil. Portanto, é fundamental que as políticas de saúde sejam integradas com estratégias de desenvolvimento econômico para abordar essas desigualdades de forma holística.

Isto posto, pode-se concluir que embora tenham sido alcançados progressos significativos na redução da mortalidade infantil na Regional de Saúde Campos de Cima da Serra, ainda há um longo caminho a percorrer. A continuidade e a intensificação dos esforços para melhorar os serviços de saúde, junto com abordagens integradas que considerem os fatores socioeconômicos, são essenciais para garantir uma diminuição contínua das taxas de mortalidade infantil e promover um futuro mais saudável para todas as crianças da região.

REFERÊNCIAS

BERTÊ, A. M. A; LEMOS, B. O.; TESTA, G.; ZANELLA, M. A. R.; OLIVEIRA, S. B. **Perfis Socioeconômicos dos COREDEs. Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, n.26, p.1-1070. Porto Alegre: Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. 2016.

CERENTINI, Amélia Natália. **O impacto de programas sociais que visam reduzir a mortalidade infantil no Rio Grande do Sul:** avaliação do Programa" Viva a Criança". 2009. 117 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2009.

CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA. **Plano Estratégico Participativo de Desenvolvimento Regional do COREDE Campos de Cima da Serra:** Rio Grande do Sul: 2015-2030. COREDE Campos de Cima da Serra – Vacaria, RS: COREDE Campos de Cima da Serra, 2017. Disponível em: https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201710/18091409-planocamposdecimadaserra.pdf. Acesso em: 05 ago 2024.

COSTA, Andreia Vanessa. **Região em transformação:** uma análise sobre o Corede Campos de Cima da Serra / RS. Monografia. Vacaria/RS, 2021.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – FEE. **Corede Campos de Cima da Serra**. 2021. Disponível em: https://arquivofee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Campos+de+Cima+da+Serra. Acesso em: 03 nov 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE – DATASUS. **Sistema de informações sobre Mortalidade - SIM.** Rio Grande do Sul, 2021. Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/obt10rs.def. Acesso em: 07 jan. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE – DATASUS. **Sistema de informações sobre Mortalidade - SIM**. Rio Grande do Sul, 2005. Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/obt10rs.def. Acesso em: 07 jan. 2024.

RINTZEL, L. T. et al. Redução da mortalidade infantil na Região Sul do Brasil nos anos de 2000-2010. **Perspectiva Econômica**, v. 14, n. 1, p. 17-32, jan./jun. 2018.

RUPP, Andressa Carla; PIOCZKOSK, Natália Piazentini; BARTSCH, Luana; ALVES, Tauana. Distribuição histórica do perfil etário da mortalidade infantil no Rio Grande do Sul. **J. nurs. health.** V.13, n.2, 2023.

SECRETÁRIA ESTADUAL DE SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL. **Boletim epidemiológico do Estado Do Rio Grande Do Sul mortalidade materna, infantil e fetal 2022.** 2022. Disponível em: https://saude.rs.gov.br/upload/arquivos/202206/08164752-boletim-epidemiologico-sobre-mortalidade-materna-infantil-e-fetal-2022.pdf. Acesso em: 04 jan. 2024.

ESPAÇO EM REVISTA
ISSN: 1519-7816
https://periodicos.ufcat.edu.br/espaco

A CANONICIDADE SOBRE A GEOGRAFIA FENOMENOLÓGICA DE ERIC DARDEL

Everton Santos Lima[1]

Como citar: LIMA, Everton Santos. A CANONICIDADE SOBRE A GEOGRAFIA FENOMENOLÓGICA DE ERIC DARDEL. **Espaço em Revista**, Catalão, v. 26, n. 2, p. 143–158, 2024. DOI: https://doi.org/10.70261/er.v26i2.74758. Disponível em: https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/espaco/article/view/74758

Esta obra está licenciada com uma Licença CC BY 4.0 . Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

Recebido: 01/08/2024 | **Aceito:** 02/12/2024 | **Publicado:** 16/12/2024

Resumo

O presente trabalho busca demonstrar a potencialidade existente na obra de Eric Dardel (1899-1967). O geógrafo francês possuía uma herança teórica heideggeriana e foi responsável pelas primeiras assimilações fenomenológicas na geografia, porém isso não foi suficiente para fazê-lo sobreviver e ser alçado à centralidade da discussão do estado da arte. Buscamos investigar o que é o processo de canonicidade, como a obra de Dardel possuía validade para não ser atingida por tal processo e que seu resgate é um movimento acertado da geografia crítica e dos movimentos contemporâneos. A fenomenologia na geografia ficou relegada a um esquecimento que teve que ser resgatado muito tempo depois que o tema já havia se estabelecido em outras áreas e veremos sintomas disso.

Palavras-chave: Fenomenologia. Geografias canônicas. Oficialidade.

THE CANONICITY ABOUT ERIC DARDEL'S PHENOMENOLOGICAL GEOGRAPHY

Abstract

This work seeks to demonstrate the potential existing in the work of Eric Dardel (1899-1967). The French geographer had a Heideggerian theoretical heritage and was responsible for the first phenomenological assimilations in geography, but this was not enough to make him survive and be elevated to the centrality of the discussion of the state of the art. We seek to investigate what the process of canonicity is and how Dardel's work had validity to not suffer it and that its rescue is a correct movement of critical geography and contemporary movements. Phenomenology in geography was relegated to oblivion that had to be rescued long after the topic had already established itself in other areas and we will see symptoms of this.

Keywords: Phenomenology. Canonical geographies. Officiality

Introdução

Durante o processo de constituição de toda ciência, muitas formas de enxergar os problemas existentes àquela ciência são sobrepostos por novas formas de explicar o funcionamento do que lhe diz respeito, porém, devido a fatores como o capital social e os

[1] Mestrando na Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo (SP), Brasil
e-mail: evertons.lima@usp.br

processos de canonicidades, outros são sobrepostos sem que tenham perdido a validade explicativa às problemáticas. Assim se posta o caso da fenomenologia dardeliana.

Através da análise bibliográfica e do estado da arte da geografia em suas tendências de "virada", nos momentos de rompimento do paradigma nessa ciência, nós enxergamos que uma obra se destaca na estigmatização canônica: *L'Homme et la terre: Nature de la réalité géographique* (1952). Dardel foi capaz de aglutinar uma tendência crescente nas ciências humanas, ignorado na sua área de atuação, a geografia.

Fazendo uma viagem analítica sobre os processos de estudo da fenomenologia, da instauração de canonicidade em uma obra, da sua ascendência ao patamar de clássico e, posteriormente, do sofrido na fenomenologia dardeliana, buscamos por compreender como a geografia, que por muito tentou se desprender de suas nuances humanísticas e se comportar como uma "ciência objetiva" acabou negligenciando o fato de que o objetivo está imbuído de subjetividade.

Para não cometermos erros parecidos no estado da arte da ciência geográfica, o processo de canonicidade deve ser melhor compreendido e apreendido e deve ser construído caminho para que as barreiras à produção científica sejam, cada vez mais, transpostas.

A presença da fenomenologia na Geografia

A fenomenologia pode se apresentar a partir de diferentes explicações, segundo o período histórico da ciência moderna em que se tece o olhar. Em sua etimologia a palavra é composta dos termos *fenomeno* + *logia* (estudo aprofundado de algo), portanto, objetivamente argumentando, a fenomenologia é o estudo dos fenômenos que se manifestam à realidade, já que a etimologia da palavra fenômeno deriva de *phaino (φαίνω)*, termo em grego que se configura no ato de manifestar algo, trazer à margem.

A primeira parada que podemos acentuar nesse passeio pela formação do termo nas condições da ciência moderna é sobre os nomes de William Hamilton (1791-1856) e Georg W. Hegel (1770-1831). Para Hamilton (1866, p. 17-18):

> O pensamento humano, considerado meramente em sua relação formal, pode ser considerado sob um duplo ponto de vista; pois, por um lado, ele nos é conhecido meramente pela experiência ou pela observação, — estamos meramente conscientes de seus fenômenos histórica ou empiricamente, ou, por outro, por uma especulação reflexiva, — por análise e abstração, nós procuramos e discriminamos nas manifestações do pensamento o que está contido de necessário e universal. **A consideração empírica ou histórica da nossa faculdade pensante não pertence à Lógica, mas à Fenomenologia**

> **da Mente, à Psicologia.** A observação empírica dos fenômenos necessariamente, na verdade, precede sua análise especulativa.[i]

A fenomenologia de Hamilton, portanto, se concebe próximo do que é conceituado como a apreensão do empirismo e da assimilação histórica dos eventos, é a compreensão anterior da análise do acontecimento. O autor defendia fortemente a separação radical entre o conhecimento lógico, como forma das atribuições de desvendamento da existência do homem, e a crença, a correlação entre fato e facticidade mediada pelo divino (no sentido religioso) ou por explicações que fogem à racionalidade concreta. A fenomenologia do autor é, portanto, a visão de precedência à investigação, aquilo que está inserido na análise, anteriormente dela ser tomada em fluxo materializado. Antes de olharmos algo temos preconcepções daquilo, e isso é o que Hamilton aponta como uma fenomenologia da mente, ou o que ele chama de "análise especulativa" (1886, p. 18).

Por sua vez, Hegel realiza uma análise difusa do termo em seu tateio intelectual do termo, presente no título de seu *magnum opus*, Fenomenologia do espírito (1807). Neto (2011) demonstra que existiu uma incerteza linguística de Hegel acerca do título de sua obra, ele aponta que ele fora trocado por duas vezes antes da decisão final do uso do termo "Fenomenologia do espírito". Primeiro seria optado o uso do nome "Ciência da experiência da consciência", logo trocado por "Ciência da Fenomenologia do espírito", mas a impressão oficial da obra saiu como a já supracitada "Fenomenologia do espírito", essa movimentação terminológica é completamente intencional, o que Hegel buscava, segundo Neto (2011), era a valorização do termo "Fenomenologia do espírito", concebida por ele como a função relacional existente entre ciência e Lógica.

O que buscamos na fenomenologia de Hegel, talvez se encontre na divisão triádica que ele compõe acerca do que chama de espírito subjetivo. A primeira das repartições é a do espírito da natureza, seguida pelo espírito para si e pelo espírito que determina a si. A repartição do espírito para si "é a consciência e o objeto é a Fenomenologia do espírito" (Neto, 2011, p. 2), ou seja, a consciência é a assimilação da existência aparada pela fenomenologia do espírito, que age como espécie de lente focal à consciência.

Categoricamente, Neto (2011, p. 3) define a fenomenologia para Hegel como "aquilo que aparece e carrega em si a absolutez da verdade, sentido distinto de sua semântica original: teoria da aparência". Gomes e Castro (2010, p. 1) definem esse mesmo momento como "a descrição histórico-racional da experiência que a consciência faz de si em seu desenvolvimento dialético".

Tanto para Hamilton, quanto para Hegel, a fenomenologia possui uma forte herança teórica de Kant, onde se coloca entre a distinção entre real e percebido e, ali, se consagram os apetrechos da percepção que encorpam a fenomenologia. Se o percebido é o fenômeno, as concepções da percepção não existem sem as suas ligações histórico-racionais, estas que estão imbuídas nas circundações do ser. O fenômeno não é pleno e findo em si, mas a consciência de seu ato é permeado pelas formas de assimilação do fenômeno pela consciência. Porém, a fenomenologia, como concebemos para a Geografia neste presente trabalho, tem outras linhagens teóricas, mais especificamente provindas de Martin Heidegger (1889-1976), forte influência na obra de Eric Dardel (1899-1967), que, por sua vez - Heidegger -, provêm seus escritos das trocas de fundamentações teóricas com Husserl (1859-1938). Husserl tem em sua obra a conceituação da *life-world* (mundo vivido), onde ele concebe que a distinção entre a ciência e a vida cotidiana não são contradições radicais, mas que, em crítica profunda às concepções positivistas racionais, uma reprodução sociometabólica rígida e regida pela cientificidade produz mundos vividos idealizados, que fogem ao real tanto quanto aqueles condenados pela ciência dura e fria. O mundo vivido, portanto, é o mundo direto das experiências e experimentações (Husserl, 1970). Relph (1979, p.3) descreve que a concepção de Husserl se situa na denúncia de que "a ciência não somente se tornou muito deslocada de suas origens no mundo vivido, mas está atualmente no processo de reconstituição do mundo vivido em termos de suas próprias **imagens científicas idealizadas**[ii]". A principal ideia está no que seria essa idealização imagética da ciência, que se configura no entendimento de que a vida cotidiana, não apenas na concepção da socioreprodução metabólica dos corpos sociais, mas também na estipulação de vivência do *zeitgeist*, como concebida na obra de Lefebvre (2014[1947]), se dá. Ou seja, a idealização científica não é a realidade do mundo vivido e, portanto, não são as pessoas comuns que devem basear suas crenças na cientificidade pura e dura, mas sim a ciência que deve tecer olhos à vida cotidiana, e nela encontrar teias científicas. Outro momento a ser pontuado nos estudos de Husserl é que a ciência projeta uma coisificação e uma objetificação dos elementos do mundo vivido, ou, segundo Relph (1979, p. 3) "indivíduos e grupos de pessoas se tornam casos e exemplos de categorias, lugares tornam-se localizações", estipulando assim uma espécie de assepsia desses elementos, parecendo que os aspectos subjetivos da vivência não existem ou não possuem relevância suficiente para serem alcançadas pela ciência, negando a faticidade de que existem aspectos objetivos à realidade na pura subjetividade. A pura mecanicidade dos atos do homem - como ser e não como gênero - é ilógica tanto quanto a fé, mas isso não impede que nenhum dos dois seja

idealizado, tanto o mundo sensível e metafísico do divino, quanto uma sociedade puramente cientificizada.

Através desse primeiro contato com Husserl estipulamos caminho ao principal pensamento que se derrete sobre a nuclearidade da obra dardeliana, o pensamento de Heidegger acerca do ser.

Heidegger (2015[1927]) tem duas fundamentações principais no quesito relacional à obra de Dardel: a alteridade da assimilação da existência do ser e o aspecto geográfico, esse mais desenvolvido pelo geógrafo francês, dessa concepção de alteridade. Para Heidegger a consciência da existência é assimilada no princípio da alteridade do corpo, ou seja, eu me reconheço no aqui, porque concebo o contraposto, o aí. O relacional é dado no sinal que vai do ponto A ao B, que ao retornar dá o *input* da concepção de consciência ao ponto A, que também permite essa verificação no ponto B. Mas esse movimento não é apenas de tomada da consciência, se existe um aí e um aqui, esse processo não também se torna geográfico? Se o ser se concebe consciente num processo dialógico a outrem, esse processo não é intrinsecamente mediado pelo espaço? É nisso que Dardel se debruçou e trará a gênese da ideia de geograficidade. Pois bem, se atendo a Heidegger momentaneamente, seu grande enfoque está na separação entre o Ser e o Ente. Ao denunciar a substantivação do Ser, sua plena concepção pré-estabelecida ao estruturar os questionamentos, esconde-se a pergunta endereçada a questionar o que seria o Ser e nisso ele aponta uma "entificação" do mesmo. O Ser sendo seria, portanto, o Ente. A existência em ato, o ato em atuação, isso seria o Ente. Mas o Ser é aquilo que se concebe antes do ato de agir. Se o Ente se desdobra no ôntico, o Ser está flutuando no ontológico. O Ser está em todo lugar, mas está em lugar nenhum. Ele não é inerente às entidades e para ser discernido precisa de uma compreensão contínua de si, que não deve ser abandonada ou levaria a um encontro gritante consigo mesmo.

Essa problematização da filosofia heideggeriana é fundamental para entender a figura do homem que se relaciona com o espaço. Se o Ser se concebe consciente na alteridade e a alteridade é mediada pelo espaço, a própria concepção *uno* já está geograficizada.

Talvez um último enfoque para compreender a fenomenologia dardeliana possa ser vista na obra de Maurice Merleau-Ponty (1908-1961). O filósofo francês é muito categórico com a questão da percepção e da senciência do corpo. É através do corpo que experimentamos o mundo e, portanto, é por ele que apreendemos as sensações do que nos rodeia. A interconexão entre corpo e mente, essa sobrevalorizada na história da filosofia, é tão plena que em muitos momentos é impossível distinguir quem age como sujeito e quem age como objeto nas relações dadas ao corpo. Em sua obra "Fenomenologia da percepção"

(2018[1945]) Merleau-Ponty demonstra uma ideia de como a mudança dos pontos referenciais do corpo implica em confusão total dos sentidos até a realocação desses pontos referenciais em nova ordenação. Essa relação entre corpo e mente é chamada de carne, e através dos sentidos temos outras formas de entender, apreender e absorver o mundo, nessa confluência da carne através da consciência dos sentidos (Merleau-Ponty, 2019).

O corpo possui seus próprios apetrechos para compreender o mundo, que não necessariamente são as leituras da mente acerca desse mundo. O que dá a plenitude da compreensão do meio é a confluência de ação. Tomamos como dado a lateralidade que se desenvolve na infância, mas se porventura os sentidos forem invertidos esse fato dado se perde de sua faticidade e a confusão entra em jogo, para Merleau-Ponty, não seria apenas a mente que faria a correção da confusão de orientação, mas também o corpo. A corporeidade possui sua própria inteligibilidade e suas formas de apreensão da experiência da socioreprodução. Essa representação do corpo na obra de Merleau-Ponty pode ser absorvida no seguinte trecho: "A gênese da percepção desde os "dados sensíveis" até o "mundo" devia renovar-se em cada ato de percepção" (Merleau-Ponty, 1999[1945] p. 141), afinal de contas é o corpo que dá o primeiro contato da percepção, através do tato, da visão, da audição, do olfato e do paladar, sendo assim essas percepções a todo momento se modificam, mas mantendo uma basilaridade anterior. Conhecemos as cores, os cheiros, os sabores, etc., mas eles se mostram em outros contextos e em novas formas e é nisso que está essa renovação do ato da percepção.

Essa breve cominação de pensamentos fundantes de uma fenomenologia, deixando claro que nem todos os autores descritos se entendem como fenomenólogos, serve para dar fundamentação das concepções presentes na obra de Dardel, porém, antes disso, tomamos endereço ao processo de canonização que o autor sofreu no meio da Geografia. Compreender o que é este termo e esse processo é o ponto anterior a discutir a magnitude esquecida do geógrafo francês.

O que é a canonicidade?

A ideia de um cânone provém da oficialidade de algo, no caso do cristianismo se refere aos quatro evangelhos oficializados pela Igreja na Bíblia. O cânone é aquilo que dita o ritmo "verdadeiro" de algo. Ele é o responsável por dar ar institucional na funcionalidade de um mecanismo, ou, para Lima (2022):

> A ideia de canonicidade está atrelada, nesse sentido, aquilo que se gruda nas paredes históricas de uma ritualidade, ou seja, um modelo de regra que serve para contar a historicidade de um objeto. A regra se dá na rigorosidade que os ritos possuem em suas representações. (p. 2)

Porém, antes mesmo de entrar na discussão acerca de uma canonicidade geográfica, já devemos ser categóricos em demonstrar que a definição aqui tomada vai à contramão do senso estipulado. O cânone geográfico é aquilo que, outrora, já fora utilizado como uma das formas de enxergar aquele pensamento, mas agora está estigmatizado à esfera do esquecimento ou de adjetivações confusas, errôneas ou deslocadas. Para Keighren et al. (2012) a canonicidade nos textos da ciência geográfica é daqueles: "que foram centrais na formação da disciplina, mas […] não necessariamente continuam a falar de forma significativa com o presente" (p. 5). Portanto, os cânones em algum momento causaram um impacto na ciência a qual pertencem, ou talvez tenham sido levemente lembrados, mas foram posteriormente varridos para fora das linhas discursivas da ciência a qual se aplicam, sendo postergados ao esquecimento, ou ao resgate anos depois.

Kuhn (2017) aponta que a ciência é composta historicamente nos circuitos de consagração que a direcionam a uma linha dominante, um paradigma. Um paradigma seria, dentro disso, uma forma consagrada em assimilar as formas de abordagem de uma determinada problemática. Os paradigmas se colocam em posição privilegiada na linhagem histórica de uma disciplina e a forma a qual sofrem substituição é quando uma nova forma de abordagem atende aos requisitos científicos para se tornar uma melhor explicação para os problemas ao qual se submete a adentrar. Porém, essa substituição paradigmática não é instantânea e automática, ela depende de uma aglutinação de capital social dentro dos circuitos de consagração que a validam (Bourdieu, 2008). Ao tecer críticas acerca do mecanismo de validação onde se alicerçam os conhecimentos das instituições acadêmicas, Bourdieu demonstra como o circuito de consagração estabelecido nessa forma acaba positivando os rituais estabelecidos por aqueles inseridos nesse circuito, indo contra a ideia de que os circuitos de consagração seriam mais válidos conforme a distância do objeto. Se a forma contêm essas vicissitudes em sua validação, interno a ela só podem existir mais formas de manutenção de capital social sobre as relações. É nisso que está a ideia do paradigma kuhniano. O paradigma é a melhor forma de se abordar uma problemática, mas não necessariamente ele é, cientificamente, o mais assertivo. A alocação de uma linhagem argumentativa ao patamar paradigmático também possui uma forte consonância das validações provindas do capital social.

O paradigma científico estipula a forma padrão da ciência e sua quebra funciona numa movimentação bem simples. Uma forma de abordagem ascende, toma forma de paradigma consagrado, outra forma começa a tecer explicações para aquela problemática, autores a incorporam às suas resoluções, essa nova forma encorpa e ascende, tomando forma de paradigma consagrado. A grande questão aqui apregoada é que a incorporação feita das resoluções de um autor não é plenamente orgânica, ela também depende das capacidades de aglutinar pensamento conjunto de outros pares a utilizarem a teoria em movimento de substituição ao paradigma, através do capital social daquela teoria e seu produtor.

Portanto, o paradigma é formado então pelo que chamamos de clássicos. Os clássicos são o escopo teórico de abordagem de uma problemática que possuem maior validação frente aos pares e ao corpo acadêmico. Antes de mais nada tomemos uma definição da ideia de clássico, já que se está estipulado que os canônicos são obras que perderam a força teórica aos estudos geográficos e ficaram relegados à sombra da historiografia da ciência geográfica e, para isso, Keighren et al. (2012) tem uma boa definição:

> Aqui, entendemos textos clássicos como aqueles que exerceram um papel distinto na formação da disciplina Geografia e que permanecem intelectual ou pedagogicamente importantes no hoje; textos que falam com seu tempo, mas também olham para a frente. (p. 4)[iii]

A colocação de um clássico não é contraposição direta à existência de um canônico, porém o clássico é aquilo que resiste às intempéries da ciência. Porém, a sobreposição de certos textos a outros não invalida a capacidade dialógica dos canonizados, já que tal processo pode ocorrer por diversos fatores. Dentre esses fatores temos alguns diretamente correlatos as concentrações e disposições do capital social que flui entre as cadeiras das disciplinas, temos a sobreposição de metodologias e temas que acabam soterrando certos autores/assuntos, temos a criação de redes que sobrepõe certos autores/assuntos e, talvez um dos motivos mais visualizáveis no *zeitgeist*, principalmente pelos estudos decoloniais é o fator linguístico, Keighren, et al. (2012, p. 10) corrobora tal fato no seguinte trecho:

> A influência pejorativa da hegemonia anglo-americana nas publicações de geografia humana contemporânea – impulsionadas, em parte, pela emergente significância da bibliometria de tendência anglófona na avaliação de produção da investigação dos geógrafos – tem sido objeto de muitos debates recentes.[iv]

A dominância anglófona nas ciências em geral também pode ser, no caso brasileiro, um domínio francófono (Arantes, 1994). Essa questão da língua dominante causa uma

refração do objetivo científico, demonstrado claramente que a ciência não corre por vias objetivas da melhor resolução às problemáticas. Os caminhos dos paradigmas e, consequentemente, dos clássicos, também é percorrido por processos geopolíticos de dominação. Países colonizados tendem a receber influência dos colonizadores, países periféricos também recebem influência de pólos do capitalismo global, como no caso Brasil-França, mas isso não invalida a potência teórica dos autores, isso deve ser ponto bem claro, apenas deixa evidente, que nesse processo, muitos autores podem ter sido soterrados por não possuírem tanta capacidade de fluir entre os centros da produção científica.

No caso de Eric Dardel, a canonicidade que atravessa a potência de sua obra é mais *sui generis*. Durante o século XX podemos enxergar, de forma vulgarizada, um movimento de quebra das tendências da pesquisa no *locus* central da geografia. Se podemos falar uma geografia clássica/tradicional na virada do século com nomes como Ratzel (1844-1904), Hettner (1859-1941), La Blache (1845-1918), dentre outros. Esse momento é sobreposto canonicamente, mesmo com a manutenção da validade teórica potente de autores destacados, pela ascensão da chamada geografia quantitativa, onde surge uma tendência de matematização da ciência geográfica, a negação entre uma separação entre os aspectos das ciências humanas e da natureza, tudo isso impulsionado por um desejo desenvolvimentista do pós-Segunda Guerra. Curioso é o fato de que os primeiros escritos de um dos maiores expoentes do próximo momento da geografia estavam no ciclo da geografia quantitativa, David Harvey (1935-), em seu livro "Explanation in Geography" ainda havia, epistemologicamente, uma geografia teorético-quantitativa, mas logo ele abandonaria essa perspectiva pela assimilação da geografia crítica (Harvey, 1969). O geógrafo britânico fora um dos principais propulsores do momento crítico da geografia, composta por uma entrada das vertentes marxistas e de análises mais problematizantes aos aspectos sociais, nomes como Milton Santos (1926-2001) e Yves Lacoste (1929-) se consagram na parede da geografia mundial.

O *magnum opus* de Eric Dardel surge no ano de 1952, a geografia quantitativa dominava o escopo de discussão da área, suas perspectivas fenomenológicas só teriam espaço nos anos 1970 sobre as figuras de Tuan (2012[1974]; 2013[1977]; 2013 [1979]) e Relph (1979; 1981), principalmente esse segundo que o utiliza em sua tese de doutoramento. Porém, ele sofreu um processo de resgate.

Dardel

Eric Dardel nasceu em 1899, em Montagris, na França. Foi professor de História e Geografia e diretor de liceus entre 1925 e 1955. Dardel possuía uma grande ambiência intelectual através de seu sogro Maurice Leenhardt (1878-1954), pastor e etnólogo, de seu amigo Mircea Eliade (1907-1986), filósofo, romancista, mitólogo e especialista em religiões e, principalmente, de seu cunhado Henri Corbin (1903-1978), filósofo, o qual foi o primeiro tradutor de Heidegger para o francês (Nascimento, 2022) e muito do emprego terminológico dos pensamentos heideggerianos na obra dardeliana são provenientes dessa influência.

Antes do resgate da obra de Dardel a sua publicação original, *L'homme et la terre* (1952), foi de pouca circulação. Porém, a abordagem própria e inovadora demonstra um dos raros vislumbres do nascimento de uma vertente num segmento científico - a fenomenologia na geografia.

Dardel (2019), em seu livro, aponta a existência de sete "tipos" de espaço e cinco momentos da geografia, onde podemos visualizar elementos próprios e "fases" históricas do posicional da ciência geográfica. Essa categorização não é puramente objetiva, ela demonstra a complexidade da percepção, como a percepção não existe em *uno*, ela é partimentada e múltipla, é rasa e profunda, simples e complexa, existe na contradição plena, sem deixar de ser lógica.

O espaço geométrico é aquele dotado de singularidade própria, ele tende a homogeneizar um local para torná-lo reconhecível. Ele é o espaço vulgarizado para a compreensão, das cidades, dos lugares. Parece não possui, dentro dessa singularidade, as texturas da confluência de encontros, tenta ser abstrato e asséptico, ou:

> O espaço geométrico é homogêneo, uniforme, neutro. Planície ou montanha, oceano ou selva equatorial, o espaço geográfico é feito de espaços diferenciados (...) A geometria opera sobre um espaço abstrato, vazio de todo conteúdo, disponível para todas as combinações. (Dardel, 2019, p. 2)

O **espaço material** parece ser o espaço que está ao jogo da disposição da vontade dos homens e seus desejos, o espaço dotado de valoração ou de intenção de utilidade para o homem.

> Esse espaço material não é, de forma alguma, uma "coisa" indiferente, fechado sobre ele mesmo, de que se dispõe ou que se pode descartar. É sempre uma matéria que acolhe ou ameaça a liberdade humana (...) O antropocentrismo não é uma imperfeição, mas uma exigência inelutável. (Dardel, 2019, p. 8)

Nele podemos enxergar as rotas comerciais, as conquistas territoriais, os espaços que são "diminuídos", as redes estabelecidas, etc. Os desígnios do homem em seu processo de desbravar a Terra são dados sob a perspectiva do espaço material.

Por sua vez, o **espaço telúrico** é dotado de uma complexidade de entendimento próprio, seria o "espaço-terra", um espaço onde a presença do solo, da terra, das formas da crosta terrestre pertencem à abordagem. Dardel se utiliza do exemplo do arado que toca à terra ou do silogismo dos Himalaias para os hindus e, numa passagem magistral da demonstração desse fator telúrico, ele demonstra como a mesma montanha significa para Friedrich Hölderlin (1770-1843) e Friedrich Nietzsche (1844-1900) coisas completamente diferentes. Ambos sendo alemães enxergavam os Alpes de forma completamente distinta, demonstrando as suas percepções conflitantes que possuíam desse espaço-terra. O primeiro via a montanha como o lugar onde a manifestação do divino podia ser contemplada e o segundo como um obstáculo imposto à sua caminhada.

Já o **espaço aquático,** é dotado de um simbolismo dualístico muito potente, onde a água representa a vida e a secura a morte. O espaço aquático não é apenas o dos mares, responsáveis por 70% da superfície de nosso planeta, é também dos ambientes onde ela possui grande influência - Rio de Janeiro, Veneza, Salvador, Tóquio - e dos imaginários que ela cria, não só no indivíduo, mas no corpo social.

No caso do mar, verdadeiro espaço dominante na Terra, ele também cria a imaginação do desconhecido, do abismo, onde surgem as histórias fantásticas de sereias, leviatãs, ilhas desconhecidas que se movem com as ondas, etc. O espaço aquático é o da vida, mas também do encanto pelo desconhecido, do possível e do amedrontador, mas ainda também é o espaço da conquista para alguns povos como holandeses, portugueses, espanhóis, ingleses e norte-americanos. O mar, dependendo da escala, assusta e encanta em medidas que só o subjetivo é capaz de apresentar.

Se o espaço aquático está na dualidade entre atração e temor, o **espaço aéreo** está diretamente ligado ao feérico e ao divino. É dele que vêm a luz, as dádivas da chuva, o calor do sol e a sombra das nuvens, sua única negação vem à noite, quando se torna desconhecido trazendo a escuridão. Dardel também *linka* esse espaço aéreo a certos termos descritivos das sensações, que tendem a aproximar-se dele, como calor, frio, ardor, glacial, sempre termos relacionados a temperatura, à primeira interpretação do corpo com o ambiente.

O espaço construído é o último dos tipos abordados pelo geógrafo francês e, provavelmente, o mais simples de ser conceituado. O espaço construído é aquele trabalho pelo homem, é o espaço agricultado, as plantações de arroz na Ásia, a agropecuária brasileira, as

fazendas de estufa holandesas. São espaços moldados à forma do homem, mas não devem ser confundidos com os espaços materiais. O espaço construído já foi tocado pelo desejo humano, o espaço material tem esse potencial e pode, ou não, ter sido. O sentido do espaço material é a valoração existente na alteridade visível entre homem e espaço, já o espaço construído já foi tocado e modificado, como nas grandes cidades.

Assim estão postuladas as tipificações acerca do espaço estabelecidas na obra de Dardel (2019). É possível entender que as subjetividades extraídas dessas formas são próprias a cada homem, grupo, sociedade, etc. A apreensão desses espaços e tão única quanto. A paisagem acaba sendo a assimilação plena desses espaços e ela atravessa de forma diferente os corpos. A paisagem é a forma experienciada máxima, é por ela que estamos expostos ao mundo e na confluência entre sentidos e percepção tiramos nossas apreensões acerca do espaço. Um exemplo utilizado por Dardel (2019) está na figura da música, ele demonstra como Beethoven (Symphonie Nr 5 in c-Moll [*Symphonie des Schicksals*]), Claude Debussy (*La Mer*) e Weber (*Der Freisch Freischütz*) conseguem captar percepções subjetivas muito potentes do campo, do mar, e do selvagem, respectivamente.

Outra perspectiva interessante da força teórica de Dardel está na sua configuração dos períodos da história da geografia. O autor entende que a relação do homem com a Terra também é mediada pelo tempo e, é nele que ocorrem algumas das diferenciações sensoriais quanto a ela. A percepção do que ela representa se modifica tanto no espaço, quanto no tempo, criando, ou sendo capturada, pelo *zeitgeist*.

O que é chamado de **geografia mítica** está intrinsecamente ligado à ideia de Terra como gênese, como "mãe" dos homens. Nesse momento a Terra e suas formas estabelecem aspecto relacional com a criação, onde o homem nasce dele ou é formado por ela, seja no mito da criação cristã, da sua forma provinda do barro, ou da semelhança entre as palavras *húmus* e *humanus*, ou, além disso, a apreciação do conjunto vale-montanha como as coxas do feminino. O mito da criação não é somente dela, mas também se faz presente continuamente, mantendo uma ciclicidade do mito e, essa presença contínua, também significa a necessidade de honrar os "pactos de gênese" firmados para com ela. Plantar, morar, andar sobre a trera se tornam aspectos ritualísticos que necessitam respeito e aclamação de quem provém tal dádiva: a Terra mãe.

Em outro momento podemos enxergar a **terra profética**, onde sua forma é tomada como palco dos acontecimentos a porvir, ela se torna a âncora da existência dos homens, mas o que importa são os acontecimentos que nela ocorrem. Nela:

> A terra não é origem; ela não está no começo da vida e do Ser. Ela é uma obra, uma criação. Ela não é por si mesma mais que essa substância "informe e vazia" do Caos, "abismo" e "trevas"; espaço antes do espaço. Antes que uma "extensão" separe as coisas e faça aparecer o espaço, somente o "espírito de Deus se movia sobre as águas". Essa visão não tem o sentido de uma "história" do mundo, na acepção de um conhecimento do passado original; ela se projeta sobre o futuro, é profética (Dardel, 2019, p.67).

Então, na terra profética da obra dardeliana, a terra é apenas o espaço à priori postado, onde as querelas do homem discorrem. Como na mitologia os homens são apenas os brinquedos com os quais os homens julgam o destino a sua graça, a terra é o primórdio amorfo onde se dará a reprodução do homem.

Assim chegamos a **geografia heroica**, dos grandes feitos. A Terra se torna o objeto do descobrimento dos desbravadores, pioneiros e destemidos. Ela age em contraposição à geografia mítica, que é grupal, do povoado, do conjunto, sendo assim, a geografia heroica é a dos "grandes homens", aqueles que se embebem na coragem de desvendar o desconhecido e tocar os palmos de terra nunca vistos. Dardel pontua que esse mundo geográfico, como na Odisseia, a geografia é plano de fundo pouco importante, sendo sobreposto os feitos daqueles que a descobrem. O mundo já parece estabelecido por uma aristocracia e tudo que importa é a aventura e nisso o fantástico e a realidade se misturam. Dragões, rios míticos, animais marinhos gigantescos tomam forma nos relatos dos grandes navegadores. Curioso é essa contradição, ao mesmo tempo que nega a geografia mítica, ela é permeada por ela, porém sem o rito fundante da Terra como gênese.

Durante a **geografia das velas desfraldadas**, termo emprestado de Lucien Febvre (1878-1956), temos um segundo momento da geografia heroica, aqui as conquistas saem do imaginário e atingem o material. É a geografia do sucesso da empreitada de desbravamento, ou:

> Ela é também um capítulo da geografia heroica, o heroísmo aqui sendo o risco assumido, a coragem de planejar uma empreitada e executá-la, a determinação das individualidades fortes, algumas vezes com fim trágico, como nos casos de Magalhães ou de Lapérouse. (Dardel, 2019, p. 78).

Se a geografia heroica é a do descobrimento, a das velas desfraldadas é a da conquista. Aqui os empreendimentos têm objetividade. A extração, conquista, dizimação, tomada. Surge um fato econômico pulsante no processo.

Esse movimento nos leva ao último etapismo dardeliano, a chamada **geografia científica**, onde os riscos são diminuídos e a busca de leis de regência da natureza sofrem uma tentativa de descobrimento. Ela é "num certo sentido, oposta à realidade geográfica, que exige o esforço da vontade" (Dardel, 2019, p.83). Sua fundação ocorre sobre a figura de Alexander von Humboldt (1769-1859) e estava fincada, através da descrição do mundo, no desejo de mapear os fatos geográficos, para buscar leis gerais neles. Também é a geografia de nomes como Carl Ritter (1779-1859), Élisée Reclus (1830-1905) e Eduard Suess (1831-1914).

Dardel também tem a urgência de anunciar que tanto os aspectos da "geografia física ou biológica é humana (...). Porque a montanha ou o mar não são a montanha ou o mar de modo abstrato" (Dardel, 2019, p. 87). Porém, talvez sua maior contribuição seja o conceito de geograficidade. A geograficidade é a composição de que o homem apreende o espaço no puro ato relacional da existência, de forma de assimilação da alteridade, muito próximo à concepção do Ser de Heidegger. Estamos apreendendo as características do espaço, para ele o grande enfoque é a paisagem, a todo momento e de toda forma, para além do objetivo, afinal "a objetividade por si mesma não é uma garantia absoluta de verdade, que ela falha se nos abandonarmos sem reserva" (Dardel, 2019, p. 92). A objetividade possui subjetividade intrínseca a si, e ela é proposta por essa figura da geograficidade.

Conclusão

A explicação mais concreta para o entendimento da canonicidade sofrida por Dardel está presente em dois fatores principais que podem fugir à profundidade analítica. A primeira pode estar em sua incapacidade de estar presente nos circuitos de consagração da ciência à época, afinal de contas não possuía posição de catedrático e sim de professor e diretor de liceus, na França. O outro motivo é que sua obra surge no momento de fervor da geografia teorético-quantitativa, fazendo com que trabalhos mais humanistas ficassem esquecidos nas prateleiras.

Embora seja fácil apontar que o autor não tenha sofrido uma canonicidade na apregoação conceitual feita em Keighren et al. (2012), apontamos a existência desse processo na questão de que o autor foi capaz de acompanhar e geograficizar questionamentos potentes e inovadores na filosofia à época e seu processo de resgate, nos anos 1970, é tão surpreendente que faz questionar como esse autor não foi utilizado anteriormente. Dardel tinha potencialidade e estava a par das discussões profundas quanto a objetividade da subjetividade e a figura do Ser, porém foi engolido pelo *zeitgeist*.

[i]Tradução nossa do original: "Human thought, regarded merely in its formal relation, may be considered in a two fold point of View; for, on the one hand, it is either known to us merely from experience or Observation – we, are merely aware of its phenomena historically or empirically, or, on the other, by a reflective speculation – by an analysis and abstraction, we seek out and discriminate in the manifestations of thought what is contained of necessary and universal. Grifo nosso.

[ii] Grifo nosso.

[iii] Tradução nossa do original: "Here, we take classic texts to be those that have exerted a distinctive role in shaping geography's discipline and that remain today intellectually or pedagogically important; texts that speak to their time, but that also look forward." Keighren, et al. (2012, p.4).

[iv] Tradução nossa do original: "The pejorative influence of the Anglo-American hegemony in contemporary human geographical publishing – driven, in part, by the emerging significance of Anglophone-biased bibliometrics in assessing geographers' research output – has been the subject of much recent debate." Keighren, et al. (2012, p.10).

REFERÊNCIAS

ARANTES, P. **Um departamento francês ultramar**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

BOURDIEU, P. **Sketch for a self-analysis**. Chicago, University of Chicago Press,2008.

DARDEL, E. **O homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2019.

DARDEL, E. *L'Homme et la terre: Nature de la réalité géographique.* Orléans: Éditions du CTHS, 1952.

GOMES, W. B.; CASTO, T. G. de. A descrição histórico-racional da experiência que a consciência faz de si em seu desenvolvimento dialético. Psicologia: Teoria e pesquisa, v. 26, n. 1, 2010.

HAMILTON, W. **Lectures on Logic**. Londres: Willian Blackwood and sons, 1886.

HARVEY, D. **Explanation in Geography**. Londres: Edward Arnold, 1969.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes, 2015.

HUSSERL, E. **The crisis of european science and transcendental phenomenology**. Nova Iorque: Northwestern University Press, 1979.

KEIGHREN, I. M.; ABRAHAMSSON, C. DORA, V. D. On canonical geographies. **Dialogues in human geography**, v. 2, n. 3, 2013.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

LEFEBVRE, H. **Critique of everyday life**. London: Verso, 2014.

LEFEBVRE, H. **Critique de la vie quotidienne**. Paris: L'arche, 1947.

LIMA, E. S. Canonicidade na história do pensamento geográfico: o que escolhemos não escolher. **História, natureza e espaço**, v. 11, n. 2, 2022.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MERLEAU-PONTY, M. **Phénoménologie de la perception.** Paris: Gallimard, 1945.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: WWF Martins Fontes, 2018.

MERLEAU-PONTY, M. **O visível e o invisível**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

NASCIMENTO, F. C. A bifurcação da natureza e o espaço como evento: os contatos de Eric Dardel com Alfred Whitehead. **Geosul**, v. 37, n. 84, 2022.

NETO, P. A. G. Hegel: fenomenologia, saber fenomênico e formação. **Anais do congresso de fenomenologia da região centro-oeste**, 2011.

RELPH, E. As bases fenomenológicas da geografia. **Geografia**, v. 4, n. 7, 1979.

RELPH, E. **Place and placelessness**. Nova Iorque: SAG Publications, 1979.

RELPH, E. **Rational Landscapes and Humanistic Geography**. Londres: Routhledge, 2015.

TUAN, Y. **Paisagens do medo**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

TUAN, Y. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Londrina: EDUEL, 2013.

TUAN, Y. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: EDUEL, 2012.

ESPAÇO EM REVISTA
ISSN: 1519-7816
https://periodicos.ufcat.edu.br/espaco

COMPREENDENDO A DUBAI BRASILEIRA E A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO À LUZ DOS PROMOTORES IMOBILIÁRIOS, PROPRIETÁRIOS FUNDIÁRIOS E DO ESTADO

João Pedro Stippe Schmitt[1]
Vivian da Silva Celestino Reginato[2]

Como citar: STIPPE SCHMITT, João Pedro; REGINATO, Vivian da Silva Celestino. COMPREENDENDO A DUBAI BRASILEIRA E A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO À LUZ DOS PROMOTORES IMOBILIÁRIOS, PROPRIETÁRIOS FUNDIÁRIOS E DO ESTADO. **Espaço em Revista**, Catalão, v. 26, n. 2, p. 160–177, 2024. DOI: https://doi.org/10.70261/er.v26i2.74782 Disponível em: https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/espaco/article/view/74782

Esta obra está licenciada com uma Licença CC BY 4.0. Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

Recebido: 08/11/2024 | **Aceito:** 02/12/2024 | **Publicado:** 16/12/2024

Resumo

É por meio da ideologia que as classes hegemônicas reforçam e legitimam as condições sociais de exploração e de dominação, e fazem que com estas pareçam verdadeiras e justas. A dominação por meio do espaço, pode ser chamada de segregação socioespacial, e consiste na produção de áreas homogêneas do ponto de vista social ou funcional, em geral baseadas pela concentração de renda. O espaço urbano torna-se palco para a luta de classes. A apropriação do espaço urbano exercida pelos agentes hegemônicos, ignora a função social terra e do direito à moradia e as transformam em uma mercadoria. É a força do capital imobiliário e fundiário que balizam a distribuição dos investimentos públicos no território, em desfavor dos excluídos. Assim, esse artigo objetiva analisar a atuação dos agentes produtores do espaço urbano, sob a ótica dos interesses do setor imobiliário, fundiário e do Estado. A mudança extrema na paisagem da cidade de Balneário Camboriú motivou esse estudo.

Palavras-chave: Segregação espacial. Agentes sociais. Direito à cidade.

UNDERSTANDING BRAZILIAN DUBAI AND THE (RE)PRODUCTION OF URBAN SPACE IN THE LIGHT OF REAL ESTATE DEVELOPERS, LANDOWNERS AND THE STATE

Abstract

It is through ideology that the hegemonic classes reinforce and legitimize the social conditions of exploitation and domination, and make them appear true and just. Domination through space can be called socio-spatial segregation, and consists of the production of homogeneous areas from the social or functional point of view, generally based on the concentration of income. The urban space becomes the stage for the class struggle. The appropriation of urban space exercised by hegemonic agents ignores the social function of land and the right to housing and transforms them into a commodity. It is the strength of real estate and land capital that guides the distribution of public investments in the territory, to the detriment of the excluded. Thus, this article aims to analyze the performance of the agents producing urban space, from the perspective of the interests of the real estate, land and State sectors. The extreme change in the landscape of the city of Balneário Camboriú motivated this study.

Keywords: Spatial segregation. Social agents. Right to the city.

[1] UFSC, Florianópolis, Santa Catarina, SC, Brasil e-mail: joaostippe@hotmail.com
[2] UFSC, Florianópolis, Santa Catarina, SC, Brasil e-mail: vivian.celestino@ufsc.br

Introdução

Em uma sociedade fundada na desigualdade e dividida em classes, a ocupação do espaço é ditada por um processo de urbanização aparentemente desordenado e desassistido, que gera externalidades negativas de ordem sociais, econômicas e ambientais. Como resultado disso, e sob a égide do capital (mundo mercadoria), o espaço urbano reúne e acumula diferentes funções ao longo do tempo (Costa, 2022; Harvey, 2005; Lefebvre, 2002).

Parte-se da premissa que o espaço urbano é produto sócio-histórico, lugar de reprodução das relações sociais, palco da luta de classes e resultado da atuação de vários agentes sociais: os proprietários dos meios de produção, os promotores imobiliários e incorporadores, os proprietários fundiários, o Estado e os grupos sociais excluídos (Sánchez; Aguiar, 2023; Lefebvre, 2008; Corrêa, 2004). Porém, sob o jugo do modelo neoliberal que norteia o planejamento, produção, gestão e a expansão dos espaços urbanos nas cidades, nem sempre o papel de cada agente fica claramente definido (Urriola, 2022; Barbosa; Gomes, 2016).

> "O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdade e capacidade empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio" (Harvey, 2008, p. 10).

Nesse ínterim, as urbes vão sendo desenhadas pelos desdobramentos dos agentes sociais que as produzem, uma trama de relações, principalmente, a partir dos interesses e estratégias particulares, sobretudo dos agentes imobiliários que, respaldados pelo apoio do Estado, exercem o domínio sobre o traçado do espaço urbano (Santos, 2021; Almeida; Engel, 2017).

É a lógica do capital, por meio de seu processo de (re)produção, que domina o movimento de apropriação privada no espaço urbano, em prol de agentes individuais e em desfavor dos interesses coletivos (Aragão; Soraggi; Corrêa, 2021). O processo de produção do espaço urbano é, portanto, a síntese desse conflito. Com relação a esse movimento, Villaça (2001) observa que nas metrópoles brasileiras as camadas de mais alta renda controlam a produção do espaço urbano por meio de três mecanismos: o mercado/mercado imobiliário (de natureza econômica), o Estado (de natureza política) e a ideologia.

Enquanto escolhe se concentrar em determinadas regiões da cidade, a classe dominante impõe que camadas mais desprovidas de renda se concentrem em locais distintos,

e em geral, distantes das áreas habitadas pelo setor hegemônico (Silva; Martines; Burgos, 2022). Maricato (2014) descreve que as áreas ocupadas pela população menos favorecida são aquelas de ecossistemas frágeis, onde incide legislações ambientais mais rigorosas, áreas com pouca infraestrutura urbana e que não interessam ao mercado imobiliário, ao passo que a classe dominante escolhe o local em que quer residir.

Para essa concentração das classes sociais (fragmentadas pela cidade) em espaços de pobreza e de riqueza, dá-se o nome de segregação urbana. Segundo Villaça (2001), a segregação é a principal expressão urbano-espacial das desigualdades econômicas e políticas, em uma disputa por localizações, onde a localização é o principal resultado da produção do espaço intraurbano.

Via de regra, no contexto de urbanização no Brasil, o modelo de segregação nas grandes metrópoles é o de centro *versus* periferia. Esse par dialético expressa as contradições de reprodução do sistema capitalista. O centro, municiado da maioria dos serviços e infraestruturas urbanas públicas e privadas, berço do mercado de empregos`, é ocupado pelas classes de mais alta renda. Já a periferia, subequipada e afastada, é habitada predominantemente pelos excluídos (Gomes-ribeiro; Queiroz-ribeiro, 2021). Contudo, isso não exclui a existência de zonas afastadas cuja concentração de renda também seja alta, e podem até ser chamados de novos centros (Villaça, 2001).

No espaço territorial, a terra urbana desponta como uma mercadoria de grande valia, seja por seu valor de uso, enquanto abrigo e pertencimento, seja pelo valor de troca que este possa oferecer, com fins lucrativos (Silva, 2022b; Harvey, 2014). Dessa forma, a dinâmica de produção do espaço pode então ser compreendida por meio de um ciclo que envolve as elites, detentoras do poderio econômico e político (Sugai, 2015; Villaça, 2001). Para Harvey (2014) a divisão de classes em âmbito social é expressa material e espacialmente no espaço urbano, e cria zonas de pobreza e riqueza.

> "A cidade em si, como relação social e de materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é o suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial" (SANTOS, 2005, p. 10).

Assim, os agentes produtores da cidade, quer os proprietários fundiários, os construtores e incorporadores, quer o próprio Estado, negociam seus interesses na realização de suas estratégias para obtenção dos lucros e na realização da mais-valia (Cruz;

Albuquerque; Gomes, 2020). Graças à mais-valia a terra urbana não é um valor de uso ou um valor de troca qualquer, mas um valor capitalista (De Araújo Júnior, 2022; Chauí, 1979).

Neste sentido, o objetivo deste trabalho é compreender a (re)produção do espaço urbano a partir do ponto de vista dos promotores imobiliários, dos proprietários fundiários e do Estado. Tal pesquisa foi motivada pela rápida mudança no cenário do litoral catarinense, especificamente, na cidade de Balneário Camboriú, que no ano de 2023 vê sua última casa de madeira, de frente para o mar, ser demolida para dar lugar a um novo arranha-céu.

Em termos metodológicos, essa pesquisa foi realizada com abordagem descritiva e qualitativa. Os dados e referências bibliográficas foram obtidos por meio de pesquisa e análise de livros, em trabalhos publicados em periódicos e eventos científicos, trabalhos acadêmicos e demais literaturas da área. Para este estudo, as bases de dados *on-line* consultadas foram: *Web of Science*, *Scielo* e Google Acadêmico, as palavras pesquisadas foram: "Dubai brasileira", "reprodução do espaço urbano" e "agentes de produção do espaço urbano".

Os promotores imobiliários

A produção imobiliária pode ser entendida como toda a produção de imóveis, para fins residenciais, comerciais, industriais e de serviços, e presume, por conseguinte, a relação entre a propriedade da terra e a construção de edificações (Silva, 2021; Sposito; Oliveira, 1991).

Corrêa (2004) define os promotores imobiliários como um conjunto de agentes, que realizam as seguintes operações:

1) Incorporação: o incorporador realiza a gestão do capital-dinheiro na fase de sua transformação em mercadoria, em imóvel; idealiza a localização, tamanho e qualidade das unidades, realiza a propaganda e a venda do negócio e quem vai construí-lo;
2) Financiamento: visa a compra do terreno e a construção do imóvel;
3) Estudo de viabilidade técnica: realizado a partir dos parâmetros construtivos definidos pelo incorporador e à luz do código de obras;
4) Construção ou produção física do imóvel: se consolida através da atuação de firmas especializadas nas mais diversas etapas do processo produtivo; a força de trabalho está vinculada às empresas construtoras;
5) Comercialização (transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro, acrescido de lucros): realizada pelos corretores, planejadores de vendas e demais profissionais do *marketing*.

Estas operações vão gerar diversos tipos de agentes, como construtoras, incorporadoras, empresas especializadas em construção civil e empresas que concentram todas essas etapas. Embora possuam finalidades diferentes, todos estes agentes estão ligados a um único objetivo maior: o lucro.

Rolnik (2015) destaca que um bom exemplo para uma reflexão dos promotores imobiliários é a construção de habitações populares, evidenciando o processo de desconstrução de habitação como um bem social e a sua consequente transformação em mercadoria e ativo financeiro. A autora tece algumas perguntas: “A quem interessa produzir imóveis para camadas inferiores da sociedade, com baixos níveis de salários?”, “Em que momento esta produção se torna rentável?”.

Nesse sentido, os promotores imobiliários atuam no sentido de reforçar os padrões históricos de segregação socioespacial existentes na cidade e contribuem para a solidez desses padrões. Essa segregação, imposta ou não, é a condição necessária para a dominação por meio do espaço urbano (Villaça, 2001). E como citado por Sugai (2015), a segregação espacial acaba por viabilizar o controle do processo de produção do espaço urbano pela classe dominante.

Posto isto, esse agente imobiliário corrobora tanto na segregação espacial quanto na constituição de novas áreas de interesse, que oferecem amplas possibilidades de ganhos a partir da valorização dos terrenos (Silva, 2021). A criação de novas áreas suscetíveis a receber novos investimentos imobiliários se dá, muitas vezes, a partir da desvalorização simbólica e até mesmo física de áreas nobres/valorizadas mais antigas, como os centros históricos e tradicionais, abandonados pelas burguesias (Almeida; Campos, 2022). O que interessa ao capital imobiliário é a renda que poderá ser auferida pela mudança no uso da terra.

Ao engendrar novas possibilidades de lucro, o mercado imobiliário, as empreiteiras e as incorporadoras comandam a lógica da expansão das cidades, sendo que muitos desses agentes estão envolvidos no legislativo e executivo municipal. Constitui-se, assim, a versão brasileira do complexo imobiliário-financeiro, que defende o desmonte progressivo do Estado e reforça a crítica do Estado ineficiente e corrupto (Rolnik, 2015). Um bode expiatório perfeito para uma elite do saque e da rapinagem de recursos públicos.

O Estado

No balanço das ondas do mar capitalista, o Estado emerge como expressão do domínio politico e social da classe dominante (Osorio, 2019). Longe de ser o defensor do bem

comum, o Estado capitalista torna-se a expressão de interesses dos grupos hegemônicos que, por isso mesmo, o controlam (Lefebvre, 2008), pois é constituído da burguesia como classe dominante (Poulantzas, 1980).

Nas palavras de Chauí (1979), o Estado é a preservação dos interesses particulares da classe que domina a sociedade, uma comunidade ilusória. Esse uso do Estado como instrumento de dominação de classe acaba por gerar um contrassenso: a classe hegemônica exerce seu poder em favor de interesses próprios, enquanto afirma que suas ações são para o bem de todos (Marx, 2008).

Com alvo na (re)produção do espaço urbano, o Estado assume, ou deveria assumir, por excelência, o papel de regular o uso do solo, prover infraestrutura urbana e fiscalizar a produção imobiliária, com todas as inferências políticas daí advindas (Aragão, 2022). Assim, o Estado torna-se um agente que contribui de forma decisiva para produzir e reproduzir o espaço urbano (Barbosa; Gomes, 2016).

Enquanto desempenha sua função de agente de (re)produção do espaço, o Estado, que em tese se apresentaria como mediador da disputa pelo espaço urbano, desenvolve na prática alianças com os atores do capital imobiliário e financeiro, ao priorizar os interesses, destes atores, em detrimento de posturas mais democráticas, que atendam também às demandas das camadas menos favorecidas da sociedade (Santos, 2021).

Para Farret (1985) o Estado está longe de ser árbitro neutro e passivo na produção do espaço urbano, mas sim um agente decisivo. Permeado pela ação imperativa do capital financeiro e imobiliário, o Estado capitalista atua por meio de investimentos públicos, legislações e cria condições para viabilizar o processo de acumulação de bens, dominação e reprodução das classes sociais dominantes (Silva, 2021). A suposta autonomia do Estado diante dos agentes capitalistas produtores do espaço é apenas aparente, por isso não se contrapõe a eles (Gottdiener, 2010; Harvey, 2005).

No que concerne ao setor imobiliário, o Estado se enquadra como agente produtor da cidade por meio de obras de drenagem, aterros, abertura de vias, gestão e engenharia, dentre outras tarefas (Barbosa; Gomes, 2016). Essa forma tradicional de intervenção no espaço urbano é, sobretudo, realizada em favor dos interesses do capital imobiliário, por meio da provisão de infraestruturas urbanas que tendem a gerar célere valorização do solo e das áreas contíguas e de interesse (Botelho, 2007). É o setor imobiliário que decide para onde a cidade vai e deve crescer, se sobrepondo aos interesses da população e do próprio Estado, que deveria ser o produtor do espaço urbano.

CC BY

Em muitos casos, é por meio do ordenamento territorial, dos planos diretores, que o Estado direciona os investimentos públicos para beneficiar determinados segmentos do espaço urbano em prejuízo de outros, nem sempre baseado nas reais carências e necessidades da população, mas quase sempre firmados nos interesses da classe dominante (Fernandes; Michelon, 2021; Villaça, 2001). Nesta situação, o Estado exerce tanto o papel de agente econômico quanto o de agente político, e reforça o processo de segregação espacial.

Destarte, uma das formas de legitimação da ideologia dominante ocorre justamente por meio do Estado, ao difundir a ideia de que esse agente representa o interesse comum e existe de forma emancipada e desprendida dos interesses de classe (Silva, 2022a). Como o Estado é a única amálgama de interesses forte o bastante para bater de frente com a classe que domina, torna-se necessário, por parte dos dominantes, torná-lo como o grande problema nacional, demonizá-lo. Todavia, Santos (2021) ressalta que nesse processo de dominação o Estado é atravessado pelas lutas de classes.

Os proprietários fundiários

Em relação aos proprietários fundiários muito poderia ser considerado, pois ao Brasil, um País que já nasceu dominado e dividido em capitanias hereditárias, passando pelos processos de sesmarias, regimes de posse, os Tratados de Madrid, El Pardo e de Santo Ildefonso, só poderia restar a contradição herdada de se privilegiar as camadas dominantes na distribuição e ocupação de terras, em detrimento da população maçante sem acesso à moradia e à cidade.

A delimitação coloca como ponto de partida para esse tópico, o artigo segundo do Estatuto da Terra, Lei nº 4.504 de 1964 que diz: "É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei". (Brasil, 1964).

Bem, sabe-se que isso é ilusório. Ainda que seja um bem natural, a terra foi transformada em mercadoria. Como pontua Marx (2011) a propriedade privada é substancial para a existência do capitalismo, já que sem ela como barreira ao acesso à terra por parte do trabalhador, é impossível que haja produção capitalista, pois se o trabalhador possuir acesso à terra irá produzir riqueza para si mesmo e não ao capital.

A formação da propriedade particular individual foi a base para a consolidação da sociedade burguesa e está alicerçada na transformação do valor de uso em valor de troca. Chaves e Souza (2021) comentam que, juntamente, com a instituição da propriedade privada

consolidaram-se os proprietários fundiários e o controle capitalista pelo mercado de terra, a *posteriori*. O monopólio feudal deu lugar ao monopólio capitalista.

Silva (2022a) e Rodrigues (2014) comentam que existem dois tipos de proprietários fundiários: os que possuem uma fração para edificar sua própria morada e vê seu terreno como outro ativo qualquer e; os proprietários especuladores, que buscam acumular capital com a terra urbana e rural, mesmo sem efetuar qualquer tipo de transformação neste espaço. Estes últimos procuram decidir sobre o momento mais propício para vender seus terrenos, convertendo-os em dinheiro.

Os proprietários especuladores são os donos de terras, donos dos vazios que futuramente serão urbanizados, possuem título jurídico de porções terrestres e se unem à atividade imobiliária no processo de transformação do valor de uso da terra em valor de troca, para a extração de lucros (Chaves; Souza, 2021). Para Côrrea (1989), os proprietários fundiários são agentes de produção do espaço urbano e atuam no sentido de obter maior renda fundiária a partir de suas propriedades.

Esses proprietários assumem papéis estratégicos na definição dos novos sentidos de expansão da cidade (Nascimento; Brandão; Ferreira, 2020; Harvey, 2005). No processo de crescimento urbano, o valor do solo é determinado pelo uso ao qual será destinado e pela renda da classe social que poderá ocupá-lo (Leal; Silva, 2023). Em certos casos, terras rurais são transformadas em urbanas graças às alterações no plano urbanístico municipal, leis de uso do solo e zoneamento urbano, ou seja, o Estado a partir de sua capacidade de criar leis e implementá-las, contribui para a determinação do valor de uso e troca da terra (Ferreira, 2011).

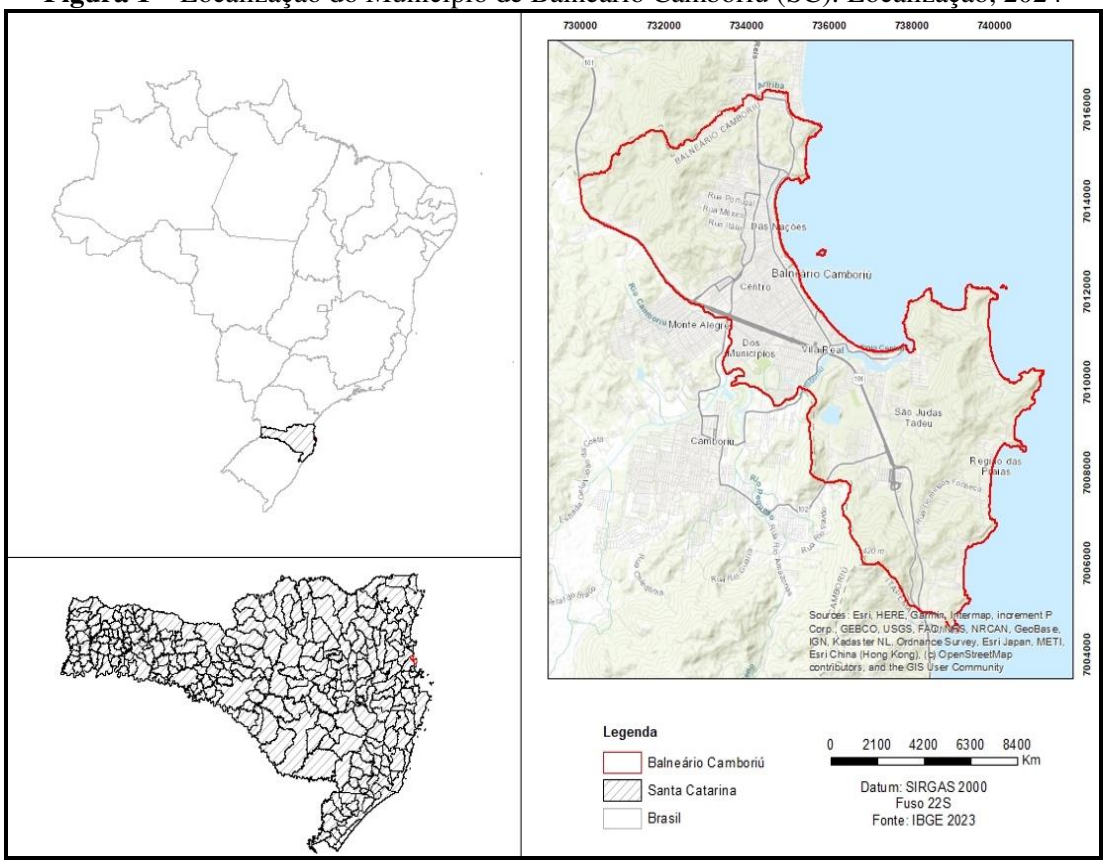
Por meio da posse, os proprietários fundiários reforçam a divisão social de classes. Eles permitem o acesso à terra por parte do promotor imobiliário, ao passo que inviabilizam o acesso à terra por parte de outros agentes sociais, os trabalhadores e excluídos (Silva, 2022a). Como bem pontuado por Villaça (2001), o próprio espaço atua como mecanismo de exclusão.

Eis o paradoxo: a propriedade privada da terra e os proprietários fundiários são tanto um obstáculo ao desenvolvimento capitalista, quanto um elemento essencial e decisivo desse processo. Desse modo, a produção imobiliária sempre procura fortalecer a relação entre promotores imobiliários e proprietários fundiários, uma vez que, para um novo empreendimento ser erguido existe a necessidade de que se abra um novo espaço na malha intraurbana (Silva, 2022b).

A Dubai brasileira

Balneário Camboriú ou Dubai brasileira, apelido dado pela imprensa, é um município localizado no litoral norte do Estado de Santa Catarina (Figura 1), e nos últimos anos despontou com a construção dos maiores arranha-céus da américa latina (Caldas, 2022). Emancipada do município de Camboriú, no ano 1964, a cidade de Balneário Camboriú fica localizada no litoral norte de Santa Catarine e apresenta área territorial de 45,214 km^2, sendo, portanto, o segundo menor município de Santa Catarina, atrás apenas de Bombinhas, também localizado no litoral norte catarinense (IBGE, 2022).

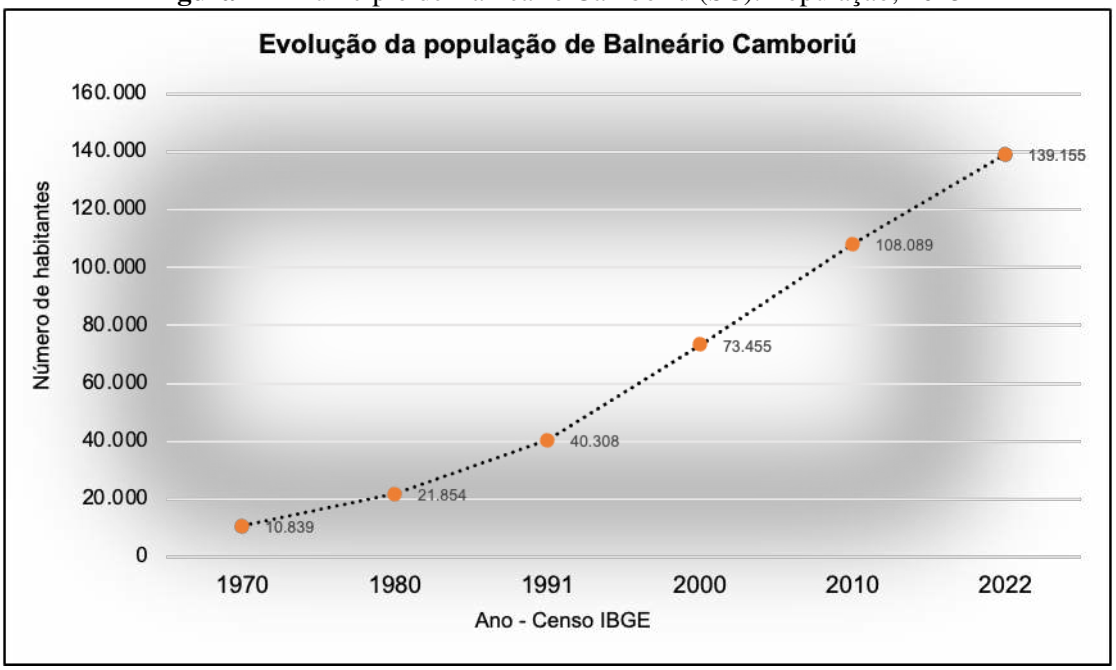
Figura 1 – Localização do Município de Balneário Camboriú (SC): Localização, 2024



Fonte: IBGE (2023). Org.: Os autores (2024).

Além de suas belezas naturais, de fato, Balneário Camboriú também chama atenção por seu padrão morfológico de um grande *skyline* (Siqueira; Schleder, 2021). Desde sua criação, na década de 1960, o aumento populacional (Figura 2), a verticalização da cidade e o fortalecimento das atividades turísticas alavancaram a valorização imobiliária local e culminaram na gentrificação das áreas antes ocupadas por cidadãos das classes média e baixa (Cassaniga; Dametto, 2023). A Dubai brasileira é uma prova viva de como o poder do capital imobiliário exerce influência sobre o traçado do espaço urbano.

Figura 2 – Município de Balneário Camboriú (SC): População, 2023



Fonte: IBGE (2023). Org.: Os autores (2024).

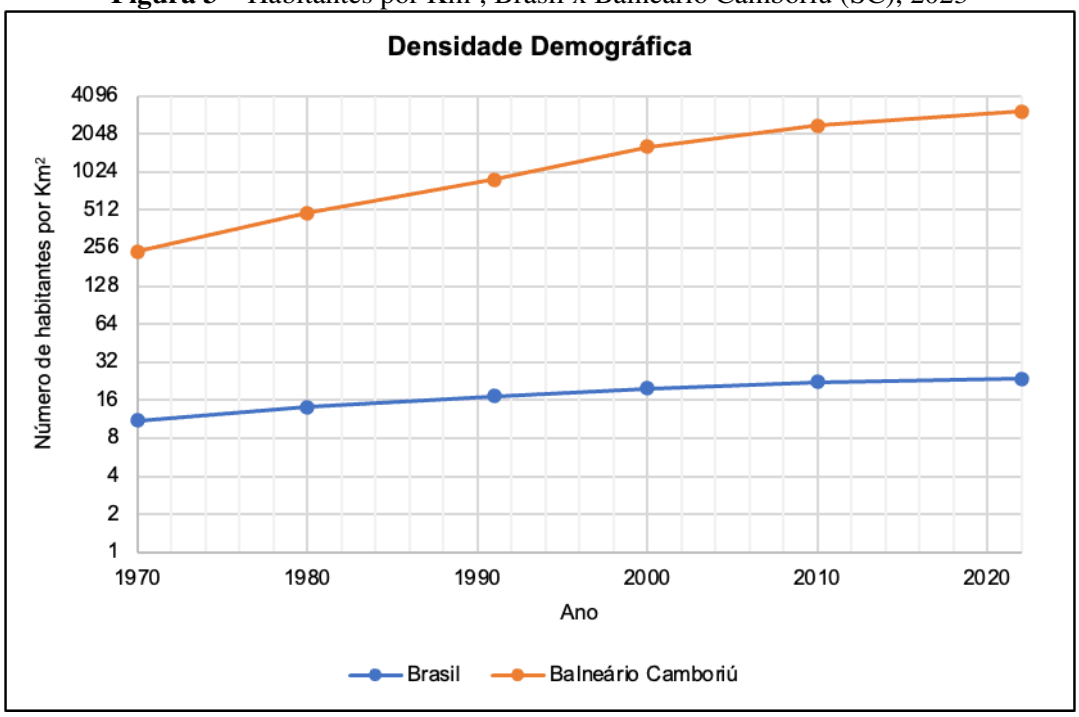
Do recenseamento de 2010 até o Censo demográfico do ano de 2022, Balneário Camboriú registrou uma taxa de crescimento populacional de 28, 74%, com 139.155 habitantes em 2022. No âmbito da densidade geográfica nacional (Figura 3), a Dubai brasileira ocupa a 41ª posição do ranking, do total de 5.568 municípios. O primeiro Lugar dessa lista é ocupado pelo município de Taboão da Serra (SP), com 13.416,81 habitante por quilômetro quadrado (IBGE, 2023).

No decênio de 1970, com o avanço da ocupação do município, o primeiro Plano Diretor de Balneário Camboriú entrava em vigor e, naquele momento, já existiam edifícios com 18 pavimentos na praia central (Siqueira; SchledeR, 2021). Todavia, da década de 70 para o ano de 2013, o gabarito máximo da praia central salta de 18 pavimentos para 48 (Beuting; Martins, 2016). Atualmente, algumas zonas da cidade já contam com gabarito livre para construção ou, utilizam diferentes instrumentos urbanísticos para o incremento do potencial construtivo, como a outorga onerosa e as operações urbanas consorciadas (Siqueira; Schleder, 2021).

Marcas de uma cidade segregada, vendida como mercadoria, hoje apenas um grupo privilegiado habita a área da praia central de Balneário Camboriú, com muitos moradores sazonais, enquanto as demais áreas das cidades sequer possuem infraestrutura urbana equivalente. Para a moradia das classes média e baixa restam os bairros mais afastados da

cidade, mais distantes da beira-mar e as cidades vizinhas de Camboriú, Itajaí e Itapema, que também apresentam verticalização acelerada (Schroeder; Peter de Souza; Sousa Dohi, 2019).

Figura 3 – Habitantes por Km², Brasil x Balneário Camboriú (SC), 2023

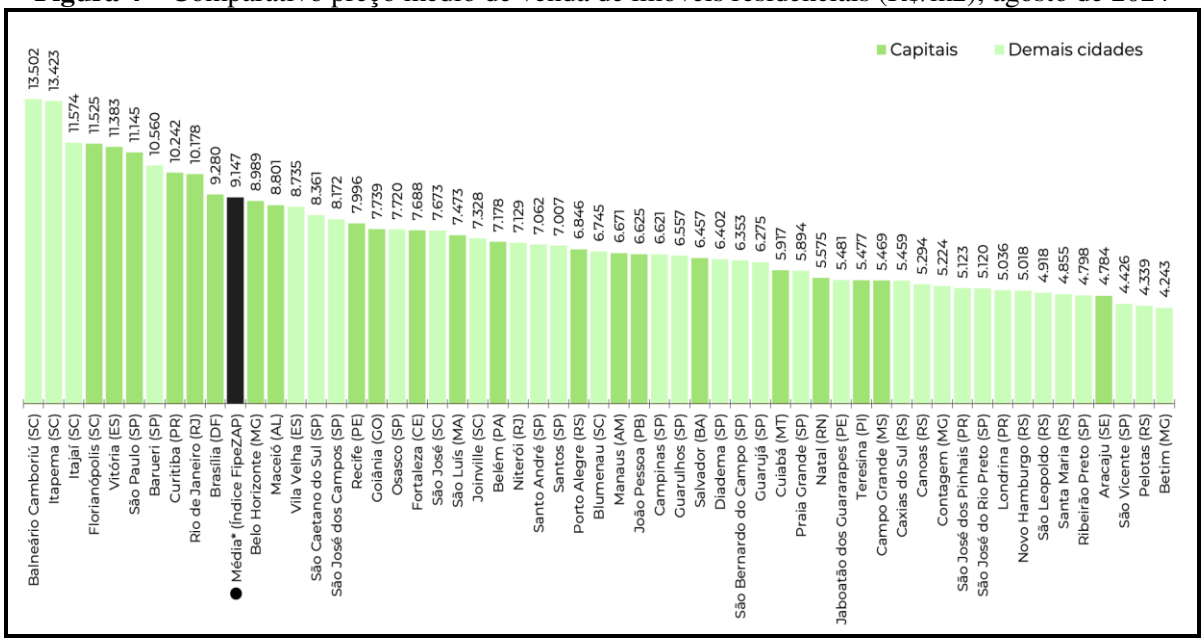


Fonte: IBGE (2023). Org.: Os autores (2024).

Avaliada como o metro quadrado mais caro do País, Figura 4, aproximadamente R$ 13,259 mil, a cidade de Balneário Camboriú desbanca as urbes mais famosas, como São Paulo e Rio de Janeiro (FIPE, 2024). O primeiro lugar no *ranking*, deve-se a alguns fatores, como localização geográfica, qualidade de vida e o alargamento da faixa de área da praia central, realizada no ano de 2021, que aumentou o banco de areia de 25 para 70 metros, com um custo estimado de 66,8 milhões de reais (Caldas, 2021).

O engordamento da faixa de areia foi um fator crucial para esta valorização exponencial dos imóveis. Com justificativas de conter o avanço das marés e aumentar o tempo de iluminação direta do sol na faixa de areia, o investimento milionário nada mais é que, uma exemplificação da aplicação de dinheiro público em favor do setor imobiliário. Eis o controle do espaço pelo mercado imobiliário.

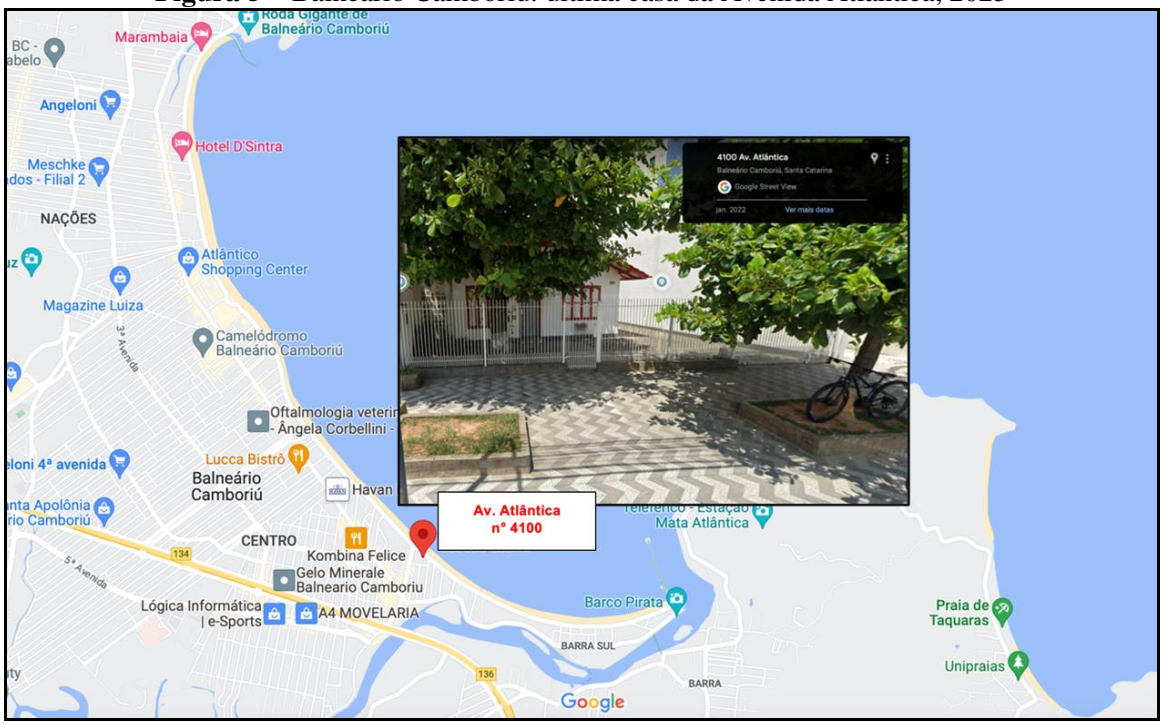
Figura 4 – Comparativo preço médio de venda de imóveis residenciais (R$/m2), agosto de 2024



Fonte: FIPE (2024). Org.: Os autores (2024).

Fato memorável para uns e marco desastroso para outros, a cidade de Balneário Camboriú vê no ano de 2023 sua última casa beira-mar da praia central, Avenida Atlântica n° 4100, ser destruída para dar lugar a um novo prédio. Pintada de branco e com detalhes em vermelho, a casinha de 139 m^2 teve seu alvará de demolição emitido em janeiro de 2023, pela Secretaria de Planejamento municipal (Porsch, 2023). Observar Figura 5.

Figura 5 – Balneário Camboriú: última casa da Avenida Atlântica, 2023



Fonte: Google (2023). Org.: Os autores (2023).

A cidade de Balneário Camboriú vem ao encontro de uma política de exclusão da área central, que possui respaldo no plano diretor e determina as pessoas que irão habitar determinadas áreas. Com o crescimento exponencial da cidade, debates como sombreamento das praias, falta de infraestrutura de água e esgoto e trânsito, tornam-se mais comuns entre a população e especialistas da área, mas isso está longe de ser uma preocupação para a classe dominante, que comanda a cidade. E conforme argumenta Lefebvre (2001), o direito à cidade é uma utopia, uma plataforma política a ser construída e conquistada pelas lutas populares contra a lógica de produção capitalista de produção da cidade, que mercantiliza o espaço urbano e o transforma em uma máquina a serviço do capital.

A Dubai brasileira, realmente se consolida como o expoente de cidade, na análise tecida, como uma cidade típica que teve seu espaço (re)produzido à luz dos promotores imobiliários, proprietários fundiários e Estado. Jogadores de futebol como Neymar e Cristiano Ronaldo, entre outras celebridades, possuem seus imóveis em Balneário Camboriú. Mas quantos locais conseguem ainda permanecer na cidade do metro quadrado mais caro do País?

Considerações finais

A relação entre os agentes sociais é um aspecto central para a compreensão do processo de produção do espaço urbano. Os agentes promotores imobiliários, os proprietários fundiários e o Estado negligenciam as legislações urbanas que regem a produção do espaço urbano em benefício próprio, reforçam a cidade segregada e restringem o direito à moradia e à cidade para a maioria da população. Assim, o presente trabalho buscou contribuir na compreensão dessa conexão, a partir de uma discussão teórica e apresentação do exemplo mais emblemático de (re)produção do espaço urbano no Brasil: a cidade de Balneário Camboriú.

Verificou-se que a produção imobiliária capitalista tem um papel central na produção do espaço urbano, entre outros aspectos, pela centralidade que possui na definição dos preços da terra. Destaca-se a reprodução da estampa de Cristiano Ronaldo nas propagandas de uma grande construtora de Balneário Camboriú, deixando claro o foco das novas construções é o público milionário.

A conexão entre promotores imobiliários e proprietário fundiários é cada vez mais estreita, já que para construir um novo empreendimento existe a necessidade de novos espaços, novos terrenos. Assim, a última casa que resistia em Balneário Camboriú, isolada e sem sol, deixa de existir em 2023. Neste sentido ficou nítido que o Estado se comporta como

forte aliado do capital e procura, na medida do possível, atender às pressões advindas do setor hegemônico. Afinal, para onde vai o dinheiro da coleta de tantos impostos como IPTU e ITBI em Balneário Camboriú? Um município que sequer disponibiliza tratamento de esgoto para dar conta de tanta estrutura, haja vista que todos os pontos da praia lindeira à Avenida Atlântica apresentam qualidade da água imprópria para banho desde o engordamento da praia.

Conclui-se que, enquanto os agentes capitalistas produzem o espaço urbano para obtenção de lucro e acúmulo de capital, a luta de classes é acirrada, pois a grande massa dos trabalhadores e excluídos não consegue se apropriar desses espaços e se aglomeram em zonas mais vulneráveis e sem possibilidade de ocupação. Para o grupo dos excluídos, a terra e a moradia são pagas de forma parcelada e infinita, sob a forma de aluguel e contratos, como o que ocorre com os nativos de Balneário Camboriú que estão indo morar de aluguel em cidades próximas. A apropriação do espaço urbano exercida pelos agentes hegemônicos, ignora a função social da terra e do direito à moradia e as transformam em uma mercadoria, que deve ser valorizada e vendida pelo maior preço possível, afim de ampliar as margens de ganho monetário de quem já domina o espaço.

Fica claro no exemplo da cidade de Balneário Camboriú a forte influência dos agentes sociais na produção do espaço urbano, principalmente, do setor imobiliário em conjunto com o Estado. A Dubai brasileira reforça as políticas de exclusão do território, de elitização do espaço urbano e a segregação socioespacial. Mediante esse tipo de caso, torna-se cada vez mais necessário os debates sobre a (re)produção do espaço urbano e do direito à cidade, sobretudo, como fator de desconstrução dos discursos ideológicos dos diversos agentes envolvidos na constituição do projeto de uma cidade neoliberal.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. G. F.; ENGEL, V. A cidade-mercadoria e o marketing urbano na (re)construção da imagem dos espaços públicos: o caso da marca da cidade do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S.L.], v. 19, n. 1, p. 89-105, 2017. **DOI** https://doi.org/10.22296/2317-1529.2017v19n1p89.

ALMEIDA, N. L.; CAMPOS, H. A. Dinâmica imobiliária da habitação em bairros adjacentes ao centro de Porto Alegre/RS. **Cadernos Metrópole**, [S.L.], v. 24, n. 53, p. 283-310, 2022. **DOI** https://doi.org/10.1590/2236-9996.2022-5311.

ARAGÃO, T. A. A regulação do mercado imobiliário e política habitacional no Rio de Janeiro. **Cadernos Metrópole**, [S.L.], v. 24, n. 54, p. 765-792, 2022. **DOI** https://doi.org/10.1590/2236-9996.2022-5414.

ARAGÃO, T. A.; SORAGGI, A. C. M.; CORRÊA, F. S. Ocupações urbanas como repertório confrontacional dos movimentos de luta por moradia. **Cadernos Metrópole**, [S.L.], v. 23, n. 52, p. 1165-1192, 2021. **DOI** https://doi.org/10.1590/2236-9996.2021-5214.

BARBOSA, A. G.; GOMES, E. T. A. Reflexão sobre o papel do setor imobiliário na acumulação urbana. **Sociedade & Natureza**, [S.L.], v. 28, n. 3, p. 333-346, 2016. **DOI** https://doi.org/10.1590/1982-451320160301.

BEUTING, A.; MARTINS, B. C. V. (2016). Evolução histórica da verticalização de Balneário Camboriú: Orla da Praia e área central da cidade. In: SEMINARIO INTERNACIONAL DE INVESTIGACIÓN EN URBANISMO, 2016, Barcelona-Balneário Camboriú. **Anais…** Barcelona-Balneário Camboriú. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/81580337.pdf.

BOTELHO, A. **O Urbano em Fragmentos**: A Produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário. São Paulo: Annablume, 2007.

BRASIL. **Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União (DOU), 1964.

CALDAS, J. 2021. **Entenda megaobra de alargamento de Balneário Camboriú do início ao fim em 10 pontos**. G1 SC. Disponível em: https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2021/10/26/entenda-megaobra-de-alargamento-de-balneario-camboriu-do-inicio-ao-fim-em-10-pontos.ghtml. Acesso em: 25 set 2023.

CALDAS, J. 2022. **Por que Balneário Camboriú é conhecida como 'Dubai brasileira'? Entenda.** G1 SC. Disponível em: https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2022/07/30/por-que-balneario-camboriu-e-conhecida-como-dubai-brasileira-entenda.ghtml. Acesso em: 25 set. 2023.

CASSANIGA, T.; DAMETTO, J. T. L. Territorialização e migração: um breve estudo demográfico sobre o processo de litoralização em Balneário Camboriú/SC **Desenvolvimento Socioeconômico em Debate**, [S.L.], v. 9, n. 1, p. 62-78, 2023. **DOI** https://doi.org/10.18616/rdsd.v9i1.7823.

CHAVES, M. F.; SOUZA, S. T. A RENDA DA TERRA E A ATUAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS FUNDIÁRIOS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO. **Pegada - A Revista da Geografia do Trabalho**, [S.L.], v. 21, n. 3, p. 24-54, 2021. **DOI** https://doi.org/10.33026/peg.v21i3.778.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, 2004.
COSTA, M. P. S. C. A ocupação urbana do Distrito Federal por meio das ferramentas de Pierre Bourdieu. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, [S.L.], v. 13, n. 9, p. 131-157, 2022. DOI https://doi.org/10.31412/rbcp.v13i9.923.

CRUZ, R. R.; ALBUQUERQUE, M. Z. A.; GOMES, E. T. A. A dialética da natureza na produção do espaço na Praia do Saco, litoral Sul de Alagoas/Brasil. **Sociedade & Natureza**, [S.L.], v. 32, p. 346-356, 2020. **DOI** https://doi.org/10.14393/SN-v32-2020-44581.

FARRET, R. **O Espaço da cidade:** Contribuição à análise urbana**.** Porto Alegre: Projeto, 1985.

FERREIRA, A. **A cidade no século XXI**: segregação e banalização do espaço. 2a ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas). 2023. Índices Comentados. Disponível em: https://www.fipe.org.br/pt-br/publicacoes/relatorios/#relatorio-fipezap. Acesso em: 03 set. 2024.

GOMES-RIBEIRO, M.; QUEIROZ-RIBEIRO, L. C.; Segregación socioespacial y desigualdades de ingreso de la clase popular en la región metropolitana de Rio de Janeiro, Brasil. **Eure**, v. 47, p. 17-48, 2021. **DOI** http://dx.doi.org/10.7764/EURE.47.142.02.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano.** 2. ed. São Paulo: Ed. da USP, 2010.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo:** história e implicações**.** São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, D. ***Cidades rebeldes:*** *do direito à cidade à revolução urbana.* São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

LEAL, E. P. A; SILVA, S. A. Soluções alternativas para conflitos fundiários urbanos como forma de concretização do direito social à moradia. **Scientia Iuris**, [S. L.], v. 27, n. 2, p. 187-208, 2023. **DOI** https://doi.org/10.5433/2178-8189.2023v27n2p187-208.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Ed. documentos, 2001.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3a ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

MARX, K. **Contribuição para a crítica da econômica política.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O Capital [Livro I]**: crítica da economia política. O processo de produção do capital. 2a edição. Sao Paulo: Boitempo, 2011.

NASCIMENTO, P. S.; BRANDÃO, P. R. B.; FERREIRA, R. J. A produção do espaço urbano de Barreiras (BA): reflexões sobre as implicações ambientais em áreas de expansão urbana. **Brazilian Journal of Development**, [S. L.], v. 6, n. 10, p. 83297-83310, 2020. **DOI** https://doi.org/10.34117/bjdv6n10-676.

PORSCH, T. 2023. **Balneário Camboriú: avaliada em milhões, última casinha de madeira de praia será demolida.** BBC News Brasil. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c88j218nzgmo. Acesso em: 28 set. 2023.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

RODRIGUES, A. M. **Moradias nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 2014.
SÁNCHEZ, M. P.; AGUIAR, S. Estado y promotores del neoliberalismo urbano: los barrios privados en uruguay. **Cadernos Metrópole**, [S.L.], v. 25, n. 57, p. 371-396, 2023. **DOI** https://doi.org/10.1590/2236-9996.2023-5701.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, L. R. S. Estado e classes sociais: uma imbricada e contraditória relação. **Revista Katálysis**, [S.L.], v. 24, n. 1, p. 99-108, 2021. **DOI** https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e74021.

SCHROEDER, T.; PETER DE SOUZA, G.; SOUSA DOHI, C. S. A ilusão do direito à cidade: Breve discussão na cidade de Balneário Camboriú – SC. In: ARQUITETURA E CIDADE: PRIVILÉGIOS, CONFLITOS E POSSIBILIDADES, 2019, Curitiba-PR. **Anais...**Curitiba, p. 329-345. Disponível em: https://www.dropbox.com/sh/eiaqqoknz057ezc/AACQ4edI3CTX54kJbkNfb6ala?dl=0.

SILVA, B. M.; MARTINES, M. R.; BURGOS, R. Planejamento urbano e segregação socioespacial: estudo sobre os efeitos da expansão de condomínios fechados na produção do espaço urbano. **Revista do Departamento de Geografia**, [S.L.], v. 42, 27, p. 1-12, 2022. **DOI** https://doi.org/10.11606/eISSN.2236-2878.rdg.2022.191575.

SILVA, E. A. C. Quando a terra urbana avança como mercadoria, aprofunda-se a segregação socioespacial. **Confins**, [S.L.], n. 55, 2022a. **DOI** http://dx.doi.org/10.4000/confins.45985.

SILVA, O. T. A relação entre proprietários fundiários e promotores imobiliários na expansão urbana de Macaé-RJ. **Revista Continentes (UFRRJ)**, [S.L.], v. 1, n. 20, out., p. 48-70, 2022b. **DOI** https://doi.org/10.51308/continentes.v1i20.382.

SILVA, O. T. Segregação socioespacial e produção de empreendimentos imobiliários na cidade de Macaé-RJ. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, [S.L.], n. 20, p. 103-124, 2021. **DOI** https://doi.org/10.12957/cdf.2021.60324.

SIQUEIRA, M. T.; SCHLEDER, C. S. L. Operações Urbanas Consorciadas em Balneário Camboriú: o desvirtuamento do solo criado. **Cadernos Metrópole**, [S.L.], v. 23, n. 51, p. 787-808, 2021. **DOI** https://doi.org/10.1590/2236-9996.2021-5115.

SPOSITO, M. E. B.; OLIVEIRA, A. U. **O chão arranha o céu: a lógica da (re) produção monopolista da cidade.** Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

SUGAI, M. I. **Segregação Silenciosa.** Investimentos públicos e distribuição socioespacial na área conurbada de Florianópolis, 1970-2000. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.

URRIOLA, L. M. G. C. Urbanização neoliberal e megaeventos em Lima e Callao. **Cadernos Metrópole**, [S.L.], v. 24, n. 54, p. 501-522, 2022. **DOI** https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/55334.

VILLAÇA, F. **Espaço Intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Nobel/FAPESP/Lincoln Institute, 2001.

ESPAÇO EM REVISTA
ISSN: 1519-7816
https://periodicos.ufcat.edu.br/espaco

MÁRTIRES DA FÉ CATÓLICA E SEUS SIMBÓLICOS FEMINICÍDIOS

Orlando Caldeira de Farias Junior[1]
Ellen Cristina dos Santos Oliveira [2]

Como citar: UNIOR, Orlando; OLIVEIRA, Ellen Cristina dos Santos. MÁRTIRES DA FÉ CATÓLICA E SEUS SIMBÓLICOS FEMINICÍDIOS. **Espaço em Revista**, Catalão, v. 26, n. 2, p. 178–201, 2024. DOI: https://doi.org/10.70261/er.v26i2.74776 Disponível em: https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/espaco/article/view/74776

Esta obra está licenciada com uma Licença CC BY 4.0. Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

Recebido: 19/08/2024 | **Aceito:** 16/12/2024 | **Publicado:** 16/12/2024

Resumo

O artigo propõe uma análise de quatro mulheres brasileiras que foram assassinadas e posteriormente ganharam o título de beatas pela Igreja Católica. O objetivo central deste estudo é examinar o processo de construção da devoção popular à beatificação e, por meio do interacionismo simbólico, estabelecer uma conexão entre os assassinatos e o conceito de feminicídio. Fundamentado na Geografia da Religião e na História Religiosa, o texto desenvolve uma análise espacial e histórica dos túmulos e templos erguidos em memória dessas mulheres. A partir do arcabouço teórico, é formulada a ideia do feminicídio simbólico, uma vez que, embora os homicídios tenham ocorrido antes da promulgação da legislação sobre o feminicídio, a dinâmica espacial que envolve a materialidade pós-morte das beatas revela uma profunda comoção e sensibilidade entre os devotos.

Palavras-chave: Martírio. Geografia da Religião. História Religiosa. Beatas. Emoções.

MÁRTIRES DE LA FE CATÓLICA Y SUS FEMINICIDIOS SIMBÓLICOS

Resumen

El artículo analiza a cuatro mujeres brasileñas que fueron asesinadas y posteriormente reconocidas por la Iglesia Católica como beatas. El objetivo central de este estudio es examinar el proceso de devoción popular a la beatificación y, mediante el interaccionismo simbólico, establecer una conexión entre los asesinatos y el concepto de feminicidio. Basándose en la Geografía de la Religión y la Historia de la Religión, el texto análisis histórico de las tumbas y templos erigidos en memoria de estas mujeres. A partir de este marco teórico, se formula la idea de feminicidio simbólico antes de la promulgación de la legislación sobre el feminicidio, la dinámica espacial que la materialidad post mortem de las beatas revela una profunda conmoción y sensibilidad entre los devotos.

Palabras clave: Martirio. Geografía de la Religión. Historia Religiosa. Feminicidio. Emociones.

[1] Doutorando do Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, São Paulo (SP), Brasil, e-mail: orlandocfjunior@yahoo.com.br
[2] Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, São Paulo (SP), Brasil, e-mail: ellencristinasoliveira@gmail.com

Introdução

O artigo inicia os estudos de mártires católicas por meio de um devocionário que ganhou força nos últimos anos. Em Consolação, município do Sul de Minas Gerais encravado na Serra da Mantiqueira, visitamos a bonita e imponente Paróquia Nossa Senhora da Consolação, que ao longe, o visitante consegue avistá-la. Em setembro de 2021, os autores encontraram alguns *santinhos católicos* e um deles nos chamou atenção: era o de Maria Amida Kammers, cujos devotos que trilhavam o Caminho da Fé, importante rota peregrina brasileira que tem em seu itinerário a pequena Consolação, depositaram *santinhos* com essa devoção popular que para nós era totalmente desconhecida.

Foi analisada sua devoção e história e outras inúmeras devoções marginais[3] pelo Brasil, cujas pessoas são conhecidas como *milagreiras*, pois não estão na trilha da canonização católica, portanto, inexistentes de sua hagiografia. O que muitas mulheres têm em comum com Maria Amida Kammers é a morte violenta que mexe com o imaginário popular e comove multidões com cultos ímpares e devotos fervorosos. Então, os estudos foram aprofundados e foram encontradas situações particulares nas quais a Santa Sé classificou mulheres brasileiras como mártires, as beatificando e abrindo caminho para possíveis canonizações.

,No artigo, o objeto estudado são mulheres martirizadas entre o fim do século XIX e meados do século XX, , tendo como formalidade do objeto como se deu o martírio delas e com delimitação a quatro mulheres católicas beatificadas por razões semelhantes: Albertina Berkenbrock, Benigna Cardoso da Silva, Isabel Cristina Mrad Campos e Lindalva Justo de Oliveira. Algumas não se encontram no estado da arte em artigos voltados para estudos da Ciência da Religião, e como há pouca produção na Geografia da Religião e História Religiosa será aplicado a essas disciplinas auxiliares uma associação espaço/tempo no objeto, justificando assim, a construção do trabalho.

Dessa forma, a construção da pesquisa está pautada em analisar a vida dessas mulheres e debater a construção do seu devocionário analisando a questão espaço/tempo, tal qual, se a veneração a elas é conexa com sua condição de pureza à fé, ou indignação pela brutalidade de suas mortes associado ao conceito de feminicídio.

Surge então o questionamento: seu devocionário e identidade católica se dão pelo fato de perecerem sem sofrer violação sexual, ou por serem lembradas como símbolo de

[3] Conceito criado pelo filósofo e teólogo José Carlos Pereira, quando as manifestações religiosas não estão conexas às instituições eclesiais.

resistência? Junto do arcabouço teórico escolhido, por meio dos aspectos culturais, sociais e de gênero, o artigo aspira responder à problematização proposta construindo a hipótese de um feminicídio simbólico, haja vista que as mortes foram ocorridas antes da promulgação da lei do feminicídio no Brasil

Metodologia

Para coleta de dados, a pesquisa netnográfica foi instrumental importante, haja vista o número baixo de produções acerca do objeto na literatura, assim como pesquisa documental. Ambas as formas são respaldadas em Gil (2008, p. 51), quando o autor informa que:

> O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas há que se considerar que o primeiro passo consiste na exploração das fontes documentais, que são em grande número. Existem, de um lado, os documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc. De outro lado, existem os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc.

Aqui, será aplicado os documentos de primeira mão, e ao longo do artigo serão exibidas fotografias e reportagens sobre as beatas, pautadas em fragmentos da análise de discurso como propõe Gill (2008), em que ela (análise de discurso) "não pode ser usada para tratar os mesmos tipos de questões com **os enfoques tradicionais**. Ela sugere, ao invés, **novas questões ou maneiras, de reformular as antigas**" (p. 245, grifo nosso).

Uma das maneiras de reformular, como propõe a autora, é de ler o fenômeno religioso através da Geografia da Religião, "pois ela deve ser compreendida como o estudo da ação desempenhada pela motivação religiosa do homem [4] em sua criação e sucessivas transformações espaciais" (Rosendahl, 2018, p. 276), pois, como diz Usarski (2007, p. 174), o número de produções acadêmicas de estudo do fenômeno religioso pela Geografia é precário.

A Geografia da Religião no artigo apresenta autores que auxiliam na compreensão das transformações espaciais oriundas do que Rosendahl altiva como transformação espacial. Para compreensão das alterações espaciais ao longo do tempo, a pesquisa apresenta as *paisagens cerimoniais* de Fickeler (1999), que englobam o molde que a fé transmite ao espaço, ao passo que Silva (2016), pela *tipofilia* de Tuan (1980) analisa a Geografia das Emoções, onde

[4] Expressa a opinião da autora. Os autores optam pelo substantivo polissêmico humanidade, mas a opção foi manter o texto original de Rosendahl.

apresenta o luto e as relações emocionais com os lugares como elementos de transformação espacial. A paisagem cerimonial e a Geografia das Emoções dialogam com o conceito da *paisagem de memória* analisado por Torres (2013), que consiste na experiência, memória e valores construídos pelas pessoas e que configuram o construto da paisagem.

Para o estudo da transformação paisagística onde encontramos as sepulturas e templos erguidos às beatas, se faz necessário analisar a historicidade da construção espacial. Santos (2006) apresenta a historicização da Geografia, que consiste em fazer da Geografia uma ciência histórica. Tal e qual, o artigo possui em seu referencial teórico a História Religiosa, área que "foi desenvolvida e caracterizada por tratar apenas de uma religião, em uma postura interpretativa-crítica-investigativa, e não, comparativamente, de duas, três ou várias religiões ao mesmo tempo" (Prado; Silva Junior, 2014, p. 23), ou seja, o artigo analisa a religião católica e suas configurações espaciais no Brasil em quatro casos, como também, analisar interpretativamente (referencial teórico), crítica (problematização) e investigativa (hipótese).A hipótese de feminicídio simbólico parte da premissa do interacionismo simbólico e leitura de Gil (2008, p. 23) sobre o método. Para o autor:

> A sociedade é constituída de pessoas que atuam em relação às outras pessoas e aos objetos em seu ambiente com base nos significados que essas pessoas e objetos têm para aquelas. Esses significados, por sua vez, surgem da interação que cada pessoa tem com as outras e são estabelecidos e modificados mediante um processo interpretativo. [...]Os interacionistas atribuem peso significativo aos símbolos no processo de comunicação humana.

A construção da hipótese é conexa com a construção do imaginário religioso que se desenvolve diante das mortes das mulheres, e a devoção popular que ocorreu muito antes de suas beatificações. Esse símbolo de fé construído, à luz de Gil, é a interação entre a devoção da pessoa fiel com a pessoa morta, que se modifica através dos tempos e é materializada na transformação do espaço, apresentada com as categorias de análise que a Geografia da Religião apresenta.

Beatas martirizadas, feminicídio simbólico e relatos de fé: breves notas

No dia 9 de março de 2015, a Lei do Feminicídio (13.104/2015) foi aprovada no Brasil. A partir de então, assassinatos de mulheres envolvendo violência doméstica e questões de gênero passaram a ser qualificados como crimes hediondos, com penas de até 30 anos de reclusão.

A proposta foi elaborada pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência contra a Mulher e sancionada pela então presidente em exercício no país, Dilma Rousseff. Para trazer a discussão do que de fato ocorreu com as mulheres pesquisadas, com

relatos de mulheres que sofreram violência anterior à promulgação dessa Lei, que hoje se enquadraria como feminicídio e que são consideradas beatas martirizadas.

Nascida no dia 11 de abril de 1919, em Imaruí, município catarinense conhecido como a *Pequena Joia do Litoral*, Albertina Berkenbrock é filha dos agricultores Henrique Berkenbrock e Josephina Böing, casal fervoroso na fé católica e devoto da Virgem Maria e São Luiz Gonzaga.

Albertina rezava com os pais diariamente, ajudava no roçado e era gentil e dócil com qualquer pessoa. Um homem que trabalhava para seus pais, conhecido como Maneco Palhoça, cobiçava a menina de apenas 12 anos, que, segundo relatos, era descrita como uma jovem muito bonita e de corpo desenvolvido para a tenra idade, não aparentando estar somente na pré-adolescência (Cruz Terra Santa, 2012).

Em 15 de junho de 1931, Albertina foi atrás de um boi que se perdeu do rebanho e não sabia que esses seriam seus últimos passos em vida. Na busca pelo bovino, Maneco, permeado de libertinagem, aproveitou-se da situação e tentou estuprá-la, que, resistindo ao ato, teve o pescoço perfurado com o canivete de seu agressor, perecendo instantaneamente. Em 20 de outubro de 2007, Albertina passou a ser detentora do título de beata pela Igreja Católica, sendo beatificada pelo Papa Bento XVI em um processo iniciado em 1952. Já seu algoz, após ser preso, acabou falecendo no presídio onde cumpria sua pena (Cruz Terra Santa, 2012).

Dez anos após a morte de Albertina, é ceifada a vida de outra pré-adolescente brasileira. Benigna Cardoso da Silva nasceu no dia 15 de outubro de 1928 em Santana do Cariri, município do Ceará que faz divisa com Pernambuco e é detentora de sítios arqueológicos e paleontológos. Muito educada e gentil, dedicava-se muito aos estudos e à fé católica.

Em 24 de outubro de 1941, Raul, um adolescente de 17 anos, cobiçava a jovem Benigna, e, revestido de cólera pelas investidas frustradas para ter seu desejo sexual atendido, tentou o estupro. Benigna resistiu, e Raul, com um facão em suas mãos, a golpeou, tirando sua vida atrozmente aos 13 anos (Pinusa, 2022). Assim como Albertina, Benigna tornou-se beata da Igreja Católica e venerada pelos fiéis, com especial devoção no Ceará.

Sua beatificação teve autorização do Papa Francisco em 2019, onde iria ocorrer em 2020, mas devido ao período pandêmico da Covid-19, teve a data postergada para 24 de outubro de 2022, em cerimônia presidida pelo Bispo da Diocese de Manaus, Leonardo Ulrich Steiner. Já seu homicida foi internado, cumpriu medida socioeducativa e liberado (Pinusa, 2022).

Nascida em 1962 no município mineiro de Barbacena, Isabel Cristina Mrad Campos mudou-se para Juiz de Fora, Zona da Mata mineira, visando fazer um curso pré-vestibular. Buscando ingressar em medicina na Universidade Federal de Juiz de Fora, também tem sua morte semelhante à das mártires anteriores. Em 1º de setembro de 1982, um homem, encarregado de montar um guarda-roupa onde estava alojada, tentou estuprá-la. Isabel resiste, mesmo tendo suas vestes rasgadas e golpeada com uma cadeira. Foi assassinada com crueldade, golpeada com 15 facadas (Estado de Minas, 2022).

Foi beatificada pela Igreja Católica quase dois meses após a beatificação de Benigna, em 10 de dezembro de 2022. Seu assassino, Maurilio Almeida de Oliveira, fugiu da penitenciária no 13º ano em que cumpria pena. Ele faleceu em 2004 (G1, 2022).

A quarta e última mártir, Lindalva Justo de Oliveira, nasceu em 20 de outubro de 1953 no município potiguar de Açu. Ela era a sexta filha de 14 irmãos, e na adolescência, mudou-se para a cidade do Natal, capital do estado, e lá foi morar com um de seus irmãos mais velhos. Conheceu as Filhas da Caridade, instituição religiosa da qual teve grande apreço e forte identificação. Foi admitida à ordem religiosa em 1989, em missa solene celebrada por Dom Helder Câmara (Arquidiocese de Salvador da Bahia, 2022).

Seu algoz foi Augusto de Silva Peixoto. Pessoa em condições de extrema vulnerabilidade social, recebia alimentação onde Lindalva cumpria seu papel missionário. Apaixonou-se por ela, mas Lindalva não cedeu seus caprichos. Como não teria relações sexuais com consentimento, no dia 9 de abril de 1993, Augusto desferiu 44 facadas, tirando sua vida e pondo fim ao amor platônico que sentira. Foi preso e cumpre sua pena em um hospital de custódia e tratamento psiquiátrico. (Arquidiocese de Salvador da Bahia, 2022).

Assim como as demais, Lindalva tornou-se beata da Igreja Católica, sendo contemporânea de beatificação de Albertina, no dia 2 de dezembro de 2007. Entre o assassinato e a beatificação, Lindalva foi uma das quatro que teve o trajeto mais curto, onde sua vida religiosa tornou-se o atalho à velocidade do processo eclesial.

Após a breve apresentação da história de como essas mulheres figuram como modelo de vida e fé pela preservação de sua castidade em obediência aos seus princípios católicos, surge a seguinte problematização: essas mulheres foram vítimas de feminicídio? Embora seja evidente a motivação dos crimes estar pautada no fato de serem mulheres e não consentirem ao desejo sexual de seus carníficies, emerge a reflexão de que o homicídio às mulheres:

> Não é algo novo nem diferente, sempre existiu e talvez, seja essa a questão. Afinal, não há como negar torpeza na ação de matar uma mulher por discriminação de gênero. Mas esse entendimento não era uniforme. Daí a pertinência da nova Lei,

> para dizer que todas essas situações configuram indiscutivelmente crime hediondo. Nos crimes anteriores a 10 de março de 2015 o motivo torpe continua sendo possível. O que não se pode é aplicar a Lei nova (13.104/15) para fatos anteriores a ela (Bittencourt; et al., 2018, p.3-4).

Consoante à lei, homens não podem ser condenados por feminicídio em crimes antes da data de sua promulgação, ou seja, legalmente, as beatas mártires não são vítimas de feminicídio. Recorrendo à História Religiosa, se elas vivessem nos primórdios do cristianismo, todas seriam santas. Uma observação inicial e bastante pertinente é a da constatação de que, na História do Cristianismo, a ideia de santidade altera-se conforme as mudanças ocorridas em cada época, a partir das suas necessidades religiosas e até mesmo sociais e políticas:

> Se, na Antiguidade, o santo é o mártir, que derramou seu sangue pela fé, a partir do século IV, a santidade é determinada não pela morte gloriosa, mas pela vida de sacrifícios e de sofrimentos na defesa da fé cristã, frente ao poder imperial e às heresias, caso do santo confessor, bispo ou monge (Silva, 2012, p. 189).

A autora faz menção que, antes do século IV, ser martirizado pela causa cristã era considerado um ato santifico, tanto que mulheres cristãs como Santa Ágata, Santa Cecília e Santa Luzia tiveram *status* de santas católicas por circunstâncias semelhantes àquelas vividas por essas quatro brasileiras. Portanto, recorrendo à História Religiosa, entendemos a razão pela qual não foram santificadas e, em conformidade à lei e o resultado da CPMI, tão pouco são vítimas de feminicídio.

Contudo, a pesquisa engloba a ideia de conotação simbólica a seus martírios, pois a História Religiosa "permite interpretar os processos de degradação e fluxos de transição das culturas religiosas, revelando uma tipologia dos modelos de religiosidade de cada época, em suas diversas estruturas cognitivas, imaginárias e simbólicas" (Prado; Silva Junior, 2014, p. 23).

Seguindo a linha de raciocínio dos autores, no imaginário popular, tais mulheres foram mortas pela pureza de seus corpos e não se entregam ao pecado, que, à luz da História Religiosa, pode ser classificado como um ato de *feminicídio simbólico*. Tendo em vista uma vez que o crime, embora não sendo transcrito até 2015 de forma legal, expressa um ato simbólico dele, materializado nas longas peregrinações aos túmulos e capelas destinadas às beatas.

Sendo assim, do mesmo modo pelo qual Santa Maria Goretti foi canonizada em 24 de junho de 1950 pelo Papa Pio XII, futuramente, o *feminicídio simbólico* pode ser o embrionário de futuras canonizações às quatro mártires do Brasil. A canonização de Santa Maria Goretti foi como a das beatas brasileiras, ou por outra, resistiu às investidas de seus verdugos e à tentativa de desfloramento. Tinha 12 anos, mesma idade que Albertina, sendo morta como Lindalva com golpes de faca. Não fora santa mártir como as anteriores do século IV: passou pela beatificação antes da canonização, isto é, as beatas brasileiras podem passar pelo mesmo processo.

Paisagens concretadas em memórias e sentimentos

Com a Geografia da Religião, foram verificadas as metamorfoses espaciais reproduzidas nos túmulos dessas mártires. Mas antes, importante justificar a viabilidade de leitura do objeto pelo ponto de vista da Geografia: "Para os geógrafos, os objetos são tudo o que existe na superfície da Terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou" (Santos, 2006, p.46). Embora pareça jactância, o "tudo" representa a ação antrópica em meio à historicidade do ser humano.

Pois bem, o geógrafo Milton Santos acresce que "a partir do entendimento que tivermos do que deve ser o objeto da disciplina geográfica, ficamos em condições de tratar, geograficamente, os objetos encontrados" (Santos, 2006, p. 49). A priori, para responder à problematização se essas mulheres foram ou não vítimas de feminicídio, trabalhamos a hipótese de um *feminicídio simbólico*, e que neste item, incluiremos o objeto geográfico.

Como? A questão histórica na Geografia é a de que, no objeto geográfico, é possível "historicizar, isto é, a considerar o espaço como fenômeno histórico, a geografizar, isto é, a produzir uma geografia como ciência histórica" (Santos, 2006, p.25). Essa produção geográfica a partir da história se dá pelo contexto de inclusão dessas mulheres que, mortas horrendamente, dão aspecto singular à paisagem, pois segundo Milton Santos, ela (paisagem) não é um elemento superficial, mas sim, vai além da visão: são também cores, sons e odores, ou seja, tudo que nossa vista abarca (Santos, 1988, p. 61).

Um exemplo desta configuração espacial construída por meio de um fato histórico são os ex-votos. A História Religiosa "busca entender o *surgimento*, as *permanências* e *descontinuidades* dos fenômenos religiosos, postos no tempo e no espaço, de um determinado universo social" (Prado; Silva Junior, 2014, p. 25, grifos dos autores). Portanto, se faz necessário entender o surgimento do ex-voto, que se dá no construto histórico da última

memória viva de Benigna. A permanência do fenômeno religioso se dá na figura 1, de onde se avista o espaço (local) e tempo (atemporalidade do martírio) na concretude paisagística.

Figura 1 - Ex-votos com a roupa de Benigna durante o assassinato



Fonte: El Pais (2021).

Figura 2 - Imagem de Benigna com a roupa em que foi assassinada



Fonte: UOL (2022).

Figura 3- Crianças vestidas como Benigna em peregrinação



Fonte: G1 CE (2022).

Na figura 1, se constata a configuração paisagística erguida pela história por meio do vestido poá; já as figuras 2 e 3 nos apresentam o fenômeno religioso por meio da historização do objeto geográfico. Para Rosendahl, os ex-votos são elementos para construção iconoclasta da paisagem: "Criado na vivência da fé, da fantasia e do imaginário popular, revela a iconografia fortemente marcada pela influência da religiosidade católica. Cada peça fala de uma história de vida, de uma aflição superada, de uma realidade" (Rosendahl, 2018, p. 106). Em uma leitura espacial religiosa, a paisagem nos túmulos dessas mulheres reflete proteção, memória e emoções. O primeiro conceito a ser trabalhado no objeto geográfico historicizado são as *paisagens cerimoniais*. Pela ótica de Fickeler (1999, p. 10, grifo nosso) são:

> O tipo de cerimonialismo pode estar associado a fenômenos externos e perceptíveis que servem ao culto — isto é, **lugares sagrados**, naturais ou artificiais, com toda sua riqueza de sons, cores, fragrâncias, números e orientações, flores, animais e homens (ou seja, o culto a santos) montanhas, corpos d'água, bosques, edifícios e **túmulos religiosos, lugares de peregrinação** e **paisagens cerimoniais** inteiras, atividades cultuais e **tráfego de peregrinos**.

As paisagens geradas pela presença dos fiéis e associadas a nossos grifos na fala do autor, são reflexos da influência no culto às beatas. Seja no Sul, Sudeste ou Nordeste brasileiro, os diferentes sotaques, vestimentas, clima, vegetação, etc., são elementos que,

CC BY

somados à memória, formatam essa construção paisagística, que na leitura de Torres (2013, p. 104–105):

> As paisagens da memória, portanto, constroem-se a partir das experiências, vivências e valores compartilhados pelas pessoas, o que abarca os processos que envolvem tanto o indivíduo, como também a coletividade. O espaço religioso é um dos espaços que proporcionam tais compartilhamentos, visto que nele os fiéis frequentadores compartilham experiências e memórias e atribuem sentidos e significados a elas, o que contribui para a construção da identidade do grupo de religiosos e da religião, e também para a construção da ideia de mundo, pois os fatos e momentos compartilhados no espaço religioso somam-se às demais experiências pessoais do cotidiano (.

Essas *paisagens de memória* são construções que atravessam o tempo, onde mulheres e pré-adolescentes mortas pelo torpe motivo de não cederem aos caprichos de homens cobertos de libertinagem geraram comoção popular. Seus túmulos refletem esse sentimento de pertencimento, comiseração e gestos simbólicos, como levar flores, acender velas ou pedir intercessão por meio de suas preces. Tudo isso reflete ao passado, tradição oral, crendice popular e configuram o paisagismo construído por memórias, como exibe a imagem 4.

Figura 4- Devotos no túmulo de Benigna



Fonte: Arquivo Pessoal de José Luiz e Ypsilon Felix (2021), El Pais (2021).

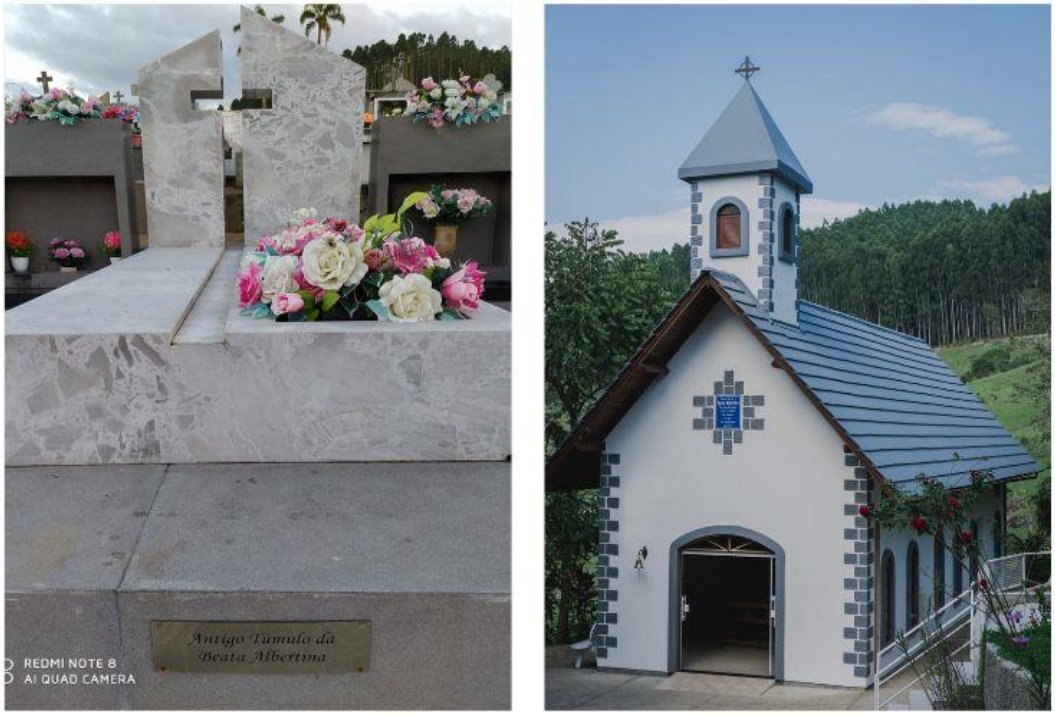
Outra leitura espacial é feita por meio das emoções. Para Silvia (2016, p. 133, grifo nosso), "em tempos e lugares particulares, há momentos em que as vidas são explicitamente vivenciadas pela dor, pelo luto, pela raiva, pelo amor e assim por diante" p. 105). Para a autora, em múltiplos lugares configura-se o espaço e "podemos citar experiências emocionais relacionadas com problemas psicológicos; lugares e emoções relacionados ao **luto**; o **turismo** e a **relação emocional** com os lugares" (p. 113, grifo nosso).

Desse modo, a paisagem configura-se por meio do luto, assim como do turismo religioso e da relação emocional à brutalidade da morte vivida pelas beatas brasileiras, que, realmente, se posiciona diferente de peregrinações a locais em que não ocorreu martírio, como o Santuário Nacional de Aparecida, em São Paulo, ou a Basílica Nossa Senhora das Dores, em Juazeiro do Norte, Ceará.

A motivação diferenciada dos fiéis organiza a paisagem dos locais de forma díspar, ligada exclusivamente ao contexto emocional, haja vista que "os lugares não são imóveis, pois viajam conosco através das emoções, que participam da nossa memória individual e coletiva" (Silva, 2016, p. 109).

No túmulo da beata Albertina, as memórias são bem latentes e modeladores externos da paisagem cerimonial proposta por Fickeler (1999). Em um espaço que pode ser percorrido a pé, encontra-se o seu antigo túmulo, a Capela do Martírio (figuras 5 e 6), memorial e o Santuário em sua memória (figuras 7 e 8). Esses espaços de reminiscências, orações, agradecimentos, pedidos ou simplesmente para conhecer a história da beata, é apresentado nas figuras a seguir.

Figuras 5 e 6- Antigo túmulo e Capela do Martírio



Fontes: Padre Auricélio Costa (2020) e Portal de Turismo de São Martinho (2018).

Figuras 7 e 8 – Memorial e Santuário de Albertina



Fontes: Portal A12 (2020) e Beata Albertina (2019).

Outros aspectos paisagísticos são localizados, recorrendo à semiologia, memória e do corpo. Christopher West (2004, p. 121) descreve, por um aspecto teológico, que "os mártires preferiram morrer a transgredir a lei de Deus". Essa parte emocional da configuração espacial tem ênfase na questão dos corpos:

> Para a geografia emocional, o corpo é o lugar dos sentimentos e da experiência, que são socialmente integrados, mas é no corpo que eles estão localizados. Embora embutida nas relações sociais, é em última análise pessoal: é a localização do sujeito psicológico […] O corpo tem o desafio de expressar as emoções (Silva, 2016, p. 113–114).

A leitura corporal é importante instrumental para compreender que são os corpos que reproduzem as emoções. Contudo, os corpos configuram o espaço visitando os templos, túmulos, depositando ex-votos e materializando o espaço, configurando a paisagem no descrito por Santos (1988), modelando a paisagem cerimonial de Fickeler (1999) e alimentando as memórias paisagísticas de Torres (2013). Os corpos expressam emoções pela percepção transpessoal com que os devotos se manifestam e expressam suas emoções. É por meio do corpo e da percepção transpessoal que a paisagem se constrói (Silva, 2016, p.114). Pierre Wiel (1999, p. 9, grifo do autor), com uma leitura psicológica do termo transpessoal, o classifica como:

> Um ramo da Psicologia especializada no estudo dos estados de consciência que lida mais especificamente com a "Experiência Cósmica" ou estados ditos "Superiores" ou "Ampliados" da consciência. Estes estados de consciência consistem na entrada numa dimensão fora do espaço-tempo tal como costuma ser percebida pelos nossos cinco sentidos. É uma ampliação da consciência comum.

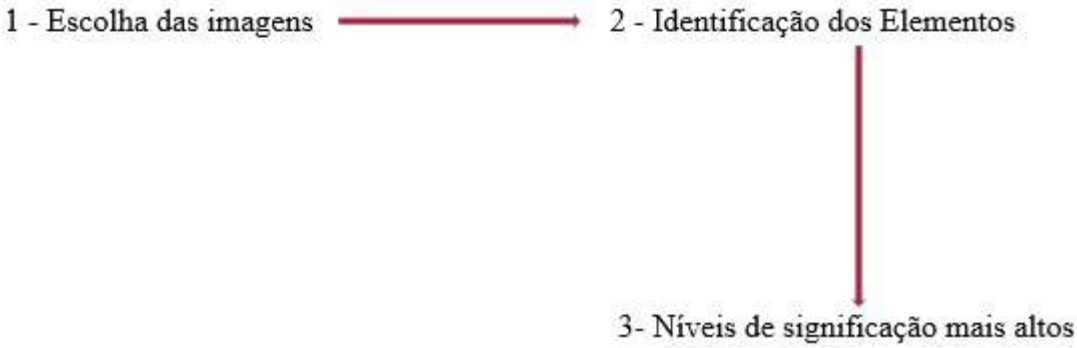
Comungante com Silva (2016) e Weil (1999), é por meio de uma experiência cósmica e estado ampliado de consciência que o devoto sente a presença do divino, dando uma identidade católica difusa do convencional às paisagens cerimoniais dos espaços devocionais das quatro beatas.

Nos casos de Lindalva e Isabel Cristina, por serem mais recentes e assassinadas brutalmente, dá às pessoas devotas uma aproximação maior à sua realidade, pois diariamente a sociedade é alimentada com notícias de jornais sensacionalistas que dão ênfase a casos diários de feminicídio.

A paisagem cerimonial e de memória refletida em Albertina e Benigna difere-se pelo fato de serem realizadas em outro período. Por serem muito jovens, apresentam uma atmosfera mais fraternal, munida de um paisagismo mais colorido e uma comoção com aspecto afetivo, exibido nas figuras 2 e 3.

Já Lindalva e Isabel Cristina apresentam um aspecto mais impactante. Os autores recorrem à semiótica para analisar a diferença paisagística das beatas. Penn (2008, p. 325-328) proferiu três estágios para estudo de imagens: o primeiro estágio está na seleção das imagens a serem analisadas; o segundo consiste na identificação dos elementos nela contidos e por fim, no terceiro estágio, os níveis de significação mais altos, conforme o esquema abaixo:

Figura 9: Estágios de análise semiológica de Penn



Org.: Os autores (2024).

Sendo assim, os elementos das imagens no estudo proposto por Penn (2008) foram aplicados ao objeto. No primeiro estágio, imagens foram selecionadas através da netnografia. Posteriormente, o segundo estágio foi identificar os elementos ali contidos que configuram a

paisagem cerimonial, e por fim, os níveis de significação mais altos. Primeiro, necessário partir do terceiro estágio de Penn (2008) com Albertina e Lindalva nas figuras 10 e 11:

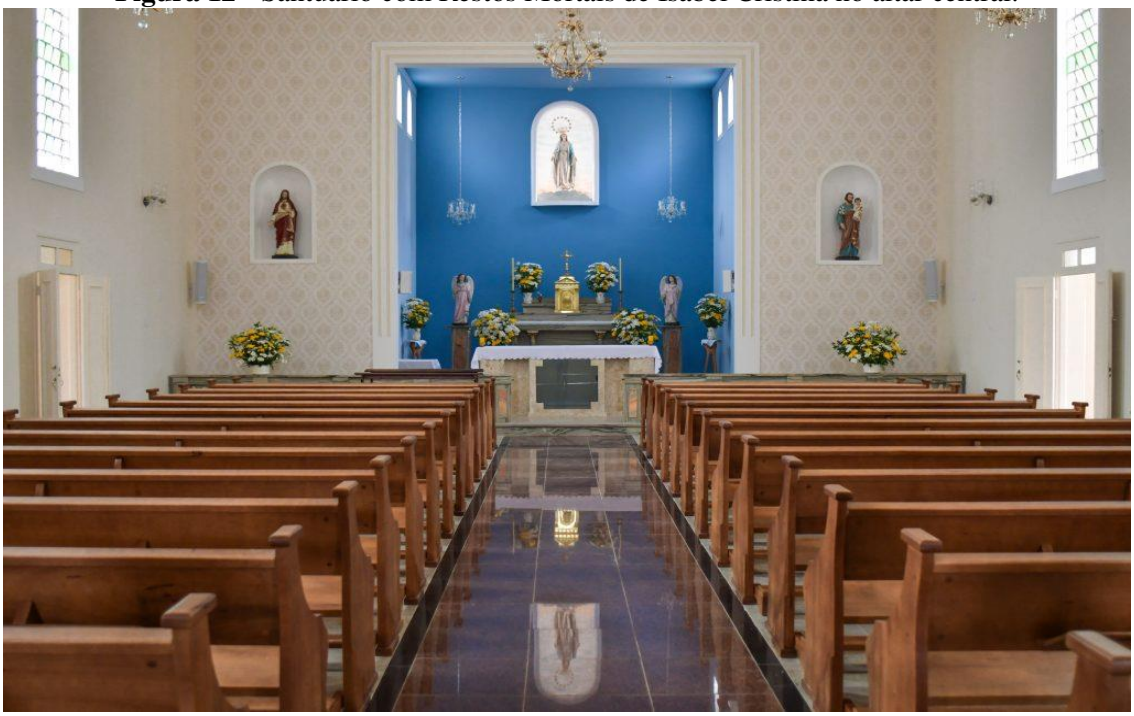
Figura 10 e 11 - Escultura de Beata Albertina e Capela das Relíquias da Beata Lindalva



Fontes: Sulinfoco (2014) e Arquidiocese de Salvador (2018).

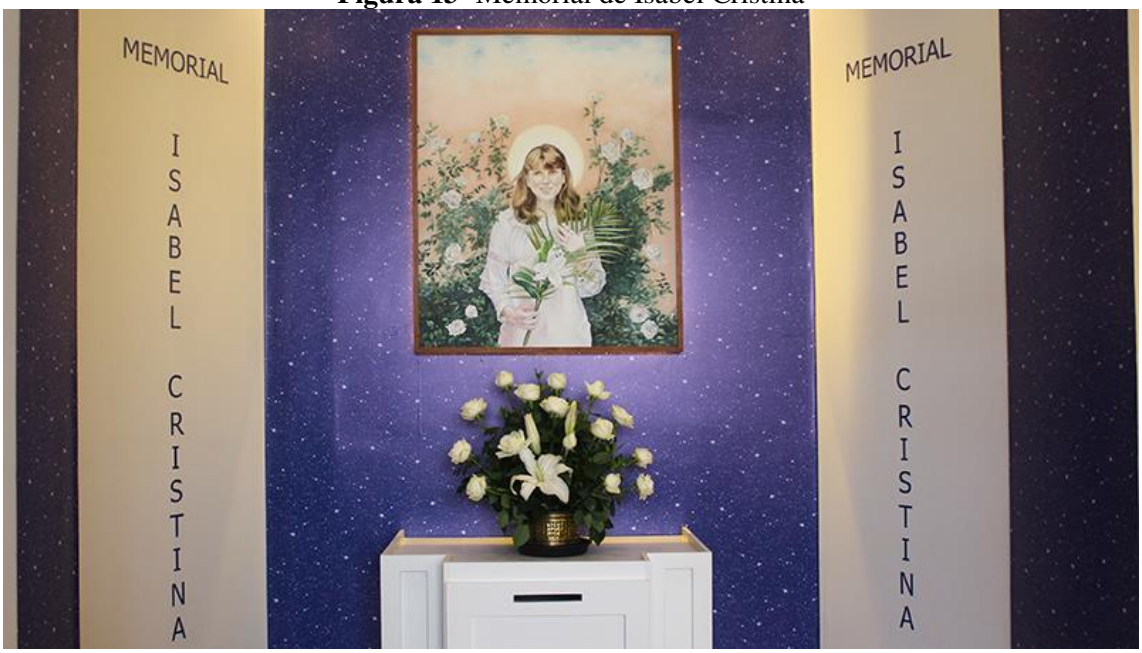
Albertina e seu vestido rosa mostram a delicadeza na escultura e o ar de uma inocente pré-adolescente, mesmo com o sangue causado pela ferida do algoz, que difere da paisagem cerimonial reproduzida acerca de Lindalva. Ela apresenta uma atmosfera mais fúnebre, como ocorre nas figuras 12 e 13 junto ao túmulo e memorial de Isabel Cristina:

Figura 12 - Santuário com Restos Mortais de Isabel Cristina no altar central.



Fonte: Paróquia e Santuário Nossa Senhora da Piedade Barbacena–MG (2023).

Figura 13- Memorial de Isabel Cristina



Fonte: Arquidiocese de Mariana (2022).

Na figura 11, que exibe Lindalva, apresenta algo mais obscuro, passando a ideia de um caixão lacrado, cuja representação de sua morte causaria extremo desconforto, e o mesmo ocorre com Isabel Cristina nas figuras 12 e 13, exibindo os níveis de significação mais altos.

O identitário católico provido das quatro beatas configura a paisagem através dos tempos idos. Albertina e Benigna são beatificações recentes, mas fruto de fatos históricos mais antigos. Já os casos de Lindalva e Isabel Cristina ganharam mídia impressa e televisiva,

estando mais próximos do cotidiano da sociedade contemporânea, que, como já frisamos, é conexa a uma função midiática municiada diariamente de notícias sensacionalistas.

Para conclusão do item, Silva (2016, p. 117)faz conexão com Torres (2013) citando que existe "relação das emoções com espaços e lugares de memória" ou seja, o espaço reproduz o emocional e se materializa com memórias, sejam elas fraternas ou impactantes.

Novas beatas?

Ao entrar em contato com o riquíssimo material e arejada área com múltiplas possibilidades de análise na Ciência da Religião, os autores do artigo conjecturam se novas beatas poderão surgir oriundas do mesmo contexto histórico-espacial. Para Prado e Silva Júnior (2014, p. 23):

> A História Religiosa, de caráter científico, surge, portanto, num cenário onde o olhar crítico e interpretativo do *novo*, do *diferente*, do *singular*, se consolida. Uma história de olhar atento às práticas e saberes de grupos perante a (des)ordem social. Uma história nova e disposta à reinterpretação, com estranheza, de fatos e verdades consolidadas, lançando outro olhar para o passado. Que busca a compreensão das práticas discursivas religiosas e do modo como essas linguagens são produzidas e articuladas. Que se atenta para os fenômenos escuros, reprimidos e marginais do campo religioso, buscando sua escala molecular, micro, etnológica, simbólica, escala essa bastante frequente em movimentos messiânicos e populares.

Os autores fazem menção ao novo, diferente e singular. Outro ponto importante está na fala dos fenômenos escuros, reprimidos e marginais, que, como já descrito na introdução, os estudos sobre *milagreiras* são amplos e multifacetados. Para esse item, foram analisados casos particulares que, embora não sejam beatas, existe o fenômeno no qual Prado e Silva Júnior (2013) alertam nós pesquisadores a estudar o novo, o que se diferencia, a singularidade.

Foram perqueridos dois destes casos obscuros: no dia 2 de julho de 1900, em Belém, capital do estado do Pará, a jovem Severa Romana Pereira teve a vida ceifada por recusar-se a se entregar aos caprichos sexuais de um homem com o dobro de sua idade. Maranhense de 19 anos, casada e grávida nos últimos períodos gestacionais, tinha como inquilino o cabo Antônio Ferreira dos Santos, o seu assassino, e de patente superior à de seu marido, o soldado Pedro de Oliveira, de 22 anos (DOL, 2021).

Imagem 14- Túmulo de Severa Romana no cemitério de Santa Isabel, em Belém, Pará

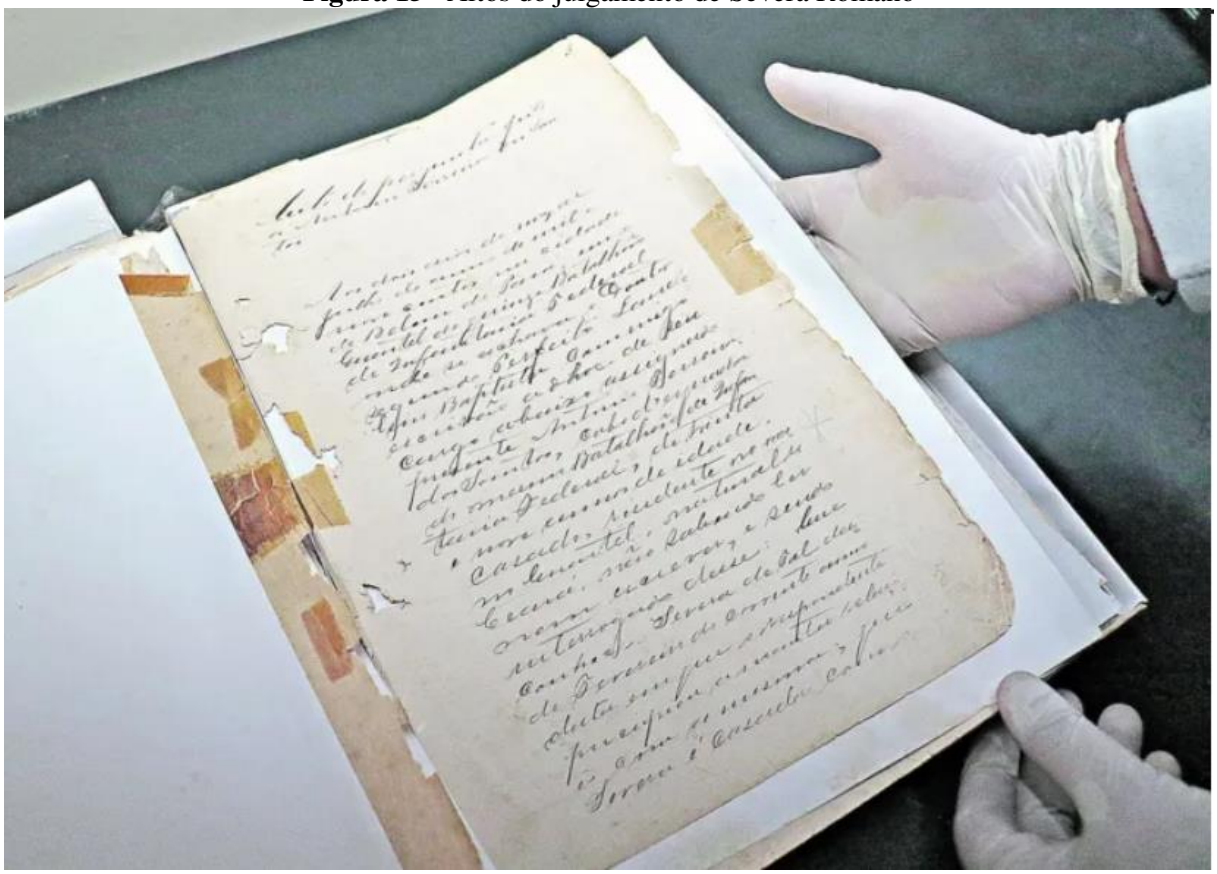


Fonte: Belém.com.br (2019).

No fatídico dia, o cabo forjou uma situação na qual o esposo de Severa, seu subordinado de patente inferior, teve que ficar no quartel cumprindo suspensão por algo que não havia realizado, mas acatou seu superior. Aproveitando-se do fato da jovem estar sozinha em casa, tentou manter relações sexuais abruptamente, até que, no momento de fúria por Severa resistir, Antônio desferiu contra ela golpes de navalha, matando-a pela gravidade dos ferimentos puntiformes (DOL, 2021).

O crime causou comoção popular, e após as investigações, as autoridades chegaram até o cabo Antônio, que posteriormente confessou o crime. Em sua defesa no tribunal, tentou difamar a vítima, porém, não logrou êxito, sendo condenado a 30 anos de reclusão. Porém não há registros de sua prisão no presídio São José, o qual foi encaminhado à carceragem após condenação (DOL, 2021). A figura a seguir ilustra parte dos autos do processo.

Figura 15 - Altos do julgamento de Severa Romano



Fonte: DOL (2021).

Há um processo arquivado para a beatificação de Severa Romana, que se iniciou em 1977 com o Arcebispo de Belém, Dom Alberto Gaudêncio Ramos, continuado na década de 1980 pelo Padre Vicente Schiena. Contudo, com o falecimento do sacerdote, em 1991, o processo de beatificação estagnou-se, onde a Santa Sé alegou falta de documentação para continuidade do processo, como sua certidão de batismo (Castro, 2018, p. 30).

O texto se inicia fazendo menção à Maria Amida Kammers, portanto, no item final do artigo, há menção honrosa sobre sua história e devoção. Em 25 de novembro de 1961, ela se tornou mais uma vítima da violência classificada como *feminicídio simbólico*. Nasceu em 14 de janeiro de 1941, no município de São Pedro de Alcântara, grande Florianópolis. Aos 16 anos, em busca de condições melhores de vida, muda-se para o limítrofe município de Santo Amaro da Imperatriz, vivendo com uma família em que seus pais tinham total confiança (Jochem, 2019).

Em 1960, é admitida na Pia União das Filhas de Maria, ordem religiosa formada por mulheres que, dentre outros aspectos, têm como prática comum preservar a castidade. Na noite do crime (25 de novembro), homens assaltaram o local onde trabalhava e invadiram o quarto da jovem, que teve introduzido em sua garganta um pano para não clamar por socorro

e teve o crânio dilacerado com um golpe de machado, onde em seu obituário consta morte por fratura múltipla do osso frontal.

Há duas possibilidades para sua morte: que tenha resistido à tentativa de estupro ou que foi assassinada por reconhecer um dos assaltantes, que cometeu a barbárie, evitando a testemunha ocular. O crime foi arquivado, mas dois suspeitos tiveram pontos de interrogação: um farmacêutico que assediava Maria Amida teve a morte forjada e com a ajuda do pai, o qual foi o médico legista de Maria Amida Kammers, fugiu, e o outro, cúmplice, por demência, foi internado em hospital psiquiátrico (Jochem, 2019).

Figura 16- Túmulo de Maria Amida Kammers no cemitério de Taquaras



Fonte: Franciscanos (2018).

Assim como Severa Romana, Maria Amida Kammers teve iniciado pedido de beatificação. Na ocasião dos 78 anos de seu natalício, em 13 de janeiro de 2019, houve missa com abertura da intenção de sua beatificação, presidida pelo Monsenhor Bartolomeu Borges (Jochem, 2019).

A indagação por futuras beatas, que dá o título deste item, dar-se-á não somente pelo semelhante assassínio de ambas com as beatas institucionalizadas junto à Igreja Católica, como também, pelo avançado do culto popular e pelo clero, que em nome de bispos, movimentaram ações para abertura de beatificação de ambas.

Dom Alberto Gaudêncio Ramos, primeiro arcebispo de Manaus e o sétimo de Belém à época, instituiu a Oração à Severa Romana (Castro, 2018, tal qual, no túmulo de Maria Amida Kammers há uma placa metálica contendo a *Oração Para Pedir Graças por Intercessão*, autorizada por Dom Wilson Tadeu Jönck, Arcebispo Metropolitano de Florianópolis. Na figura 16 é possível visualizá-la (placa) cercada de flores.

Observa-se outra particularidade nos casos deste item: embora existam processos de beatificação (Severa arquivada e Maria Amida Kammers em fase inicial), nota-se que a paisagem em ambos os espaços se difere das quatro beatas. Seu culto é marginal, em suas sepulturas onde jazem seus restos mortais de corpos feridos mortalmente. Não há translado para uma capela, paróquia ou santuário, e os devotos dividem o espaço sacralizado por sua fé junto de outras sepulturas, ou seja, as "milagreiras" estão junto dos fiéis e de corpos das pessoas "comuns". Para a Geografia da Religião, há duas leituras acerca das necrópoles:

> Os geógrafos focalizam suas interpretações de duas maneiras principais: a primeira considera os cemitérios como *fenômenos de utilização do espaço*, analisando os interesses tradicionais como fatores que influenciam a localização, o valor da terra urbana e a demanda que impõem sobre o espaço. Em outra abordagem, os geógrafos privilegiaram as forças culturais enquanto características que refletem os valores culturais e históricos do grupo estudado (Rosendahl, 2018, p. 39–40, grifo da autora).

Lendo o campo-santo na segunda abordagem proposta pela autora, em que os túmulos formam paisagens cerimoniais, como proposto por Fickeler (1999), e permeadas de memórias e emoções, como na leitura paisagística proposta por Torres (2013) e Silva (2016) respectivamente. Que, por sua vez, trazem os valores culturais que dialogam com a História Religiosa e o proposto por Prado e Silva Júnior (2014) de estudar o oculto no estudo da religião.

West (2004) foi enfático ao efetuar memória da importância do celibato. O artigo finaliza com sua fala acerca da luta para manutenção da castidade, resultante no culto a essas mulheres e às beatas mencionadas anteriormente.

> Os celibatários por causa do reino "passam por cima" do sacramento do matrimônio terreno, e antecipam a realidade celestial, isto é, o "casamento do Cordeiro". Se "não é bom que o homem fique sozinho", o celibato cristão revela que a plenificação máxima da solidão só pode fundar-se na união com Deus. Por isto a pessoa celibatária opta livremente pela "dor" da solidão nesta vida, para consagrar todos os seus desejos àquela união, a única capaz de satisfazer (West, 2004, p. 80, grifo do autor).

O autor enfatiza, principalmente nos grifos, a identidade católica na veneração às beatas, que futuramente, na abertura hipotética do caso de Severa e o avanço em Maria Amida Kammers, é possível imaginar novas beatas brasileiras em um futuro próximo.

Considerações finais

Por meio da Geografia da Religião e da História Religiosa, foram analisados os casos de beatificação de quatro brasileiras. Onde, nos muros das instituições, não há o debate sobre

o assassinato dessas mulheres, somente o culto à pureza de seus corpos, vencendo o pecado ao manter a castidade, onde foi encontrado na veneração uma maneira identitária católica no martírio.

Para isso, a pesquisa recorreu a conceitos como a configuração refletida na paisagem dos túmulos dessas mulheres, por meio do culto (cerimonia), memória (martírio simbólico) e emoções (devoção), dando a esses locais de peregrinação, sacralidade e estoque de sentimentos, tornando elementos que se materializam em paisagens ímpares.

Foram conjecturados os casos de Severa Romana e Maria Amida Kammers como expoentes de beatificações, devido ao avançado culto e potencialmente conexas à Igreja Católica. O objetivo do artigo é de aprofundamento no estudo dessas mulheres, onde outras áreas do conhecimento podem contribuir para que, esse estudo possa ter um corpo mais robusto, estudos empíricos e propor uma leitura religiosa acerca de túmulos e peregrinações a esses locais, uma área da Ciência da Religião carente de publicações.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Liliane de Oliveira; SILVA, Luy Zoppé; ABREU, Ivy de Souza. **Feminicídio no Brasil: A Cultura de Matar Mulheres**. Disponível em: https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2018/08/feminicidio-no-brasil-a-cultura-de-matar-mulheres.pdf. Acesso em: 16 ago. 2024.

CASTRO, Ruan Denner Gomes de. **Práticas de Preservação do Acervo de Obras Raras no Centro de Memória da Amazônia (CMA): O Caso Severa Romana.** Trabalho de Conclusão de Curso. Belém; Universidade Federal do Pará; 2018. 48f.

COSTA, Maicon. Isabel Cristina Mrad Campos Será Beatificada em Barbacena. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 23 jun. 2022. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/06/23/interna_gerais,1375514/isabel-cristina-mrad-campos-sera-beatificada-em-barbacena.shtml. Acesso em: 16 ago. 2024.

FICKELER, Paul. **Questões Fundamentais na Geografia da Religião.** Espaço e Cultura, UERJ, n.7, 1999, p.7-35.

HISTÓRIA de Santa Albertina. **Cruz Terra Santa**, São Paulo, 20 jul. 2012. Disponível em: https://cruzterrasanta.com.br/historia-de-santa-albertina/59/102/. Acesso em: 16 ago. 2024.

JOCHEM, Toni. 50 Anos de um bárbaro crime em Santo Amaro da Imperatriz: Maria Amida Kammers — Martir da Virgindade? **Prefeitura de Águas Mornas**, Águas Mornas, 23 ago. 2012. Disponível em https://aguasmornas.sc.gov.br/uploads/1721/arquivos/1626709_hr0.pdf. Acesso em: 16 ago. 2024.

MINEIRA Isabel Cristina, que teve morte trágica há 40 anos, é beatificada. **G1**, Rio de Janeiro, 10 dez. 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/12/10/mineira-isabel-cristina-que-teve-morte-tragica-ha-40-anos-e-beatificada.ghtml. Acesso em: 16 ago. 2024.

NO Caminho da Canonização, Beata Lindalva Justo de Oliveira Recebe Homenagem de Devotos, em Salvador. **Arquidiocese de Salvador da Bahia**, Salvador, 3 jan. 2022. Disponível em: https://arquidiocesesalvador.org.br/no-caminho-da-canonizacao-beata-lindalva-justo-de-oliveira-recebe-homenagens-de-devotos-em-salvador/. Acesso em: 16 ago. 2024.

PENN, Gemma. Análise Semiótica de Imagens Paradas. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um Manual Prático**. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 319-342.

PINUSA, Samuel. Menina Benigna: Conheça a História da Mártir que Vai Ser a Primeira Beata do Ceará e Quarta do Brasil. **G1 CE**, Fortaleza, 08 mai. 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2022/05/08/menina-benigna-conheca-a-historia-da-martir-que-vai-ser-a-primeira-beata-do-ceara-e-quarta-do-brasil.ghtml. Acesso em: 24 ago. 2023.

PRADO, André Pires do; SILVA JÚNIOR, Alfredo Moreira da. **História das religiões, história religiosa e ciência da religião em perspectiva: trajetórias, métodos e distinções**. Religare, v.11, n. 1, 2014, p. 4-31.

ROSENDAHL, Zeny. **Uma procissão na geografia**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, 407p.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. — São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, 259p.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teórico e Metodológico da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988, 124p.

SEVERA Romana: conheça o mito e a realidade da santa popular. **DOL**, Belém, 12 dez. 2021. Disponível em: https://dol.com.br/noticias/para/687336/severa-romana-conheca-o-mito-e-a-realidade-da-santa-popular?d=1. Acesso em: 16 ago. 2024.

SILVA, Marcia Alves Soares da. **Por Uma Geografia das Emoções**. GEOGraphia, Ano 18, n. 38, 2016, p. 99–119.

SILVA, Miriam Lourdes Impellizieri Luna Ferreira da. **Santidade Franciscana e Cultos Citadinos na Itália Medieval: O Caso de Assis**. In: História da Historiografia Religiosa. BUARQUE, Virgínia A. Castro (org.). Ouro Preto, EDUFOP/PPGHIS, 2012, p.189–200.

TORRES, Marcos Alberto. **As Paisagens da Memória e a Identidade Religiosa**. RA'E GA n. 27. Curitiba, Departamento de Geografia — UFPR, 2013, p 94–110.

USARSKI, Frank (Org.). **O Espectro Disciplinar da Ciência da Religião**. São Paulo: Paulinas, 2007, 312p.

WEIL, Pierre. **Lágrimas de Compaixão e a Revolução Silenciosa Continua**. São Paulo: Pensamento, 1999, 248p.

WEST, Christopher**. Teologia do Corpo Para Iniciantes: Uma Introdução Básica à Revolução Sexual por João Paulo II**. Trad. Cláudio A. Casasola. Porto Alegre: Myrian, 2004, 162p.

ESPAÇO EM REVISTA
ISSN: 1519-7816
https://periodicos.ufcat.edu.br/espaco

MOTIVAÇÕES E INCENTIVOS PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE EM ÁREAS PRIVADAS DO CARIRI E SERTÃO DOS INHAMUNS NO CEARÁ

Andréa de Sousa Moreira[1]
Jader de Oliveira Santos[2]
Davis Pereira de Paula[3]
Ilton Araújo Soares[4]

Como citar: MOREIRA, Andréa de Sousa; SANTOS, Jader de Oliveira; PAULA, Davis Pereira de; SOARES, Ilton Araújo. MOTIVAÇÕES E INCENTIVOS PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE EM ÁREAS PRIVADAS DO CARIRI E SERTÃO DOS INHAMUNS NO CEARÁ. **Espaço em Revista**, Catalão, v. 26, n. 2, p. 202–226, 2024. DOI: https://doi.org/10.70261/er.v26i2.74691 Disponível em: https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/espaco/article/view/74691

Esta obra está licenciada com uma Licença CC BY 4.0 . Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

Recebido: 19/05/2024 | **Aceito:** 27/11/2024 | **Publicado:** 16/12/2024

RESUMO: A Reserva do Patrimônio Natural - RPPN é uma área protegida privada criada por iniciativa voluntária de proprietários que decidem proteger permanentemente o patrimônio natural de suas terras. Esta iniciativa faz parte dos sistemas de unidades de conservação brasileiras. No entanto, as motivações que levam os proprietários a converter terras em RPPN permanecem pouco estudadas, embora isso possa ser de grande ajuda no desenvolvimento de políticas públicas que estimulem novas reservas privadas. Iniciativas vêm buscando envolver proprietários que se preocupam em conservar a biodiversidade e os recursos naturais de suas propriedades. No estado do Ceará, o programa de RPPN foi desenvolvido para fornecer assistência aos proprietários de imóveis urbanos e rurais na criação e gestão de suas reservas. Este estudo tem como objetivo avaliar os motivos que levam os proprietários a estabelecerem RPPN, conhecer os principais incentivos oferecidos pelo programa e avaliar como esses benefícios afetam a gestão dessas áreas. A pesquisa teve como foco as RPPN criadas entre 2014 e 2021, no Cariri cearense e Sertão dos Inhamuns. Os resultados mostraram que as motivações dos proprietários estão relacionadas principalmente, à conservação de espécies, habitats e recursos hídricos. As ações de apoio são pouco conhecidas pela maioria dos proprietários e limita-se à orientação técnica durante o processo de criação, sem a participação de incentivos na gestão das reservas privadas.

Palavras-chave: Conservação da biodiversidade. Reserva particular do Patrimônio Natural. Programa de RPPN.

MOTIVATIONS AND INCENTIVES FOR THE CONSERVATION OF BIODIVERSITY IN PRIVATE AREAS OF CARIRI AND SERTÃO DOS INHAMUNS IN CEARÁ

ABSTRACT: The Natural Heritage Reserve - RPPN is a private protected area created by voluntary

[1] Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará Fortaleza, (CE), Brasil
e-mail: andrea.moreira@alu.ufc.br
[2] Professor Associado do Departamento de Geografia na Universidade Federal do Ceará, Fortaleza (CE), Brasil
e-mail: jader.santos@gmail.com
[3] Professor Doutor na Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza (CE), Brasil
e-mail: davis.paula@uece.br
[4] Pesquisador do Laboratório de Estudos Costeiros e Áreas Protegidas na Universidade Estadual do Rio Grande do Norte e Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Rio Grande do Norte Natal (RN), Brasil, e-mail:soares.ilton@gmail.com

initiative of landowners who decide to permanently protect the natural heritage of their lands. This initiative is part of the Brazilian conservation unit systems. However, the motivations that lead landowners to convert land into RPPN remain little studied, although this can be of great help in the development of public policies that encourage new private reserves. Initiatives have sought to involve owners who are concerned about conserving biodiversity and natural resources on their properties. In the state of Ceará, the RPPN program was developed to provide assistance to urban and rural property owners in creating and managing their reserves. This study aims to evaluate the reasons that lead owners to establish RPPN, learn about the main incentives offered by the program and evaluate how these benefits affect the management of these areas. The research focused on the RPPN created between 2014 and 2021, in Cariri Ceará and Sertão dos Inhamuns. The results showed that the owners' motivations are mainly related to the conservation of species, habitats and water resources. Support actions are little known by most owners and are limited to technical guidance during the creation process, without the participation of incentives in the management of private reserves.

Keywords: Biodiversity conservation. Private natural heritage reserve. RPPN program.

Introdução

A criação de áreas protegidas é uma estratégia fundamental para a conservação da biodiversidade em todo o mundo (PELLIN et al., 2022). Há décadas, as áreas protegidas públicas têm dominado estratégias, discursos e pesquisas de conservação. Essas, em sua imensa maioria, são públicas havendo, portanto, lacuna de conhecimento relativo ao papel das áreas protegidas privadas. Aspectos corroborados por Gallo et al., (2009), quando afirmam que as áreas protegidas de propriedade privada têm sido amplamente negligenciadas nas estruturas e estatísticas nacionais de planejamento de conservação. Não menos importante é a ausência de estudos direcionados à motivação para a criação dessas áreas, assim como, sobre a efetiva proteção da biodiversidade pelos entes privados.

Em 2018, 82% das áreas protegidas registradas no mundo eram administradas por agências governamentais, no entanto, a participação da iniciativa privada vem aumentando, nos últimos anos, tanto na aquisição como no gerenciamento de extensões significativas de terra para conservação (PALFREY et al., 2021).

Estudos confirmam que essas áreas são altamente diversas em forma de governança, propriedade, tamanho e localização e muitas vezes são regidos por uma variedade de instituições com padrões variados, abrangendo uma ampla gama de proprietários e gestores, tais como: indivíduos e grupos de indivíduos; organizações não-governamentais; corporações; pessoas com fins lucrativos; entidades de pesquisa ou entidades religiosas (STOLTON et al., 2014; BINGHAM et al., 2017; MITCHELL et al., 2018; IVANOVA et al., PALFREY et al., 2021).

Segundo Dudley (2008), Stolton et al., (2014) e Mitchell et al.,(2019), as áreas

protegidas privadas estão localizadas em pontos críticos e estratégicos para a conservação. Elas desempenham um papel extremamente importante para a conservação da biodiversidade e manutenção dos serviços ecossistêmicos e também, são essenciais em contribuir como zonas tampão e fragmentos relevantes para os corredores de biodiversidade dentro das redes oficiais de áreas protegidas.

Existem 34.492 áreas protegidas privadas em todo o mundo, segundo dados do banco de dados mundial sobre áreas protegidas que corresponde aproximadamente, 216.408,45 km² de terra em 49 países em todos os continentes, exceto a Antártida e principalmente, na América e Europa (UNEP-WCMC and IUCN 2020; MENEGASSO, et al., 2023). No entanto, esses números podem estar significativamente subestimados ou pode haver uma discrepância entre a área relacionada e a área real devido à qualidade dos dados espaciais e à falta de informações transmitidas pelos governos responsáveis em divulgar sobre as áreas protegidas privadas em seus países (STOLTON et al., 2014; BINGHAM et al., 2017; IVANOVA et al., 2020).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC classifica as áreas protegidas privadas do país como unidades de conservação – UC . O SNUC reconhece essas áreas como Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN. Trata-se de uma categoria de UC de domínio privado com objetivo de conservar a diversidade biológica em caráter de perpetuidade, não havendo limite mínimo ou máximo de tamanho e, sem que isso ocasione perda do direito de propriedade (BRASIL, 2000). Schacht (2017) ressalta que a RPPN é a única UC com normas específicas de criação e manejo conforme o Decreto Federal nº 5.746, de 5 de abril de 2006 (BRASIL, 2006), sendo permitidas tão somente, atividades relacionadas à pesquisa científica e visitas para fins turísticos, recreativos e educacionais.

A Confederação Nacional de Reservas Particulares do Patrimônio Natural - CNRPPN estima mais de 1.800 reservas privadas (CNRPPN, 2023), enquanto 953, são registradas pelo Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC, 2023). Menegasso et al. (2023) afirmam que a disparidade de registros dessas áreas no Brasil é ainda, maior.

O crescente aumento das RPPN, nos últimos anos, tanto em extensão quanto em número, têm chamado a atenção no país e vem ganhando importância. Silva et al., (2021) destacam que essas áreas ajudam a preencher lacunas de conservação, melhorando a conectividade e a resiliência do sistema de áreas protegidas diante das mudanças climáticas.

De acordo com os estudos de Fendrich et al., (2017), com o objetivo identificar áreas prioritárias para a conservação da Caatinga, Cerrado e Pantanal, a maior parte das RPPN foi

classificada como áreas de alta prioridade, em termos de importância biológica e prioridade de ação. No entanto, embora tenha ocorrido avanços significativos na conservação privada voluntária, ainda há muito a ser feito, considerando que os desafios enfrentados pelos proprietários na manutenção de suas reservas podem ter um impacto negativo na gestão e consequentemente, na qualidade da conservação dessas áreas.

Nesse sentido, iniciativas têm surgido com o objetivo de fortalecer a gestão das RPPN, destacando-se as políticas públicas e outros programas de incentivo que buscam envolver proprietários interessados em preservar a biodiversidade e conservar os recursos naturais de suas propriedades.

Em 2013, com o objetivo de apoiar os proprietários de imóveis urbanos e rurais na criação e gestão da RPPN, o governo do estado do Ceará instituiu o Programa de RPPN por meio do Decreto no 31.255 de 26 de junho, nos capítulos I e II, sob a coordenação do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente – CONPAM (CEARÁ, 2013). O Quadro 1 apresenta as principais ações de apoio para a criação e gestão das RPPN, de acordo com o mencionado instrumento legal.

Quadro 1 – Ações de apoio para a criação e gestão das RPPN

▪ Fortalecer a associação dos proprietários de RPPN
▪ Capacitar proprietários e equipes
▪ Propor mecanismos de isenção tributária e outros incentivos fiscais
▪ Apoiar a RPPN no desenvolvimento de projetos
▪ Incentivar colaborações e acordos entre a RPPN e órgãos públicos
▪ Direcionar a alocação de recursos; priorizar a concessão de crédito por instituições oficiais
▪ Direcionar a compensação ambiental
▪ Promover os objetivos e a importância da RPPN por meio de campanhas sistemáticas e permanentes
▪ Apoiar tecnicamente e cientificamente às RPPN, inclusive com a elaboração do plano de manejo
▪ Garantir o mapeamento georreferenciado do imóvel e da área a ser convertida em RPPN
▪ Promover ajustes nas políticas públicas estaduais, voltadas à conservação ambiental, educação ambiental, corredores de biodiversidade, recursos hídricos, servidão florestal, ao pagamento por serviços ambientais, dentre outras
▪ Articular e promover ação conjunta com os órgãos públicos fiscalizadores

Fonte: Autores, 2024 com base em CEARÁ, 2013

Já as ações de apoio financeiro que tem como foco o apoio a gestão das reservas privadas. No Quadro 2 estão listadas as ações previstas no capítulo II do mencionado instrumento governamental.

Quadro 2 - Principais ações de apoio financeiro à gestão das RPPN

▪ **P**riorizar o repasse de recursos do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais, de órgão ou empresa, público ou privado, responsável pelo abastecimento de água ou pela geração e distribuição de energia, que seja, beneficiário da proteção proporcionada pela RPPN reconhecida pelo governo estadual
▪ **Q**ualificar a RPPN, cujo resultado da avaliação poderá ser considerado como variável para a fixação do índice mencionado na regulamentação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS socioambiental do Programa Selo Município Verde e de outros programas que venham a ser instituídos. Inclusive, o responsável legal pela RPPN deverá ser ouvido quanto ao apoio efetivo e participação da Prefeitura Municipal beneficiária do ICMS socioambiental/ou beneficiária de certificação ambiental pelo Programa Selo Município Verde, na proteção da RPPN.
▪ **R**epassar recursos de compensação ambiental, no caso de empreendimento com significativo impacto ambiental que afete diretamente a reserva privada.

Fonte: Autores, 2024 com base em CEARÁ, 2013

Em 2017, foi publicado o Decreto Estadual nº 32.309, de 21 de agosto passando a coordenação do Programa de RPPN à Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima – SEMA (CEARÁ, 2017),

Nesse sentido, pesquisas específicas são fundamentais para identificar os fatores que impulsionam a criação e o financiamento de ações estratégicas voltadas à gestão dessas áreas. A compreensão sobre os fatores motivadores é importante para auxiliar o desenvolvimento de políticas públicas que visem ao aumento da participação de proprietários de terras em ações de conservação, considerando que ainda são poucos os estudos sobre o tema, como em Pellin et al., (2016), Schacht (2017), Simão Isaac et al., (2018).

O objetivo desta pesquisa é avaliar as razões pelas quais os proprietários estabelecem a RPPN, descobrir os principais incentivos oferecidos pelo programa de RPPN e avaliar como esses benefícios afetam o processo de gestão dessas áreas. O recorte se dará nas RPPN criadas após a instituição do Programa de RPPN, em 2013 pelo governo estadual. Para tanto considera-se as RPPN reconhecidas tanto pela Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima - SEMA como pelo Instituto Chico Mendes da Biodiversidade – ICMBio, no período de 2014 a 2021.

Materiais e Método

A pesquisa se desenvolve no estado do Ceará nas microrregiões do Cariri e Sertões dos Inhamuns. No extremo Sul, localiza-se a microrregião do Cariri (IBGE, 2010). Segundo Ribeiro (2017), a sub bacia do rio Salgado, afluente da bacia do rio Jaguaribe, abrange todo o vale do Cariri, área diferenciada em meio ao semiárido nordestino devido à perenidade da

maioria de seus cursos d'água. O clima da região é considerado tropical quente, semiárido e tropical quente úmido, com precipitação anual entre 972,8mm a 1.090 mm concentrada entre janeiro e maio e temperatura média anual entre 24° e 26 °C (IPECE 2018; 2019).

Já a microrregião do Sertão dos Inhamuns faz parte da sub-bacia hidrográfica do Alto Jaguaribe caracteriza-se pela heterogeneidade tanto no que diz respeito à distribuição espaço-temporal da precipitação quanto ao escoamento de suas águas para os municípios que a compõem e apresenta altitudes que variam entre 250m e 400m em média (CEARÁ, 2009). O clima da região é semiárido quente com precipitação média anual de 700 mm concentrada entre os meses de fevereiro e abril e temperatura média anual de cerca de 28°C (IPECE 2018; 2019).

Na área de estudo são encontradas seis RPPN inseridas nos municípios do Crato, Santana do Cariri e Saboeiro e Antonina do Norte (IBGE, 2021). A Tabela 1 apresenta informações sobre as RPPN que totalizam área de 142,24 hectares.

Tabela 1 – Informações básicas sobre as RPPN incluídas no estudo

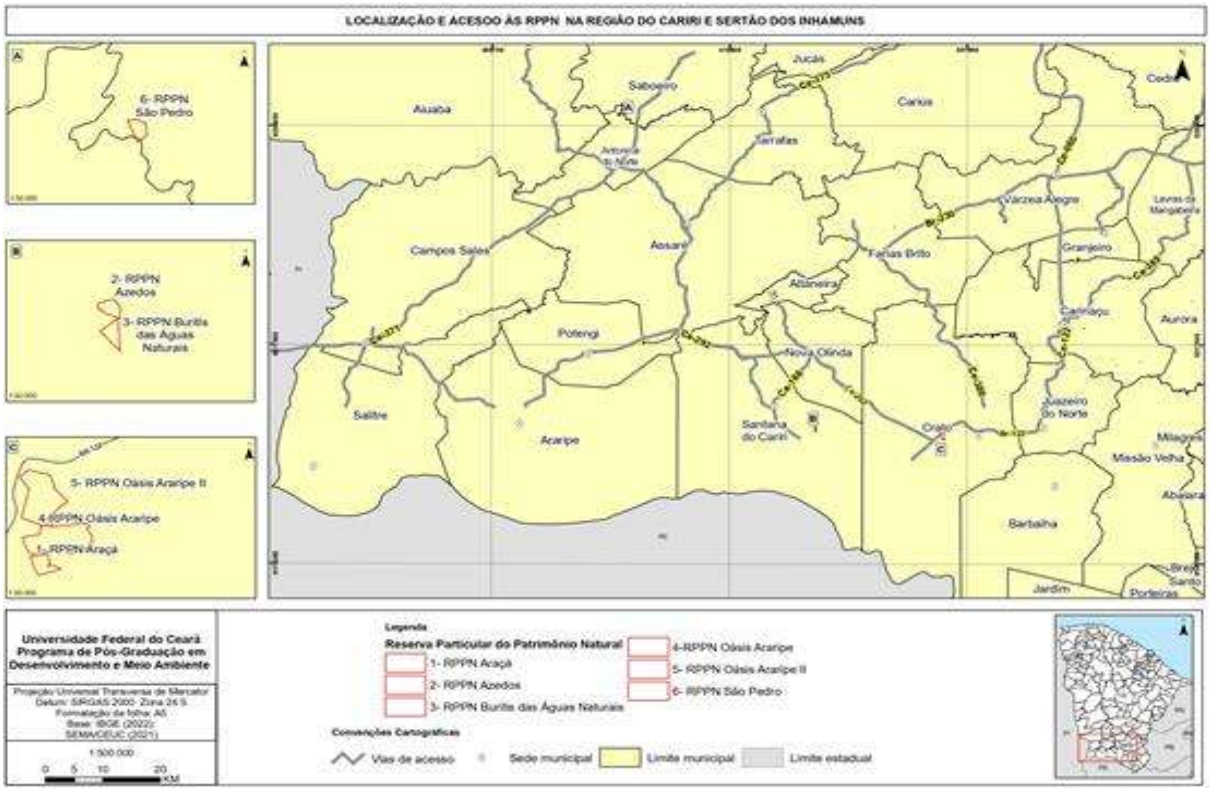
RPPN	Área (HA)	Ano de criação	Esfera de governo	Município	Sub-bacia	Microrregião
Araçá	11,73	2014	Federal	Crato	Rio Salgado	Cariri
Oásis Araripe	50	2016	Federal	Crato	Rio Salgado	Cariri
Oásis Araripe II	52,7	2019	Federal	Crato	Rio Salgado	Cariri
(*) São Pedro	8,84	2019	Estadual	Saboeiro e Antonina do Norte	Alto Jaguaribe	Sertão dos Inhamuns
Buritis Águas Naturais	10	2021	Estadual	Santana do Cariri	Rio Salgado	Cariri
Azedos	8,97	2021	Estadual	Santana do Cariri	Rio Salgado	Cariri

Fonte: Autores, 2024, com base em CEUC, 2023; IBGE, 2010; 2021; IPECE, 2018; 2019
(*) Sede no município de Saboeiro – CE

Para Moro et al., (2015), a área de estudo (Figura 1) enquadra-se nas seguintes unidades fitoecológicas: Mata Úmida do Sedimentar, Mata Seca do Cristalino, Cerrado e Cerradão. Segundo os autores, as principais ameaças à conservação das espécies típicas das florestas sedimentares são o desmatamento, principalmente devido à produção agrícola e à expansão urbana; nas florestas secas do Cristalino, o sistema tradicional de agricultura de corte e queima e a produção de granito ornamental e brita para a construção civil representam

as maiores ameaças e no Cerrado, um dos hotspots (extremamente rico e altamente ameaçado) de biodiversidade da Terra, estudos observaram a substituição pelo Cerradão, cuja vegetação é progressivamente mais densa devido ao fogo, excluindo espécies que dependem de ambientes abertos.

Figura 1 – Localização das RPPN na região do Cariri e Sertão dos Inhamuns



Fonte: Autores, 2024

Os proprietários das RPPN selecionadas foram convidados a participar do presente estudo com base no parecer consubstanciado nº 5.589.078 do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará - CEP/UFC/PROSPEQ. No segundo semestre de 2022 e primeiro semestre de 2023, durante as visitas de campo, foram realizadas as entrevistas. O método Efetividade de Manejo de Áreas Protegidas - EMAP, que é usado em diversas adaptações da abordagem de gestão de áreas protegidas no país, foi usado na elaboração dos formulários de entrevistas. O roteiro utilizado incluía perguntas fechadas e questões abertas a respeito das motivações dos proprietários para a criação das RPPN e relacionadas ao Programa de RPPN.

Considerando que a RPPN Oásis Araripe e RPPN Oásis Araripe II são contíguas e pertencentes ao mesmo proprietário, as respostas foram consideradas únicas para a totalidade das áreas, desde que realmente tivessem a mesma motivação para sua criação assim como, na

RPPN Buritis Águas Naturais e RPPN Azedos. No caso da RPPN Araçá, o formulário foi preenchido virtualmente, em seguida ocorreu a visita de campo.

Os motivos apresentados pelos proprietários nas entrevistas foram divididos em duas categorias.: i) motivos primários, quando consideradas essenciais à decisão para criar a RPPN e, ii) secundárias, quando considerados fatores adicionais e não principais à criação da RPPN pelos proprietários. Importante destacar que os proprietários poderiam fornecer mais de uma motivação, o que fez com que o número de menções (39) fosse superior ao número de proprietários (4). Em seguida, as respostas dos proprietários foram organizadas em 4 grupos distintos de acordo com a organização de Simão Neto (2018) e Campos et al., (2023): 1) Motivações para a conservação de ambientes naturais e elementos associados que se referem às razões dos proprietários voltadas à conservação de espécies, ecossistemas, paisagens ou recursos hídricos; 2) Motivações conservacionistas e econômicas que dizem respeito às motivações que estão relacionadas a conservação mas também buscam um retorno financeiro por meio de atividades que estejam de acordo com o objetivo de criação da RPPN; 3) Motivações para a proteção de valores emocionais, altruístas, culturais e comunitários que se referem aos sentimentos dos proprietários e a satisfação pessoal de se sentirem realizando uma atividade nobre; 4) Motivações de defesa da propriedade e oportunidades para expandir as reservas ou aumentar a conectividade com outras áreas protegidas voltadas às ações que os proprietários adotam para impedir o acesso não autorizado à sua propriedade, ou de que algo ameace a propriedade tais como: invasão por posseiros, construção de estradas pelo governo, entre outros.

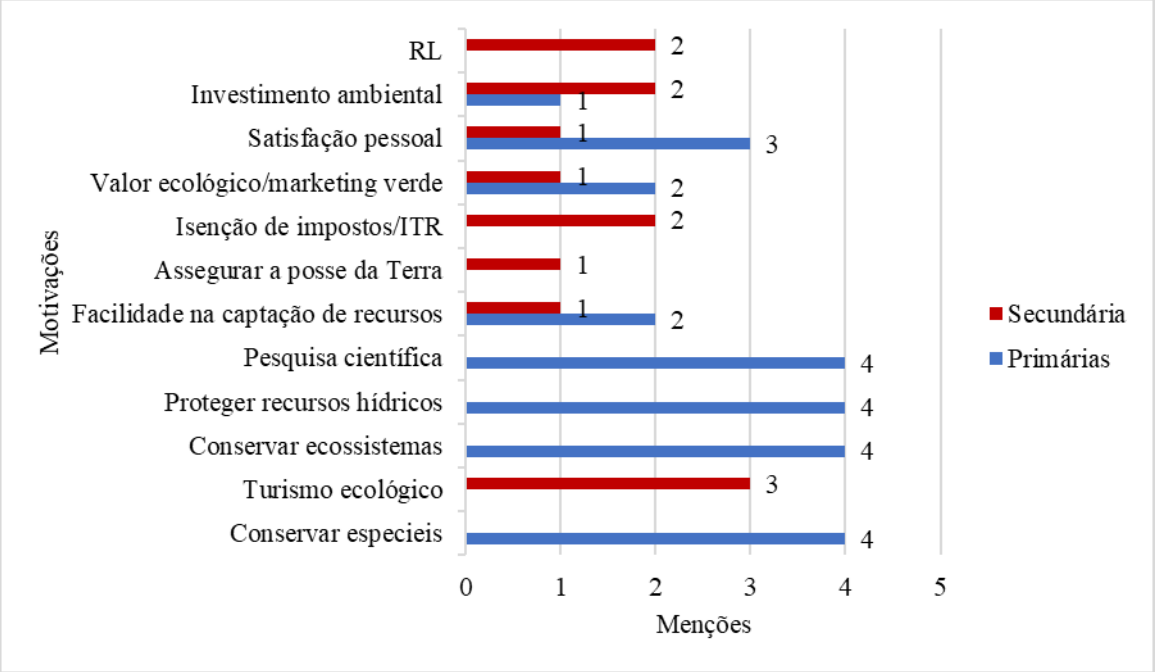
O presente trabalho utilizou-se de atividades de campo, entrevistas e análise documental. As respostas dos proprietários nas entrevistas foram complementadas com informações coletadas de plataformas oficiais do governo, da Confederação Nacional de RPPN, em portarias e planos de manejo. A SEMA, responsável pelo Painel do Cadastro Estadual de UC, gerencia uma base de dados de limites das RPPN em formato *shapefile* para as reservas instituídas pelo governo estadual. As RPPN reconhecidas na esfera federal foram obtidas por meio do portal SIMRPPN do ICMBio. Para chegar ao resultado esperado, esses dados foram processados no software QGIS e transcritos em planilhas do Excel, de acordo com os objetivos da pesquisa.

Resultado e Discussões

Motivações dos proprietários para a criação das RPPN

A Figura 2 sintetiza as principais razões expressas pelos proprietários das RPPN examinadas.

Figura 2 - Motivações primárias e secundárias para criação das RPPN

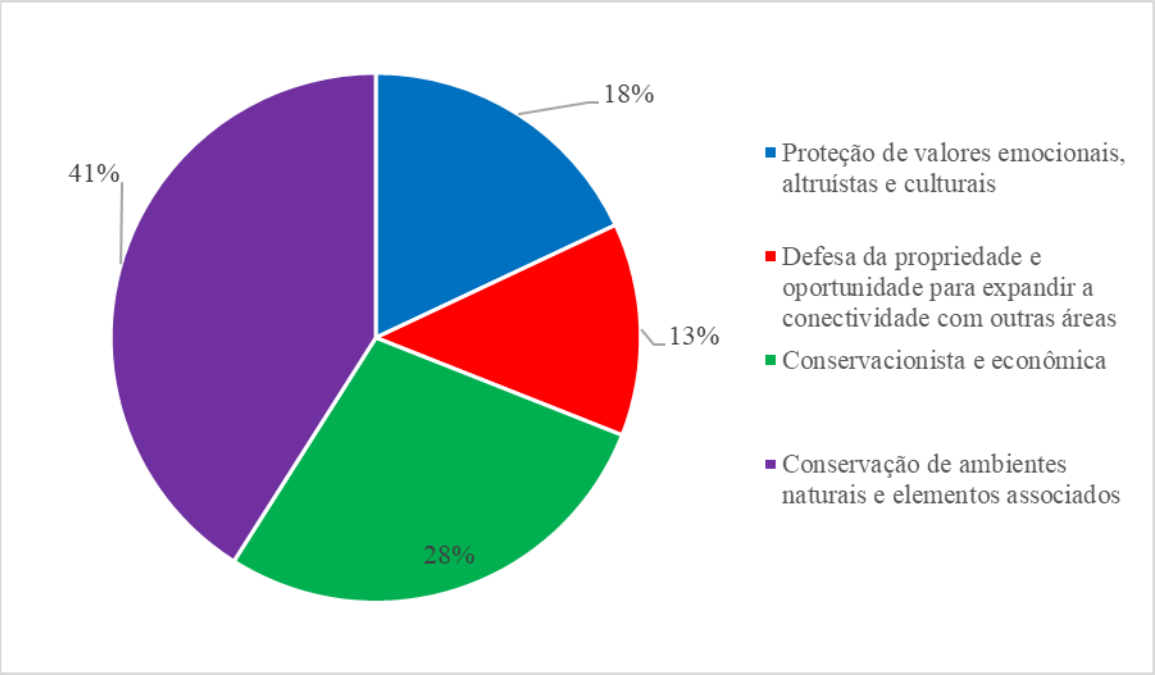


Fonte: Autores, 2024

Vale destacar que os proprietários podiam apresentar mais de um motivo para a criação dessas áreas protegidas. As motivações primárias para a criação das reservas, vistas pelos proprietários como um elemento essencial na tomada de decisões, foram predominantemente conservacionistas (16 menções), seguidas pelas psicossociais (4 menções). Esses resultados se assemelham aos alcançados pelos estudos de Pellin (2010), mesmo com diferentes categorizações das motivações. A autora observa que as motivações de natureza conservacionista e ligadas à satisfação pessoal predominam.

Na sequência, as respostas dos proprietários foram organizadas em 4 grupos distintos, de acordo com a organização de Simão Neto (2018) e Campos et al., (2023) (Figura 3).

Figura 3 – Motivações para criação das RPPN, em quatro grupos principais



Fonte: Autores, 2024

Segundo Campos et al., (2023) as razões para a criação de uma área protegida privada podem ser variadas e devem estar alinhadas aos alvos e objetivos de conservação de longo prazo, tais como: proteção de espécies, habitats, recursos hídricos, aumentar a área da RPPN e a conectividade com outras áreas protegidas, proteger valores culturais, promover o turismo e a observação de aves, entre outros.

Neste estudo, a intenção dos proprietários de proteger espécies, habitats e recursos hídricos obteve 41% dos votos, sendo considerada a principal razão para a criação das reservas. A importância da conservação dos mananciais foi destacada pelos participantes do estudo, estando diretamente associada à manutenção do habitat e à reprodução do Soldadinho-do-araripe (*Antilophia bokermanni*), uma ave ameaçada de extinção, principalmente devido ao desmatamento e à degradação dos mananciais da Chapada do Araripe (GIRÃO e SILVA, 2011). Em uma pesquisa conduzida em todo o país, Cavalcanti (2023) descobriu que 92% dos proprietários têm uma única motivação de conservação, voltada para a proteção de espécies, ecossistemas ou paisagens. A salvaguarda dos recursos de água ocupa a segunda posição, com 63% das respostas.

Os motivos relacionados à defesa da propriedade e oportunidades para expandir a conectividade com outras áreas protegidas obteve 13% das menções dos proprietários De acordo com o relato dos proprietários de duas RPPN, inicialmente o desejo era impedir a

invasão de animais e o turismo ilegal nos balneários da propriedade. Em um caso semelhante de Simão Isaac et al., (2018) os proprietários buscavam controlar o acesso a uma área que era frequentemente visitada por moradores locais, porque havia uma cachoeira na propriedade e o imóvel era usado como passagem para outras áreas, o que causava insegurança aos proprietários. Em uma situação semelhante relatada por Simão Isaac et al., (2018), os donos procuravam restringir o acesso a uma área frequentemente frequentada por residentes locais, devido à presença de uma cachoeira na propriedade e ao uso do local como rota para outros locais, gerando insegurança para eles. Finalmente, acreditavam que a condição de RPPN poderia prevenir invasões e acessos não permitidos, seja através de uma sinalização informativa ou pela expectativa de maior assistência dos órgãos governamentais.

Em relação às possibilidades de ampliar a conexão com outras áreas protegidas, Souza (2020) destaca que a ideia do primeiro Mosaico de Unidades de Conservação do Araripe, inserida no Plano de Ação Nacional - PAN para a preservação do Soldadinho-do-araripe (SILVA, 2011) teve o respaldo dos proprietários das reservas. De acordo com os autores, naquele momento, surgiu a expectativa de uma gestão conjunta com as unidades de conservação públicas e outras áreas protegidas, o que resultaria no crescimento populacional da espécie *Antilophia bokermanni*. De acordo com Campos et al., (2023), a conectividade não se restringe apenas à preservação do meio ambiente. Quando combinada com a conectividade social, cultural e econômica, surgem novos modelos de conservação, ajustados às particularidades de cada território.

As motivações associadas aos sentimentos dos proprietários representaram 18% das indicações para a formação das reservas. Nas RPPN analisadas, expressões como: "um novo começo", "compromisso e zelo pela preservação" e "legado para o futuro da humanidade" foram empregadas pelos donos, demonstrando um sentimento de entusiasmo ou ligação emocional com a terra, além de altruísmo ao colaborar para a preservação da biodiversidade para as próximas gerações. No estudo realizado por Pellin et al. (2016) sobre as RPPN do Mato Grosso do Sul, 29% dos proprietários expressaram satisfação pessoal com a conservação do meio ambiente. Schacht (2017) revela que a satisfação pessoal em salvaguardar o meio ambiente está ligada à proteção do ambiente natural alcançando 29,5% das menções dos proprietários, ocupando a terceira motivação mais citada.

Neste estudo, 28% dos donos apontaram motivações de conservação e econômicas. Essas motivações espelham o anseio dos proprietários em promover atividades econômicas ligadas à preservação em suas reservas. Conforme a lei estadual, a RPPN só pode ser

empregada para a realização de atividades científicas, culturais, educacionais, de lazer, interpretativas e turísticas. Os proprietários indicaram como principais atividades a contemplação da natureza, o ecoturismo - que inclui a observação de aves, banhos em rios e atividades de educação ambiental, apesar de ainda estar em fase inicial e sem gerar rendimentos. A cobrança de taxas aos visitantes está prevista no plano de manejo de duas RPPN. No entanto, observa-se que ainda há muito trabalho a ser feito pelos proprietários que desejam desenvolver atividades que gerem renda para a manutenção e operação de suas reservas por meio do ecoturismo.

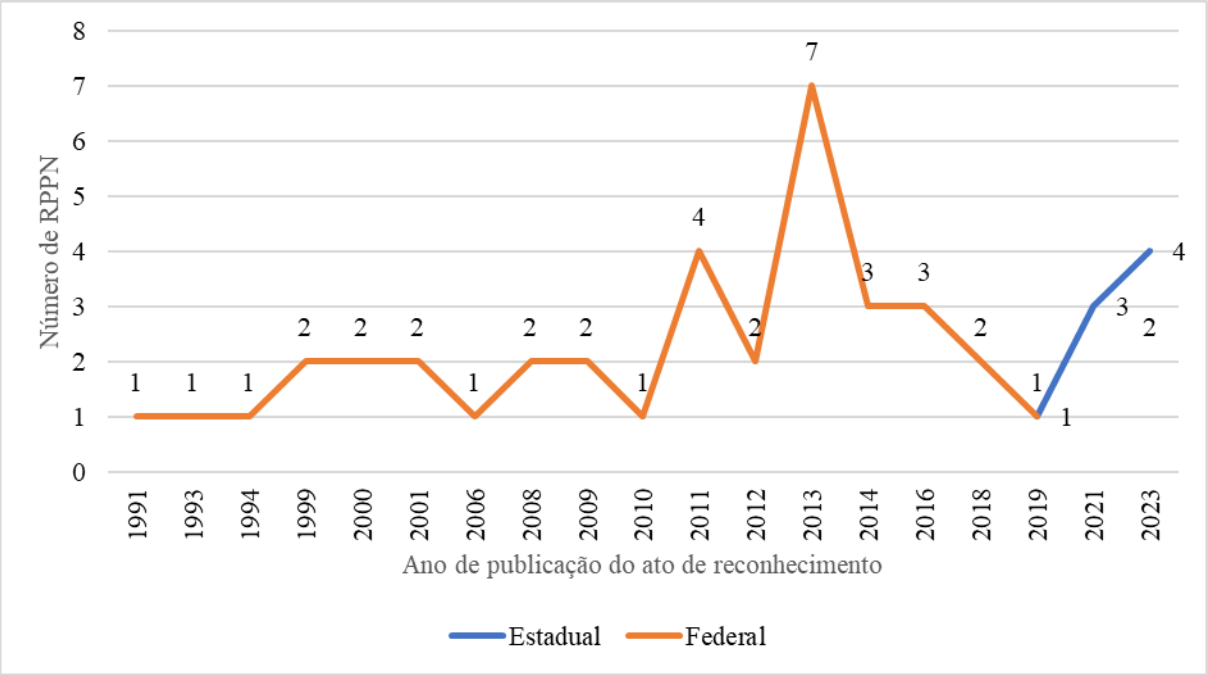
Pegas e Castley (2014), particularmente em relação ao ecoturismo, consideram esse tipo de atividade é uma ferramenta importante para a conservação em terras privadas, pois incentiva a conservação além da geração de recursos. Em Simão Isaac et al., (2018), somente, 4,2% das RPPN catarinenses se dedicam as atividades relacionadas ao turismo. Segundo os autores, ainda há muito trabalho a ser feito pelos proprietários em relação ao desenvolvimento da atividade. Nos estudos de Schacht et al., (2022), pouco mais de 82% das áreas não tem nenhum tipo de uso, mesmo possuindo atrativos e trilhas que podem ser um incentivo aos visitantes.

Dentre as motivações conservadoras e econômicas, a única investigação secundária citada por três proprietários foi a isenção do Imposto Territorial Rural - ITR. Este resultado é semelhante ao encontrado por Simão Isaac et al., (2018); no caso das RPPN de Santa Catarina, é possível que o valor representado do imposto seja baixo em relação ao tamanho das áreas. Já em Pellin et al., (2016), devido às extensões significativas da RPPN, a isenção do ITR foi uma das opções mais mencionadas pelos entrevistados.

Incentivos do Programa de RPPN

Até 2013, todas as RPPN existentes no estado do Ceará foram instituídas pelo governo federal. Somente em 2019, 6 anos após a implementação do Programa de RPPN, a Secretaria de Meio Ambiente e Mudança do Clima – SEMA passou a reconhecer essas áreas protegidas privadas. Tão somente 8 (17,98 %), do total de RPPN no território cearense, foram reconhecidas pela SEMA. Na Figura 4 é possível observar a evolução do número de RPPN no Ceará. Não existem RPPN instituídas pelos municípios.

Figura 4 – - Evolução do número de RPPN instituídas pelo governo estadual e federal no período de 1991 até dezembro de 2023



Fonte: Autores, 2024 com base no CEUC, 2023

Do total de 117 unidades de conservação – UC no estado do Ceará, que abrangem 1.292.287,68 hectares, ou 8,68% do território, 47 são RPPN, representando 40,17% do total de UC, ocupando uma área total de 16.103, 04 hectares (Tabela 2).

Tabela 2 –Unidades de Conservação por esfera de gestão, incluindo as RPPN

Esferas de gestão	*Número*	*% Número*	*Área (ha)*	*% Área*
Estadual	39	33,33	209.220,89	16,19
Federal	12	10,26	1.010.493,54	78,19
Municipal	19	16,24	56.470,19	4,37
Privada	47	40,17	16.103,04	1,25
Total geral	117	100,00	1.292.287,68	100

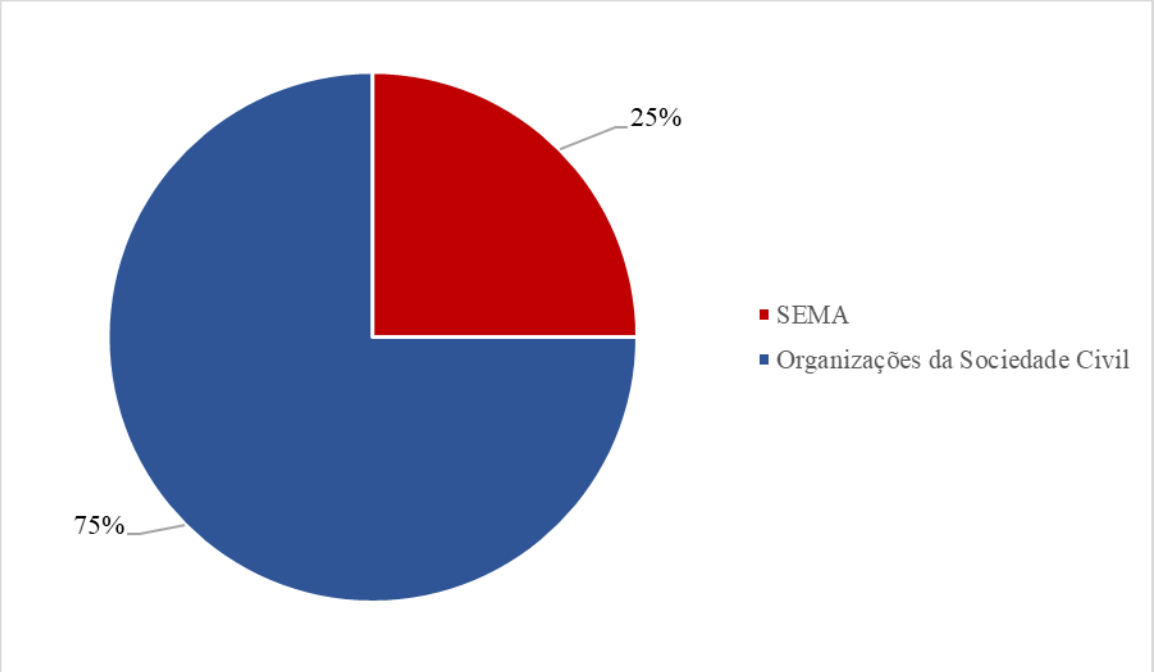
Fonte: Autores, 2024 com base no CEUC, 2023

Ao contrário do que foi mostrado, Oliveira (2021) ressalta que, de 2009 a julho de 2021, todas as RPPN do estado do Rio de Janeiro receberam o reconhecimento do Instituto Estadual do Ambiente - INEA. De acordo com o pesquisador, a expansão significativa das RPPN ocorreu graças ao Programa RPPN gerenciado pelo INEA. Para evitar a diminuição da biodiversidade, o programa focou em ações preventivas dos proprietários e auxiliou na gestão da RPPN, mediante o pagamento de serviços ambientais.

Em relação ao Programa de Reservas Particulares do Patrimônio Natural do Ceará, a

maioria dos proprietários consultados (75%) desconhece as medidas de suporte do governo estadual, ou reclamam de dificuldades para obter informações ou declaram a falta de implementação de medidas voltadas para a criação e gestão das reservas. As diretrizes para o estabelecimento da RPPN e a assistência na elaboração do plano de manejo foram fornecidas por entidades da sociedade civil. Em contrapartida, para 25% dos proprietários, o suporte do programa às RPPN ocorreu através de orientações técnicas sobre o procedimento de reconhecimento da reserva e sobre a documentação requerida para a constituição da RPPN. (Figura 5). Não foi mencionado o apoio de governos locais ou da iniciativa privada.

Figura 5 – Origem do apoio técnico recebido para a criação das RPPN



Fonte: Autores, 2024

Na pesquisa de Cavalcanti (2023), que também trata sobre os apoios recebidos para a criação das RPPN, 67% dos entrevistados disse ter recebido apoio técnico de organizações não governamentais e 31% de governos estaduais.

Segundo Pellin et al., (2016), as RPPN do Mato Grosso do Sul receberam suporte técnico ligado a serviços de georreferenciamento, recursos para a compra da área necessária para a criação da unidade e assistência técnica para sua constituição.

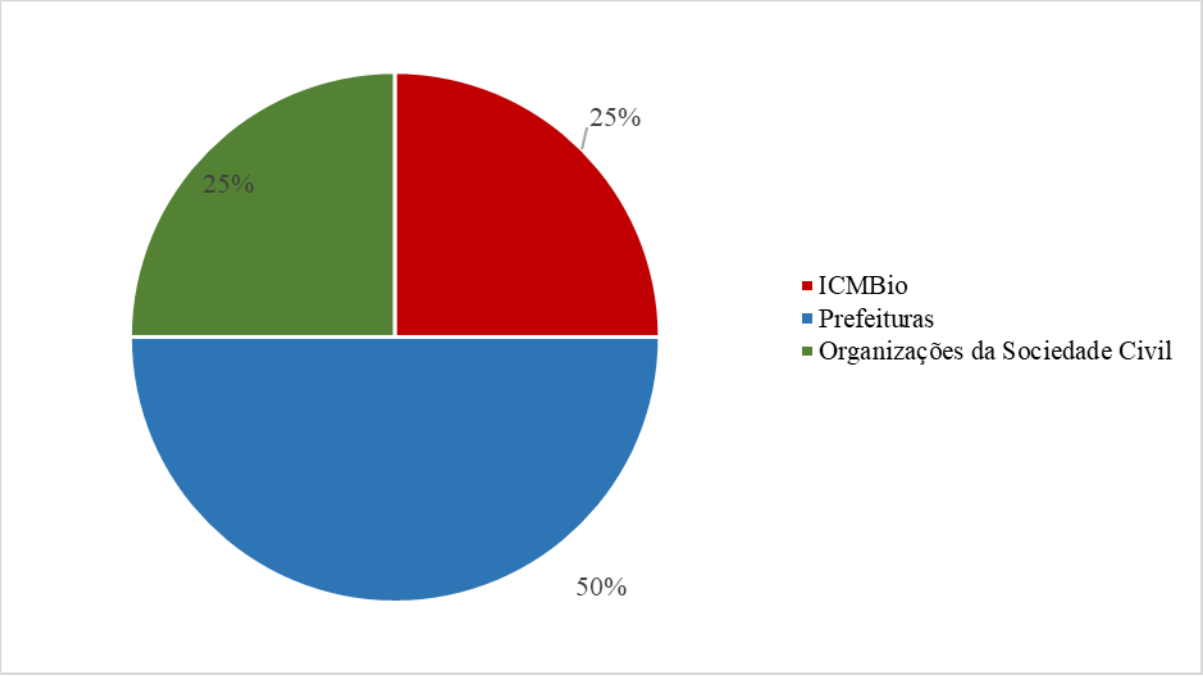
Durante as entrevistas, 50% dos proprietários declararam ter recebido orientação técnica sobre o processo de criação, enquanto 25% confirmaram assistência técnica para o georreferenciamento do imóvel e da área que se tornará uma RPPN, e os outros 25%, sobre as

taxas e serviços da prefeitura. Os proprietários afirmaram que as despesas mais relevantes durante o processo de criação foram as taxas cartoriais para registro do termo de compromisso, os serviços de georreferenciamento e os impostos ligados à aquisição de propriedades para a criação da RPPN.

Os proprietários também foram questionados sobre as parcerias estabelecidas para a gestão da área (Figura 6), destacando que 25% deles contam com o ICMBio como parceiro na integração de brigadas de incêndio regionais coordenadas no plano de ação nacional para evitar a extinção do Soldadinho-do-araripe; 50% com a Prefeitura Municipal do Crato, através do Programa Produtores de Água, estabelecido pela Lei no 3.296, de 25 de agosto de 2017, e 25% com entidades da sociedade civil da região através de projetos socioambientais.

Além disso, os resultados desta pesquisa mostram que 25% dos participantes, confirmaram a parceria com organizações não governamentais no apoio a criação de RPPN e gestão, por meio de programas e projetos de incentivo à conservação em terras privadas no Estado e no desenvolvimento de atividades de educação ambiental nas reservas.

Figura 6 - Parceiros citados pelos proprietários



Fonte: Autores, 2024

La Lama (2023) destaca que no Canadá os proprietários de terras consideraram a criação de uma rede de proteção voluntária, através do estabelecimento de parcerias com outras áreas protegidas privadas no entorno da reserva. Na percepção dos proprietários uma

rede forte poderia assegurar representação mais forte em diferentes espaços e processos de tomada de decisão locais, regionais e nacionais, bem como garantir a proteção contra potenciais ameaças na RPPN e vizinhança.

A celebração de parcerias com as comunidades do entorno, governos locais, organizações sociais, institutos de ensino e pesquisa e outras áreas protegidas da região ajudaria a lidar com problemas futuros. Possibilitaria ainda ajudar nas ações de monitoramento, pesquisas científicas, projetos de captação de recursos, fiscalização, elaboração de plano de manejo, dentre outras.

Todos os entrevistados, ou 100% dos proprietários declararam que não receberam nenhum dos incentivos financeiros previstos no programa de RPPN para o apoio à gestão das reservas privadas.

Em Simão Isaac et al., (2018), a maioria dos proprietários de Santa Catarina afirmou que o governo apenas ajudou na criação da RPPN e não apoiou a gestão, principalmente no que diz respeito à fiscalização da área. Schacht et al., (2022) demonstram que 65% dos participantes concordaram que havia incentivos para a RPPN no estado do Paraná. Mas a falta de comunicação e parceria entre o proprietário e o governo estadual era um desafio para a gestão das áreas.

Pellin et al., (2016), chamam a atenção para o incentivo do ICMS Ecológico que, segundo os autores, devem ser urgentemente adotados pelo poder público em suas diferentes esferas assim como, os pagamentos por serviços ambientais e afirma que a maioria desses incentivos embora previstos na legislação não vem sendo adequadamente aplicados à gestão das RPPN.

O apoio financeiro às RPPN tem previsão no Decreto nº 31.255 de 26 de junho de 2013 que institui o programa de apoio a criação e gestão, e mais tarde, 2017, atualizado por meio do Decreto n°32.309, de 21 de agosto. Em síntese, as medidas incluem priorizar a destinação de recursos do Pagamento por Serviços Ambientais - PSA, qualificar a RPPN para o ICMS socioambiental e o Programa Selo Município Verde, direcionar recursos de compensação ambiental para empreendimentos com impacto ambiental significativo que afete diretamente a RPPN

No que diz respeito ao PSA que em linhas gerais, tem como objetivos promover, incentivar e fomentar a preservação, a conservação, a manutenção e o incremento dos serviços ambientais, no Ceará, a Lei ainda precisará ser regulamentada para que programas e subprogramas possam ser executados. No entanto, experiências locais já existem, como no

município do Crato, por meio do Programa Produtor de Água da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Territorial - SMADT do município, em parceria com a Sociedade Anônima de Água e Esgoto do Crato - SAAEC. A iniciativa tem como objetivo promover a qualidade e disponibilidade hídrica por meio da recuperação de nascentes, levadas e aquíferos. Para tanto, o programa provê remuneração para os proprietários de terras que promovam a recuperação ou assegurem a preservação das áreas mencionadas. Os recursos são obtidos por meio do Fundo Municipal Produtor de Água, que recebe aportes do SAAEC oriundos do percentual de 0,3% da tarifa para cada metro cúbico arrecadado.

Em relação ao ICMS socioambiental, a legislação do estado do Ceará é a única que não considera áreas protegidas como indicador para o repasse do imposto, que é exclusivamente relacionada à disposição de resíduos sólidos

Os municípios que possuem RPPN em seus territórios podem obter uma pontuação mais alta na certificação ambiental concedida pelo governo estadual por meio do Programa Selo Município Verde, criado pela Lei n° 13.304, de 19 de maio de 2003 e alterações, que certifica os municípios cearenses que implementam iniciativas que protegem o meio ambiente. O Índice de Sustentabilidade Ambiental - ISA é usado para classificar os municípios participantes em uma classificação final. Os municípios com melhor desempenho ambiental recebem incentivos financeiros de acordo com suas categorias A, B ou C, que exigem um forte, médio ou pouco compromisso com a sustentabilidade ambiental. De acordo com os dados da 14a edição de 2020/2021 da certificação, 26 municípios foram classificados. Crato e Saboeiro receberam a categoria C, enquanto Saboeiro foi o município que recebeu a certificação pela primeira vez. No entanto, os proprietários da RPPN afirmam que o governo municipal não fez nenhuma comunicação.

Outro instrumento previsto como incentivo financeiro às RPPN consiste na compensação ambiental que funciona com base no princípio do poluidor-pagador, como uma forma de compensação pela degradação ambiental. Estes recursos podem constituir uma receita para apoiar a gestão das RPPN, no entanto, em geral, têm sido destinados prioritariamente às unidades de conservação públicas.

Nos termos do artigo 33 do Decreto Federal nº4.340, de 22 de agosto de 2022, a aplicação dos recursos da compensação ambiental de que trata o artigo 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 para as unidades de conservação – UC existentes ou a serem criadas, deve obedecer à seguinte ordem de prioridade: regularização fundiária e demarcação das terras; elaboração, revisão ou implantação de plano de manejo; aquisição de bens e serviços

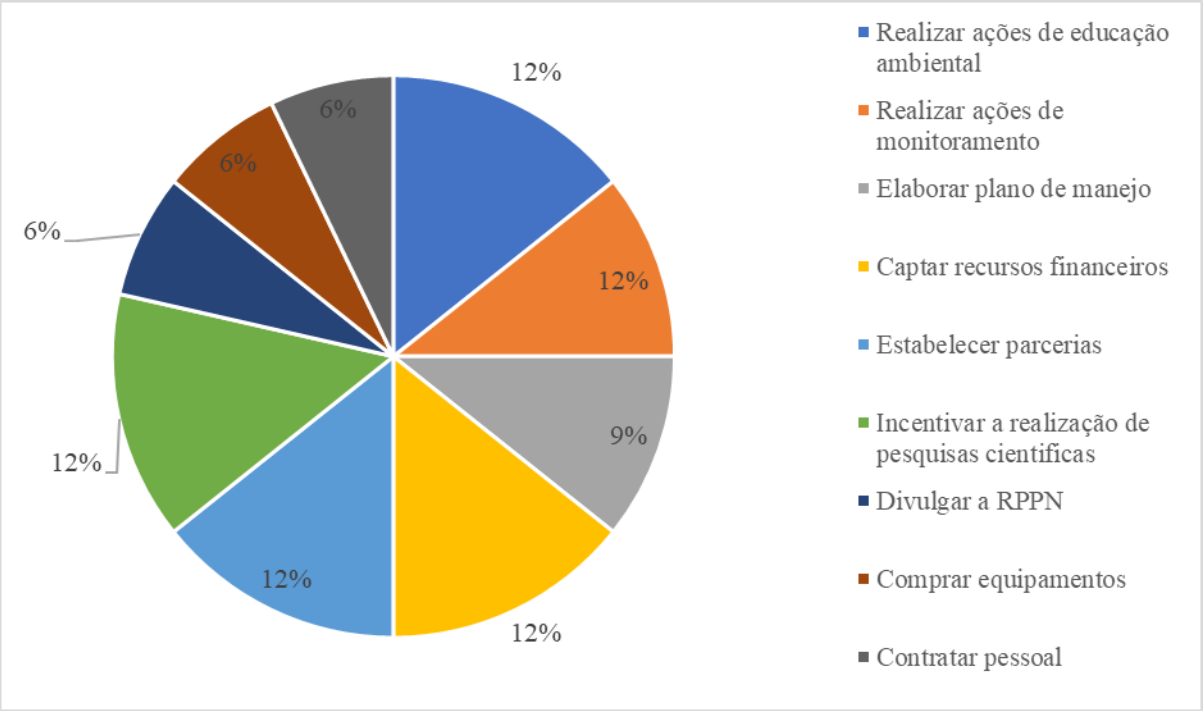
necessários à implantação, gestão, monitoramento e proteção da unidade, compreendendo sua área de amortecimento; desenvolvimento de estudos necessários à criação de nova UC; e desenvolvimento de pesquisas necessárias para o manejo da unidade de conservação e área de amortecimento.

No que concerne às RPPN, em que a posse e o domínio não sejam do poder público, os recursos da compensação somente, poderão ser aplicados para custear as atividades de elaboração do plano de manejo ou atividades de proteção; pesquisas para o manejo; programas de educação ambiental; e financiamento de estudos de viabilidade econômica para a sustentabilidade ambiental da unidade. No governo do estado, a única compensação ambiental paga à RPPN aconteceu no contexto do Acordo de Compensação Ambiental - TCCA n° 34/2014, no montante de 675.000,00, para as atividades do plano de manejo da RPPN Serra das Almas, em Crateús, em decorrência da construção da Barragem do Lago de Fronteira.

Campos et al. (2023) indicam que os proprietários também devem elaborar um plano estratégico de longo prazo que leve em conta a viabilidade ecológica e econômica do local, como estratégia para preservar o patrimônio natural dessas áreas.

Neste escopo, as ações mais citadas pelos proprietários das RPPN como prioritárias para a gestão (Figura 7) foram: incentivar a realização de pesquisas científicas, realizar ações de monitoramento, ações de educação ambiental, captar recursos e estabelecer parcerias que obtiveram 12% cada ação; ampliar a infraestrutura e elaborar o Plano de manejo, 9% cada ação; aumentar a área protegida, contratar pessoal, comprar equipamentos e divulgar a unidade foram as ações menos citadas. Na Figura 10 é apresentada as principais ações para a gestão das RPPN.

Figura 7 - Ações prioritárias para as RPPN, segundo os proprietários

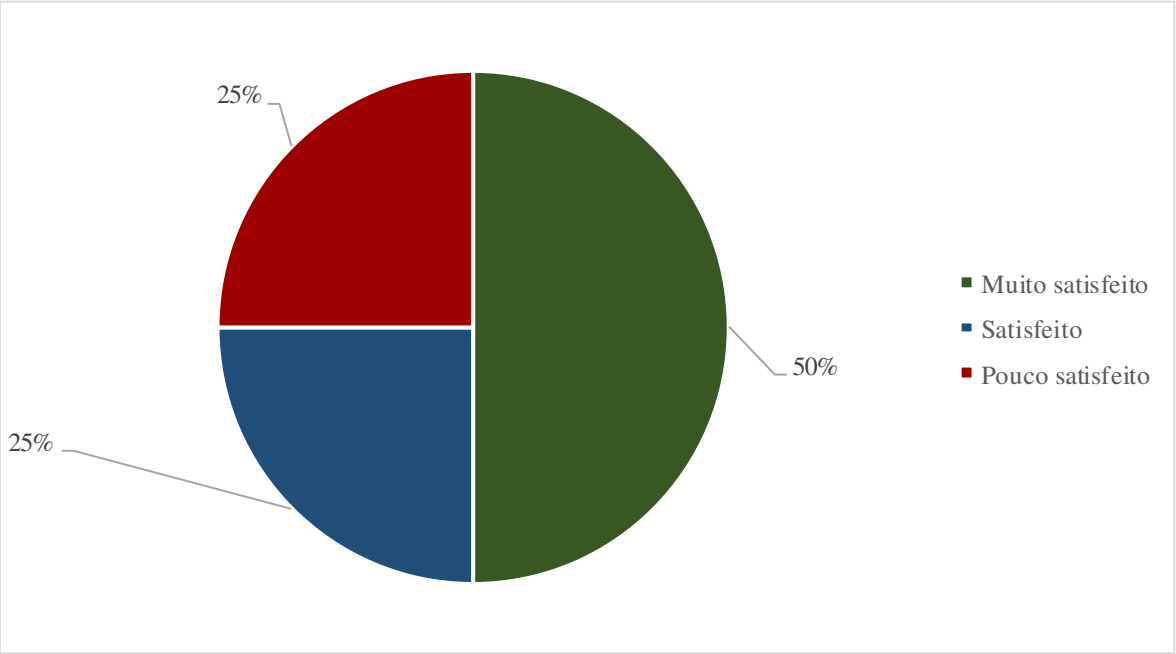


Fonte: Autores, 2024

Em estudo realizado nos estados de São Paulo e Mato Grosso de Sul, Pellin et.al., (2016) evidenciaram na perspectiva dos proprietários as ações consideradas prioritárias pelos proprietários. As mais destacadas foram a elaboração de planos de manejo das áreas, a captação de recursos, estabelecimento de parcerias, o aumento da proteção da RPPN, implementação do plano de manejo, apoio a pesquisas com monitoramento e educação ambiental.

No que concerne ao nível de satisfação dos proprietários (Figura 8) com relação às RPPN 50% se consideram muito satisfeitos com a criação das reservas, 25% satisfeito ou pouco satisfeito. A justificativa para "Pouco satisfeito" inclui a falta de incentivos para a execução de projetos de conservação na reserva e a falta de apoio do poder público à gestão da área por meio de ações de fiscalização e plano de manejo. Os proprietários declararam estar "satisfeitos" ou "muito satisfeitos" em contribuir para preservar o meio ambiente e proteger os recursos naturais para as gerações futuras.

Figura 8- Nível de satisfação dos proprietários



Fonte: Autores, 2024

Considerações Finais

É essencial entender os motivos que levaram à criação e os incentivos que sustentam a gestão das RPPN. Isso será benéfico na formulação de políticas públicas que buscam motivar os donos de terras a se engajarem em ações de preservação.

O estudo revelou que a contribuição de entidades não governamentais exerceu uma influência considerável na criação dessas reservas. As RPPN que receberam assistência técnica, serviços de georreferenciamento e orientações sobre documentação encontraram poucas barreiras durante o processo de constituição. É importante levar em consideração que os aspectos burocráticos do processo de criação ainda são um desafio para os proprietários de terra e que o apoio técnico, previsto no Programa RPPN, ocorre de modo incipiente.

Foi observado que, apesar de existirem mecanismos para conceder benefícios financeiros às RPPN, não existe uma regulamentação e supervisão específicas para a aplicação desses instrumentos nas reservas, tais como PSA, certificação ambiental e compensação ambiental.

Essa situação chama atenção para a necessidade de uma avaliação institucional da legislação estadual que apoia a RPPN . Isso deve ser feito para tentar reduzir os obstáculos

burocráticos e melhorar os procedimentos para a criação de novas RPPN e o apoio às atividades da gestão da área.

Inclusive, a criação de uma associação de proprietários de RPPN ou de uma rede RPPN pode facilitar a aproximação e o diálogo dessas reservas com os governos locais, estadual e federal, bem como com as UC públicas existentes na região.

Conclui-se que os principais motivos para a criação da RPPN estiveram relacionados com a proteção de espécies, habitats e recursos hídricos. No que se refere às ações de apoio institucional do programa de RPPN, são pouco conhecidas pela maioria dos proprietários e limitam-se à orientação técnica durante o processo de criação, sem participação de incentivos em atividades de gestão. Algumas reservas receberam ajuda técnica do Programa RPPN, durante o processo de criação, mas as expectativas dos entrevistados, em relação aos incentivos para administrar suas RPPN, aumentaram.

A preservação das nascentes e do Soldadinho-do-araripe, uma espécie endêmica e criticamente ameaçada, depende dessas áreas para manter os recursos naturais e os serviços ecossistêmicos. Além disso, essas áreas têm muito potencial para turismo e a observação de aves, educação ambiental envolvendo os moradores locais e a realização de pesquisas científicas.

Esta circunstância destaca a importância de uma análise institucional da legislação estadual que apoia a RPPN. É necessário agir para diminuir as barreiras burocráticas e aprimorar os processos para a criação de novas RPPN e o apoio às atividades de gestão da área. ssim, a promoção junto aos donos de propriedades, com a participação de organizações civis, entidades ambientais e parceiros institucionais, pode diminuir o desconhecimento das medidas de suporte às RPPN. Devem ser realizados treinamentos para os administradores públicos e seminários regionais nas cidades para diminuir a lacuna. Inclusive, existem linhas de suporte com fundos específicos para a abertura de editais destinados a recompensar os proprietários de reservas pela sua dedicação voluntária à preservação ambiental, bem como para auxiliar na criação de reservas.

A conclusão é que as principais razões para a criação das RPPN estão ligadas à salvaguarda de espécies, habitats e recursos hídricos. Em relação às ações de apoio institucional do programa de RPPN, são pouco conhecidas pela maioria dos proprietários, limitando-se à assistência técnica durante a etapa de criação, sem envolvimento na gestão das reservas. Durante o processo de criação, algumas reservas contaram com o suporte técnico do

Programa RPPN. Contudo, as expectativas dos participantes sobre os incentivos para administrar suas RPPN aumentaram.

A preservação das nascentes e do Soldadinho-do-araripe, uma espécie endêmica e criticamente ameaçada, depende dessas áreas para manter os recursos naturais e os serviços ecossistêmicos. Além disso, essas áreas têm muito potencial para turismo e a observação de aves, educação ambiental envolvendo os moradores locais e a realização de pesquisas científicas.

Agradecimentos

Agradeço a todos os proprietários que colaboraram para a execução da pesquisa e ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará.

REFERENCIAS

BINGHAM H., et. al. Privately protected areas: advances and challenges in guidance, policy and documentation. **PARKS** 23.1. 2017.

BRASIL. Lei n° 9.985, de 18 de julho de 2000.Regulamenta o art. 225, § 1° incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 jul. 2000.

BRUEL, Betina Ortiz *et al*. **APOIOS FINANCEIROS PARA RPPN. RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL (RPPN) - CAMINHOS PARA A SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA.** SPVS. Curitiba, p. 18-27, 2018.

Campos, A., Guaita, L., Hennessey, B. e Hoogeslag, M., 2023. **Reservas Naturais Sustentáveis: Guia prático para criação de áreas protegidas privadas**. Amsterdam, Países Baixos, UICN NL. xiv + 93pp.

CEARÁ. Assembleia Legislativa. **Caderno regional da sub-bacia do Alto Jaguaribe / Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos**, Assembleia Legislativa do Estado do Ceará; Eudoro Walter de Santana (Coordenador) – Fortaleza: INESP, 2009.

CEARÁ. Decreto n° 31.255, de 26 de junho de 2013. Dispõe sobre a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, como unidade de conservação da natureza no território do Estado do Ceará, estabelece critérios e procedimentos administrativos para a sua criação, estímulos e incentivos para a sua implementação, institui o Programa estadual de Apoio às Reservas Particulares do Patrimônio Natural, e dá outras providências**. Diário Oficial do Estado do Ceará**, Ceará, CE, 8 jul. 2013.

CEUC. Cadastro Estadual de Unidades de Conservação. **Painel do Cadastro Estadual de Unidades de Conservação**. Disponível em: sema.ce.gov.br/cadastro-estadual-de-unidade-de-

conservacao-ceuc/painel-cadastro-estadual-de-unidades-de-conservacao/downloads-de-decretos-e-poligonais-ceuc/reserva-particular-do-patrimonio-natural-rppn/ Acesso em: 10 dez. 2023

CNRPPN. Confederação Nacional de Reservas Particulares do Patrimônio Natural. Painel de indicadores CNRPPN. 2023. Disponível em: https://datastudio.google.com/reporting/0B_Gpf05aV2RrNHRvR3kwX2ppSUE/page/J7k. Acesso em: 30 nov. 2023

CNUC. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. Disponível em: http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-por-uc. Acesso em: 10 dez.2023.

DUDLEY, N (Ed.), **Guidelines for Applying Protected Area Management Categories**. Gland, Switzerland: IUCN, 2008. 86 p.

FENDRICH, Arthur Nicolaus, et al. Comparison between official priority studies guidelines and Protected Areas created in Brazil, **Land Use Policy**, Volume 82, 2019, Pages 240-246, ISSN 0264-8377, https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2018.12.021.

GIRÃO E SILVA; Weber Andrade de; LINHARES; Karina Vieiralves. **Plano de Ação Nacional para a conservação do soldadinho-do-araripe**. Brasília, 2011.

IBGE – – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial. Acessado em: 14 mai. 2023

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados. Perfil dos Municípios Brasileiros.** 2021. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE. **SISTEMA CEARÁ EM MAPAS INTERATIVO:** SUBSÍDIOS PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL. 2019. Disponível em: http://mapas.ipece.ce.gov.br. Acesso em: 10 nov.2022.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE. **Perfil Regional. 2018**. Disponível em: https://public.tableau.com/app/profile/ipece/viz/PerfilRegional/Apresentacao. Acesso em: 10 nov. 2022.

IVANOVA, IM, Cook, CN. The role of privately protected areas in achieving biodiversity representation within a national protected area network. **Conservation Science and Practice**. 2020; 2:e307. https://doi.org/10.1111/csp2.307

LA LAMA, Rocío Lopez de. **TESTEMUNHOS: "Sustentabilidade socio-ecológica em áreas protegidas privadas**". In: CAMPOS, A. et al. Reservas Naturais Sustentáveis: Guia prático para criação de áreas protegidas privadas. Amsterdam, Países Baixos: UICN Comitê Nacional dos Países Baixos, 2023. cap. PASSO 3 - SUSTENTABILIDADE DA RESERVA, p. 28.

LIMA, Isabella & Gomes, Laura & Fernandes, Milton. (2020). Áreas protegidas como critério de repasse do ICMS Ecológico nos estados brasileiros. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. 54. 10.5380/dma. v54i0.66676.

MENEGASSO, J.D; HARTER-MARQUES, B. ÁREAS PROTEGIDAS PRIVADAS: UMA ALTERNATIVA NA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Geotemas**, V.13, e02329, 2023.

MITCHELL, Brent & Fitzsimons, James & Stevens, Candice & Wright, Dale. (2018). PPA or OECM? Differentiating between privately protected areas and other effective area-based conservation measures on private land. **Parks.** 24. 49-60. 10.2305/IUCN.CH.2018.PARKS-24-SIBAM.en.

OLIVEIRA, Larissa Pires de. **Efetividade de manejo das RPPNS, localizadas na área de proteção ambiental de Macaé de Cima, Nova Friburgo, RJ**. 2021. 91 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Florestal) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2021.

PALFREY, Rachel et al. "Conservation and social outcomes of private protected areas." Conservation biology : the journal of the Society for **Conservation Biology** vol. 35,4 (2021):

PEGAS, F. V.; CASTLEY, J. G. Ecotourism as a conservation tool and its adoption by private protected areas in Brazil. **Journal of Sustainable Tourism**. v. 22, n. 4, p. 604-625, 2014. DOI: http://dx.doi.org/10.1080/09669582.2013.875550

PEGAS, F.V.; CASTLEY, J. G. Private reserves in Brazil: Distribution patterns, logistical challenges, and conservation contributions. **Journal for Nature Conservation**, v. 29, p. 14–24, 2016. DOI: https://doi.org/10.1016/j.jnc.2015.09.007

PELLIN, A. and Ranieri, V.E.L. 2016. Voluntary preservation on private land in Brazil: Characterisation and assessment of the effectiveness of managing private reserves of natural heritage. **Brazilian Geographical Journal**: Geosciences and Humanities Research Medium, 7(1):33–52.

PELLIN, Angela, , Dias L., Soares N., Prado F..2022. MANAGEMENT EFFECTIVENESS AND DEFORESTATION IN PROTECTED AREAS OF THE BRAZILIAN AMAZON. 2022. **PARKS**. 28.2 Gland, Switzerland: IUCN. 45-54.

RIBEIRO, S. C. CARACTERIZAÇÃO GEOAMBIENTAL DA SUB-BACIA DO RIO SALGADO NA MESORREGIÃO SUL CEARENSE – Parte I – Clima e Arcabouço Geológico. **Geoconexões,** [S. l.], v. 1, p. 4–16, 2017. DOI: 10.15628/geoconexoes.2017.6290.

SCHACHT, G. L. **Reservas Particulares do Patrimônio Natural no estado do Paraná (Brasil) e as Áreas Protegidas Privadas na Catalunha (Espanha): situação atual, políticas públicas e gestão ambiental**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2017.

SCHACHT, Gustavo & Rocha, Yuri. (2022). AVALIAÇÃO DA CRIAÇÃO DE RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL (RPPN) NO ESTADO DO PARANÁ. **Caminhos de Geografia**. 23. 202. 10.14393/RCG238960360.

SILVA, W. A. G.; LINHARES, K. V.; CAMPOS, A. A. **Plano de ação para conservação do soldadinho-do-araripe**. Brasília, ICMBio, 2011. 72p. il. (Série Espécies Ameaçadas, 15)

SILVA, JMC, Pinto da, LP, Scarano, FR. Toward integrating private conservation lands into national protected area systems: Lessons from a megadiversity country. **Conservation Science and Practice.** 2021; 3:e433. https://doi.org/10.1111/csp2.433

SIMÃO NETO, ISAAC. **ANÁLISE DA EFETIVIDADE DAS RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL (RPPNS) DE ÂMBITO FEDERAL EM SANTA CATARINA**. 2018. 180 p. Dissertação (Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

SIMÃO, Isaac et al. As motivações dos proprietários de terra para a criação das Reservas Particulares do Patrimônio Natural federais do estado de Santa Catarina, Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Paraná, v. 45, p. 231-257, abril, 2018. DOI:10.5380/dma. v45i0.56264. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/made/article/view/56264/35277 Acesso em: 6 ago. 2022.

SOUZA, Paulo Fernando Maier. **Planejamento Estratégico do Mosaico Estadual Chapada do Araripe Diretrizes para a Gestão. 2020**. 26 p. Ciclo de Formação em Gestão para Resultados (Trabalho de conclusão) - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, IPERO- SP, 2020.

UNEP-WCMC and IUCN 2020. **Protected Planet**: The World Database on Protected Areas (WDPA) and World Database on Other Effective Area-based Conservation Measures (WD-OECM) [On-line], November 2022. UNEP-WCMC and IUCN, Cambridge. Available at: www.protectedplanet.net.

ESPAÇO EM REVISTA
ISSN: 1519-7816
https://periodicos.ufcat.edu.br/espaco

A CARTOGRAFIA TÁTIL NO ENSINO DE GEOGRAFIA: uma experiência na Escola Municipal Heleno Mariano de Freitas

Kassia Raylene Sousa da Silva[1]
Dionel Barbosa Ferreira Junior [2]
Francisco Euler Caldas dos Santos [3]

Como citar: SILVA, Kassia Raylene Sousa da; DIONEL BARBOSA FERREIRA JUNIOR; SANTOS , Francisco Euler Caldas dos. A CARTOGRAFIA TÁTIL NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA EXPERIÊNCIA NA ESCOLA MUNICIPAL HELENO MARIANO DE FREITAS. **Espaço em Revista**, Catalão, v. 26, n. 2, p. 227–239, 2024. DOI: https://doi.org/10.70261/er.v26i2.74803 Disponível em: https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/espaco/article/view/74803

Esta obra está licenciada com uma Licença CC BY 4.0 . Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

Recebido: 03/10/2024 | **Aceito:** 16/12/2024 | **Publicado:** 16/12/2024

Resumo

A presente pesquisa teve como objetivo utilizar a cartografia tátil enquanto recurso didático-pedagógico capaz de proporcionar a prática inclusiva, efetivando ao aluno sem deficiência a oportunidade de conhecer o diferente, e aprender com essa diferença. Para o desenvolvimento desse trabalho, foram necessários alguns procedimentos metodológicos essenciais com base nos objetivos propostos, como: A) pesquisa e análise_bibliográfica; B) planejamento a partir do plano de aula; C) elaboração do mapa base e D) construção dos mapas tatéis com os alunos sobre domínios morfoclimáticos. É preciso que a cartografia tátil seja inserida no ensino de geografia de modo a fornecer ao aluno com deficiência visual um saber cartográfico e espacial contextualizado, buscando diminuir as barreiras de acesso ao saber geográfico. Ao desenvolver essa atividade, buscou-se ser exemplo de base para futuros trabalhos desenvolvidos em sala de aula, seja na rede básica do município ou de futuras pesquisas por professores.

Palavras-chave: Inclusão. Recurso Didático. Escola

TACTILE CARTOGRAPHY IN GEOGRAPHY TEACHING: AN EXPERIENCE AT HELENO MARIANO DE FREITAS MUNICIPAL SCHOOL

Abstract

The present research aimed to use tactile cartography as a didactic-pedagogical resource capable of providing inclusive practice, giving students without disabilities the opportunity to know what is different, and learn from this difference. To develop this work, some essential methodological procedures were necessary based on the proposed objectives, such as: A) research and bibliographic analysis; B) planning based on the lesson plan; C) preparation of the base map and D) construction of tactile maps with students on morphoclimatic domains. It is necessary for tactile cartography to be included in geography teaching in order to provide students with visual impairments with contextualized cartographic and spatial knowledge, seeking to reduce barriers to accessing geographic

[1] Mestra em Geografia. Professora de Geografia e Estudos Amazônicos - SEMED Santa Luzia do Pará e-mail: raysousasilva@gmail.com
[2] Mestre em Geografia. Bolsista de apoio técnico, Fundação de Tecnologia Florestal e Geoprocessamento (FUNTEC) e-mail: dioneljunior41@gmail.com
[3] Graduando em Geografia, Universidade Federal de Catalão, GO, Brasil e-mail: eullercalfas2016@gmail.com

knowledge. When developing this activity, we sought to be a base example for future work carried out in the classroom, whether in the municipality's basic network or future research by teachers.

Keywords: Inclusion. Didactic Resource. School

Introdução

A cartografia é uma das ferramentas/objetos essenciais no que tange o ensino a partir das categorias da geografia em sala de aula, uma vez que auxilia na espacialização dos fenômenos geográficos. Presencia-se em palestras, eventos e produções bibliográficas, uma preocupação ao que se refere a linguagem cartográfica, sobretudo a temática "alfabetização cartográfica". Nesse sentido, Passini (2012) afirma que a alfabetização cartográfica tem como principal objetivo metodológico a formação do sujeito, partindo do princípio do fazer para entender, onde a criança aprende a partir da sua ação sobre o objeto.

A criança só aprende os fenômenos assimilando-os à sua atividade motora, ou seja, através do contato direto com o objeto, manipulando-o. (PIAGET; PIAGET; INHELDER, 1970, 1993). Dessa maneira, é papel social da escola e de seus educadores a inserção de todas as crianças em idade escolar – inclusive aquelas com necessidades especiais, nas atividades metodológicas desenvolvidas no ambiente escolar, buscando estratégias de inclusão de todos os escolares.

Em sala de aula, a análise da paisagem é de suma importância para que os alunos compreendam seu espaço de vivência, no entanto, essa análise deverá ser feita a partir da análise crítica e reflexiva, para além da mera observação e descrição (FURTADO, 2015). O conceito de paisagem tem grande importância para a Geografia, em especial nos estudos no campo da geografia física, devido sua eficiência para análises ambientais; se constitui enquanto a categoria de análise geográfica mais adequada para a compreensão da realidade do espaço que se constrói e se expressa a partir das ações, relações e práticas sociais, que se manifestam no decorrer da história humana em períodos específicos (MONTES *et al.* 2022).

Sabendo da carência do aprendizado das noções cartográficas no ensino de geografia, buscou-se trabalhar com o conceito de domínios morfoclimáticos amparado na categoria de análise da paisagem. A presente pesquisa teve como objetivo utilizar a cartografia tátil enquanto recurso didático-pedagógico capaz de proporcionar a prática inclusiva, efetivando ao aluno sem deficiência a oportunidade de conhecer o diferente, e aprender com essa diferença.

Ao desenvolvermos atividades integradas, mostramos aos alunos sem deficiências visuais graves que existem outras maneiras de organizar, perceber e aprender coisas sobre o mundo, ao mesmo tempo que propicia a elaboração de mapas e o conhecimento sobre seus elementos. Abordou-se no trabalho o conceito de domínios morfoclimáticos de Aziz Nacib Ab'Sáber por meio da elaboração de mapa tátil na disciplina de Geografia, com alunos do 7º ano do ensino fundamental da escola municipal Heleno Mariano de Freitas, no município de Santa Luzia do Pará.

Metodologia

Para o desenvolvimento desse trabalho, foram necessários alguns procedimentos metodológicos essenciais com base nos objetivos propostos, como: A) pesquisa e análise bibliográfica; B) planejamento a partir do plano de aula; C) elaboração do mapa base e D) construção dos mapas tatéis com os alunos sobre dominíos morfoclimáticos.

No primeiro momento, foi realizado um levantamento e análise bibliográfica sobre os temas: cartografia tátil no ensino de geografia, dominios morfoclimáticos e a categoria geográfica "paisagem". A construção da discussão e do referencial teórico se deu a partir de plataformas digitais, como banco de teses de doutorado, dissertações de mestrado e artigos científicos disponibilizados em revistas científicas.

Posteriormente, foi realizado um plano de aula afim de organizar o passo a passo da dinâmica realizada, enfatizando o desenvolvimento metodológico com base no Documento Curricular Luziense (DCL) e na Habilidade em geografia: EF07GE11 da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do 7º ano do ensino fundamental, a qual tem como objetivo "Caracterizar dinâmicas dos componentes físico-naturais no território nacional, bem como sua distribuição e biodiversidade (Florestas Tropicais, Cerrados, Caatingas, Campos Sulinos e Matas de Araucária)" (BRASIL, 2018).

A etapa seguinte se deu a partir da elaboração do mapa base, que serve como alicerce para a construção do mapa tátil sobre domínios morfoclimáticos brasileiros, confeccionado a partir do programa software denominado "Qgis" (versão 3.28), utilizando a base cartográfica em formato vetorial (*shapefile*) do IBGE (2010), na escala de 1: 25.000.000.

Por fim, foi realizado a confecção dos mapas táteis sobre domínios morfoclimáticos, nessa etapa, cerca de 60 alunos das turmas 7º ano "A" e "D" da escola municipal Heleno, foram mediados pelo professor reponsável da disciplina de geografia. Cada turma levou duas

aulas de 40 minutos para confeccionar os mapas. Para a construção do mapa tátil, foram utilizados os seguintes materiais conforme listados a seguir (Quadro 1):

Quadro 1 – Materiais utilizados para a confeccção do mapa tátil

MATERIAIS UTILIZADOS
Palitos de fósforo
Cartolina
Cola branca
Cola de isopor
Tesoura
Milho
Arroz
Feijão
Algodão
Grama sintética
Canetinhas

Fonte: Autores (2024)

A Cartografia Tátil no Ensino de Geografia: experiência na turma do 7° ano na escola municipal Heleno Mariano de Freitas

A ciência cartográfica pode ser compreendida enquanto a arte da representação gráfica da superfície terrestre, na qual têm entre seus objetivos munir os sujeitos com diferentes leituras, tendo o mapa como o seu produto final. Na perspectiva de Moreira (2012, p. 182), "a Geografia lê o mundo por meio da paisagem. A Cartografia é a linguagem que a representa". Portanto, os mapas são fundamentais para o ensino de geografia, uma vez que são através destes o espaço geográfico pode ser espacializado e representado, ressaltando as atualizações nos mapas mediante as transformações constantes no mundo.

Dessa forma, é cada vez comum a busca por uma prática docente capaz de perceber a realidade do aluno e, a partir dessa percepção, estruturar os conhecimentos de forma que o processo de ensino-aprendizagem parta do cotidiano dos sujeitos escolares. Nessa prática, o professor tem o papel de atuar como mediador entre a realidade e a construção do conhecimento. Assim, deve-se buscar conhecer o mínimo das potencialidades para serem exponenciadas, e das dificuldades do aluno para se sanar. É preciso pensar na prática efetiva

no sentido de reforçar a utilização da cartografia nos propósitos da educação geográfica, Castellar e Vilhena (2010) afirmam que

> O letramento geográfico é, portanto, o ponto de partida para estimular o raciocínio espacial do aluno (grifo nosso), articulando a realidade com os objetos e os fenômenos que querem representar, na medida em que se estrutura a partir das noções cartográficas. (CASTELLAR; VILHENA, 2010, p.25, grifos dos autores).

Almeida e Passini (2002, p. 82) reforçam a relevância a partir da espacialização, destacando que

> O aprendizado espacial possui grande importância no contexto sociocultural da sociedade moderna, como instrumento necessário à vida das pessoas, pois esta exige certo domínio de conceitos e de referenciais espaciais para deslocamento e ambientação, além de possibilitar às pessoas uma visão consciente e crítica de seu espaço social. (ALMEIDA e PASSINI, 2002, p.82).

Os conteúdos e temáticas que abordam a cartografia, são mencionados constantemente com certas dificuldades a serem abordados/trabalhados nas aulas com alunos, seja ministrada pelos professores de geografia e/ou pedagogia, as vezes devido à falta de domínio e conhecimento da linguagem cartográfica. Como enfatiza Sampaio (2006, p. 52), ao reforçar a ausência ou ainda que mínima a utilização de mapas no ensino de geografia. Ao terem domínio dos conhecimentos específicos e do conhecimento pedagógico do conteúdo, os professores podem despertar uma aprendizagem significativa, de modo que permita com que os alunos leiam e interpretem diferentes realidades.

Na concepção de Castrogiovanni (2020)

> "O professor de Geografia tendo uma formação cartográfica pode ou não despertar nos sujeitos, desde a pré-escola, o interesse, a paixão para com as possibilidades de representação de diferentes formas do espaço geográfico. Quando se trata da educação de alunos com baixa visão, o grau de complexidade se torna ainda maior no ensino da disciplina, uma vez que a maioria desses professores não está preparado para se relacionar com os mesmos e desconhecem metodologias de trabalho voltadas para tal" (CASTROGIOVANNI, 2020, p.36).

No que cerne às ferramentas de inclusão no ensino de geografia têm-se a cartografia tátil, que é um instrumento metodológico essencial, que promove a equidade entre os alunos cegos ou com baixa visão em relação aos demais alunos no processo de ensino-aprendizagem dos conceitos geográficos, em especial do ensino da paisagem. É preciso que a cartografia

tátil seja inserida no ensino de geografia de modo a fornecer ao aluno com deficiência visual um saber cartográfico e espacial contextualizado, buscando diminuir as barreiras de acesso ao saber geográfico (CUSTÓDIO; NOGUEIRA, 2013).

Campos (2012) elucida então a definição da cartografia tátil quando afirma que:

> A Cartografia Tátil é uma ramificação da Cartografia que se preocupa com a confecção de mapas e instrumentos cartográficos para pessoas com necessidades especiais, possibilitando ao deficiente visual uma maior percepção do mundo, facilitando a mobilidade e, por consequência, se transforma em uma poderosa ferramenta para o ensino de Geografia e de outras ciências (CAMPOS, 2012, 167-168).

Brandão (2023) complementa a citação acima ao destacar o objetivo da cartografia tátil e sua utilização em sala de aula, discorrendo que

> A Cartografia Tátil tem o intuito de incluir as pessoas com deficiência visual na sala de aula regular por meio do desenvolvimento e produção de recursos didáticos adaptados, que buscam contribuir com um ensino de qualidade e inclusivo para todos, independente de suas singularidades. Essa área do conhecimento pode e deve ser usada na aplicação e elaboração de atividades educativas, construção de recursos didáticos adaptados conforme a especificidade de cada indivíduo, bem como possibilita aulas mais interativas e inclusivas com a participação de todos os alunos, de modo a oferecer uma formação que respeite as diferenças e atenda a todos os sujeitos (BRANDÃO, 2023, p.447-448)

Dessa maneira, foi trabalhado o uso da cartografia na aula de geografia, com os alunos da escola Heleno Mariano de Freitas – em Santa Luzia (Pará). Para o começo de tal experiência, foi utilizado enquanto diretrizes o DCL, documento importante que visa fortalecer o protagonismo dos (as) docentes, de seus alunos e suas alunas em cada sala de aula Luziense, além da reafirmação do compromisso com a construção de uma sociedade mais justa, mais equânime e igualitária. O documento subdividi-se em 6 “tópicos” como forma de organização: Eixo; Subeixos; Objetivos de aprendizagem; Habilidades; Contextualização curicular e Didáticas metodológicas de ensino e avaliação, demonstrada no quadro (02) a seguir

Quadro 2 – DCL com ênfase em cartografia

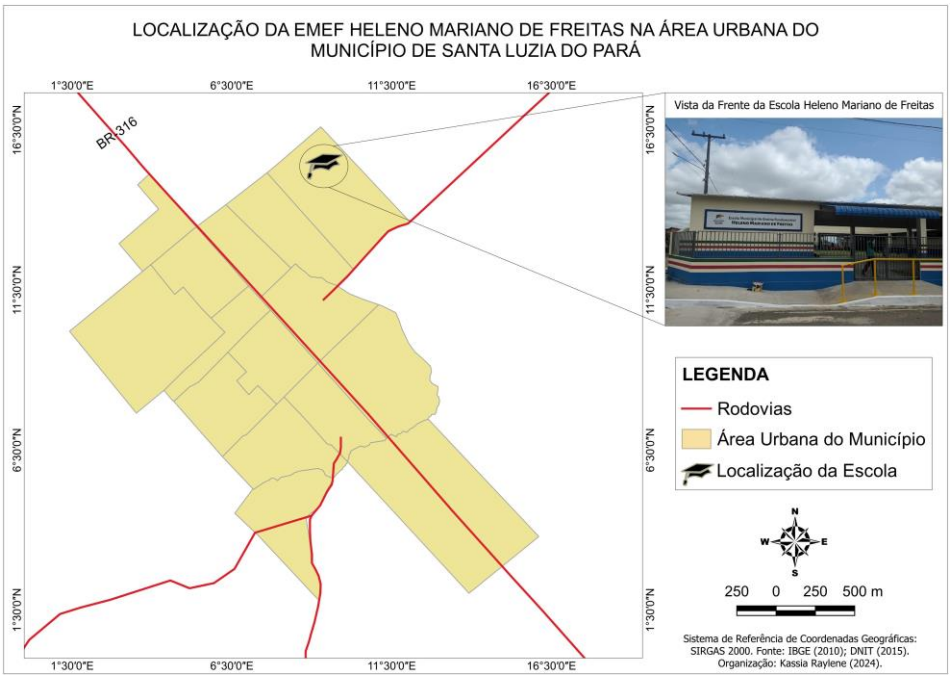
Eixo	Subeixos	Objetivos de aprendizagem	Habilidades	Contextualização curricular	Didáticas metodológicas de ensino e avaliação
Linguagem e suas formas Comunicativas	1. A linguagem cartográfica como produção humana em diferentes tempos e espaços	1.1 Descrever a localização de sua rua e memorizar referenciais espaciais ao longo de seu respectivo itinerário cotidiano, trabalhando com conceitos e produções cartográficos	**(EF02GE08)** Identificar e elaborar diferentes formas de representação (desenhos, mapas mentais, maquetes) para representar componentes da paisagem dos lugares de vivência **(EF03GE06)** Identificar e interpretar imagens bidimensionais e tridimensionais em diferentes tipos de representação cartográfica **(EF03GE07)** Reconhecer e elaborar legendas com símbolos de diversos tipos de representações em diferentes escalas cartográficas	Reconhecer o espaço onde vive utilizando a cartografia de diversas localizações, e com isso conhecer seu bairro, rua, casa, cidade, comunidade como espaço de vivencia no dia a dia, assim como observar as referências espaciais, bidimensionais, tridimensionais que são elementos cartográficos que auxiliam na orientação espacial do ser humano.	Análise de mapa e rosa dos ventos; Produção de mapas; Apresentação de vídeos; Construção de maquetes; Visitação; Produção escrita; Avaliação processual e contínua;

Fonte: Documento Curricular Luziense (2017)

A base para a construção da atividade se deu pelo eixo *"linguagem e suas formas comunicativas"* que propõem abordar no subeixo do conhecimento geográfico *" A linguagem cartográfica como produção humana em diferentes tempos e espaços"* moldada para compreender os objetivos de aprendizagem e por conseguinte suas habilidades. No quadro acima, destaca-se algumas habilidades escolhidas enquanto possibilidades a serem desenvolvidas através da atividade com os mapas tatéis, como: ***(EF02GE08)*** *Identificar e elaborar diferentes formas de representação (desenhos, mapas mentais, maquetes) para representar componentes da paisagem dos lugares de vivência;* ***(EF03GE06)*** *Identificar e interpretar imagens bidimensionais e tridimensionais em diferentes tipos de representação cartográfica;* ***(EF03GE07)*** *Reconhecer e elaborar legendas com símbolos de diversos tipos de representações em diferentes escalas cartográficas.*

As atividades ocorreram na Escola Municipal de Ensino Fundamental Heleno Mariano de Freita, localizada no bairro da paz, no município de Santa Luzia do Pará (Figura 1). Foi inaugurada no dia 25 de agosto de 2023 e oferta turmas de 6º a 7º ano do ensino fundamental. A unidade escolar conta com 4 salas de aula, um laboratório de informática, refeitório, quadra esportiva, entre outros espaços, e recebe alunos das zona urbana e rural.

Figura 1 – Mapa de localização da escola Heleno Mariano de Freitas



Organização: Autores (2024).

A experiência de elaboração do mapa tátil com os alunos das turmas de 7º A e C da escola Heleno Mariano de Freitas ocorreu nos dias 11 de março para a turma do 7º ano "C" e 27 de março de 2024 para a turma do 7º ano "A". Para a execução da atividadade, os alunos foram divididos em grupos e se mostraram bastante empolgados, participando ativamente de todo o processo de maneira coletiva, identificando os materiais didáticos pedagógicos que construíram os mapas dos domínios morfoclimáticos, conforme apresentado na figura (2) abaixo.

Figura 2 – Alunos durante a elaboração do mapa tátil



Fonte: Autores (2024).

Foi trabalhado com os alunos o conceito de domínios morfoclimáticos brasileiros, conforme os objetivos e habilidades estabelecidas no Documento Curricular municipal e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como já mencionado anteriormente. Antes da etapa de confecção do mapa base com os alunos, deu-se a parte teórica em sala de aula, onde foram abordadas e discutidas as características físicas principais de cada um dos seis grandes domínios morfoclimáticos brasileiros, tais como a vegetação, o relevo, clima, solos e hidrografia; buscou-se evidenciar o domínio amazônico, no qual os alunos estão inseridos.

Ademais, os escolares foram instigados a pensar e discutir sobre os impactos ambientais que o domínio morfoclimático amazônico vêm enfrentando frente ao avanço do desmatamento sobre a área. O conceito de domínio morfoclimático foi trabalhado a partir de Ab'Sáber (2021) que o entende como o conjunto espacial de certa ordem de grandeza territorial, onde haja uma combinação característica de tipos de relevo, solos, formas de vegetação, clima e hidrologia.

Durante a confecção do mapa tátil, os alunos, com a mediação da professora responsável, colaram o mapa base sobre a cartolina e foram designando pra cada domínio morfoclimático um item diferente (por exemplo: no domínio amazônico colou-se grama sintética, no domínio do cerrado colou-se fósforo, etc.). É importante destacar que a escolha de onde colar cada item foi feita pelos próprios escolares.

A confecção do mapa tátil possibilitou aos alunos a materialização do que eles estudaram teoricamente em sala de aula e, além do mais, experienciar a elaboração de um mapa, identificando os seus elementos – como escala cartográfica, legenda, título, fonte, orientação, etc. Partindo do fazer para entender, essa metodologia também permitiu com que os alunos organizassem as informações que eles já tinham visto anteriormente, clareando na sua mente o conceito de domínio morfoclimático.

Cada grupo produziu um mapa, totalizando 5 mapas táteis dos domínios morfoclimáticos brasileiros por turma (totalizando 10 mapas), que ficaram à disposição da escola para que assim, outros alunos, com deficência visual ou não, pudessem os utilizar em outros momentos. Na figura 3, pode-se visualizar alguns desses mapas.

Figura 3 – Mapas táteis elaborados pelos alunos



Fonte: AUTORA (2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização desta pesquisa foi possível obter resultados que possibilitaram comprovar que os alunos adquirem o aprendizado através de aulas interativas com metodologias diferenciadas, as quais geram uma participação coletiva da turma. A oficina realizada despertou a curiosidade das crianças, gerando envolvimento deles na execução da atividade, facilitando assim o entendimento sobre assuntos da Geografia Física, a Cartografia em especial, que muitas vezes são vistos como os mais complexos da área.

Sabendo que o ensino da linguagem cartográfica é essencial para a formação dos alunos em formação escolar, a proposta da atividade conseguiu ensiná-los elementos que compõem um mapa e noções básicas de cartografia, que muitas vezes são vistos como algo muito complexo. Através da cartografia tátil, percebeu-se como uma ferramenta essencial metodológica, que pode ser utilizada em sala de aula, com alunos deficientes visuais ou não. Além de abordar outras formas de captação e leitura do espaço geográfico, explanando a diversidade e diferenças presentes na sociedade.

Ao participarem ativamente da etapa de elaboração do mapa tátil, os alunos saem do campo do abstrato e materializam o que foi anteriormente estudado, partindo do fazer para entender. Sabendo que os alunos aprendem melhor quando entram em contato direto com o objeto e o manipula, atrelando à sua atividade motora, a experiência de elaboração do mapa tátil com os alunos do 7º ano da escola Heleno Mariano de Freitas se mostrou bastante eficaz para o ensino dos domínios morfoclimáticos brasileiros, envolvendo ativamente os escolares e fazendo desses, sujeitos ativos no processo de ensino e aprendizagem. Ao desenvolver essa pesquisa, buscou-se ser exemplo de base para futuros trabalhos desenvolvidos em sala de aula, seja na rede básica do município ou de futuras pesquisas por professores.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil:** potencialidades paisagísticas. 8. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2021.

ALMEIDA, Rosangela D; PASSINI, Elza Y. O espaço geográfico: ensino e representação. 12. ed. São Paulo: Contexto, 2002. 90p.

BRANDÃO, Josiane de Jesus. (2023). Cartografia tátil: Uma abordagem metodológica na produção de materiais táteis para o ensino de Geografia. *Estrabão*, *4*(1), 446–455. https://doi.org/10.53455/re.v4i1.121. Disponível em:

https://revista.estrabao.press/index.php/estrabao/article/view/121 Acesso em 02 de outubro 2024.

BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global. Esboço metodológico. **Revista RA´EGA**, Editora UFPR, Curitiba, n. 8, p. 141-152, 2004. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/328067418.pdf. Acesso em: 14 maio 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, 6 jul. 2015. Disponível em: https://bit.ly/3MdmvPu. Acesso em: 5 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: https://bit.ly/4cAges3. Acesso em: 20 jul. 2024.

CASTELLAR, S.M.VILHENA.; MORAES, J.V. Ensino de Geografia. São Paulo: CengageLearning, 2010.

CAMPOS, Helcio R. Ensino de cartografia numa perspectiva inclusiva: quais as possibilidades de contribuição da cartografia tátil? Geosul, Florianópolis, v. 27, n. 54, p. 165-180, set. 2012. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/issue/view/2025. Acesso em: 17 abr. 2020

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. A construção do conhecimento cartográfico nas aulas de Geografia [recurso eletrônico] / Antonio Carlos Castrogiovanni, Paulo Roberto Florêncio de Abreu e Silva. – Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2020

CUSTÓDIO, G. A.; NOGUEIRA, R. E. O aporte da cartografia tátil no ensino de conceitos cartográficos para alunos com deficiência visual. **Revista Brasileira de Cartografia**, v. 4, n. 66, p. 757-772, 2013. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/revistabrasileiracartografia/article/download/44680/23694. Acesso em: 13 jun. 2024.

DOCUMENTO CURRICULAR LUZIENSE - DCL. Santa Luzia do Pará. 625p.

FURTADO, I. O. **A importância da análise da paisagem para o ensino de geografia:** os smartphones como uma ferramenta no processo de ensino-aprendizagem. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015. Disponível em: https://bit.ly/4ctyvHf. Acesso em: 15 jul. 2024.

MONTES, F. V.; DINIZ, S. F.; FERREIRA, F. L. S.; LIMA, E. C. Abordagens da paisagem no ensino de geografia: correntes geográficas e geografia escolar. **Revista Geotemas**, Pau dos Ferros, v. 12, p. 2-25, 2022. Disponível em: https://periodicos.apps.uern.br/index.php/GEOTemas/article/view/3732. Acesso em: 22 jul. 2024.

MOREIRA, Ruy. Geografia e práxis: a presença do espaço na teoria e na prática geográfica. São Paulo: Contexto, 2012

PASSINI, E. Y. **Alfabetização cartográfica e a aprendizagem de geografia**. Colaboração Romão Passini. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PIAGET, J. **Psicologia e pedagogia**. Trad. Dirceu A. Lindoso; Rosa M. R. da Silva. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1970. 182p.

PIAGET, J.; INHELDER, B. **A representação do espaço na criança**. Trad. Bernardina Machado de Albuquerque. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. 507p.

SAMPAIO, A. C.F. A Cartografia no ensino da licenciatura em Geografia: análise da estrutura curricular vigente no país, proposta na formação, perspectivas e desafios para o futuro professor.Tese (Doutoradoem Geografia)–Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.